

**A LUTA ARMADA GAÚCHA
CONTRA A DITADURA MILITAR
NOS ANOS DE 1960 E 70**

FÁBIO ANDRÉ GONÇALVES DAS CHAGAS

A luta armada gaúcha contra a ditadura militar nos anos de 1960 e 70

Tese de doutorado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
História da Universidade Federal
Fluminense para obtenção do
título de doutor.

Orientador: Prof. Dr. Daniel Aarão Reis Filho

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao CNPq pelo financiamento desta pesquisa, sem o qual não seria possível realizar este intento intelectual.

Agradeço ao meu orientador Professor Doutor Daniel Aarão Reis Filho, o qual ao longo desses quatro anos mostrou-se muito mais do que um orientador. Em todos os momentos fui contemplado com o apoio incondicional, com a amizade, o companheirismo e a cumplicidade. Tudo isto fez com que se amplificasse vigorosamente minha admiração pelo intelectual e cidadão comum que se mostrou.

Agradeço à minha companheira Eliane que me apoiou desde sempre e que segurou as barras mais pesadas que apareceram ao longo desta caminhada. Por tudo te agradeço e ofereço o meu amor.

Agradeço aos meus familiares que sempre torceram por mim em todas as “peleias”, antes durante o doutorado.

Agradeço à minha família mineira por ter antes de tudo me adotado, torcido e me apoiado nesta jornada.

Agradeço a amigos como Wagner, apoiador e de certa forma cúmplice desta jornada que deita suas raízes em período anterior a este trabalho.

Por fim agradeço especialmente às minhas filhas Kamielly e Maria Clara por terem sabido esperar, por terem suportado a ausência e por encheram minha vida de alegria.

Quando um muro separa uma ponte une
Se a vingança encara o remorso pune
Você vem me agarra alguém vem me solta
Você vai na marra e ela um dia volta
E se a força é tua ela um dia é nossa
Olha o muro olha a ponte
Olha o dia de ontem chegando
Que medo você tem de nós
Olha aí
Você corta um verso e eu escrevo outro
Você me prende vivo e eu escapo morto
E repente...olha eu de novo
Perturbando a paz exigindo o troco
Vamos por aí eu e meu cachorro
Olha um verso olha o outro
Olha o velho o moço chegando
Que medo você tem de nós
Olha aí
O muro caiu olha a ponte
Da liberdade guardiã
O braço do Cristo horizonte
Abraça o dia de amanhã
Olha aí

(Pesadelo - Maurício Tapajós e Paulo César Pinheiro)

Aos que tombaram na luta.

ÍNDICE

Introdução.....	01
-----------------	----

1ª PARTE

A cultura política rio-grandense: da crítica das armas à arma da crítica

1.1 O Rio Grande e Brasil.....	07
1.2 O ser e o fazer gaúchos.....	15
1.3 A cultura política gaúcha na Primeira República: a grande virada.....	40
1.4 O nacional e o regional: 1945-1964.....	63
1.5 Ao Sul do Brasil.....	70
1.6 O trabalhismo gaúcho.....	72

2ª PARTE

O nacionalismo revolucionário e o protagonismo na primeira vaga da luta armada

2.1 Aspectos do nacionalismo progressista.....	82
2.2 A luta armada gaúcha e as fontes.....	100
2.3 As entranhas do nacionalismo revolucionário.....	111
2.4 O retorno à crítica das armas.....	131
2.4.1 A Operação Pintassilgo.....	139
2.4.2 O levante de Jefferson Cardim e Alberi Vieira.....	141
2.4.3 Os comunistas gaúchos na primeira vaga revolucionária.....	145
2.4.4 Os muitos fôlegos do nacionalismo revolucionário.....	151
2.4.5 O calvário do sargento Manoel Raymundo Soares.....	154
2.4.6 A experiência de Caparaó: o último lance do nacionalismo revolucionário.....	161

3ª PARTE

A Segunda vaga da luta armada no Rio Grande do Sul

3.1 A relativamente pequena expressão da luta armada gaúcha.....	167
3.2 O explosivo ano de 1968 no RS.....	172
3.2.1 A explosão estudantil em Porto Alegre.....	177
3.3 As forças revolucionárias ao Sul do Brasil.....	190
3.3.1 A Ação Popular.....	191
3.3.2 A silenciosa luta do Partido Comunista do Brasil.....	196
3.3.3 A ALA-Vermelha no RS.....	199
3.3.4 A misteriosa organização revolucionária de Cruz Alta.....	204
3.3.5 Partido Operário Comunista.....	209
3.3.6 Os trabalhistas armados.....	214
3.3.7 O Grupo Brancaleone.....	218
3.3.8 Movimento Revolucionário 26 de Março.....	223
3.3.9 Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares.....	228
3.3.10 Edmur, o M3G e a deflagração das ações armadas no RS.....	236
3.3.11 Vanguarda Popular Revolucionária.....	245
3.3.12 Os comunistas do diminuto MCR.....	259
3.4 O olhar a e vitória da repressão.....	262
Conclusão.....	273
Fontes.....	283
Bibliografia.....	287

INTRODUÇÃO

Esta é uma história da luta armada contra a ditadura militar que se instaurou por meio de um golpe civil-militar a 1º de abril de 1964. Mais especificamente, esta é uma história da luta armada travada entre os anos de 1964 a 1971 no estado do Rio Grande do Sul. Por certo, alguns nomes e fatos não constarão neste trabalho, contudo acreditamos ter captado os principais lances do movimento revolucionário que se traduziu em terras gaúchas sob a forma de duas vagas revolucionárias. Destarte, para efetivamente começarmos esta introdução cumpre-nos explicar o porquê de uma investigação histórica sobre a luta armada no estado em evidência.

Entre os anos 1998 e 2000, quando o autor deste trabalho pesquisava a história da organização clandestina de esquerda Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) surgiu no horizonte a possibilidade de investigar o movimento de luta armada contra a ditadura militar em terras gaúchas. Ouvindo ex-militantes da VPR o autor passou a perceber que havia uma história ao Sul do Brasil que precisava ser pesquisada e contada, posto que a historiografia sobre o tema até então apresentava um quadro da oposição armada circunscrita ao eixo geográfico Rio-São Paulo.

Algumas questões então passaram a gravitar sob a órbita da futura pesquisa. A historiografia sobre o tema não abordava o Rio Grande do Sul porque lá teria havido um movimento insignificante? Se isto fosse verdade uma nova questão despontava: porque o Rio Grande do Sul, acostumado com as peleias armadas, não travara uma luta armada à altura de suas tradições bélicas? O que teria havido com a cultura política gaúcha?

Cumprido de saída lembrar que a formação histórica do Rio Grande do Sul está umbilicalmente ligada aos conflitos entre os impérios lusitano e espanhol em torno dos limites fronteiriços na América do Sul desde o século XVII. De sorte que o Rio Grande do Sul constituiu-se em um permanente foco de tensão no qual se sucederam intensas guerras

e intermináveis disputas diplomáticas. Com isto, as permanentes disputas travadas no Rio Grande do Sul, desde fins do século XVII até o século XIX, conferiram um caráter belicoso às relações políticas e aos embates ideológicos naquele estado. Neste sentido a quase ininterrupção dos sucessivos conflitos armados na região exigiu desde cedo a politização daquela população.

Voltemos agora à segunda questão: porque os gaúchos não enfrentaram a ditadura militar honrando as suas tradições guerreiras? O que teria acontecido com os homens e mulheres do Sul do Brasil que em 1961 se levantaram na epopéia da Legalidade, mas que em 1964 e nos anos seguintes adormeceram em sua ação política armada contra um regime que depôs um presidente gaúcho? A resposta aparecerá no decurso do trabalho que oferecemos ao leitor.

Um outro aspecto que destacamos neste trabalho diz respeito ao nacionalismo revolucionário, mais particularmente em terras gaúchas. Nestas plagas, no decurso dos anos 1950 e princípio dos anos 1960 o trabalhismo se radicalizou como em nenhum outro lugar. Neste movimento, até mesmo os comunistas acabaram enlaçados pela liderança de Leonel de Moura Brizola o qual despontava, primeiro como governador e depois como a liderança máxima do trabalhismo radical ou do nacionalismo revolucionário, termos sinônimos e intercambiáveis.

Percebendo a força desta cultura política no Rio Grande empreendemos um esforço no sentido de melhor conhecê-la e para nossa surpresa chegamos à conclusão de que a luta armada no Brasil dos anos 1960 e 70 precisava ser redimensionada. Era preciso fazer justiça aos nacional-revolucionários pelo fato de terem protagonizado todo um primeiro esforço para derrubar a ditadura entre 1964 e 1967. Em vista deste protagonismo escolhemos chamar o primeiro momento de lutas de “a primeira vaga revolucionária dos anos 1960”.

Pesquisando o itinerário destes primeiros atores chegamos inevitavelmente ao Rio Grande do Sul, palco de articulações e até mesmo de um levante em março de 1965. Por certo, o ex-governador gaúcho Leonel Brizola não fora a única, mas certamente a maior liderança do movimento de luta contra a ditadura entre 1964 e 1967. Neste período, tampouco a luta ficara circunscrita ao estado sulino, maiormente, porém, foram os nacional-revolucionários que encetaram a luta contra a ditadura no período em tela e, embora se tenha registrado a articulação e o esboço de alguns lances revolucionários fora do estado gaúcho, não obstante o fato destes mesmos lances terem contado com a predominância da concepção, da direção ou da participação dos gaúchos. Ademais, veremos nas páginas subseqüentes deste trabalho que embora os nacional-revolucionários tenham protagonizado a primeira vaga da luta armada nem por isso os comunistas deixaram de ensaiar alguns movimentos como foi o caso de um grupo de militantes do Partido Comunista Brasileiro, Movimento Revolucionário 26 de Março e do grupo de Carlos Franklin Paixão Araújo entre outros.

Para dar ao leitor conhecimento acerca de uma história da luta dos gaúchos contra a ditadura militar nos anos 1960-70, dividimos este trabalho em três partes constitutivas.

Na primeira parte percorremos a história do estado do Rio Grande do Sul apresentando em grandes traços as características do povoamento, as atividades econômicas e a estrutura social daí resultante. Com base nisto, focamos nossa atenção para o processo de formação do tipo social gaúcho, considerando o seu ser e fazer políticos, dando especial atenção às transformações e às permanências no seio da cultura política sul-rio-grandense. Em grandes linhas tracejamos comparações entre aspectos da forma de ser e fazer política no pampa gaúcho com outros estados do Brasil.

Com isto levamos o leitor a perceber que não foram apenas as guerras que politizaram os gaúchos sob o signo da violência. Neste sentido, ver-se-á que a própria

forma de produção e reprodução da vida material ao Sul do Brasil conferiu um caráter violento ao ser e ao fazer gaúchos. Verá o leitor ainda neste capítulo o momento da grande virada na cultura política sul-riograndense, quando esta passou da crítica das armas para a arma da crítica. Ou seja, no decurso da Primeira República, as lideranças gaúchas fizeram mais uso da política da palavra do que da política das armas, não obstante o fato daquele estado ter vivido no período em evidência duas sangrentas guerras civis.

Atravessando este grande momento da cultura política gaúcha, apresentar-se-á um quadro nacional e um quadro regional entre 1945 e 1964 sob o enfoque do nacionalismo e do trabalhismo, abordando rapidamente o processo de transformação e radicalização do trabalhismo e do nacionalismo no país. Será ressaltado nesta parte o processo de gestação e de transformações do trabalhismo em terras gaúchas para, em seguida, identificar a emergência de sua variante mais radical encarnada por Brizola.

Na segunda parte do trabalho, será abordado primordialmente o protagonismo dos gaúchos na primeira vaga revolucionária dos anos 1960. Partir-se-á do malogro da resistência ao golpe de 1964 para avançar no processo de reorganização das forças políticas de oposição ao regime, mormente as postulantes da luta armada cujo núcleo de comando se encontrava exilado no Uruguai constituindo o que se chamou de o “Esquema de Montevideú”. Assim é que resgatamos as tentativas revolucionárias da Operação Pintassilgo em fins do ano de 1964, o levante fracassado do ex-coronel de Jeferson Cardim em março de 1965 e a ação de comunistas no Rio Grande do Sul durante os anos de 1964 a 66.

Prosseguindo com o esforço de historiar os acontecimentos serão contadas as façanhas que os nacionalistas vinham tentando realizar no ano de 1966 e de 1967 quando é finalmente desbaratado o intento guerrilheiro de Caparaó. A Guerrilha de Caparaó, denominação que ficou consagrado na historiografia sobre o tema, aponta não só uma

mudança na estratégia dos nacionalistas revolucionários, mas também o último lance tentando pelo chamado “Esquema de Montevideú” cuja liderança máxima era exercida por Leonel Brizola, não obstante a presença de outras figuras como Neiva Moreira, Max da Costa Santos, Paulo Schilling entre tantos outros. Advertimos que não foi nosso intento historiar a Guerrilha de Caparaó, mas tão somente observar as relações de tal movimento com o protagonismo gaúcho que defendemos neste trabalho.

Na terceira e última parte, iniciamos discutindo se realmente a luta armada no Rio Grande do Sul fora inexpressiva como de certa forma sustentamos, considerando-se toda a tradição polícia belicosa daquele estado. Para tanto, lançamos mão dos dados constante no Projeto Brasil: Nunca Mais coligindo dados quantitativos do Rio Grande do Sul e comparando com estados como São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

Em seguida procuramos enfocar a estruturação das esquerdas no período pós-1968, buscando perceber como os opositores ao regime partiram para o enfrentamento armado, historiando a trajetória destas organizações com destaque para o processo de formação, ações levadas a efeito e sua desintegração. Antes disso, porém, apresentar-se-á uma história do vigoroso movimento social de 1968 que inundou as ruas de Porto Alegre. Neste sentido, aduziremos o processo de gestação do movimento de 68 regressando até os anos de 1966 e 1967 quando os estudantes já vinham se movimentando politicamente, sobretudo a partir do movimento que ficou conhecido nacionalmente como “Setembrada”.

Ainda na terceira parte constitutiva deste trabalho mostraremos como que parte dos nacional-revolucionários permaneceu numa luta dirigida não mais pelo nacionalismo esquerdista, mas por uma cultura política comunista. Isto ficará mais claro quando o leitor se deparar com a miríade de organizações que surgiram após o ano de 1968. No *rol* das organizações, partidos ou movimentos como se autodenominavam, ver-se-á a presença de

um Grupo Armado do PTB, além de outras organizações fortemente influenciadas pelo ideário nacionalista revolucionário.

Pretendemos explicar neste capítulo o declínio relativo da luta gaúcha e o porquê das esquerdas do Rio Grande do Sul não terem acompanhado o protagonismo das esquerdas no eixo geográfico Rio-São Paulo.

Por fim, para encerrar nosso trabalho apresentamos um olhar da repressão gaúcha sobre o movimento de luta armada, especialmente a partir de 1968. Nesta direção aduzimos em poucas tintas as transformações que sofrera a repressão gaúcha a partir de 1964, tanto no âmbito dos esquemas de inteligência quanto no *modus operandi* adotado pela polícia política gaúcha. Desde já advertimos que circunscrevemos este olhar da repressão ao Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul, lembrando que a maior parte de sua documentação foi incinerada nos primeiros anos da década de 1980. Por isto, olhar que apresentamos é bastante lacunar, não obstante a riqueza de informações entre os anos 1970 e 71.

Considerando-se ainda a ação do DOPS gaúcho, levamos finalmente o leitor a conhecer em rapidíssimas linhas como a repressão foi, ano a pós ano, logrando êxito em seu intento de dismantelar as organizações clandestinas de esquerda no estado do Rio Grande do Sul. Ver-se-á que a vitória ocorre em 1971, embora as forças repressivas gaúchas soubessem que alguns militantes ainda se encontravam em liberdade, todavia, sem a menor capacidade operacional para levar a efeito alguma ação, fosse ela de cunho logístico ou de caráter mais político ou propagandístico. Por isto a extensão cronológica deste capítulo e, por conseguinte, deste trabalho, se encerra no ano de 1971, período em que a luta armada gaúcha fora totalmente aniquilada.

1ª PARTE

A CULTURA POLÍTICA RIO-GRANDENSE: DA CRÍTICA DAS ARMAS À ARMA DA CRÍTICA

O Rio Grande e o Brasil

Este passado da minha vida no Rio Grande se imprime em minha memória como algo de sobrenatural, de mágico, de verdadeiramente romântico. Eu vi corpos de tropa mais numerosos, batalhas mais disputadas, mas nunca vi, em nenhuma parte, homens mais valentes, nem cavaleiros mais brilhantes do que os da bela cavalaria rio-grandense, em cujas filas principiei a desprezar o perigo e a combater dignamente pela causa das gentes. Onde estão agora esses belicosos filhos do continente tão majestosamente terríveis nos combates? (...) Ó! Quantas vezes tenho desejado nestes campos italianos, um só esquadrão de vossos centauros, avezados a carregar uma massa de infantaria com o mesmo desembaraço como se fosse uma ponta de gado

Giuseppe Garibaldi

No dia 23 de outubro de 2005, no referendo concernente a comercialização de armas e munições no Brasil, quase 90% dos eleitores do estado do Rio Grande do Sul refutou a proibição da comercialização, registrando, por seu turno, uma singular disparidade em relação às demais unidades da Federação. Explicar este comportamento não seria uma tarefa das mais fáceis e, pelo fato mesmo desta explicação não constituir o objetivo deste trabalho suscitamos apenas que o fator cultural, a herança bélica rio-grandense, de alguma forma influenciou no posicionamento eleitoral dos gaúchos. Importa-nos aqui, efetivamente, pensar de que maneira esta cultura bélica sul-riograndense incidiu não sobre as urnas do referendo de 2005, mas sobre o movimento de luta armada contra a ditadura militar dos anos 1960-70 naquele estado. Para tanto, mister será discorrer em grandes linhas sobre a cultura política que se forjou e se metamorfoseou no Rio Grande do poeta Mário Quintana.

Para além do tradicional churrasco e do saboroso mate amargo e quente, traços que denunciam a procedência gaúcha, os habitantes do estado do Rio Grande do Sul também podem ser facilmente identificados quando o assunto é a história da terra natal. Poucos no Brasil enaltecem tanto quanto os sul-riograndenses os feitos de sua gente em tempos passados, revelando com isso um indisfarçável orgulho de pertencer à estirpe gaúcha. Como em vários outros aspectos da vida, os gaúchos também polarizam no tocante às suas auto-imagens, posto que transitam da auto-depreciação ao mais amplo e acrítico elogio da gauchidade. Entre os temas mais candentes acerca deste gauchismo sobressaem-se a Guerra dos Farrapos e o tipo social gaúcho. Estes, simultaneamente figuram como grandes referenciais do povo do Rio Grande e temas apaixonadamente debatidos.

O senso comum e mesmo alguns setores mais esclarecidos da sociedade brasileira, não raramente, se referem ao Rio Grande do Sul, ou ao Sul do Brasil de modo geral, como sendo “um outro país”. Mais desenvolvido e socialmente mais harmônico devido, sobretudo, ao grande afluxo de imigrantes italianos e teutões. Desse equívoco se desata a miragem de um povo gaúcho louro e de olhos claros, donde tais caracteres genotípicos explicariam o grande êxito das sociedades ao sul do Brasil. Este equívoco suscita-nos a pensar sobre os lugares de produção/irradiação de tais discursos uma vez que reabilita a pretensa superioridade étnica, “cientificamente provada”, de alguns povos e legitima a dominação/exploração de uns sobre outros. De fins do século XIX nos projetamos para os anos 1920 no Brasil, quando se pleiteou fortemente o branqueamento da “raça brasileira”, inclusive pelos meios intelectuais, para retornarmos, enfim, ao princípio do nosso terceiro milênio para questionar: a permanência da miragem sobre o povo gaúcho, desenvolvido e diferente, porque branco e de olhos claros, deve-se a quê, a quem e, por quê? Como não correremos nessa “raia”, passemos o mate para os especialistas no assunto. Talvez, o

estímulo à atividade cerebral proporcionado pelo chimarrão lhes instile a responder à questão.

De regresso, notamos como a força desta quimera, somada a outros mitos produzidos pelas elites dirigentes sulistas, surpreendentemente ressoa desde os mais longínquos e tradicionalistas rincões até os grandes centros urbanos do estado. Ou seja, as miragens não ecoam para o Rio Grande mas, em parte, são por lá mesmo produzidas. Ou seja, o fenômeno, em grande medida é endógeno e seduz, mas não manipula, a própria gene que não é predominante loura e de olhos claros e tampouco edifica um outro Brasil em suas entranhas regionais.

Engana-se quem imagina que a burla já cessa por aí, pois, pelo menos outros dois enganos merecem destaque em virtude do nosso intento intelectual. Possivelmente pelo fato de uma impressionante tradição trabalhista ter se constituído no Rio Grande do Sul e, também pelo fato de que nas duas últimas décadas o Partido dos Trabalhadores governou por quatro gestões consecutivas a cidade de Porto Alegre, tem-se que os gaúchos são muito politizados e, por conseguinte, de esquerda. Teríamos que indagar primeiramente se ser politizado significa necessariamente ser de esquerda. Para responder a este singelo questionamento lançamos mão da própria história do Rio Grande do Sul. De acordo com Décio Freitas, apenas uma fração das classes dominantes, não dispondo do apoio de outras importantes categorias sociais, “numa estupenda façanha que dá a medida da sua força, coerência e coesão como classe social, resistira, por mais de dez anos contra o Império” (1997, p. 116). De resto, como ficamos em relação ao ‘mito’ da politização?

Antes de tudo, é preciso aqui demarcar uma posição. Não nos sentimos tentados a postular que o Rio Grande do Sul e os gaúchos tenham algo especial ou decisivamente diferente dos seus demais compatriotas. Por certo, seu desenvolvimento histórico lhe confere particularidades, tal como outros estados também detêm. Evidentemente que,

sendo o Rio Grande mais um estado da Federação, inserido portanto em um contexto muito mais amplo do que a sua própria dinâmica interna, o processo de trocas culturais se revela inelutável.

Mais ainda, o contexto em se insere o estado que estudamos abre-lhe, ou no mínimo já lhe abriu, a possibilidade de receber/transmitir referências com a região do Prata, de tal maneira que esta experiência não fora possível a outros estados brasileiros. De outro modo, temos que o Rio Grande do Sul é muito brasileiro, todavia, os gaúchos são brasileiros de um certo tipo. Politizados sim, talvez mais politizados do que seus demais compatriotas, conquanto detenham as mesmas vicissitudes que vicejam nos estados irmãos. A esse respeito, o político gaúcho Marcos Rolim, petista, apresenta uma reflexão que nos parece conveniente para ilustrar a questão. De acordo com o ex-deputado estadual:

A engenharia institucional brasileira pressupõe um *sistema político nacional* consagrado constitucionalmente. É esse sistema que, independentemente das peculiaridades regionais, condiciona e promove os *termos concretos* das disputas políticas e, portanto, estrutura a ação na esfera pública. Este reconhecimento, de resto bastante evidente, implica outro certamente polêmico: se as instituições políticas brasileiras possuem uma dimensão nacional – o que começa a afirmar-se, atualmente, inclusive na organização partidária – então haveremos de encontrar modelos de conduta política bastante homogêneos e que são, eles mesmos, *modelos nacionais* (ROLIM, 1994, 227).

Pelo fato de os executivos estadual e federal muitas vezes não possuírem a maioria do legislativo, os laços fisiológicos despontam sem grandes dificuldades na trama cotidiana do fazer político institucional. Daí o antagonismo entre a constituição de “mandatos de interesse” em que “tudo se passa como se a atuação parlamentar estivesse sintetizada pela figura de um despachante a quem se tivesse confiado a tarefa de intermediar negócios do interesse de comunidades eleitorais com o aparato de Estado” e os “mandatos de opinião”, os quais comportam “políticos capazes de projetar globalmente suas ações tendo em vista a pressuposição de interesses generalizáveis e, portanto, a sustentação de opiniões a respeito do que é melhor para a sociedade, concebida como um todo”. (ROLIM, 1994, 228).

O problema, percebido em nível nacional se verifica também no RGS, o mesmo estado reconhecidamente, pelo menos por muitos estudiosos, mais politizado da Federação, *locus* de batalhas memoráveis e de formação de tipos sociais inclinados à ação destemida, violenta, se preciso for. Povo, cuja parcela significativa se levantou contra o golpe direitista em 1961, mas que não repetiu a façanha em 1964 e a partir de 1968, quando do chamado dos revolucionários nacionalistas e depois dos comunistas para derrotar a ditadura, no melhor estilo gaúcho, o do enfrentamento. Por ora, frente ao aparente paradoxo, manifestamos nossa filiação à idéia de que as culturas políticas não são estanques. Pelo contrário, elas se transfiguram ao sabor das suas dinâmicas internas e das suas relações com outras culturas políticas em dados contextos históricos. Neste sentido, evocamos a assertiva de Serge Bernstein, segundo a qual

A cultura política assim elaborada e difundida, à escala das gerações, não é de forma alguma um fenômeno imóvel. É um corpo vivo que continua a evoluir, que se alimenta, se enriquece com múltiplas contribuições, as das outras culturas políticas quando elas parecem trazer boas respostas aos problemas do momento, os da evolução da conjuntura que inflecte as idéias e os temas, não podendo nenhuma cultura política sobreviver a prazo a uma contradição demasiado forte com as realidades (BERNSTEIN, 1998, p. 357).

Diferentes e ao mesmo tempo semelhantes o que, afinal de contas, consagra particularidades aos gaúchos, e ainda, o que informa suas tradições políticas nos termos de sua gênese e desenvolvimento históricos? Doravante, tentaremos responder. Nosso intuito, é preciso aclarar, está muito longe de inventariar e urdir apologias e tampouco malgastar as características históricas do estado em tela e, mais especificamente, do movimento de luta armada que lá se travou contra a ditadura militar nos anos em estudo. Pretendemos, objetivamente, historiar e interpretar aquele movimento em conexão com as tradições e a cultura política gaúchas. Com esta perspectiva, pois, refletiremos sobre o desenvolvimento histórico de uma gente detentora de grandes feitos no passado, mas registrando também atos torpes nas páginas de sua história.

Ainda que em poucas tintas, valerá a pena lançamos mão de algumas comparações entre o Rio Grande de Érico Veríssimo e o conjunto do país. Para tanto, parece-nos conveniente fazer uso de algumas tipologias conferidas por Sérgio Buarque de Holanda, com vistas à identificação das raízes ibéricas nas mentalidades coletivas da sociedade que se engendrou no Brasil, a fim aduzir as pretendidas similitudes e dessemelhanças. Conquanto os gaúchos não tenham produzido cana-de-açúcar a exemplo do Nordeste, então centro dinâmico da economia da Colônia, o perfil econômico agropecuário do futuro Rio Grande parece confirmar a existência da ética do aventureiro, encarnada pelo bandeirismo paulista que apresou índios e posteriormente lançou-se sobre a atividade ganadeira. Com efeito, uma outra ética, a do trabalhador, não deixou de figurar na região cujo desinteresse comercial prolongou-se até meados do século XVIII. A corporificação da ética do trabalhador se pode verificar a partir dos imigrantes açorianos que se fixaram próximos ao litoral gaúcho e estabeleceram uma dinâmica agrícola para a produção e reprodução de sua existência naquelas terras hostis.

Dito de outra forma, se a lavoura de cana-de-açúcar impeliu o português a uma ocupação aventureira do espaço, a preagem do gado selvagem em fronteiras indefinidas, frente a frente com os castelhanos, conferiu uma carga extra de aventureirismo àqueles tipos sociais. Guilhermino César reitera a idéia de aventura quando observa que “em função da ocupação política do espaço, da exploração da riqueza ganadeira, das lutas fronteiriças, da comercialização de cavalos e muares para o exército e para as minas do Brasil Central, viver o dia-a-dia já era uma aventura” (1979, p. 11).

Oliveira Viana ao estudar o desenvolvimento histórico do Rio Grande do Sul asseverou que as populações que povoaram aquelas terras não conferiram primazia ao livre-arbítrio e às veleidades em detrimento da organização racional e coletiva, tal como asseverou Sérgio Buarque de Holanda acerca dos ibéricos. Para Viana, em face das

investidas militares do inimigo, os gaúchos despertaram cedo para a noção do poder público como um instrumento imprescindível à existência coletiva, donde se pode suscitar a idéia de que o patrimonialismo não vicejou com o mesmo ímpeto tal como noutros estados. Nesta direção, mostra-nos Viana que:

O ciclo das guerras platinas, dentro do qual evoluiu e se formou a população rio-grandense, teve sobre a sua mentalidade social outra repercussão poderosa. Desenvolveu na consciência daquela gente, além do sentimento da profunda interdependência entre a vida da sociedade e a vida privada familiar, que já assinalamos, também o sentimento do valor do governo como órgão supremo dos interesses coletivos. Duplo sentimento, que não se puderam formar nem ao norte do país, nem ao centro-sul, dadas as circunstâncias históricas que condicionaram a evolução das suas respectivas populações (1974, pp.168-69).

Seriam os gaúchos, portanto, menos cordiais do que seus demais compatriotas?

Contrariando a interpretação de Oliveira Viana, Fernando Henrique Cardoso observa que o patrimonialismo marcou profundamente a formação e o desenvolvimento históricos da sociedade sul-riograndense. A força do patrimonialismo fora tanta que, no Rio Grande do Sul teria transfigurado-se num tipo de poder semelhante às formas sultanísticas em vista do excessivo arbítrio e da violência que revestiram a autoridade naquelas terras (1977).

Parece-nos mesmo que o outrora Rio Grande de São Pedro tanto reúne particularidades quanto se mostra tão brasileiro como o é Pernambuco, Minas Gerais, São Paulo ou Rio de Janeiro. Longe de figurar como um argumento de autoridade que se presta a legitimar uma opinião, a citação que segue, advinda de Guilhermino César, sintetiza nossa percepção acerca deste binômio semelhança/particularidade:

O sistema português de ocupação do espaço atendeu a realidades imediatas de um longo processo de tropicalização da sua cultura originária. Realidade viva, maturada em função do municipalismo lusitano, tal cultura já se aclimara bem no Nordeste, na Bahia, em São Paulo e Minas. Aqui, na zona temperada austral, impregnou-se de novos valores, conheceu as peripécias dos conflitos de fronteira, friccionou-se muito mais com o mundo hispânico do que em qualquer outra zona do Brasil. Por conseguinte, dada também a constância dos atritos, o luso-brasileiro sulino teve de assumir, em fae da vida, outro comportamento.

Atuou, porém, como elemento catalisador, tanto quanto como divisor de águas, o estilo de vida inerente ao povoado de extração portuguesa, continental ou insular. Aí, nos vilórios nascentes do Rio Grande do Sul, com suas igrejas, seus oficiais da Câmara, suas procissões, seus hábitos morigerados, os lineamentos da vida civil copiaram os modelos já vigentes em outras regiões brasileiras, com uma nota de originalidade que lhes acrescentaram açorianos e madeirenses. E isso não obstante as entradas e bandeiras, o afluxo de espanhóis andejos, vindos da província de Buenos Aires, da Banda Oriental e de *Corrientes*, como também a descida, para os campos de Viamão, de lagunenses, vicentistas e piratininganos, muitos dos quais se radicaram com suas fazendas entre a costa e os grandes rios formadores da concha do Guaíba (CESAR, 1979, P. 16-17).

O ser e o fazer gaúchos

No que concerne ao que aqui chamaremos de “o ser e o fazer gaúchos”, via de regra, o conjunto das interpretações irradia-se sempre de um mesmo ponto de partida: todo sul-riograndense é por essência um gaúcho, assim como ser gaúcho também significa ser sul-riograndense. Cumpre salientar, no entanto, que o gaúcho constitui num tipo social circunscrito à região do pampa, de fronteira, resultante do que se convencionou chamar “complexo pastoril”. Daí que no epicentro das críticas dirigidas ao uso acrítico do termo gaúcho reside o argumento de que um tipo social como aquele, plasmado no pampa do Rio Grande do Sul, da Argentina e do Uruguai, em nenhuma hipótese pode ser generalizado ao conjunto da população sul-riograndense.

Argumentos que repousam neste flanco de ataque à associação da totalidade dos sul-riograndenses com o gaúcho da região supracitada fundamentam-se em fatos histórico-geográficos. Isto porque o Rio Grande do Sul abarca regiões bastante diferentes da campanha (o pampa), tais como a Serra, as Missões e o Litoral. Nestas, segundo alguns, ter-se-ia formado tipos sociais diferentes a ponto de não validar a tese generalizante. A nosso ver, para concordar com estes argumentos, teríamos que abandonar perspectivas estruturantes e fazer *vista grossa* à boa dose de determinismo geográfico contido nestas noções. Por certo as diferenças existem. Cada uma das partes constitutivas do estado incontestavelmente comporta especificidades, todavia, compartilhamos com a tese de que em vista de o culto às tradições gaúchas ressoar por todo o Rio Grande do Sul, o tipo social gaúcho exerce uma inquestionável superioridade simbólica sobre qualquer outro tipo (TEIXEIRA, 1994).

Maria Eunice de Souza consubstancia a posição a qual nos filiamos quando sustenta que o gaúcho constitui não apenas o homem do campo vinculado às lides pastoris ou aos gentílicos nascidos no estado. Tem-se o gaúcho também como uma figura emblemática,

expressando “uma determinada imagem dos habitantes da região transmitindo idéias e valores sobre como seriam (ou deveriam ser) os gaúchos” (1994, p. 178).

De modo geral, o leque das significações acerca do gaúcho abriga desde concepções idílicas a posições que a antagonizam por rechaçar quaisquer particularidades e atributos “positivos” àquele. Trata-se do binômio constituído por “românticos” *versus* “realistas”. No âmbito das mitificações, avulta-se o miragem da “democracia rural” e virtudes gaúchas tais como honradez, lealdade, coragem, virilidade etc., convertendo o homem do Rio Grande no arquétipo do herói.

O sentimento cívico-patriótico dos gaúchos adviria do seu espírito guerreiro visceral e de sua disposição para guerrear com os castelhanos. Criados nas estâncias, “escola da democracia gaúcha”, os gentílicos do pampa comungaram ideais, costumes e hábitos e, por isso, formaram uma única classe social: a dos gaúchos (GOULART, 1985; BRITO, 1928).

Na mira dos realistas, alguns estudos que torpedeiam a “versão romântica”, a nosso ver, desbordam num patamar pouco profícuo ao entendimento do tipo social gaúcho, ainda que tais estudos se pautem em registros deixados por viajantes como Saint-Hilaire e Nicolau Dreys. Daysi Albeche, por exemplo, não reserva elogios ao gaúcho, posto que este fora muito mais um “pilhador, bandido, marginal, indisciplinado (...) homem sem princípios, sem honra, sem ordem, sem lei, sem polícia, sem moral e sem hierarquias”, a quem a autora denomina “gaúcho histórico” (Albeche, 1996, p. 144). Noutra crítica, Albeche vitupera o intento de se estender esta imagem gaúcha ao estado com vistas à homogeneização daquela sociedade.

A nosso ver, alguns contra-atributos ou contra-virtudes se mostram anacrônicos na medida em que o tempo considerado para emitir tais juízos não permitia a existência ou coexistência de valores assinalados para efeito de condenação ao tipo gaúcho. Ademais, é preciso reconhecer que qualquer tipo social forjado nas circunstâncias em que se forjou o

tipo em questão poderia reunir virtudes e atributos negativos, dependendo do ângulo e do tempo pelos quais julgamos os elementos antinômicos.

Sem mais delongas então, posicionamo-nos neste confronto de maneira a aceitar que o gaúcho constitui um tipo social não estanque, enquadrado no seu contexto étnico, cultural e histórico, se metamorfoseando consoante às novas configurações históricas do Rio Grande do Sul e deste com o Brasil e com o mundo.

Há que se notar que nossa contrariedade endereça-se à postura condenatória e não ao fato de que a produção de certos mitos se prestam à obliteração dos conflitos sócio-econômicos, como também se apresenta na crítica de alguns autores “realistas”.

O tipo social gaúcho, mais especificamente a sua significação, constitui por toda carga simbólica que ostenta, uma via de passagem imprescindível à disputa pela inteligibilidade do passado sul-riograndense. Em um estado orgulhoso de suas tradições culturais e políticas, a história e a memória não poderiam deixar de figurar como um vetor estratégico à peleia entre hegemonia *versus* contra hegemonia, implacavelmente travada nas sociedades de classes contemporâneas.

Se a roda da História movimentou transformações no ser e no fazer do gaúcho, as elites dominantes do estado não hesitaram em utilizá-los como instrumento de sustentação ideológica. Em substituição ao gaúcho errante e miserável fabricaram o “centauro dos pampas” (GONZAGA, 1996). A glorificação do gaúcho guerreiro, grandiosamente vitorioso nas incontáveis batalhas, é generalizada sem distinção a latifundiários ou aos seus peões, conquanto se observe no panteão dos heróis do Rio Grande apenas a imagem daquelas personalidades vinculadas à oligarquia rural (PESAVENTO, 1996). Assim é que se pode entender que homogeneizada sob uma identidade que traduzia os interesses das classes dirigentes, a sociedade gaúcha tomava estes interesses (e em certa medida ainda toma) também como seus (GUTFREIND, 1998).

De acordo com Sergius Gonzaga, o eco dos propósitos ideológicos das elites dirigentes alcança o imaginário coletivo das classes subordinadas em face destas, uma vez desalojadas da sua condição anterior, aferrarem-se a um passado idealizado, porém desprovido de um sentido reivindicativo e violento. De outro modo, longe de enfrentar a estrutura de exploração, os trabalhadores repousam suas ilusões em um tipo de “saudosismo benigno” (1996). Nesta mesma direção Décio Freitas aponta que nem mesmo a passagem da sociedade sul-riograndense para uma estrutura urbano-industrial libertou os gaúchos das amarras ideológicas difundidas através da literatura, do folclore, da poesia e da historiografia. Segundo Freitas, “embevecidos na contemplação e recordação de um passado mítico, os homens se conformam com o presente, e deixam de sonhar com o futuro” (1996, p. 24).

De resto, afóra as mitificações observadas, o gaúcho é tomado na historiografia como um pária cuja gênese advém do entrecruzamento de índios, portugueses e espanhóis. Herdeiros das habilidades com as lides pastoris e da grande agilidade para montar dos guaranis, estes errantes do pampa vão paulatinamente se tornando marginais à medida que sua identidade se esfuma diante do processo de exploração capitalista dos campos (GONZAGA, 1996). Quando do processo de preagem do gado selvagem e apresamento nas estâncias em função da demanda que economia mineradora suscitara, estas figuras do pampa foram paulatinamente enquadradas no trabalho das estâncias, ocasionando um primeiro lance importante na metamorfose do ser e fazer gaúchos, uma vez que iniciara-se aí o desmoronamento de sua cultura nomadista e da sua inconstância laboral.

As considerações de José Honório Rodrigues acerca dos gaúchos consubstanciam as impressões anteriores com destaque para o fato de o Rio Grande ter sido “sempre o teatro de guerra do Brasil onde melhor se apurou o espírito militar” (1986, p. 51). Ainda nesta direção, Sérgio Teixeira salienta que o estilo de vida do gaúcho que “enfrenta, em suas

atividades regulares as vontades dos animais com que lida, vontades fortes, e como regra a elas se impõe, só pode ser visto como valente, dominador e livre” (1994, p. 87).

Os gaúchos, utilizados primeiramente para o trabalho com o gado selvagem do pampa ou domesticado das estâncias, rapidamente também seriam utilizados como soldados nas intermináveis peleias travadas com os castelhanos ou com os próprios compatriotas. Visto então apenas como um inculto trabalhador pastoril, o gaúcho foi também notado como um guerreiro indomável no contexto das guerras do século XIX (CÉSAR, 1979). Estas virtudes guerreiras, desabrochadas não sem um recrutamento forçoso em face de alguns fatores que veremos adiante, não passaram despercebidamente por Fernando Henrique Cardoso, posto que para este a pressão militar no RS “tornava a própria ordem militar não diria mais rígida, porém mais dependente, para a sua preservação, da existência de pessoas com qualidades e incentivos como a coragem pessoal e a ousadia diante do inimigo” (1977, p. 86).

Oliveira Viana vai mais longe quando ressalta a interferência da atividade pastoril sobre a fisiologia do gaúcho. Em seu estudo sobre as populações meridionais do Brasil, aquele autor sustentou que as lides campeiras “implicam uma ginástica diária e poderosa, que naturalmente concorre para enrijar e robustecer o sistema neuro-muscular do campeador, adaptando-o às reações violentas e agressivas” (1974, p. 229).

Parece-nos assim que os gaúchos verdadeiramente comportaram atributos que, a despeito de sua valoração positiva ou negativa, resultaram tanto das lides guerreiras como laborais.

Em certa medida, a prática do contrabando também contribuiu pra o processo de formatação da psique gaúcha, ao menos para intensificar o grau de violência presente na cultura política do Rio Grande do Sul por um longo tempo. Observa-se, acerca do impacto da prática contrabandista que:

O governo espanhol assim exigira, entendendo que esses chamados ‘campos neutrais’, verdadeiro cinturão deserto, impediriam relações mais estreitas entre súditos das partes contratantes. Buenos Aires não queria, de nenhum modo, liberdade de comércio naquela área, temendo a intensificação do contrabando da prata peruana, um dos esteios de sua economia, e de produtos europeus trazidos por barcos portugueses (...) os ‘campos neutrais’, a breve passo, transformaram-se em valhacouto de contrabandistas e aventureiros. O assalto de índios e de ladrões de gado tornaram-se freqüentes, atormentando os ‘posseiros’ instalados ao longo dessa raia artificialmente criada (CESAR, 1979, p. 19).

Importa-nos aqui perceber que a experiência gaúcha propiciou àquelas populações, ou mesmo exigiu delas, desde muito cedo, a tomada de posição nas questões políticas, comumente de maneira violenta. Não queremos dizer com isso que os sul-riograndenses detinham condições para avaliar os conflitos políticos e relacioná-los com seus interesses, posto que em geral, os peões seguiam seus patrões nas guerras sem avaliar qual seu real interesse naquilo tudo. Queremos tão somente, neste momento, destacar que, conquanto a população pobre tenha lutado muitas vezes por interesses que não eram os seus, isso de alguma forma pesou sobre processo de politização daquelas criaturas exploradas.

A fim de elencar alguns aspectos constantes na cultura política gaúcha no curso do seu desenvolvimento histórico, cumpre-nos aduzir em grandes linhas um pouco da própria história do estado do Rio Grande do Sul.

Nosso estado em questão ingressa na história do domínio luso a partir de meados do século XVII. Embora descoberta há um século, a região carecia do “sentido colonizador” tal qual o Nordeste açucareiro. Em face das perdas territoriais na África e da pressão de comerciantes portugueses instalados em Buenos Aires, a coroa portuguesa direcionou seus interesses especialmente para a região platina. Nisto, erigiu a Colônia do Sacramento (posto avançado) e a vila de Laguna (retaguarda), fundadas respectivamente em 1680 e 1684. O Rio Grande do Sul, por sua vez, constituía nesse momento um vasto território a ser disputado pelas duas coroas ibéricas.

Oficialmente, o Rio Grande do Sul é fundado a partir da ereção da fortaleza de Jesus Maria José em 1737, não obstante aquela região já viver, de antanho, sob o regime das armas e envolta em pesada atmosfera militar. Some-se a isso o fato de suas fronteiras nunca cessarem de avançar ou recuar. O Rio Grande do Sul constituiu nos arrabaldes da América Portuguesa uma estruturação *sui generis* da economia e do trabalho, posto que não figurava entre as áreas produtivas nucleares da Colônia. Deste modo, sua caracterização foi de uma economia “agropecuária, subsidiária da agroexportação, voltada para o abastecimento do mercado interno brasileiro com a exportação de gêneros alimentícios” (PESAVENTO, 2002, p. 64).

A pecuária gaúcha somente ganhará alguma notoriedade na medida em que a atividade mineradora no centro do país demandar produtos que o RS seria capaz de fornecer: carne e animais para tração, donde o surgimento de um mercado interno e a relevância do Rio Grande como uma economia subsidiária da economia de exportação. Com efeito, nem mesmo a exaustão da economia mineradora em fins do século XVIII causou a derrocada da economia sulina em face desta estar-se destacando por dois novos produtos para o mercado interno: o trigo e o charque. Este último produto foi o que impulsionou o processo de mercantilização da pecuária rio-grandense e proporcionou a introdução do braço escravo e das relações escravistas de produção em terras gaúchas.

Desde antes de sua fundação oficial em 1737, as plagas que se tornariam o Rio Grande de São Pedro e posteriormente o Rio Grande do Sul suscitaram a formação de relações que se regeram sob o signo da violência. O desenvolvimento de um espírito belicoso foi condição *sine qua non* para o povoamento do estado em virtude dos irresolutos conflitos lindeiros. Não se pode negligenciar, é verdade, que a violência marcou presença noutras regiões do Brasil, todavia, nos parece inegável que sua ênfase maior fixara-se no

RS. Não poucos, como José Honório Rodrigues, perceberam o Rio Grande do Sul como o *locus* privilegiado para se apurar o espírito militar no Brasil (1986).

Por seu turno, as lides campeiras, visando a extração do couro e os subprodutos do boi, demandavam trabalho duro, coragem e destreza dos peões, e estes, não raras vezes, tombavam perante a hostilidade de índios, do gado selvagem e de outras feras (FREITAS, 1996). Os protagonistas da “aventura”, via de regra, eram criaturas humanas brutalizadas e usadas nestas tarefas porque não requeriam investimento de capital, como acontecia com os escravos africanos. Pela descrição fica fácil identificar que esta pária explorada constituía-se de gaúchos.

As circunstâncias históricas do povoamento, consolidação do território e da produção /reprodução para a sobrevivência conferiram aos gaúchos algumas características psicossociais significativamente duais conforme veremos.

Para José Honório Rodrigues a vida isolada do restante do país associada à paisagem do pampa suscitaram um amor tão exagerado à liberdade que, por sua vez desatou, senão a necessidade, ao menos a percepção dos possíveis papéis que a tirania poderia ocupar naquela sociedade. Segundo José Honório

O continente não tinha tradição nem civilização que pudesse gerar formas jurídicas de liberdade garantida. Ele fez nascer os monarcas, e sua história é, em parte, a história da luta entre a liberdade e a tirania. E é este um dos temas mais importantes de sua psicologia político-social. Da luta dialética destes elementos contraditórios se formará, numa síntese histórica, o tipo de personalidade política que, com sua importância, o Rio Grande do Sul projetou no ambiente nacional: um ser e não ser entre a liberdade e a tirania (1986, p. 55) (...) Os contrastes se aproximam. Ninguém é tão livre ou pode ser tão livre como ele, mas poucos sentem tanto os excessos do despotismo. A exacerbação do sentimento de liberdade conduz, muitas vezes, ao uso da força, para disciplinar os libertários. O monarca é um libertário de nascimento, que acaba liberticida (p. 52).

Com semelhante sentido, Fernando H. Cardoso, ao salientar a proeminência militar sobre a ordem civil, infere que as circunstâncias históricas do Rio Grande do Sul plasmaram

tipos sociais corajosos e ousados, mas infensos à submissão e à disciplina rotineiras. FHC assevera então que “da bravura e impetuosidade à indisciplina e ao desmando a diferença é pouca, quando a ordem militar e a própria sociedade não possuem as condições necessárias para manter os mecanismos regulares de obediência e a noção do dever, isso é, o respeito à ordem jurídica instituída” (CARDOSO, 1977, p 86).

Um terceiro autor consubstancia e avança um pouco mais no rastro das observações supra-aludidas. Loiva Otero Félix nos faz notar que as condições históricas do Rio Grande do Sul permitiram o aparecimento de

uma ampla consciência de autonomia, de reivindicação de liberdade e espaço próprio, assumido em função dos vazios deixados pelo Governo Central [e uma] consciência da necessidade de líderes fortes, caudilhos que tomassem a iniciativa da ação militar para a defesa; e de homens ou governos que assumissem a responsabilidade da organização social (FÉLIX, P. 45).

Submergindo na estrutura social do Rio Grande do Sul, de sua fundação até aproximadamente fins do século XIX, será possível alçar para este texto alguns outros aspectos que se firmaram no ser e no fazer gaúchos até o alvorecer da República no Brasil.

Embora já tenhamos feito menção no que tange à formação histórica do Rio Grande do Sul, retomaremos em poucas tintas alguns elementos históricos enfocando, com efeito, a estruturação do processo produtivo e as relações daí decorrentes com o intuito de identificar traços marcantes da cultura política gaúcha. Por este caminho, então, precisaremos rememorar que o Rio Grande do Sul figurou por um longo tempo apenas como uma vasta região cobiçada e disputada pelas coroas ibéricas. De modo que apenas no século XIX o estado em tela definitivamente firmou-se sobre o domínio luso, definindo, por sua vez, os limites de suas “cercanias”. Comprimido entre a Colônia do Sacramento e a Vila de Laguna, a futura Província de São Pedro, para além do papel irrelevante que desempenhara até então no processo colonizador estabelecido no Brasil, só passou a se

tornar atrativa ao um conjunto mais amplo de aventureiros e negociadores a partir da emergência da economia mineradora no século XVIII. Não figurando, portanto, entre as áreas mais dinâmicas da economia colonial, cristalizou-se no pampa gaúcho um modelo econômico subsidiário da economia agro-exportadora, assumindo o papel de abastecedor do mercado interno brasileiro.

O perfil subsidiário da economia pastoril gaúcha articulado com as formas próprias de desempenho no labor pecuário propiciou o desenvolvimento de relações de produção sobejamente singulares naquele estado, de tal monta que o processo de exploração dos proprietários sobre as “criaturas errantes” do pampa se revelava pouco nítido. Tais relações de produção, uma vez que não antagonizavam o conflito e não denunciavam a existência de interesses econômicos distintos, suscitarão um tipo de “integração ideológica” entre patrões e empregados.

Para Tarso Genro a explicação deste fenômeno reside na particularidade da produção extensiva ao Sul do Brasil, posto que este processo produtivo não comportava uma relação idêntica entre *tempo de produção e tempo de trabalho*. Segundo Genro:

Apenas para estabelecer uma relação quantitativa, pode-se dizer que a natureza ‘trabalhava’ 24 horas por dia em favor do fazendeiro e o peão apenas 1/4 deste tempo. Normalmente o peão e o fazendeiro trabalhavam em conjunto, nas mesmas condições, com as mesmas vestes, estabelecendo-se, entre ambos, uma relação fraterna e de recíproca admiração. Esta recíproca admiração não esmaecia, por seu turno o poder absoluto, de direção e de comando do fazendeiro, que existia pelo lugar que o mesmo ocupava no processo produtivo: o de proprietário dos meios de produção. O ‘tempo livre’ do peão está ligado, portanto ao atraso das relações de produção e à influência dos fatores naturais sobre a produção. Este atraso e esta influência dos fatores naturais são responsáveis pela baixa taxa de apropriação de ‘mais-valia’ pelo fazendeiro (GENRO, 1996, p. 91).

Depreende-se daí uma importante chave explicativa à enorme capacidade que os proprietários detinham de mobilizar grande quantidade de viventes do campo para lutar em guerras que, concretamente, nada, ou muito pouco, significavam para a melhoria de suas

condições de vida e de trabalho. A fim de ampliar o campo de visibilidade ao fenômeno, entendemos que será preciso apresentar algumas características fundamentais que forjaram os tipos sociais proprietários e não proprietários daqueles tempos no Rio Grande.

No tocante ao latifundiário, fazendeiro ou estancieiro gaúcho, a historiografia sul-riograndense converge univocamente apontando que aquele se tornava proprietário de terras, via de regra, pelos serviços militares prestados à coroa portuguesa, ora defendendo as fronteiras, ora atuando de maneira ofensiva com vistas à apropriação de novas terras que, além de ampliarem o território português, asseguravam o acréscimo de cabeças de gado e pasto de excelente qualidade aos seus “novos proprietários”. Evidentemente, outras formas de ocupação do espaço se realizaram sem reproduzir fielmente essas características. O povoamento encetado pelos açorianos e mais tarde o processo colonizador ítalo-germânico constituem exemplos bastante ilustrativos a esse respeito. Todavia, nossa reflexão se lança a um tempo anterior no Rio Grande do Sul, tempos em que o calor do bafo dos cavalos castelhanos soprava muito próximo às gentes que se aventuravam naquelas “terras de ninguém”, tempos em que a estância e o acampamento militar se confundiam e se intercambiavam.

Uma vez que se tornavam proprietários, os estancieiros, para assegurar uma liderança incontestável, precisavam mostrar ainda sua capacidade de liderança para além da relação patrão-empregado. Para tanto, nos momentos de guerra, que não foram raros, o patrão precisava-se mostrar um valente chefe militar, habilidoso, destemido e companheiro dos seus soldados nas peleias contra o inimigo espanhol ou contra seu compatriota latifundiário em busca de mais terras e gado. Ainda que Oliveira Viana tenha focado apenas os aspectos heróicos dos padrões e chefes militares, vale a pena guindar o excerto infra-citado:

Não era chefe quem queria, ou quem exhibia títulos de nobreza, ou vastos cabedais em terras ou em engenhos. Na guerra, só os capazes, os hábeis, os valentes podem assumir a direção do grupo. Destarte, quando aparecia ali um indivíduo, que concentrava em sua personalidade as aptidões de

chefe e caudilho, todos o aclamavam, por isso, sem ciúmes, nem protestos. Os caudilhos gaúchos emergiam, assim, do seio da população com um prestígio, uma influência, uma popularidade, que de modo algum poderiam possuir os mais poderosos chefes das matas ou dos sertões (1974, p. 133).

Para Simon Schwartzman, o poder econômico no Rio Grande decorria da capacidade militar dos agentes sociais envolvidos nestas atividades gerando a privatização do status militar uma vez que os estancieiros supriam a ausência de tropas regulares naquela região. Este aspecto, para autor, explica a persistência da tradição militar e guerreira no estado mesmo depois que as fronteiras com a Argentina já se encontravam consolidadas (1988).

Temos que a estes aspectos já apontados, um terceiro vetor explicativo ao tipo de relação de produção que se desenvolveu ao Sul do Brasil precisa ser destacado. Referimo-nos à forma de realização do trabalho pastoril. Comumente, os estancieiros envolviam-se diretamente no labor pecuário, exercendo as mesmas atividades que seus peões realizavam. A explicação para este tipo de envolvimento parece residir no espírito aventureiro que as lides do campo suscitavam em seus agentes. Assim, além de trabalhar junto e desempenhar as mesmas tarefas de seus subordinados, nestas jornadas de trabalho o patrão ainda compartilhava o churrasco e o chimarrão com os “seus” (SCHILLING, 1079). Com isto, conquanto não possamos atribuir esta hiper-racionalidade aos latifundiários, obliterava-se em larga medida não apenas a imagem de patrão como também se ocultava o processo de exploração do trabalho alheio. Em meio a estas relações relativamente “fraternas”, diversos autores notam que, a despeito das particularidades do processo produtivo e de suas relações de produção, o poder do latifundiário sempre permanecera absoluto perante seus subordinados, não raramente assegurado e reforçado por uma pesada atmosfera de violência.

O estancieiro, entretanto, fora mais do que isso. Para Guilhermino César o fazendeiro/comandante militar “foi um caudilho natural, representando, ademais, numa

região que surgia para a civilização, o primeiro agente estável do capitalismo mercantilista. Isso contribuiu, também, aos poucos, para derruir o sistema coletivista instaurado nas Missões pelos abnegados sacerdotes da Companhia de Jesus (1979, p.15).

Pelo que pudemos perceber até agora, as relações sociais entre os donos das terras e aqueles que para os donos trabalhavam marcaram-se singularmente por uma baixa taxa de extração de mais-valia, pelo envolvimento dos patrões nas lides campeiras igualando-se no trabalho a seus peões e também pela necessidade de união perante as incontáveis guerras que se sucederam por aquelas bandas. Para efeito de ilustração, mas também para não nos estendermos linhas a fio inventariando todas as guerras, citamos pelo menos quatro grandes delas: A Guerra da Cisplatina (1817-28), a Revolução Farroupilha (1835-1845), as Guerras Platinas (1849-52) e a Guerra do Paraguai (1846-1870).

Já o peão de estância, nesta estrutura social, atuou simultaneamente como trabalhador rural e soldado, mas de um tipo não submetido ao trabalho regular e vigiado e tampouco atrelado à disciplina dos quartéis. Notou, neste sentido, Fernando Henrique Cardoso que “o recrutamento para servir às milícias e a atuação constante das milícias na defesa do Rio Grande fizeram com que os agricultores pobres, sem perder a qualidade de agricultores, se militarizassem” (1977, p. 109).

Quando dantes apresentamos algumas questões atinentes ao tipo social gaúcho, afirmamos que esta gente andeja, oriunda do cruzamento de índios, portugueses e espanhóis (gaúchos), outrora cavalgando livre pelo pampa “sem lei e nem rei”, transfigurou-se num tipo de trabalhador atrelado à estância. Neste processo de transição, por certo, sua *psyché* sofreu transformações importantes. É possível mesmo que o ciclo das transformações tangíveis à idéia de liberdade e às sensações que o nomadismo suscitaram naquele povo, tenha cessado em meados do século XIX quando no Rio Grande do Sul introduziu-se o arame de farpas para cercar as propriedades.

Lamentavelmente, muito pouca coisa se pôde guindar da historiografia sul-riograndense com vistas à identificação de traços marcantes e característicos das classes dominadas. Por conseguinte, o que veremos adiante diz respeito muito mais ao fazer-se das classes dirigentes, não obstante o fato de que certos aspectos podem ser remetidos ao ser e ao fazer de quem não detinha outra coisa a não ser o seu “pingo” (cavalo) companheiro e sua força de trabalho, ou seja, a grande habilidade para com as lides pastoris.

Décio Freitas, embora não procure resgatar elementos da história das classes exploradas gaúchas, sugere-nos algo acerca deste tema. Em um profícuo artigo intitulado “O mito da produção sem trabalho”, o autor em questão procura denunciar a burla das classes dominante sobre a massa dos trabalhadores com base no argumento de que as lides pastoris quase nada exigiam dos peões, posto que a natureza praticamente se encarregava da totalidade do processo. Com isto, propalava-se aos quatro ventos que aquela gente não trabalhava e, portanto, muito menos ainda era explorada. Sobre isto, Décio Freitas assevera:

Como consequência, a história gaúcha não registra contestações da massa dominada contra a ordem dominante. Não há no passado do Rio Grande nenhuma insurgência de conteúdo popular, semelhante às verificadas no Nordeste. A história gaúcha é, em rigor – caso único no Brasil – uma história sem povo. Mercê disso, pôde, no passado, a classe dos estancieiros, mobilizar facilmente os peões ou gaúchos como massa de manobra ou ponto de apoio para a solução de seus conflitos internos, incluídos nesta dominação os conflitos entre estancieiros rio-grandenses e platinos pela posse de terras e gados (1996, p. 24).

Queremos ressaltar, portanto, que buscaremos identificar traços do comportamento político das classes dominadas de duas maneiras: primeiramente, a partir da adução que faremos sobre o comportamento social e político advindo das relações de produção e da dinâmica da guerra no pampa gaúcho; em seguida, içando aspectos possíveis de serem

estendidos às classes exploradas a partir das considerações concernentes às classes dirigentes do Rio Grande do Sul até fins do século XIX. Mas como isto seria possível?

Considerando o caráter militarizado da sociedade gaúcha e a particularidade de um processo produtivo que além de não antagonizar significativamente suas classes fundamentais propiciava relações de admiração/integração entre patrões e empregados, sugerimos a utilização das noções de *circularidade cultural* e de *apropriação*.

A primeira delas, apropriada do lingüista russo Mikhail Bakhtin pelo historiador italiano Carlo Ginzburg, foi utilizada de maneira muito profícua para analisar as trocas culturais entre os grupos hegemônicos (cultura erudita) e os não hegemônicos (cultura popular), ora operando movimentos de cima para baixo, ora em movimento inverso. Temos daí que a categoria em tela se presta satisfatoriamente à prerrogativa de que diversos traços político-culturais das classes dominadas poderão ser guindados a partir do estudo das classes dirigentes.

A segunda categoria aludida, sugerida por Roger Chartier, também se mostra valiosa para validarmos o procedimento adotado, uma vez que para este autor a cultura popular e a erudita constituem fatores pouco discerníveis em face da concepção que sustenta sobre a fluidez das circulações e do compartilhamento de certas práticas. Segundo Chartier, idéias e valores recebem empregos populares sem que os sejam em sua origem, e o mesmo vale para o emprego erudito de práticas não necessariamente oriundas dos grupos sociais eruditos. Apesar de não simpatizarmos grandemente com o uso desta categoria para as sociedades de classes mais claramente definidas, aprovamos sua aplicação para sociedades não fortemente polarizadas como foi o caso da sociedade gaúcha entre os séculos XVIII e XIX.

Os três pilares estruturantes do ser e do fazer gaúchos (guerra, baixa extração de mais-valia e a integração do patrão com os peões no labor pecuarista) ao longo da história

do Rio Grande do Sul, de sua formação até o advento da República, cristalizaram traços marcantes na cultura política, com destaque para o fator lealdade.

Para Loiva Otero Félix, as contingências do processo histórico sulino no século XIX, demandando a formação de tipos humanos como o patrão/chefe militar e o peão/soldado favoreceram a constituição de processos psico-sociais correlatos que reforçaram os laços de dependência em níveis econômicos e psicológicos. Para a autora em evidência, os traços psicológicos mais marcantes foram: “a submissão à autoridade; o acatamento aos representantes do governo por considerá-los de utilidade social e com função tutelar indispensável à tranquilidade do grupo social; a consciência da necessidade de governos fortes, prestigiados, de capacidade organizadora e executiva” (FÉLIX, 1996, p. 96). Os traços psicológicos supra-citados, para a historiadora gaúcha, constituem o lastro favorável à cristalização do fenômeno coronelista no RS.

A despeito dos laços de lealdade, as relações de dominação não dispensaram o uso sistemático da violência. Se para o peão de estância a violência apresentou-se de forma amena, igual sorte não desfrutou o escravo africano. Nas charqueadas o castigo e a tortura ilustram apenas uma parte da extrema violência embutida nas relações de produção (MAESTRI, 1979). Tal como Gorender apontara em *Escravidão Colonial* sobre o caráter “pedagógico” da violência sobre os escravos, os cativos africanos no Rio Grande do Sul igualmente introjetaram o terror sistemático e cotidiano a que eram submetidos.

Longe de circunscrever a dinâmica da violência apenas à escravaria africana no Rio Grande do Sul, Fernando Henrique Cardoso vai mais longe neste tema e aponta que:

Efetivamente, as descrições da vida social contidas na documentação coeva mostram que tanto as relações entre comandantes militares e seus subordinados como as relações ente militares e civis e, posteriormente, as relações entre os administradores e os súditos del-Rei ou entre os chefes dos bandos de saqueadores que se afazendaram e seus subordinados que se transformaram em capatazes ou peões não primaram por subordinar-se a princípios democráticos de afirmação de autoridade e poder. Ao contrário, parece que a violência e arbitrariedade se inseriram de tal

forma no sistema de relações sociais que se justificaria falar na perversão do sistema autocrático de mando no Rio Grande do Sul. O apelo ao arbítrio e à força bruta a tal ponto esteve presente no sistema de dominação existente no sul que a violência e a falta de respeito às normas formalmente estabelecidas contavam como componentes de fundamental importância para a manutenção do sistema de controle social e para a motivação dos ajustamentos às condições normais de vida. Um sistema estruturado a partir de tais princípios supunha, naturalmente, mecanismos básicos de socialização que adestravam os agentes sociais para alcançar um mínimo de gratificação do ego pelo exercício da violência e pela prática da arbitrariedade. Dessa maneira, tornava-se possível o desempenho regular dos papéis socialmente requeridos pela ordem social autocrática que se formou no Rio Grande do Sul. Convém, contudo, antes de fundamentar empiricamente estas afirmações, ponderar que este sistema autocrático pervertido foi o resultado de processos de ajustamento e de adaptação que se desenvolveram diante das condições políticas, econômicas e sociais que definiram e limitaram as possibilidades de atuação social dos habitantes da região sulina em determinados momentos da penetração, ocupação e exploração do antigo Continente de São Pedro. A historiografia existente mostra em que condições se processou a ocupação militar do sul e indica a forma que as tentativas de exploração econômica tiveram de assumir em face das circunstâncias históricas (1977. p. 85).

Para que tenhamos um pouco mais de clareza sobre os limites deste fator lealdade, valerá a pena lembrar que os escravos que lutavam nas fileiras farroupilhas ao Sul do Brasil foram vítimas de uma das mais infames traições já registradas na história do nosso povo. Davi Canabarro, importante líder farrapo, através da sua sórdida traição manchou a honra dos “indomáveis farroupilhas”, sabidamente, os mais badalados heróis da história guerreira gaúcha. Em 1844, os negros farrapos representavam quase metade do contingente rebelde farroupilha. Neste mesmo ano, em busca da paz, Caxias negociou com o general Davi Canabarro o extermínio da soldadesca negra numa batalha pré-arranjada, a “Surpresa dos Porongos” em 14 de novembro de 1844. Como seria de se esperar, os valorosos infantas, lanceiros e cavaleiros negros do pampa farroupilha foram derrotados pelas tropas imperiais (LEITMAN, 1997, p. 75).

A nosso ver, é preciso estabelecer uma relação cuidadosa com este fator lealdade a fim de não chafurdarmos no terreno movediço da apologia acrítica ou do rechaço puro e simples, posto que alguns autores visualizam a integração ideológica e a admiração

recíproca, ao passo que outros enfocam a extrema violência sobre os escravos e, ainda outros, destacam que a brutalidade e a violência perpassaram as entranhas da formação social gaúcha daqueles tempos. Este ligeiro resgate de algumas opiniões se presta à análise de que se patrões e empregados lutaram ombro a ombro, isto pode não decorrer simplesmente de critérios como a lealdade. Mário Maestri nos recorda que exploradores e explorados lutaram ombro a ombro nos conflitos, de sorte que os peões migravam para o lado da trincheira que seus senhores fossem, mesmo lutando por interesses alheios aos seus (2003). Todavia, se atentarmos para uma outra recordação, a de Oliveira Viana, veremos que lutar ombro a ombro poderia significar também a única saída para a manutenção da própria vida do peão e do patrão. O autor em tela observou que ao passo que as populações do Nordeste brasileiro sofriam ataques de invasores pelo litoral, a população sul-riograndense sofria os ataques pelo interior, pela fronteira. O significado para cada um é que enquanto no Nordeste podia-se contar com a proteção das tropas da linha de frente, no pampa gaúcho fazia-se necessário o envolvimento de toda a população para guerrear contra os castelhanos (VIANA, 1974). Mesmo para os casos de lutas intestinas, entre estancieiros compatriotas, a lógica da sobrevivência prevalece. Portanto, não negamos que a lealdade ao patrão/chefe militar tenha movido a peonada para a guerra, mas há que se considerar que bem convinha não morrer, ainda que para isso fosse preciso arriscar a vida.

O fator lealdade, proveniente de circunstâncias históricas já aludidas, em seu desenvolvimento desatou, de um lado, um processo de atualização que perdura até os dias de hoje no Rio Grande do Sul e, de outro, um vigoroso sentimento legalista no povo sul-riograndense.

De acordo com Loiva Félix, a valorização da lealdade ao chefe, como um dado cristalizado na cultura gaúcha, foi lentamente transfigurando-se em lealdade aos coronéis da Primeira República, canalizado pelo castilhismo-borgismo, e, posteriormente aos

partidos políticos. Esta, aliás, é uma marca característica da sociedade gaúcha ainda hoje. Embora não se aplique à totalidade dos seus habitantes, é lá, no entanto que se vê um tipo de voto mais vinculado aos partidos do que aos candidatos (1996).

Ainda uma vez nos apoiamos em Loiva Otero Félix para explicitar o desenvolvimento de um sentimento legalista a partir dos laços de lealdade que se forjaram nas relações sociais ao Sul do Brasil. Salienta a autora que

A lealdade ao chefe e a disciplina militar, com o correspondente respeito à hierarquia, levaram à valorização da obediência e da submissão ao Estado como normas não só aceitas como desejadas pelo grupo social. Não havia temor ou subserviência ao Estado, mas respeito e obediência enquanto o consideravam correspondente aos seus anseios, e era também com respeito e reverência ao poder constituído que a ele se dirigiam, mesmo quando a ele se opunham (FÉLIX, p. 192).

Para Oliveira Viana as circunstâncias históricas em que se formou o Rio Grande do Sul propiciou muito cedo aos gaúchos a noção de poder público como um instrumento imprescindível à realização dos interesses sociais e à existência coletiva e não como um reforço à luta interna entre grupos privados regionais (1974).

Doravante, conforme propusemos páginas atrás, deslindaremos o ser e o fazer político das classes dirigentes, donde também procuraremos extrair elementos aplicáveis ao ser e ao fazer das classes subalternas. Antes, porém, precisamos rememorar o nosso leitor de que estamos tratando de uma região que faz fronteira com dois países, no caso, Uruguai e Argentina. Logo, o Rio Grande do Sul não apenas se situa no extremo Sul do Brasil, mas também na entrada da região platina, onde recebeu fortes influxos e até interferiu nas questões internas de seus vizinhos castelhanos.

Seria de esperar que na dinâmica política sul-riograndense se refletissem os movimentos pela independência que já eclodiam desde princípios do século XIX no Vice-Reinado do Prata, donde a presença no Rio Grande de projetos políticos em que se notava as idéias de República e Federalismo que assombravam o projeto centralista-absolutista

estabelecido no Brasil pela corte portuguesa. (PICOLLO, 1998). Cumpre notar que, se por um lado, o governo central incomodava-se com as perigosas relações dos estancieiros gaúchos com as facções políticas e governos dos países do Prata, por outro, o mesmo governo chancelou o desenvolvimento de um poder militar privado e até o envolvimento dos estancieiros nas questões platinas na medida em que estas afetavam de alguma maneira os interesses do governo brasileiro.

Os processos de formação nacional da Argentina e do Uruguai refletiram fortemente no Rio Grande do Sul, uma vez que os incontáveis enfrentamentos entre *blancos* e *colorados*, *unitários* e *federais* ecoaram diretamente na política interna do estado em pauta. (NOLL, 2004).

O Rio Grande sempre fora utilizado como alternativa aos grupos políticos que em certo momento das contendas viam-se ameaçados de aniquilamento ou eram vítimas de perseguição. A fronteira figurava como base de ação política para estes grupos, levando por sua vez, a que a população gaúcha das fronteiras, bem como os militares lá sediados, se posicionassem por um dos lados contendores.

Mais do que refletir ou simplesmente ecoar, os gaúchos também procuravam interferir nestes movimentos políticos tomando partido nas peleias, de tal modo que as articulações e os projetos, segundo Helga Picollo, se levadas a efeito e resultassem exitosas, ruiam a integridade nacional brasileira (1998).

Tomamos conhecimento outrora neste texto que os estancieiros, classe dirigente dos primeiros tempos do Rio Grande do Sul, constituíram-se em meio a um caldo de cultura fortemente militarizado, donde sua caracterização como a de uma oligarquia militar fundamental à manutenção dos limites lindeiros da região. Este processo se desenvolveu sob a chancela do Governo Central que, necessitando dos serviços desta oligarquia militar, permitia a sua sobrevivência como tal. Assim, se por um lado, o entorno que caracterizou a

formação histórica do Rio Grande do Sul gerou um perfil militarizado à sociedade sulina como um todo, por outro, conferiu às suas classes dominantes um espesso caráter autoritário no tocante às lides políticas e sociais.

Afora o seu caráter autoritário, para bem entender nossas considerações acerca das camadas dirigentes gaúchas é preciso se ter em mente que estas, desde a época da Independência, desataram um processo de lutas intestinas, não obstante a unidade que empreenderam em algumas ocasiões. Neste período, segundo Helga Picollo, dois eram os grupos políticos: o pró-independência - liberais monarquistas, sendo alguns republicanos - e o grupo contrário à Independência - monarquistas constitucionalistas e absolutistas. “A evolução destes grupos, constituindo-se em ‘partidos’, não foi linear pelas diferentes articulações políticas de seus integrantes”. - (1998, p. 34).

Esta singularidade do estado sulino engendrou uma tradição em cujas forças políticas, ao longo das mais diversas conjunturas, se dividiram essencialmente em dois campos. Embora não se tenham situado em campos verdadeiramente antagônicos, as elites dirigentes sulinas travaram intensas disputas eleitorais e armadas, donde a fonte da tradição bipartidária vigente até hoje no Rio Grande do Sul.

Nesta direção, pois, no período imediatamente posterior à consagração da Independência do Brasil, as frações burguesas prosseguem na linha do bipartidarismo ao sul do Brasil. Neste sentido, observa Helga Landgraf Picollo que

O posicionamento político continuava bipolarizado no Rio Grande do Sul. O grupo que apoiara a Independência constituía-se no ‘Partido Brasileiro’ com um discurso centrado na necessidade de tornar mais liberal o sistema político. Mas, mudanças ao nível social e econômico não faziam parte do seu universo ideológico. Tinha, portanto, uma postura conservadora. O grupo que se posicionara contra a Independência era o ‘Partido Português’, disposto a defender o espaço conquistado com a transferência da Corte para o Brasil, identificado com o projeto imperial bragantino, contrário, pois, a mudanças institucionais. Apoiava D. Pedro I, mas não divergia dos liberais quanto à manutenção da grande propriedade escravista. O confronto entre os dois ‘partidos’ se acentuaria na regência,

após a abdicação de D. Pedro I. A Guerra dos Farrapos mostraria a radicalização de suas posições (1998, p. 34).

Tendo-se mencionado a Guerra dos Farrapos, aproveitaremos a oportunidade para ilustrar que a guerra em questão revela dois aspectos importantes. O primeiro deles é que em algumas situações, ainda que a causa beneficiasse o conjunto das classes dominantes, estas não hesitaram em se fracionar e a se enfrentar. O segundo aspecto diz respeito à incontestável capacidade de luta de uma fração de classe do Rio Grande do Sul que a despeito do seu quase isolamento político e militar, deu mostras de uma espessa capacidade de manter a coerência e a coesão como classe social, lutando durante dez anos contra o Império (FREITAS, 1997).

Em verdade, a Guerra dos Farrapos, em seu alvorecer, chegou a contar com o apoio de setores sociais mais amplos, mormente das classes hegemônicas. Entretanto, o desenrolar desta guerra que, em princípio contou com uma ampla união das classes dirigentes, em virtude de desdobramentos como a Proclamação da República Rio-Grandense a onze de setembro de 1836, rapidamente levou as mesmas classes a se lançarem em campos opostos, política e militarmente. Do confronto entre os legalistas e os liberais farroupilhas, segundo Helga Piccolo, resultou a constituição de um governo republicano e de um governo imperial no Rio Grande do Sul, este último sediado em Porto Alegre (PICCOLO, 1998, pp. 37-38).

Para além das mitificações em torno da Guerra dos Farrapos, que tão festivamente celebra boa parte da sociedade sul-riograndense, cumpre-nos apontar, ainda que em poucos traços, que segundo Décio Freitas, a guerra perdida que tanto se comemora, consistiu num “movimento destinado a assegurar as condições da dominação e do desenvolvimento da burguesia pastoril gaúcha, ameaçada pelo centralismo a serviço do Sudeste (1997, p. 117). Na mesma direção, assevera Sandra Jatáhy Pesavento que no universo farroupilha, os

defensores da Monarquia Constitucional ou da República “estavam defendendo um regime político que se coadunava com os interesses dos grupos dominantes locais e que a questão da soberania, tantas vezes alardeada em um e outro caso, deve ser entendida como ‘interiorização dos centros de decisão’ ou ‘capacidade de livre determinação’” (1997, p. 24).

Interessante notar que por esta época, o apelo à luta armada já presente na cultura gaúcha em face das experiências militares, reforça-se e legitima-se ainda mais com base em pressupostos doutrinários. No caso, os liberais gaúchos, alijados da administração provincial, não hesitavam em apelar para o “direito à resistência”, ou seja, a opção pela luta armada.

As dificuldades de relacionamento entre as elites gaúchas e o Governo Central não advinham apenas da possibilidade de aquelas primeiras perderem para este Governo o seu poder de mando sobre a região. Segundo José Murilo de Carvalho, a não aceitação de um governo monárquico no período pós-independência - claramente expressa pela Guerra dos Farrapos - por parte das classes dirigentes gaúchas deve ser explicada também pelo fato de aquelas elites não terem formado seus quadros em Coimbra. Ainda com José Murilo, em Coimbra ter-se-ia formado uma importante geração que postulou a alternativa monárquica para o Brasil e consolidou o sistema imperial no decurso do século XIX (CARVALHO,2001).

Veremos mais adiante como a Guerra dos Farrapos foi largamente utilizada no decênio de 1920 com vistas a assegurar aquilo que Gramsci denominou direção moral/intelectual de uma dada sociedade. Por ora, satisfaremos o leitor com ligeiras observações de alguns autores como Oliveira Viana, o qual vislumbrou na guerra citada um grande momento de reafirmação da superioridade das classes dirigentes sulinas. Em *Populações meridionais do Brasil*, segundo Viana, as guerras em geral, mormente a

Guerra dos Farrapos, tiveram para os caudilhos gaúchos o efeito de “uma escola admirável de aptidões políticas” onde se lhes desenvolveu uma fabulosa “capacidade de organização e mobilização de grandes massas humanas”, de tal maneira que ao invés de os conflitos armados brutalizarem aquela elite a exemplo daquela do que ocorrera com aquela gente sanguinária, bruta e impulsiva pelo próprio labor pastoril (1974, p. 134).

Na Guerra dos Farrapos, ainda de acordo com Oliveira Viana, os rebeldes gaúchos travaram a guerra respeitosamente:

Não houve tumulto. Não houve correrias. Não houve assaltos. Não houve surpresa. O gaúcho revoltava-se, mas em campo aberto, enviando uma intimação ou *ultimatum* ao poder – com a altivez e a serenidade de um general propondo a rendição de um exército em sitiá-lo (1974, p. 234).

No último quartel do século XIX no Rio Grande do Sul, como de resto no Brasil, vão-se irrompendo sensíveis transformações de caráter econômico e social. Até este período já havia se conformado uma cultura política de fortes traços na sociedade sulina. Alguns destes traços procuramos destacar nas páginas anteriores. Temos que embora as relações de classe tenham apenas se delineado mais claramente à medida em que se desenvolvia o sistema produtivo gaúcho, valores ou atributos constantes no fazer político gauchesco perpassaram o universo mental de exploradores e explorados. Uma das razões reside no fato de os patrões terem se embrenhado no labor pastoril nas mesmas condições de seus subalternos, donde chimarreavam juntos e compartiam o sabor de uma boa carne assada ao fogo de chão. Ademais, as guerras, irrompidas desde a primeira investida de Ceballos em 1763 até a Guerra contra o Paraguai, também contribuíram para a emergência de laços e dependência econômico-psicológicos. Daí floresceu o fator lealdade que, por sua vez, atualizou-se para uma cultura de fidelidade partidária e, por outro lado, desatou um vigoroso sentimento legalista na sociedade sulina.

No conjunto, a violência, se não foi a parteira, foi ao menos o fator ordenador de uma sociedade forjada nas circunstâncias em que se forjou a sociedade gaúcha. De resto, esta

sociedade ingressará na Primeira República politizada e polarizada, mobilizada comumente por chefes político-partidários. Se estes contingentes humanos foram manipulados ou usados, alguma pesquisa histórica ainda responderá. Importa-nos aqui certificar que o Rio Grande ingressa em sua história republicana com uma população sensivelmente politizada, como bem observa Guilhermino César:

A instrução pública, na província, só se desenvolveu após-1845, com a abertura de escolas públicas em diversas povoações. No entanto, se faltou a seus habitantes maior polimento intelectual, a européia, sobrou-lhes a experiência de vida batalhadora. Guerras de fronteira, choques de cultura, miscigenação intensa, atuaram favoravelmente, conformando uma consciência política sensível aos deveres da cidadania brasileira em face da América espanhola. Povo acostumado a enfrentar momento difíceis, a competir com o estrangeiro, o sul-riograndense afirmou-se no tempo histórico, reivindicou direitos, postulou-os com energia e determinação. Prova disso é a Revolução Farroupilha, com a qual amanheceu no Brasil o direito constitucional republicano. Tudo isso levou-o a uma politização intensa (1979, pp. 27-28).

Já é tempo de revirar a erva na cuia para se obter o bom gosto forte da erva mate. As linhas que seguem, por seu turno, emprestarão sabor ao texto mediante a adução das circunstâncias históricas que impulsionaram o desenvolvimento histórico e as metamorfoses da cultura política gaúcha no período da Primeira República.

A cultura política gaúcha na Primeira República: A grande virada

*Cambia lo superficial
cambia también lo profundo
cambia el modo de pensar
cambia todo en este mundo
Cambia el clima con los años
cambia el pastor su rebaño
y así como todo cambia
que yo cambie no es extraño*

Mercedes Sosa

Durante o período da Primeira República viveu-se no Rio Grande do Sul um processo de estruturação das bases do capitalismo sob uma condição subordinada e periférica. Embora a conjuntura de mercado se apresentasse favorável em função da Primeira Grande Guerra, a atividade pecuária não superou seus problemas ligados à produção e à comercialização.

Conquanto o sistema produtivo contasse com um amplo apoio estatal, não lhe foi possível desenvolver-se conforme as exigências de uma empresa capitalista plenamente desenvolvida. Isto porque não se capitalizou suficientemente, não se renovou a estrutura produtiva e não se conseguiu impor os interesses perante o poder central, decorrendo daí a incapacidade de superar a condição subordinada e descapitalizada da economia sulina (PESAVENTO, 1980). Em virtude desta situação, as classes dominantes gaúchas foram tomando consciência da necessidade de se organizar para dar solução aos problemas atinentes à sua estrutura produtiva. Neste sentido, foram se formando associações de classe e projetos para a montagem de um frigorífico local. Todavia, a fragilidade das elites dominantes, uma vez que não detinham o poder central em suas mãos, impedia-a de empreender ações capazes de responder às demandas, de tal modo que, “sua perspectiva seria assim, até o final, orientada para um Estado paternalista e providencial”, de acordo com a constatação de Sandra Jatahy Pesavento (1980, p. 295).

No plano das lutas políticas, a Primeira República no Rio Grande do Sul será marcada pela ascensão de parte das elites econômicas (PRR)¹ alijando por completo uma outra (PL) dantes incrustada no aparato governamental. Assim, o que se observa é a permanência/atualização de um processo político polarizado que acabará por tatuar intensos embates políticos, inclusive armados ao longo do período em questão. Esta feição ainda uma vez singularizará o Rio Grande em relação aos estados congêneres. Em torno deste quadro político ao Sul do Brasil, Héglio Trindade observa que:

A característica básica da classe dirigente gaúcha, originária de uma economia regional de tipo agropecuário baseada na grande propriedade é a eclosão de uma clivagem política consistente, cuja fissura profunda atravessa todo o tecido social, exprimindo-se, no radicalismo ideológico e, às vezes, insurrecional de grupos em conflito permanente: no governo, os conservadores-autoritários; na oposição, os conservadores-liberais. Este contexto político regional, cujas raízes se encontram nas rupturas políticas desencadeadas ao final do Império ao se constituir a contra-elite da propaganda republicana, e que corresponde a diferenças, nos planos ideológico, econômico e social, tornar-se-á um dos fatores básicos da politização típica do Rio Grande do Sul (1980, p. 15-16).

No curso da Primeira República gaúcha, determinados traços da cultura política, bem como certos fenômenos sócio-políticos, não sucumbiram. Pelo contrário, se reafirmaram à luz de um processo de atualização, donde se destaca o fenômeno coronelista em terras gaúchas. Sobre as feições mais substantivas deste, no entanto, não se chegou a um consenso na historiografia sulina.

Para Celi Pinto, por exemplo, os republicanos do PRR instalados no poder ao longo de toda a Primeira República, longe de interagir com a estrutura política coronelista, teriam enfrentado-a. A articulação de alianças com os coronéis gaúchos teria sido, portanto, um estratagema dos liberais opositoristas, mas nunca dos castilhistas-borgistas. A autora

¹ O PRR estruturou-se sob rígida disciplina partidária e ideológica. Procedia do Norte do RS, região de estancieiros menos ricos que os da Campanha, reduto da oposição liberal, transfigurada em Partido Federalista e finalmente em Libertador. Filiado ao positivismo, o PRR apresentava os problemas gaúchos e suas soluções em termos ideológicos. No panteão dos seus grandes vultos, figuram Júlio de Castilhos, Borges de Medeiros, Getúlio Vargas, entre outros.

citada defende ainda que o PRR não figurou como um partido oligárquico, donde sua política de aproximação junto a distintos setores sociais sulistas.

Por seu lado, Loiva Félix interpreta o fenômeno diferentemente. Considera que tanto liberais quanto republicanos travaram relações com os coronéis do estado. A autora aponta que no Rio Grande estruturou-se um coronelismo distinto daquele irrompido nos outros estados na medida em que se plasmou pelo influxo da tradição militar de fronteira e a força doutrinária do positivismo castilhistaborgista, resultando daí uma relação singular entre os poderes locais e estaduais, de modo que os coronéis, cooptados e intimidados pela Brigada Militar, em vez de submeter o executivo aos seus anseios, submetiam-se às diretivas do Poder Executivo estadual (FELIX, 1996).

Joseph Love interpreta o fenômeno em tela por um ângulo muito semelhante ao de Loiva quando aponta que:

O que singularizava o coronel gaúcho era o papel que ele representava na estrutura do partido. Em outros estados o coronel geralmente conquistava a sua posição no partido situacionista graças, em parte, ao seu poder econômico e ao seu prestígio social dentro de certa área. Conquanto esses fatores tivessem algum peso no Rio Grande, havia uma qualificação indispensável para um homem exercer o poder local: a disposição para aceitar as decisões superiores; daí o nome de coronel burocrata (1997, p. 113).

Chamamos a atenção do leitor neste momento porque a despeito da atualização e da permanência de fenômenos sócio-políticos como o coronelismo, uma tradição política gaúcha sobrepõe-se ao fenômeno coronelista na medida em que o coronel permanece coronel, mas de um tipo enquadrado pelo partido, ou, no limite, pelo Poder Executivo. A pretensa autonomia do coronel condicionava-se então à obediência daquele às instâncias decisórias, acima do seu poder local.

Tangenciando outros aspectos da tradição política gaúcha, cumpre destacar que por obra do Partido Republicano Rio-Grandense operou-se uma transferência da lealdade, antes remetida a um chefe, para a lealdade a um partido ou um poder constituído.

Observando rapidamente esta questão em nível nacional, constataremos, com efeito, que a imersão dos coronéis às estruturas partidárias também ocorrera em alguns estados congêneres. Todavia, o caso sul-riograndense mesmo aí comporta suas especificidades conforme constatou Loiva Otero Félix:

A característica gaúcha residiu no ajuste próprio a esse elo, através de dois fatores peculiares: a incorporação da ideologia positivista, e a intermediação poder local/poder estadual, desempenhada pelos subchefes de polícia. No que concerne à proeminência militar, marcante no Rio Grande do Sul em decorrência do contexto de lutas platinas, ela na prática histórica, teve por efeito gerar fortes laços de lealdade, respeito ao chefe – enquanto líder com características carismáticas – e, essencialmente, valorizar o respeito à lei. Esse caráter legalista extremado tornou-se um dos indicadores distintivos do coronelismo gaúcho (1996, p. 192).

Pelo exposto, deparamo-nos outra uma vez com uma situação em que o Rio Grande do Sul revela toda sua brasilidade na medida em que reproduz um fenômeno sócio-político nacional, não obstante o fato deste abrigar particularidades em face das circunstâncias históricas em que se formou e se desenvolveu o estado que temos estudado. No rol das especificidades do coronelismo gaúcho deve-se notar que este fenômeno no Rio Grande, para balizar as relações de poder local e estadual, fundou-se sobre o positivismo, doutrina esta que em vez de se opor à realidade de então, adaptava-se a elas por meio de uma política de cooptação e coerção levada a efeito pelo castilhismo-borgismo (1996). Ainda uma vez evocamos as observações de Loiva Félix para sintetizar as especificidades do coronelismo gaúcho:

No caso específico do Rio Grande do Sul, existiram algumas situações configuradas: o caudilho, líder carismático, é o que encontramos no século XIX, em face das especificidades da história da fronteira, mas, à medida que assistimos à instalação da República, via ideologia positivista-castilhista, ocorreram alterações significativas. O modelo implantado juridicamente pela Constituição de 14 de Julho de 1891, legitimando a ideologia de Júlio de Castilhos, impôs uma estrutura estatal rigidamente organizada, centralizadora, onde as ‘regras’ eram dadas não só pela Constituição, mas também pelo Executivo forte, em contraposição com uma realidade local de autonomia. A intermediação entre essas duas propostas – a realidade existente e a nova ordem republicana – seria feita por uma política deliberada de cooptação das bases locais em que se altera o conteúdo da relação poder local/poder estadual, integrando, via

de regra, o coronel à estrutura partidária, sem que o mesmo conscientemente se apercebesse do esvaziamento do conteúdo de seu mando local, cabendo-lhe o papel de subalternidade e o compromisso de desenvolver uma relação de obediência frente ao poder do Estado, instrumentalizado, também, para o uso da coerção, quando necessária (1996, p. 52-53).

Vimos outrora neste tópico que as classes dominantes sulinas encontravam-se submersas em uma economia subsidiária à economia de exportação, desempenhando um papel subordinado perante as classes dominantes nacionais. Nos anos 1920 a burguesia gaúcha, cônica de sua fraqueza econômica perante o centro do país e o capital estrangeiro, encetou a formação de agremiações em defesa dos seus interesses, donde sua ação política “orientada para um Estado paternalista e providencial” (PESAVENTO, 1980, p. 295). Se por um lado, esta orientação em um sentido “paternalista e providencial” decorre da fraqueza nacional das elites sulinas, por outro, é preciso levar em conta a influência doutrinária positivista que contribuiu para que a condução política do Rio Grande, pelo PRR, tendesse a conferir ao poder executivo a tarefa de promover e controlar o desenvolvimento sócio econômico do estado. Pautando-se no postulado comtiano da integração do proletariado à sociedade moderna, o modelo político castilhistaborgista ensaiou pioneiramente a formulação de leis de caráter social que, de alguma forma, amparassem os trabalhadores.²

Neste contexto, como se situou a outra fração de classe, arrancada à “fôrceps” do poder no estado do Rio Grande do Sul? Bem sabemos que o PRR quando se instala no poder em 1889, desaloja os liberais sem que qualquer mediação seja feita no sentido de garantir aos novos opositoristas “fatias” do aparelho estatal. Desta situação, desatar-se-ão duas guerras civis, donde ao final de 1923 um novo cenário político se firmará nas terras do personagem “Capitão Rodrigo”. Sobre este novo momento Héglio Trindade escreveu:

² Alguns exemplos das práticas aludidas podem ser encontradas em FRANCO, Sérgio da Costa. *Júlio de Castilhos e sua época*. Porto Alegre: Ed. Globo, 1967.

Assim que, ‘num dos capítulos épicos, politicamente mais significativos da história do Rio Grande, a oposição conquistava seu espaço político: primeiro, tentando pelas eleições, dentro das regras do jogo, ocupar o poder; depois, pelas armas, insubordinando-se ao monopólio, por mais de três décadas, do Partido Republicano, cuja hegemonia aplastante só será rompida pela força e através do reconhecimento efetivo da existência de uma oposição com viabilidade política; e, finalmente, pela imposição da arbitragem federal, aceitando a troca da linguagem das armas pela negociação, desde que se reconhecesse a existência de uma nova relação de forças políticas, até então apenas, decorativamente, consentida pelo poder (1980, pp. 178-79).

Interessante notar que a intervenção federal, obedecendo “às regras da política” por parte do governo federal, também deve ser retida sob a mudança de postura das oposições ao PRR. Estas percebendo que em nível estadual não lograriam êxito sequer para obter seu reconhecimento enquanto força política na arena institucional, nacionalizaram suas atividades políticas. Todavia, o estratagema de se projetar nacionalmente para melhor travar a luta estadual, segundo Vizentini, acabou por afetar o espesso corte regionalista da política gaúcha. Para o autor citado, “se no início do processo as oposições buscam recursos nacionais para mudar o quadro político regional, ao final deste processo, 1930, as mesmas estariam mobilizando os recursos estaduais para provocar uma mudança a nível nacional” (1998, p. 38).

Captar a dimensão das divergências entre frações de uma classe social, mormente quando esta classe advém de um mesmo meio, o rural, exige considerar a questão por vários ângulos. Interessa-nos aqui perceber que para além da clivagem ideológica apontada por Trindade, os republicanos do PRR e suas oposições também divergiram sobre a forma de solucionar as crises de pecuária. Segundo Pesavento “enquanto o PRR adotava um programa de desenvolvimento multilateral – pecuária, agricultura, indústria, transportes – a Aliança Libertadora reivindicava a solução do problema pecuário como prioritário, junto com a abertura política do sistema mediante a adoção do voto secreto” (1979, p. 220).

A despeito destas divergências, importa saber ainda que as feridas abertas pela guerra civil de 1893-95, ceifando mais de dez mil vidas, suscitou ódios que acompanharam os trinta e três anos subsequentes da história republicana gaúcha. A violência, companheira inseparável da sociedade sulina desde tempos idos, como em quase todas as sociedades de classe, ultrapassou os limites da luta armada na Primeira República. Mais do que isso, a sociedade gaúcha não se enquadrou naquilo que Weber postula como condição de existência a um Estado racional moderno, a saber: o monopólio da violência por parte do Estado.

Tampouco o Partido Republicano Rio-Grandense conseguiu estabelecer a governança unicamente pelo carisma. À frente do poder, o PRR atuou nos moldes maquiavelianos, ou seja, pelo carisma e pela força.

Incapacitado de exercer o monopólio do poder, os republicanos gaúchos lançaram mão da fraude eleitoral e da mobilização do aparato policial do estado. A aguerrida oposição federalista, lastreada pela tradição guerreira, lançou-se à aventura bélica em 1923, assinalando a segunda guerra civil no estado no curso da Primeira República. Nesta trilha, Loiva Félix observa a montagem de um sólido esquema repressivo no estado através da nomeação dos subchefes de polícia - “delegados políticos de livre nomeação do presidente do Estado (...) cargo político-administrativo, representando o sistema de coerção, imposto pela Carta Constitucional de 14 de Julho” (1996, p. 135).

Um traço delineado pelo castilhismo-borgismo no Rio Grande do Sul é digno de nota, posto que a ascensão de Getúlio Vargas, em certa medida, catapultou para o âmbito nacional a experiência republicana gaúcha, a saber: a legislação trabalhista, o intervencionismo estatal na economia e na sociedade e uma postura antidemocrática de corte positivista. Sobre este aspecto a opinião de Vizentini é a de que “tais fatos ligam-se ao espectro mais amplo da transição capitalista de modo que Vargas e seu grupo

objetivavam fazer avançar a revolução burguesa” (1998, p. 69). Ressalte-se aí o positivismo social incorporado pelo republicanismo castilhista que acabou conferindo novas singularidades ao estado gaúcho, mormente no trato das questões sociais, posto que no decurso da Primeira República os republicanos buscaram concretizar a seu modo o postulado comtiano de integrar o proletariado à sociedade moderna. Traçando um panorama geral das imbricações do positivismo com os quadros intelectuais e políticos do PRR, Sandra Pesavento observa que:

Recolheram-se da ideologia importada da Europa aqueles aspectos politicamente válidos para manter, no poder, parcela da classe pecuarista, traçando um sistema de alianças com certos setores sociais, com o que se alargava a base social do partido político situacionista (Partido Republicano Rio-grandense – PRR) e mantinha-se ao mesmo tempo a submissão das camadas populares. Para os demais setores econômicos sociais não pecuaristas, o grupo positivista acenava com a meta do ‘desenvolvimento econômico global’, com o objetivo da ‘auto-suficiência econômica’, que deveria ser implantado no estado, bem como com a solução dos transportes, que atenderia a toda a economia estadual. Para as ‘classes médias’ urbanas, o positivismo cativava com a sua fachada de austeridade, moralidade, moralismo, ideal de ‘sã política, filha da moral e da razão’ e, porque não dizer, com a ampliação do corpo do funcionalismo e da burocracia, oportunizando ascensão social para camadas urbanas emergentes. Para as próprias camadas populares urbanas, o positivismo estendia a mão, apelando para o tratamento justo da ‘questão social’, que não devia ser considerada um ‘caso de polícia’, mas um ‘caso de Estado’ (1996, p. 66).

A citação, apesar de extensa merece ser destacada em face de determinadas práticas do PRR em relação às classes populares, descoladas de uma visão totalizante, nos induzem ao engano de achar que, por isto, a oligarquia republicana diferenciava-se decisivamente das oligarquias congêneres espalhadas pelo país. O risco realmente não é pequeno. Alguns exemplos da postura castilhista-borgista para com as classes trabalhadores se revelam muito úteis à armadilha ideológica justamente em um estado que tanto se liga às suas tradições. Sérgio da Costa Franco, autor da passagem que segue, não tentou camuflar o caráter explorador e opressivo da elite pecuarista, mas tão somente aduzir traços particulares à elite em questão. Assim, o autor nos faz conhecer que:

Merece menção, porque expressivo de uma mentalidade arejada e progressista para o seu tempo, o regulamento expedido para o pessoal dos serviços de dragagem das lagoas. Era esse um encargo da Secretaria de Obras Públicas, para o qual seria necessário o aliciamento de trabalhadores braçais. Regulando o regime de trabalho desses operários, o Secretário Parobé expediu instruções, aprovadas pelo Presidente Castilhos através do Ato nº 31, de 22 de setembro de 1897, nas quais se estabelecem mínimos e máximos de salários, segundo as especialidades do pessoal, limitação dos horários de trabalho (9 horas diárias nos meses do inverno, 10 horas na primavera e outono, e 11 nos meses de verão), direito dos operários à remuneração normal nos dias em que o mau tempo ou outra circunstância extraordinária impedisse o trabalho, bem como o pagamento de 2/3 dos salários aos que adoecessem em serviço ou em consequência deste. Numa época em que se negavam aos trabalhadores as mais elementares garantias, e em que os empregados das empresas privadas trabalhavam de sol a sol, sem qualquer limite, dava o governo castilhista um indiscutível exemplo de boa política social (1967, pp. 178-79).

A postura do PRR frente às lutas proletárias nem sempre se coadunou com a sensibilidade positivista frente à questão social, pois de acordo com Sandra Pesavento “em diferentes momentos grevistas, a atitude do governo variou conforme a amplitude e gravidade do evento e com as condições históricas do momento” (1979, p.227). No ano de 1906, pelo fato de não ameaçarem a ordem estabelecida, o governo não interveio nas greves de outubro, deixando que se firmasse um acordo entre patrões e trabalhadores. Já em 1917 o governo não deixou de intervir, e neste episódio o governador Borges de Medeiros agiu em favor dos trabalhadores. Todavia, nas greves de 1918, o governo mudou de postura e desencadeou uma repressão brutal sobre o proletariado, revelando o seu apego ao positivismo como “mais um posicionamento tático, enquadrado dentro de condições históricas específicas, para defender os interesses da classe dominante.” (PESAVENTO, 1979, p. 228).

Para autores como Miguel Bodea e Alfredo Bosi, a postura do PRR frente à questão social pode muito bem se afigurar como a gênese do trabalhismo ou do “Estado Providência” no Brasil. As condições para a emergência deste “pré-trabalhismo” residiriam no perfil econômico gaúcho voltado para o mercado interno e no plano da luta interna das

classes dominantes, o que propiciou o desenvolvimento de uma política econômica cujo custo social recairia sobre as oposições liberais. Destarte, o tratamento diferenciado que se deu ao movimento operário no Sul do Brasil teria capacitado as elites gaúchas no pós-1930 a engendrar as alianças com as classes populares urbanas (1977; 1992).

O fio de continuidade entre as práticas do PRR e a direção nacional de Vargas após 1930 é duramente combatido no âmbito da historiografia sobre o tema. O historiador gaúcho Alexandre Fortes notabilizou a posição de duas autoras conterrâneas acerca da questão. Para Sílvia Petersen, as ações de Borges de Medeiros não podem ser interpretadas como pró-trabalhadores, uma vez que as negociações entre capital e trabalho se davam em âmbito privado permitindo aos patrões declinarem a qualquer hora dos compromissos que assumiam. Ademais, quando da solicitação da classe patronal, o governo gaúcho tomava partido em defesa dos interesses do capital sobre o trabalho. Sandra Pesavento, por sua vez, resgata a ação da bancada gaúcha no Congresso Nacional que teria se revelado um grande empecilho à aprovação de leis de proteção social no decênio de 1920. (FORTES, 2004, pp. 276-277).

A burguesia gaúcha, em suas relações com as classes trabalhadoras do estado, atuou de modo a interferir no processo de desenvolvimento da consciência política do proletariado. Isto se deu de duas maneiras. Primeiramente por intermédio de uma postura “benfeitora”. Ao oferecer relativa estabilidade no emprego e um conjunto de benefícios aos trabalhadores, o patronato “tornou-se um grande desafio para o movimento operário, cujas lideranças identificavam seu proprietário como um concorrente na disputa pela lealdade dos trabalhadores” (FORTES, 2004, p. 178). Apesar dessa estratégia de ação patronal, a burguesia do Rio Grande não abriu mão da violência repressiva e assassina.³

³ Em 1934 os beaguins de Flores da Cunha assassinaram o jornalista Waldemar Ripolle e, meses depois, no início de 1935, abateram o dirigente do PCB, Mário Couto. Em vista da amplitude que a greve dos têxteis e dos metalúrgicos vinha assumindo e da retórica insurrecional das esquerdas no estado, incontáveis prisões de

Outro caminho trilhado pelas classes dominantes sulinas com vistas à direção moral/intelectual sobre a sociedade sul-riograndense consistiu na produção literária e histórica sobre o passado do Rio Grande do Sul.

No plano literário, desde fins do século XIX com a fundação do Partido Literário (1868) ou Sociedade Partenon, uma espécie de associação de intelectuais, já se pode observar o esforço para se louvar e enaltecer os feitos de determinadas personagens do passado. Evidentemente que estes personagens foram todos representativos das classes dominantes, cujas façanhas, reconhecidas pela literatura, credenciam-nas como símbolos da grandeza do povo gaúcho (GONZAGA, 1996).

O universo dos historiadores deste período produziu trabalhos na mesma direção que a literatura. Ou seja, a historiografia do início do século no Rio Grande prestou-se firmemente à legitimação do sistema de dominação por aquelas terras por parte de um grupo agropecuarista. Como não poderia deixar de ser, a Guerra dos Farrapos afigurou-se como “o símbolo do espírito de bravura do povo gaúcho e de suas ‘tendências libertárias’” (PESAVENTO, 1986, p. 08).

Interessante notar que no período da Primeira República, tanto liberais quanto republicanos reivindicavam a herança farroupilha, dando mostras, por isso, de uma luta intraclassista pela apropriação da memória.

Ao destacar personagens símbolos da grandeza moral, política e militar do Rio Grande, procurou-se também impor ao conjunto da sociedade sulina a idéia de que os mesmos grandes heróis encarnavam-se nas elites dirigentes de então.

O processo de glorificação do gaúcho transformou este tipo social congenitamente em um guerreiro virtuoso, viril e altaneiro. Se por um lado a generalização desta visão épica do gaúcho não permite distinguir no plano da luta de classes os patrões e os

líderes sindicais e o fechamento de diversos sindicatos foram levados a efeito. Ademais, não poucos líderes comunistas foram misteriosamente assassinados no estado.

empregados, por outro, os vultosos heróis enaltecidos circunscreviam-se sempre ao núcleo social das elites dirigentes.

Sergius Gonzaga capta com precisão o processo de transfiguração do tipo social gaúcho, antes um “pária”, convertendo-se no “centauro dos pampas”. Para Gonzaga:

Despejado de seu espaço ou simplesmente ameaçados pelo colapso de um capitalismo arcaico, os trabalhadores assumiam uma concepção idílica do passado. A exemplo dos rebeldes primitivos, de que nos fala E. J. Hobsbawn cultivariam a nostalgia de um mundo tradicional, anterior à ruptura modernizadora. Mas, ao contrário dos ‘bandidos sociais’, não empunhariam armas para enfrentar a estrutura vigente. O clima saudosista sedimentara-se como uma tática dos dominadores: sua adoção pelos dominados pressupunha o expurgo de toda e qualquer violência. A restauração de um hipotético paraíso perdido se daria exclusivamente na esfera de linguagem oral e, depois, escrita. Criou-se, digamos assim, um saudosismo benigno, não-virulento. Nos decênios posteriores, a fantasia de uma comunidade humana ideal, localizada no passado remoto, ganharia importância (GONZAGA, 1996, pp. 119-20).

Resultando eficaz o intento da burguesia sulina, o conjunto da sociedade gaúcha incorporou como também seus os interesses irradiados de uma classe social do Rio Grande, exatamente aquela que enriquecia às custas do trabalho alheio.

Afora estes dois vetores pelos quais as classes dominantes impunham sua visão de mundo à sociedade sul-riograndense, nos anos 1920, mormente no final desta década, a produção literária e historiográfica gaúcha convergiu para o grande intento político de então: ascender ao poder nacional. Segundo Ieda Gutfreind, a despeito das divergências que travavam as matrizes platina e lusitana da historiografia gaúcha, ambas se empenharam para catapultar o Rio Grande do Sul no Brasil. A idéia central era convencer o país sobre a irrefutável brasilidade do Rio Grande do Sul, estado capaz de fabricar grandes líderes à altura das demandas de um poder nacional. Pelo fato de o Rio Grande, no passado, ter defendido aguerridamente as fronteiras do Brasil, nada mais natural do que ser este estado o mais capacitado para assumir o comando da nação e impor-lhe novos rumos.

No tocante ao fazer político das classes populares no RS, afora a constatação de que as massas trabalhadoras do campo ainda não apresentavam condições para se articular e ameaçar o poder político dos proprietários rurais, vale notar que para autores como Sílvia Petersen, a força da classe operária no decurso da Primeira República é vista como inexpressiva, conquanto se inserisse num quadro de relações de produção potencialmente conflituosas (1979). Apesar disso, o proletariado gaúcho encetou importantes greves desde 1906 contando com uma significativa participação feminina, aspecto não verificável na luta armada dos anos 1960.

Para Tarso Genro, o operariado gaúcho, durante o período em tela, não assistiu passivamente ao jogo político monopolizado pelas classes dirigentes. O autor admite o pouco peso daquela classe na estrutura social daqueles anos, fato que não conferia ao operariado um papel decisivo nas lutas sociais e, tampouco, força para dividir as classes dominantes. No limite, conseguiram atrair a simpatia de indivíduos das elites para a causa proletária (GENRO, 1996).

Em face das relações do operariado sulista com o governo de Borges de Medeiros, via de regra, as jornadas proletárias caracterizaram-se pela luta direta contra os patrões e não contra o governo. A forma da sua ação foi predominantemente pacífica, não obstante a presença, em algumas ocasiões, de métodos violentos.

Como em nível nacional, o anarco-sindicalismo foi a maior influência sobre o proletariado sulino até aproximadamente 1919. Os anarquistas recrutaram operários para a militância e articularam a luta proletária gaúcha com as lutas nacionais. No interior da Federação Operária do Rio Grande do Sul (F.O.R.G.S.) forjaram-se notáveis lideranças que contribuíram para dinamizar a vida sindical no estado e para instilar no operariado sulino um espesso espírito de luta e combatividade. (PETERSEN, 1979). Cumpre notar, porém, que a despeito da força anarquista no sindicalismo gaúcho, em 1917 os

trabalhadores alinharam-se à postura do governador Borges de Medeiros que na ocasião lhes foi favorável. Este episódio é digno de nota uma vez que nos remete à discussão que outrora fizemos no texto sobre o respeito aos poderes e instituições constituídas, traço marcante da cultura política gaúcha desde um tempo remoto. Sílvia Petersen capta esta tendência no operariado gaúcho que concebia o Estado como uma instituição merecedora de respeito e até mesmo como legítimo representante da classe. De nossa parte, parece haver aí a atualização de traços do comportamento gaúcho frente ao universo da política. Este tipo de respeito parece deitar raízes na proeminência militar da sociedade e na atividade pastoril. Embora a atmosfera militar tenha se dissipado em princípios do século XX no RS, é preciso atentar para a espessa predominância do mundo rural neste período.

Ao longo dos anos 1920, o fazer-se do proletariado gaúcho apresenta mudanças substanciais no que concerne à sua percepção organizativa. Alexandre Fortes, historiando os trabalhadores de Porto Alegre contribui para conhecermos as formas de organização do proletariado porto-alegrense ao longo do decênio de 1920, época em que se processou uma significativa mudança na consciência do operariado em questão. A citação do autor que segue muito se presta à observação de como o proletariado gaúcho se desenvolveu enquanto classe, forma organizativa e estratégias coletivas. Nas palavras do autor:

Ao menos desde a década de 1920, as grandes polêmicas de política sindical não se davam mais sobre realizar, ou não, beneficência, mas sobre seu caráter e relação com a luta em defesa de interesses e direitos. É aí que podemos perceber melhor a natureza das mudanças efetivadas no Estado Novo, com a construção de mecanismos efetivos de intervenção estatal na gestão sindical, a fusão estatutária entre caixas e sindicato e a *mercantilização* dos benefícios, com sua dissociação de práticas de solidariedade tradicionais. Contemplava-se, assim, uma longa mutação identificável na substituição, no discurso das lideranças operárias, não em etapas claramente definidas, mas como *tons dominantes* de distintos momentos, da noção de *mutualidade*, ou do adjetivo mútuo (com ênfase na relação recíproca) pela de *beneficência* (com ênfase no produto ou benefício) e finalmente pela de *assistência* (que conota claramente uma relação vertical e despolitizada de concessão de benefícios, já que estabelece a distinção entre a pessoa ou a instituição que *assiste* e aquele que *é assistido*) (FORTES, 2004, p. 266).

A despeito da realização de importantes greves e do processo de amadurecimento político e ideológico do proletariado gaúcho, cumpre notar que suas grandes reivindicações mantiveram-se durante todo o período da Primeira República, o que, por sua vez, revela, que apesar de numerosas vitórias grevistas, “os problemas fundamentais por cuja solução os operários lutavam não foram solucionados” (PETERSEN, 1979, p. 321).

Vimos até agora que o Rio Grande do Sul exprimiu em nível regional os fenômenos sócio-políticos que se delineavam em nível nacional, de modo que a alguns destes fenômenos se conferiu uma “feição gaúcha”. Ademais, algumas particularidades também se avultaram no Rio Grande em função das circunstâncias históricas em que este se gestou e se desenvolveu historicamente.

Tal como ocorrera nos estados congêneres, as decisões políticas não escaparam ao controle das oligarquias em decorrência da exclusão política das classes populares, mas também pelo caráter predominantemente rural da sociedade brasileira, subalternizada pela força política e militar dos coronéis. Para Joseph Love, “de um modo geral, é mais útil examinar as disputas presidenciais sob o ponto de vista das barganhas pré-eleitorais entre as elites estaduais, do que estudar as cifras eleitorais em si” (1975, p. 116).

No Rio Grande, o período da Primeira República atualizou a polarização político-ideológica no seio das classes dominantes, gerando a partir da guerra civil de 1893-95 um ódio cujos resquícios se exprimiriam quase até o fim do período em questão. Esta é sem dúvida uma particularidade sulina, uma vez que os partidos noutras regiões nem de longe se desenvolviam sob um contexto como o que foi citado. Apesar disso, algumas práticas políticas observadas no estado que estudamos revelam uma perfeita sintonia com as práticas políticas de outros estados da federação. A manutenção da violência, da fraude e da intimidação, por exemplo, foi uma constante naquele tempo, afinal, sem isso, o PRR não conseguiria assegurar o monopólio do poder. Segundo Love, “a coerção, igualmente,

assumia diversas modalidades, desde a mobilização de unidades da Brigada Militar até o uso de táticas violentas com capangas; ameaças de demissão de funcionários públicos civis. Não existindo o voto secreto, a intimidação significava uma forma especialmente eficaz de controle político”. (1975, p. 84)

Sem embargo, já na primeira década do século XX, no seio do castilhismo-borgismo, irrompia uma geração de jovens bacharéis e políticos, em cujo frontispício avultava-se Getúlio Vargas, que dera início a uma grande virada na cultura política gaúcha. Postulando novas soluções em nível político e econômico, os jovens republicanos também se mostravam mais adeptos das soluções não-armadas para os conflitos políticos. Joseph Love consagrou na historiografia este grupo de jovens republicanos como a “Geração de 1907”, sucedendo a primeira geração republicana, tida como a dos “republicanos da propaganda”

O advento da Geração de 1907 ter-se-ia dado no contexto da eleição para a presidência do estado. Alguns estudantes da Faculdade de Direito de Porto Alegre constituíram o Bloco Acadêmico Castilhista para apoiar a candidatura de Carlos Barbosa, também apoiada pelo governador Borges de Medeiros. Dentre os acadêmicos do Bloco figuravam Getúlio Vargas, Paim Filho, João Neves da Fontoura, Maurício Cardoso, José Antônio Flores da Cunha, Oswaldo Aranha e Lindolfo Collor.

No que concerne à grande mudança operada na cultura política gaúcha no decurso da Primeira República, merece menção a Faculdade de Direito de Porto Alegre que a partir de 1900, segundo Luiz Alberto Grijó,

passaria a ocupar uma posição central não só na área do ensino jurídico e do ensino superior em geral, mas também como uma instituição formadora e legitimadora de pessoal e de práticas culturais, jurídicas, profissionais e político-partidárias. Teve o papel de socializar e formar escolar e culturalmente boa parte da elite político-partidária, intelectual, do funcionalismo público e da área jurídica do estado do Rio Grande do Sul (2005, p. 12)

Às lideranças políticas procedentes da Faculdade de Direito de Porto Alegre ou ainda faculdades fora do estado, como foi o caso da Faculdade de Direito São Paulo, propiciou-se uma nova vivência política, da qual os jovens republicanos da segunda geração passaram também a conferir uma nova dimensão ao jogo político no Rio Grande do Sul, procurando lograr êxito a partir de “critérios intelectuais”.

Também na caserna se observará uma mudança significativa no período em relevo. Segundo Grijó, os militares mais destacados no Rio Grande já não provinham mais da prática guerreira, eram já em grande parte militares formados pelas academias militares. Aos jovens bacharéis, sopesou ainda um influxo ideológico fascista em virtude de ser aquele tempo um momento de crise do liberalismo e do nascente prestígio da revolução proletária de 1917 na Rússia. O fascismo, segundo Paulo Vizentini, afigurava-se à “Geração de 1907” como um modelo de revolução conservadora e alternativa para os problemas econômicos e políticos que se encorpavam nos anos 1920 no Rio Grande e no Brasil (1998, p. 44).

Embora já tivesse irrompido um novo modo de fazer política ao Sul do Brasil, o recurso à violência não sucumbiu do horizonte, inclusive da geração que plasmaria o novo fazer político gaúcho. Neste sentido, a partir de um episódio violento envolvendo os jovens republicanos, Luiz Grijó destacou que aquela geração notabilizou às gerações predecessoras não apenas que admitiam a violência como um instrumento aceitável na peleia política, mas também de que eram capazes de empunhar as armas se preciso fosse. (2005, pp. 301-02). Nada de mais, considerando que toda mudança requer transições e em se tratando de estruturas mentais, Fernand Braudel, já há décadas, advertiu que estas se constituem nas mais complexas e lentas quando o assunto é a mudança/transformação.

Assim, apesar da sobrevivência de soluções armadas, ou pelo menos a possibilidade destas, o caminho da “grande virada” lentamente se mostrava irretroativo. Segundo Grijó:

No plano local, as relações de parentesco, clientelísticas e de posicionamento em termos de facções políticas aproximavam estes agentes das lógicas a tais relações vinculadas que estavam perpassadas por um grau bastante grande de violência física, incluindo assassinatos, surras, intimidações e a possibilidade de mobilização de tropas em tempos de crises. Porém, nenhum destes agentes limitou-se a atuar neste espaço. Instrumentalizados que estavam em termos culturais, intelectuais e profissionais também manejavam ou foram passando a manejar instrumentos como a oratória, a retórica, a lógica bacharelesca, bem como as relações formais e eufemizadas das ‘boas sociedades’ de Porto Alegre e do Rio de Janeiro (...) eles buscaram também, e em grande medida foram bem sucedidos, reconhecimentos que extrapolavam em muito a patronagem que exerciam nos níveis paroquial, estadual e federal e que atravessava as esferas jurídica, partidária, familiares, burocrática e pautava as relações de amizade (2005, p. 356-57).

Hélgio Trindade observou que a segunda geração de republicanos, quando em ação na Assembléia de Representantes cristalizou uma experiência de enfrentamento parlamentar na arena, mormente a partir dos anos 1920, quando do enfrentamento ao grupo do liberal de Gaspar Saldanha. Não mais espada ou outras armas que não a oratória e as idéias. Essa vivência, para Trindade, teria “servido de escola na formação de novos líderes republicanos com uma flexibilidade política mais ampla do que permitem as paixões regionais preponderantes até então no contexto político da Primeira República” (1980, p. 18). Embora se remetendo mais a um âmbito político eleitoral, a citação abaixo recolhida de Hélgio Trindade e Isabel Noll, nos possibilita visualizar sinteticamente alguns aspectos do fazer político no Rio Grande do Sul no decurso da Primeira República:

No Rio Grande do Sul configurou-se um padrão de comportamento político eleitoral *sui generis* em termos brasileiros. Se, durante o império, a polarização conservadores *versus* liberais reproduzia o sistema partidário nacional, o da do liberalismo oligárquico, nascido da Revolução Farroupilha de 1835, explica, em grande parte, a força dos liberais na Província de São Pedro, a partir da segunda metade do século XIX. Esta dominação liberal entra em rota de colisão com minoria republicana liderada por Júlio de Castilhos, que busca institucionalizar o novo regime com a organização de um partido coeso e hierarquizado para enfrentar a força hegemônica dos federalistas e, mais tarde, confrontar-se com libertadores até o governo Vargas em 1928. A evolução das formas de luta – da revolução armada à confrontação político-eleitoral – tornou-se um fator decisivo no processo de politização do Estado. A competição radicalizada entre os conservadores-liberais, liderados por Silveira Martins e Assis Brasil, e conservadores-autoritários, sob o comando de Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros, plasmou até a década de 30, um

sistema bipartidário competitivo e estável que contrastava com os partidos únicos regionais do resto do Brasil (NOLL: TRINDADE, 2004, p. 78).

As agremiações políticas das classes dominantes Gaúchas, em 1928 cessariam sua existência temporariamente em face da formação da Frente Única Gaúcha que resultou numa convergência em torno do nome de Getúlio Vargas para o governo do estado em 1928 e das reivindicações em nível nacional para que apoiassem as medidas sulinas que visavam debelar a crise da pecuária. Entretanto, para além deste vetor explicativo, Maria Antonieta Antonacci nos oportuniza a percepção de que a composição da “Frente” também deve ser remetida à transformação das lutas proletárias, uma vez que como vimos, nos anos 1920 o operariado gaúcho ingressa em um novo momento da sua maturidade política (1998). A esse respeito, vale a pena rememorarmos o leitor de que no período em discussão desenvolveu-se uma ampla produção literária e historiográfica que não apenas credenciava e justificava as pretensões das classes dominantes gaúchas ao poder nacional, mas também buscava legitimar o seu mando regional de modo a evocar um passado guerreiro e glorioso, sem, contudo, instilar um espírito reivindicativo e de luta nas classes subalternas.

O período compreendido entre 1930 e 1945 constitui-se num tempo espessamente significativo no que concerne à cultura política das classes trabalhadoras. Podemos asseverar que este período prepara o terreno para o grande momento das classes populares que se lançam ao centro da arena política entre 1945 e 1964. Ainda mais, os primeiros quinze anos do governo de Getúlio Vargas permitiram a construção do lastro da tradição nacional-estatista cuja emergência data do Estado Novo.

A propósito dos anos 1930, Dulci Pandolfi analisando a política nacional até 1937 observa que esta comportou significativas reviravoltas em face do conflito entre distintos projetos. Deste modo, o Estado Novo não teria sido um desdobramento natural da

Revolução de 30, mas sim o resultado possível das lutas e enfrentamentos travados durante a década em destaque. As disputas internas concernentes à duração do Governo Provisório e ao modelo de Estado, somadas ao contexto internacional marcaram profundamente a história política brasileira (1930-45) como o tempo da democracia social.

Ao passo que as oligarquias dissidentes postulavam propostas liberais e federativas, a limitação dos poderes da União e, por conseguinte, a maior autonomia regional, vigorou no Brasil um regime forte e apartidário, tendo à sua frente um Estado centralizador de orientação nacionalista e reformista. Vale lembrar que o novo bloco político que assumira a direção do país vivenciara um momento internacional marcado pela crise do capitalismo liberal, irrompida em 1929, donde o descrédito à democracia parlamentar e à economia livre da interferência do Estado.

Internacionalmente surgiam novos modelos político-econômicos como o New Deal e organizações políticas fundadas no corporativismo, no fascismo, no bolchevismo ou em outras formas autoritárias de se fazer política. Imerso num novo tempo, o da democracia social, amplos setores sociais defendiam reformas que não necessariamente se coadunariam com um modelo democrático de governo, no caso o modelo democrático-liberal. Assim é que nacionalmente a ação do governo de Vargas se pautou em medidas intervencionistas e centralizadoras e em um sistema de Interventorias de forma a assegurar o controle do poder central sobre a política local

No plano social, o período compreendido entre 1931-34 foi marcado pela sucessão de decretos e leis de proteção ao trabalhador, assinalando uma jornada de trabalho (comércio/indústria) de oito horas e regulamentando o trabalho da mulher e do menor. Junto a isso aparecera a lei de férias, a carteira de trabalho e o direito a pensões e aposentadorias. A Constituição de 1934 consagrará direitos aos trabalhadores e avançará

em outros aspectos (voto para homens e mulheres maiores de 18 anos, Justiça do Trabalho, eleições diretas para a Presidência da República, governos estaduais e prefeituras).

A ordem legal estimulou e fortaleceu movimentos sociais, greves eclodiram e o processo político radicalizou-se como comprova a formação da AIB (Ação Integralista Brasileira) e da ANL (aliança Nacional Libertadora), propiciando um momento de grande mobilização popular.

Diante disso, por sua vez, o governo parte para a ofensiva desatando uma forte repressão e aprovando a Lei de Segurança Nacional que suprimiu as franquias democráticas da Constituição de 1934. Meios de comunicação foram censurados e sindicatos suspeitos foram fechados. Não será demais lembrar que tais medidas não foram tão duramente rechaçadas pelos liberais uma vez que estes também se assustaram com o ascenso das lutas sociais.

A emergência do Estado Novo em 1937 significara o coroamento de um processo político marcado por tendências autoritárias que defendiam a idéia de que o povo brasileiro ainda não havia amadurecido para participar das grandes decisões políticas. O Estado Novo racionaliza o mundo do trabalho e intensifica o controle social. O povo participa, mas de forma controlada.

O reconhecimento da cidadania, do papel histórico e da dignidade do trabalhador proporcionou um amplo apoio das massas proletárias ao projeto varguista de governo. Para Ângela de Castro Gomes isto fora possível porque o Estado resgatou idéias, valores e a auto-imagem construída pelos trabalhadores na Primeira República, articulou demandas e tradições da classe operária, concedeu benefícios e exigira em troca o reconhecimento e a retribuição. Vale lembrar que a massa proletária do campo e os trabalhadores desempregados, sem carteira assinada ou não sindicalizados foram completamente marginalizados dos benefícios sociais que despontavam no mundo do trabalho brasileiro.

A exemplo do que acontecia na Europa o controle social sobre as massas se dava por meio de um Estado forte governado por um líder carismático. O Estado, além de forte, será concebido como o grande responsável pela promoção do desenvolvimento econômico e social do país.

O Estado Novo, por intermédio da propaganda e da cultura procurava incutir na cultura política das massas uma concepção conciliatória que rechaçava a idéia de conflito entre capital e trabalho. Nesta trilha, vale destacar ainda a importância dada aos sentimentos cívicos e nacionalistas como instrumentos neutralizadores da luta de classes.

Se, por um lado, a questão social deixava de ser um caso de polícia, o preço a pagar por isso era a perda de liberdade do movimento operário. O Estado Novo reforçou tendências autoritárias na cultura política brasileira. Em seu declínio, o resultado não era muito favorável aos trabalhadores, posto que se vivia às voltas com um forte desemprego, alta do custo de vida e baixos salários, ou seja, aqueles que o governo tinha como principais beneficiários eram talvez os mais insatisfeitos como regime (CAPELATO, 2003). Analisando as relações entre Estado, classe trabalhadora e políticas sociais no período em tela, Maria Celina D'Araújo faz notar que

Não se trata de analisar a genialidade ou o oportunismo político de um presidente, mas entender um processo maior de transformação que estava em voga: a transição de uma economia tipicamente rural para uma urbano-industrial, dentro de uma perspectiva de desenvolvimento econômico orientada por um Estado de recorte corporativista. Vargas liderou, como presidente da República, essa transição e associou, de maneira indelével, seu nome à modernização social. De outra parte, sua gestão também ficou associada a autoritarismo político. Mais do que isso, produziu-se, de forma hábil e convincente, uma ideologia de que a democracia política era incompatível com a resolução dos conflitos sociais e de que só o Estado estaria apto a dar soluções cabíveis nesse casos. Construiu-se, portanto, uma doutrina que associou autoritarismo a direitos ou que, pelo menos, subestimou a democracia política como recurso eficaz para garantir os direitos dos trabalhadores ou até mesmo o crescimento econômico (2003, pp. 215-16).

Importa-nos aqui destacar que o Estado Novo comportou em suas entranhas a emergência de uma tradição política que marcaria fortemente as esquerdas pelo menos até 1964. Referimo-nos à tradição nacional-estatista.

De acordo com Daniel Aarão Reis Filho o projeto nacional-estatista esboçou-se no período do Estado Novo e percorreu vários anos até o desfecho de 1964. Com poucas tintas, no centro deste projeto figurava a defesa de um Estado forte e interventor, capaz de promover o desenvolvimento econômico autônomo e a justiça social através da regulação do mercado e de um vigoroso planejamento. Ao fim de tudo, intentava-se construir uma nação poderosa, próspera e sem grandes diferenças sociais (2002, p. 95). Na medida em que houvesse o desenvolvimento econômico com certo grau de justiça social, o regime, mesmo que autoritário, ganhava legitimidade. Neste contexto, ainda segundo Daniel Reis,

As circunstâncias acabariam construindo uma rede de contradições entre os trabalhadores e os valores democráticos (...) a democracia virou termo de elite, reivindicação hipocritamente esgrimida para confundir os ingênuos, terreno movediço. Assim, do ponto de vista dos trabalhadores, seria possível e até necessário aproveitar os espaços e as margens democráticas, desde que servissem para fazer avançar o progresso social e a independência nacional. Estas sim, tornar-se-iam as referências fundamentais para avaliar verdadeira democracia (REIS FILHO,).

Com isto queremos fazer notar que as esquerdas brasileiras e os amplos setores sociais submersos na tradição nacional-estatista foram fortemente marcados muito mais pela idéia de progresso e justiça sociais sem que a democracia política se afigurasse no centro das suas expectativas.

O nacional e o regional: 1945-1964

O caminho que percorreremos doravante inicia-se em 1945, ano emblemático porque, dentre as nuances históricas em que se pode captá-lo, destacamos o fim da Segunda Grande Guerra a partir da derrota da máquina de guerra nazista e de seus aliados italianos e japoneses. A vitória aliada sobre governos autoritários inaugurara um novo tempo com tintas democratizantes em várias partes do mundo. Nas entranhas deste novo tempo iniciara-se também a disputa entre os EUA e a União Soviética pela direção política mundial, delineando o que na historiografia consagrou-se como Guerra Fria. Um quadro político não menos importante, guardada a devida escala, se gestava ao Sul do Equador, o qual a partir da breve citação podemos ter uma idéia do período em questão:

A conjuntura delimitada pelos anos 40 e início dos anos 60 foi caracterizada pela crença de expressivos segmentos da sociedade civil brasileira de que a modernidade só seria alcançada se apoiada em um programa governamental sustentado pela industrialização, por políticas sociais distributivistas e por efetiva defesa do patrimônio econômico e cultural do país. Tal projeto não era unívoco nem homogêneo na sua concepção. Era, na verdade, matizado por proposições específicas de diferentes partidos políticos e organizações da sociedade civil (NEVES, 2001, P. 172).

Vimos anteriormente que o período compreendido entre 1930 e 1945 abarca desde momentos de agitação política que se ilustra com a revolta paulista de 1932 até o estabelecimento da legislação social introduzida em ambiente de baixa ou nula participação política e de precária vigência dos direitos civis (LOVE, 1975). Visto como o tempo da cidadania social (CARVALHO, 2001), vale reiterar que esta cidadania não se estendeu aos marginalizados do campo e aos trabalhadores urbanos não-sindicalizados. Por vários ângulos, o período que se estende de 1945 a 1964 pode realmente ser percebido como “o tempo da experiência democrática”. Todavia, embora desejável, este período para nós, não pode ser considerado assim tão democrático, bastando para tanto, recordar o leitor

que o Partido Comunista do Brasil fora posto na ilegalidade já em 1947 e o direito de greve fora duramente combatido pelo governo.

Embora reconheçamos a existência de uma farta literatura sobre o período que se estende de 1945 a 64, ainda assim, muito brevemente, traçaremos algumas linhas com vistas à identificação de semelhanças e dessemelhanças do cenário nacional com o contexto histórico gaúcho no mesmo período.

Um dos primeiros aspectos digno de nota diz respeito à obrigatoriedade do caráter nacional às agremiações partidárias estabelecida pela Lei Agamenon de 28 de maio de 1945. Com isso, iniciava-se um processo de ruptura com a tradição partidária de cunho regionalista, conformando, a partir de então, partidos nacionais como a UDN, o PSD e o PTB. Sem embargo, não podemos deixar de mencionar o PCB que desde 1922, ano de sua fundação, pelos postulados tático-estratégicos inerentes a partidos desta natureza, já intentava configurar-se como um partido de âmbito nacional.

A União Democrática Nacional (UDN) nascera de uma ampla frente de oposições ao Estado Novo, contribuindo inclusive para a queda deste. Por sua vez, o Partido Social Democrático (PSD) já se constituía numa agremiação enraizada na máquina administrativa desde o primeiro governo de Vargas. Por estes fatores, em termos eleitorais, não foi difícil ao PSD lograr sucessivos êxitos, uma vez que controlava uma espessa estrutura administrativa e detinha uma ampla rede de clientelismo político. Já o Partido Trabalhista Brasileiro, o PTB, atrelado à mão forte de Vargas desde o seu nascedouro, somente em 1954 daria seus primeiros passos rumo à autonomia perante a personalidade do gaúcho de São Borja. As metamorfoses do PTB ditariam o caminho das suas alianças, primeiramente com o PSD e posteriormente com os comunistas e toda sorte de nacionalistas de esquerda.

Se o período sobre o qual discorreremos não pode firmemente ser considerado como o tempo da experiência democrática, por certo, pode ser notado como o tempo em que as

classes subalternas gradativamente foram ocupando o centro da arena política para combater até mesmo pela via do confronto em prol dos seus interesses econômicos e políticos.

Uma das maiores expressões da participação política deste período pode se verificar no movimento queremista, que em seu nascedouro, já se revelava paradoxal. Isto porque a ditadura varguista cedia lugar a uma forma de democracia, ao passo que o ditador se fortalecia politicamente em vista de ser aclamado por milhões de brasileiros que se mobilizavam em defesa da sua permanência como timoneiro da nação. O paradoxo tem sua explicação, por um ângulo de visão, quando se rememora que foi justamente no governo de Vargas que uma ampla legislação social, antes praticamente inexistente, estabeleceu-se no país. A evolução do movimento queremista foi extraordinária, uma vez que se iniciou por manifestações contrárias aos insultos a Vargas, ganhou consistência organizacional e política com comitê Pró-Candidatura Getúlio Vargas do Distrito Federal, avançou para a proposição de uma Assembléia Nacional Constituinte e desaguou na percepção de que se fazia necessário institucionalizar aquele movimento sob a forma de um partido, donde o PTB, conquanto este não tenha sido criado pelas classes exploradas.

Embora as camadas populares vivessem um grande momento da história da sua participação política, em vários aspectos o processo de exploração e dominação mantinha-se, na prática, inalterado. Tome-se como exemplo a questão fundiária, já amplamente desprezada pelo getulismo e também pelo governo de Juscelino Kubitschek que, no ano de 2006, foi alvo de elogios tanto pela rede de comunicações mais poderosa do Brasil, quanto por inúmeras revistas de história cuja qualidade é bastante duvidosa. Justamente em um ano eleitoral, propaga-se a idéia de que seu governo não apenas revolucionou o Brasil, mas foi o paradigma da boa governança do país.

No mandato presidencial de Juscelino não houve uma política fundiária, mas sim um processo de ampliação do modelo oligárquico de apropriação territorial. Os conflitos agrários que entre 1961 e 1964 assumiriam proporções alarmantes foram completamente ignorados pelo presidente "Bossa Nova". Desta forma, o movimento desordenado de apropriação de terras durante aqueles anos propiciou o domínio da elite rural sobre as novas propriedades e ainda fortaleceu o poder econômico, social e político das oligarquias.

Indubitavelmente os perdedores foram as populações pobres do campo, já à margem dos benefícios da legislação trabalhista e agora acuados pelo fortalecimento das elites fundiárias. Os pobres de toda sorte foram os grandes perdedores das lutas sociais travadas no decurso do governo de Juscelino Kubitschek (MOREIRA, 2003, v. 3).

Conquanto o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) centro de produção e difusão de um ideário nacionalista, tivesse fornecido um programa de desenvolvimento econômico e social para o país, Juscelino optou por uma linha política mais atrelada ao capital estadunidense. Vale destacar que os trabalhos dos intelectuais do ISEB ajudaram em boa medida para a irrupção e o desenvolvimento de tendências nacionalistas dos mais diversos matizes. Em grandes linhas, o ISEB propunha uma industrialização de tipo capitalista, apoiado nas classes dinâmicas da sociedade brasileira e confrontando-se com as classes arcaicas, entendidas como o grande empecilho político à modernização. Destarte, o desenvolvimento industrial se daria por meio de uma hegemonia burguesa. Esta visão não era consenso no interior do ISEB uma vez que este Instituto comportava a coexistência de posições liberais e posições socialistas.

Recuando alguns anos, mais especificamente ao segundo governo de Vargas, guindamos a observação de Maria Celina D'Araújo, segundo a qual um dos grandes problemas de Vargas (1951-54) consistira na incapacidade de as instituições políticas formais absorverem a ampla participação política (1999). O descompasso, a nosso ver não

constitui um paradoxo, uma vez que como já ensinara Fernand Braudel, as várias instâncias da vida, em seu processo de mudança, comportam tempos distintos e assimétricos.

O tempo da participação política corria muito mais aceleradamente do que o tempo da devida transformação e adequação da burocracia e da administração estatais. Até o ano em que Vargas suicidou-se a economia brasileira, considerada desde 1945 até 1954, crescera a uma média de 7,6% ao ano (ABREU, 1999).

Na medida em que se ampliava a cidadania política, descortinava-se um novo horizonte para as criaturas por todo sempre esquecidas. Sobre seus destinos, a partir de então, foram instiladas a participar e a construir, donde a reivindicação, senão do protagonismo, pelo menos como voz a ser considerada mediante uma participação política efetiva. Por esta trilha, no rumo do incentivo ou da necessidade de contenção do ímpeto popular, formaram-se frentes políticas como a Frente Parlamentar Nacionalista (FPN - 1956/64) e a Ação Democrática Parlamentar (ADP - 1º sem/1961), ambas consoantes aos dois grandes projetos antagônicos de sociedade daqueles anos, a saber, os projetos nacional-estatista e o liberal-internacionalista ou liberalista-internacional.

De acordo com Daniel Aarão Reis Filho o projeto internacionalista-liberal consistia num projeto ou programa sobejamente excludente cuja concepção econômica ancorava-se no atrelamento da economia brasileira à economia dos países capitalistas mais desenvolvidos, sobretudo à dos Estados Unidos. Sua índole anticomunista e seu desdém para com as iniquidades sociais do país eram marcantes. Por fim, honrando as tradições das classes dominantes no Brasil, os defensores deste projeto nutriam um espesso horror a possibilidade de participação popular junto ao processo decisório próprio do jogo político.

Apesar dos problemas que se avolumavam no segundo governo Vargas, ainda assim, as massas depositavam no estadista gaúcho uma confiança nada desprezível, pois se a inflação crescia, por outro lado, também a renda melhorava, visto que foi neste período que o salário mínimo fora aumentado em 100%o seu valor. Prova do prestígio que ainda gozava Vargas pode ser remetida às explosivas manifestações populares deflagradas com o suicídio daquele estadista. O impacto destas manifestações obrigou conservadores e reacionários a postergar em pelo menos um ano a tomada do poder em suas mãos.

Em novembro de 1955, outra vez as direitas são contidas, desta feita pelo contragolpe liderado pelo Marechal Henrique Teixeira Lott em defesa da posse de Juscelino Kubitschek. Como decorrência deste episódio, o Coronel Nemo Canabarro Lucas fundou a “Frente de Novembro” abrigando em seu interior oficiais, sargentos, sindicalistas, petebistas e comunistas unidos pelo nacionalismo. Em outras esferas é possível observar o florescimento de nacionalismos por aquele período.

O processo tardio de industrialização, levado a efeito em boa medida por corporações multinacionais, não deixou de suscitar a emergência de conflitos de interesses com os Estados Unidos. Neste nível, fortes aspirações nacionalistas desataram-se, de tal maneira que chegaram a se imbricar/confundir com as reivindicações de caráter social. Segundo Moniz Bandeira “a luta de classes radicalizava assim a contradição entre as necessidades nacionais e os interesses estrangeiros, entrançando-se com ela, e se estendia ao campo, no assédio ao governo” (2001, p. 73).

A contenção do golpe direitista em 1955, somada ao florescimento nacionalista, instilou o PTB a direcionar parte de seus esforços para o trabalho de cooptação dentro das Forças Armadas. Conquistar corações e mentes militares tornava-se, a partir de então, um importante objetivo a ser atingido pelos trabalhistas.

Por fim, ainda antes do golpe uma nova possibilidade de confronto se abriu no horizonte. Desta feita em agosto de 1961, traduzido no glorioso movimento pela defesa da legalidade constitucional. Muito mais importante do que historiar, ainda que em brevíssimas linhas, posto que tal episódio já se encontra devidamente historiado, cumpre notar que a partir daí os projetos e, mais especificamente seus defensores, passaram a postular a alternativa do confronto em vez de formas negociadas para a solução dos impasses que se avolumavam.

Não tardaria, portanto, para que a correlação de forças fosse assumindo a feição daquilo que para Carl Von Clausewitz afigura-se como a “ascensão aos extremos”. Por aí, a conjuntura compreendida entre 1961 e 64 assinalaria um processo formidável de mobilização política das massas que se encerraria apenas em março-abril de 1964.

A cientista política Argelina Figueiredo faz-nos perceber que no bojo da confrontação de projetos, irromperam propostas de saídas dialogáveis e negociáveis, todavia, foram sobejamente derrotadas pela miragem da esquerda quanto à sua força político-militar e à intolerância excludente e pró-imperialista das frações de classes que depuseram Jango por meio de um golpe civil-militar. O esteio para tal desfecho pode ser encontrado no processo de disputa político-ideológica travado pela Frente de Mobilização Popular e pelos organismos patrocinados pelo complexo IPES/IBAD (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais/Instituto Brasileiro de Ação Democrática).

Ao Sul do Brasil

No período que se estende de 1945 a 1964 no Rio Grande do Sul o painel social e político se mostrou consoante às grandes questões que se delineavam em nível nacional. De sorte que no Rio Grande o quadro político-eleitoral afigurou-se atipicamente se comparado com o quadro eleitoral nos demais estados da federação. Estudiosos do assunto afirmam que a configuração partidária se desenharia fortemente vinculada às tradições e aos padrões de posicionamento político-eleitoral do pampa gaúcho.

No período pós-1945, o estado do Rio Grande do Sul abrigou um quadro partidário consoante às suas tradições político-eleitorais de outrora, considerando que a confrontação PTB versus anti-PTB reproduzia a polarização inaugurada anos antes da mudança do estatuto jurídico-político do Brasil em 1822. Assim, no tempo do Império confrontaram-se conservadores e liberais, ao passo que durante a Primeira República a confrontação se deu entre conservadores-liberais (federalistas e libertadores) e conservadores-autoritários (republicanos positivistas). No pós-1945 a UDN e o PL inseriram-se no campo anti-getulista e anti-petebista na medida em que PTB e PSD compunham um campo menos conservador.

Conforme já perceberam Héglio Trindade e Isabel Noll, a polarização verificada no período pós Estado Novo verificar-se-á também no tempo da ditadura na medida em que ARENA e MDB revivem ainda uma vez o padrão de confrontação. No presente em que nos situamos, desde meados dos anos 1980, no Rio Grande do Sul, parece subsistir o padrão de confrontação que Trindade e Noll salientam. De um lado temos a Frente Popular (campo de esquerda) confrontando-se com as forças anti-Frente Popular (conservadores e reacionários).

Enquanto o PSD gaúcho herdara a máquina partidária do antigo Partido Republicano Liberal (PRL), partido governista de Flores da Cunha e do PRR de Borges de Medeiros, o

PTB lentamente foi conquistando espaço nas zonas urbanas e nas bases políticas da região das Missões, local de nascimento de Vargas, Jango e Brizola.

O espaço político que a UDN ocupara em nível nacional, no Rio Grande do Sul fora ocupado sobretudo pelo Partido Libertador (PL). Apesar de comportar características semelhantes (elitista, liberal e anti-getulista), nas palavras de Miguel Bodea, o PL “levava uma grande vantagem sobre a UDN: era portador de uma longa tradição política, cultural e até militar (Guerras Civis de 1893-95 e 1923) que remontava aos federalistas dos anos 1890 e aos libertadores da era Borges de Medeiros (1903-28)” (BODEA, 1992, p. 18).

De acordo com Hélió Trindade, o espectro político gaúcho se completou às vésperas das eleições de 1945 com a Esquerda Democrática, o PCB e o PRP que juntos completavam o quadro político sulista no período em relevo. Neste pleito, de 1945, o PSD no Rio Grande obteve ampla maioria dos votos a exemplo do que se operava em escala nacional. Todavia, também como noutras regiões, o partido citado fora gradativamente perdendo terreno.

Os campos políticos conformados no período que se inicia com o ocaso da ditadura de Getúlio Vargas vão gradativamente se desfazendo em face das demandas econômicas que se vão imprimindo na história do Rio Grande entre 1945 e 1964.

Para efeito de ilustração, içamos daquele contexto o processo de luta pela instalação de um pólo industrial no estado que pesquisamos. Este movimento encetado pelas classes dirigentes obriga-as a pugnar por uma nova inserção política, do âmbito regional para o nacional, desgarrando-as do seu gauchismo para se inserir numa posição subalterna e associada ao capital multinacional.

Em princípios dos anos 1960 o desenvolvimento econômico do estado desatou a polêmica acerca das formas de organização do trabalho social. Destarte, processar-se-ia a partir daí um duplo movimento de afastamento e de divisão do trabalhismo gaúcho entre as

posições de Alberto Pasqualini (adesão ao capital estrangeiro) que permanecem mesmo depois de sua morte e as posições políticas de Brizola (capitalismo autônomo e promovido com forte apelo estatal), radicalizando o trabalhismo que, por sua vez, provocou o afastamento gradual do PSD, antigo aliado do campo pró-reformismo social. Para além desta característica, o trabalhismo gaúcho comportou outros aspectos interessantes e pouco ou nada verificáveis nos estados congêneres. Vejamos então.

O trabalhismo gaúcho

Em um momento anterior deste texto marcamos nossa posição acerca das considerações de Angela de Castro Gomes sobre a impossibilidade de se resgatar a gênese do trabalhismo em um tempo anterior ao decênio de 1940. A exemplo de Miguel Bodea, enxergamos o germe do trabalhismo já na Primeira República gaúcha. Antes de tudo porém, chamamos a atenção do leitor para que observe particularidades do trabalhismo em terras sul-riograndenses, parteira de homens como João Cândido e Luís Carlos Prestes.

Vimos anteriormente como a Primeira República no Rio Grande do Sul reproduz e atualiza as tradições políticas gaúchas. Neste período é possível perceber como novos valores se agregam e ainda promovem a grande virada no ser e no fazer político dos gaúchos, a saber, a mudança da política das armas para a política da palavra.

O caldo de cultura política das elites dirigentes sul-riograndenses abarcará experiências armadas como as de 1893-95 e de 1923, uma grande rivalidade intraclassista jamais vista em outro estado da federação e, por fim, a necessidade de compor com seus adversários históricos em fins do decênio de 1920. Sem embargo vimos ainda que mesmo para a chamada Geração de 1907, paladina da grande mudança do fazer político gaúcho, a violência não desapareceria por completo de seu horizonte.

Assim, lançar mão da violência como um recurso político não foi um monopólio das classes dominantes. Tal observação se confirma claramente quando observamos as greves

proletárias ao longo da Primeira República, as quais também carregaram a tatuagem da contundência política. No dia dezessete de outubro de 1917 estourou uma greve na Viação Férrea do Rio Grande do Sul conferindo um alto grau de violência por parte dos trabalhadores. Neste episódio, cem operários armados invadiram a estação ferroviária de Santa Maria, danificaram equipamentos e colidiram as locomotivas, umas contra as outras, de forma a paralisar o tráfego. Tanto o caráter grevista quanto o alto grau de violência se generalizaram para todo o estado gaúcho.

Temos por certo que, por mais que uma dada sociedade não faça uso da violência como um recurso, isto não a torna livre por completo da possibilidade de fazer uso da violência. É possível que a violência política permaneça nas entranhas das sociedades como um vulcão sonolento, uma vez que o processo de apropriação privada dos meios de produção é por si só uma violência, conforme já salientou Friedrich Engels em seu *Anti Düring*, mas que pelos mecanismos superestruturais se possa camuflar o processo de exploração. Para o grande parceiro de Marx, a primeira manifestação da violência não se realiza no âmbito da força, mas no âmbito das relações econômicas. De maneira que, mesmo a instituição da propriedade privada, segundo Engels, não se efetivara por meio do uso da violência, mas por um processo de mudanças nas condições de produção e de troca. Estruturadas as sociedades a partir da divisão de classes, e, por conseguinte, por interesses econômicos distintos e antagônicos, as relações políticas passaram a refletir, em maior ou menor grau, aspectos conflitantes desatando, por vezes, embates violentos (ENGELS, 1979).

Ao contrário de tantos politólogos, temos que a violência é também uma parte constitutiva do fazer político, e longe de anular a política, e sim uma manifestação desta por outros meios conforme já ensinou o general prussiano e filósofo da guerra filósofo da guerra Carl Von Clausewitz.

Uma vez que concordamos com boa parte das observações de Miguel Bodea, discorreremos sobre o trabalhismo gaúcho baseados essencialmente em seus trabalhos. Para este autor, a experiência da greve de 1917 se exprime nos anos 1920 e se projeta a partir de 1930 em nível nacional. Para Bodea, o Vargas de 1945 e de 1954 já zse encontram presentes de forma embrionária no Vargas dos anos 1920, posto que sua fração política “gestaria um conjunto de práticas políticas e um corpo doutrinário – ainda que rudimentar – tendencialmente modernizante, embora impregnado de fortes traços autoritários e mesmo corporativistas” (1992, p. 143).

A experiência a qual se refere Bodea versa sobre o comportamento das classes dominantes perante as reivindicações dos trabalhadores, ainda mais porque se tratava em boa medida de empresas estrangeiras. Para nosso autor, alguns elementos facilitaram esta suposta “aliança para baixo” entre setores das classes médias urbanas acopladas ao segmento da oligarquia dissidente representado pelo Partido Republicano Rio-Grandense e as nascentes forças populares que invadiram o cenário político com a greve de 1917. Dentre estes elementos destacamos o perfil nacional da mão de obra fabril no Rio Grande do Sul e o caráter dissidente da oligarquia que capitaneia, a partir do PRR, o estado por mais de trinta anos. Não pertencendo à elite do complexo cafeeiro e, ainda mais, voltada para o mercado interno, uma fração das classes dirigentes gaúchas lastreou-se para anos mais tarde contribuir para a irrupção da tradição trabalhista.

A existência de algumas imbricações entre as classes dominadas e dominantes sugere pensarmos no lastro nacionalista das elites dirigentes do pós-1930. Nos boletins grevistas de 1917 já é possível notar como o proletariado não se refere mais aos seus companheiros como classe operária, mas sim como povo. Destarte, segundo os boletins, o governo estadual já não era mais visto como um entrave ou um instrumento de dominação. Pelo contrário, ele passara a ser visto como um aliado cujo apoio chegara a ser solicitado pelos

grevistas. A nosso ver, esta experiência lastreia o nacionalismo e o diálogo conciliatório que se estabelecerá a partir da Revolução de 1930 da parte do governo varguista. O vetor nacionalista que se insere como um elemento constitutivo das classes exploradas no Rio Grande do Sul se insere, por outros motivos também nas classes dominantes. Em se tratando de uma burguesia coadjuvante em meio no palco das grandes decisões econômico-políticas, cujo perfil econômico subsidiário daquelas elites gaúchas voltava-se para o mercado interno, via-se como relevante a proposta de elevação do nível de vida das camadas urbanas e uma política de proteção perante a produção estrangeira. Estas características seriam importantes para o processo de formação do trabalhismo gaúcho.

O Partido Trabalhista Brasileiro, no Rio Grande do Sul, foi formado a partir da convergência de três tendências político-sociais marcantes: uma dissidência oligárquica interessada na reforma do Estado e da sociedade, uma liderança intelectual positivista-progressista coordenada por Alberto Pasqualini e um movimento social autônomo catalisado pelo movimento sindical regional. Neste processo parece ter predominado a liderança intelectual independente de Pasqualini que, aliado ao movimento sindical, pressionara Vargas a caminhar na trilha do progressismo democrático. Possivelmente figura entre as razões para a predominância da corrente doutrinário-pasqualinista, advinda da União Socialista Brasileira (USB) o fato de esta comportar traços mais orgânicos e um programa social reformista bem delineado, aspectos não verificáveis nas demais correntes constituintes do processo genético do PTB gaúcho.

Essencialmente, o programa da USB assentava-se no princípio da propriedade privada dos meios de produção, cujas limitações seriam determinadas pelos interesses coletivos. Indubitavelmente, a presença deste movimento de esquerda conferiria um caráter particular à seção regional do partido em tela, dando-lhe inclusive uma conotação de partido de esquerda ao Sul do Brasil.

Acerca da vertente pragmático-reformista, vale tecer aqui algumas observações. Constituída essencialmente por políticos profissionais vinculados ao Partido Social Democrático (PSD), gravitavam na órbita getulista e empreenderam seu ingresso no PTB em período imediatamente posterior à realização do pleito eleitoral de 1946. Para Bodea, o processo de “transfusão getulista” só se concretizaria plenamente com a formação do Partido Social Democrático autonomista (PSDA) no ano de 1950. Este caminho percorrido teria propiciado ao PSD gaúcho um “purificação” em relação às influências getulistas, fator não observável no PSD d’outros estados. Este processo de purificação resulta na quase impossibilidade de compor alianças entre PSD e PTB, vindo o primeiro partido a compor uma ampla frente anti-petebista em solo gaúcho. Este fenômeno se atualizará no período pós-1966, quando a partir do Ato Institucional dois (AI-2) delimita-se a vida partidária à existência da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e do Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Neste caso, as tradições políticas gaúchas de polarização político-ideológica mostraram sua força e sua atualidade, não obstante o fato de conjuntura compreendida entre 1945 e 1964, a partir dos seus ziguezagues político-ideológicos, também ter contribuído para a manutenção das tradições político-eleitorais gaúchas. No mais, vale mencionar que no estado do Rio Grande do Sul, o PTB, já em 1946, disputaria a posição de maior partido gaúcho com o PSD.

Uma outra demonstração da particularidade do PTB gaúcho, desta feita concernente à sua estrutura organizativa, diz respeito à formação e atuação das chamadas “alas profissionais” criadas sob inspiração da corrente “sindicalista”, com destaque especial, pelo que desempenharia doravante a chamada “Ala Acadêmica Trabalhista”, posteriormente denominada apenas como “Ala Moça”, cujo primeiro presidente fora Leonel Brizola. Nesta ala, segundo Bodea, ter-se-ia operado uma simbiose política das três correntes formadoras do PTB gaúcho.

Outra característica importante que denota a singularidade do partido regional em pauta refere-se à forma de projeção política dos seus grandes líderes. Para Bodea, estas lideranças se gestam, se fortalecem e se projetam “a partir da sua ascensão dentro de uma estrutura partidária regional e não, como muitos parecem supor, a partir de uma relação carismática direta entre o líder e a massa popular” (1992, p. 194). Prossegue Miguel Bodea afirmando que:

Apenas numa terceira fase, e, aí sim, a partir do momento em que o líder partidário assume posições de destaque no aparelho de Estado é que começa a surgir o fator carisma. Os exemplos mais nítidos disto são Vargas, Brizola e Jango. Apenas a partir do exercício da presidência da República da prefeitura de Porto Alegre e do Ministério do Trabalho, respectivamente, é que se desenvolve, de forma significativa, o aspecto carismático de suas lideranças (1992, p. 201).

Esse perfil mais organicista do PTB gaúcho explicita-se, por exemplo, quando em fins de julho de 1950 um grupo de trabalhistas sugeriu a formação de um comitê de apoio à candidatura de Pasqualini a senador. Este em resposta, escreveu:

Nossa preocupação, neste momento, deve ser difundir os ideais do trabalhismo, mostrar a verdade dos seus princípios e a excelência de suas diretrizes programáticas. Não se trata de “teorias” como alguns pensam ou dizem, mas de assentar soluções racionais com base na ciência social e econômica para as questões fundamentais, sobretudo, as que interessam às classes proletárias, aos trabalhadores da terra, à produção e à organização econômica em geral. As necessidades e aflições do povo devem ser temas para estudos sérios e não temas para demagogia eleitoralista. É necessário, principalmente, que os objetivos do trabalhismo não sejam esquecidos, desvirtuados ou postergados por interesses secundários e subalternos, notadamente de caráter pessoal. Lutamos por uma causa e a campanha somente terá sentido se tivermos sempre presentes os objetivos dessa causa, pois que eles devem constituir os motivos permanentes de nossa ação política. O que, portanto, desejaria pedir aos caros amigos é a realização de um trabalho intenso de difusão, propaganda e esclarecimento das idéias que defendemos, para que todos possam compreendê-las e senti-las, criando-se, assim, a verdadeira mentalidade trabalhista. Devemos dar à política um sentido elevado e educativo, a fim de que o povo adquira um discernimento cada vez maior e não se desencante e se desiluda cada vez mais com os aspectos desconcertantes senão deprimentes que, por sua vez, ela oferece. A conquista de votos deve ser uma consequência da conquista de consciências e só teremos êxito se as urnas forem a consagração

de nossos ideais. O Partido é o instrumento de uma idéia. Todos nós servimos ao Partido, cuja vitória deve constituir nossa preocupação neste momento” (BODEA, 1992, pp. 68-69).

Alberto Pasqualini vai mais longe e parece ter a exata medida do tempo da cultura política gaúcha. Em um comício realizado na cidade de Alegrete quando da sua campanha para senador em 1950, Pasqualini pronunciou no interior do Cine-Teatro Glória com transmissão direta pela rádio local:

Os entreveros do passado são os comícios do presente. Os caudilhos de ontem são os líderes de hoje. O choque cruento das armas passou a ser tão-somente o debate pacífico das idéias. Estamos na transição de uma fase romântica de nossa história política para um período mais realístico. Nossa evolução social e econômica cria novos problemas que já não se resolvem com pontas de lança e patas de cavalo, companheiro inseparável do gaúcho, está criando rosas e asas, está sendo substituído pela máquina, pelo automóvel, pelo jipe, quando não pelo teco-teco. Antes os gaúchos só cavalgavam. Hoje, eles rodam e voam, Até as lerdas carretas vão mingando para dar lugar aos caminhões velozes. Pelas noites e pelas madrugadas já não se ouvem tão seguido os rangidos dolentes, o tinir da agulhada e a voz melancólica do carreteiro, mas ouve-se o ronco dos motores e o som estridente das buzinas (BODEA, 1992, p. 71).

Em 1954, o trabalhismo gaúcho perderia Vargas e amargaria a segunda derrota eleitoral de Pasqualini. A partir de então, mudanças substanciais se operariam no PTB sul-riograndense. Sem duas grandes lideranças importantes, o trabalhismo gaúcho empunharia mais firmemente as bandeiras nacionalistas e antiimperialistas. Indiscutivelmente, a Carta Testamento figurou como um dos grandes fatores que concitou parte dos trabalhistas a radicalizarem suas posições. Para completar este quadro, vale lembrar que João Goulart assumiria a presidência do PTB nacional enquanto que em âmbito regional, Leonel Brizola seria o grande timoneiro, dois grandes expoentes do nacionalismo trabalhista.

Apesar de todo simbolismo da Carta Testamento e da impetuosa fúria popular provocada pelo auto-extermínio de Getúlio Vargas, o PTB malogrou eleitoralmente naquele ano de 1954. Em verdade, parece mesmo que as grandes mobilizações em questão assustaram as classes médias e os pequenos e médios proprietários, provocando a fuga de

votos possivelmente endereçados ao PTB regional. Este fenômeno, em verdade, foi não somente regional, mas também nacional.

Neste período inicia-se um interessante processo de aproximação das bases trabalhistas com as comunistas, mormente em nível sindical. Ilustre-se isso com a greve geral de seis de julho de 1954 em que se percebeu uma estreita colaboração entre trabalhistas e comunistas. Antes mesmo desta data, mais especificamente a partir de 1947, quando o PCB fora posto na ilegalidade, o trabalhismo vinha absorvendo diversos quadros oriundos do PCB.

O processo de “esquerdização” do PTB déia suas raízes não apenas nas suas particularidades, mas também no comportamento das classes populares. Na medida em que estas classes pressionam os partidos em defesa de bandeiras mais social-reformistas, o PTB vê-se obrigado a girar mais à esquerda, donde se explica por um ângulo de visão o processo de separação entre conservadores e progressistas no estado do Rio Grande do Sul. Mais ainda, por aí também se pode perceber o caminho trilhado pelo PTB brizolista em direção a posições mais socialistas.

No que concerne ao trabalhismo gaúcho e, de certa forma, à cultura política gaúcha no século passado, merece destaque a abordagem de Miguel Bodea a respeito de um padrão de relacionamento entre as lideranças nacionais e regionais. Para o autor, esta relação fora regida por um jogo dialético de complementaridade e conflito cujas raízes devem ser buscadas no início do século XX - Bodea se ampara nas seguintes relações entre lideranças regionais e nacionais respectivamente: Pasqualini e Vargas; Júlio de Castilhos e Demétrio Ribeiro; Borges de Medeiros e Pinheiro Machado; Borges de Medeiros e Vargas; Flores da Cunha e Vargas; Brizola e Jango.

Em todos os casos analisados, observa-se uma divisão de tarefas entre o líder nacional e o líder regional num patamar de desenvolvimento assimétrico do quadro

partidário nacional e regional. Dentre outras particularidades ainda do PTB regional e do nacional, vale destacar que enquanto no Rio Grande do Sul o Partido Trabalhista Brasileiro fora capaz de governar sozinho ou aliado a forças políticas pouco robustas, em âmbito nacional impunha-se uma ampla política de alianças. Como corolário desta situação, Bodea sustenta que:

Esta dicotomia gera, para o líder político gaúcho de projeção nacional uma curiosa combinação de vantagens e desvantagens, de força e de debilidade. A sua vantagem e sua força iniciais no contexto político nacional derivam justamente da solidez e avançada organicidade da sua base de apoio partidário regional (...) Mas na sua atuação ao nível nacional, o líder político gaúcho vê-se forçado a desenvolver uma política de alianças e compromissos que acabam colocando-o em conflito com a sua própria base de sustentação regional (1992, 172).

Desta maneira o corpo doutrinário do partido em nível regional sempre comportara uma maior firmeza, no que se explica a atitude do PTB gaúcho que, não concordando com a política nacional de alianças, exigira da liderança nacional a devida coerência e fidelidade aos princípios partidários. As conseqüências desta relação podiam gerar, como de fato geraram, situações espinhosas no plano da luta de classes. Neste caminho, Miguel Bodea constatou que:

O apoio e a fidelidade de amplos setores das massas populares ao projeto getulista e trabalhista, passa a independe, de forma crescente, do apoio, ou não, de alguma fração das classes dominantes a este mesmo projeto (...) Surge, portanto, um descompasso crescente entre a mobilização popular em defesa do projeto explicitado no discurso trabalhista e a viabilidade da implementação do compromisso social visado pelos líderes trabalhistas ao nível das classes dominantes e do aparelho de Estado (1992, pp. 186-87).

A ilação do autor em pauta pode nos ajudar a explicar a força obtida pela estratégia do confronto no contexto de 1961-64. A partir da Campanha da Legalidade Brizola ascende ao cenário nacional e elide, por um lado, o padrão de relações entre lideranças apontado por Bodea. Por outro lado, as exigências de Brizola no rumo da radicalização das reformas confirma a idéia de fidelidade e coerência doutrinárias também captadas por aquele autor.

A nosso ver, este apego programático somado às características da cultura política gaúcha, um fator explicativo à emergência do trabalhismo radical no Rio Grande do Sul.

2ª PARTE

O NACIONALISMO REVOLUCIONÁRIO E O PROTAGONISMO GAÚCHO NA PRIMEIRA VAGA DA LUTA ARMADA

Aspectos do nacionalismo progressista

Não figura em nosso intento historiar o nacionalismo no Brasil, mas tão somente indicar traços de origem do nacionalismo revolucionário ou nacionalismo de esquerda que ganha corpo nos anos 1950 e protagoniza os primeiros lances de oposição armada ao regime militar que se instaura com a derrubada de João Goulart em abril de 1964.

Vimos em poucas tintas que os governos de Vargas foram marcados por traços nacionalistas, mas que, fundamentalmente, será durante o Estado Novo que irromperá o germe do projeto nacional-estatista. Vimos com Lucília Neves que a partir do decênio de 1940, as massas lançadas ao centro da arena política instilarão o desenvolvimento de um projeto não apenas nacionalista, mas também distributivista. Durante os anos 1950 os trabalhos dos intelectuais do ISEB ajudaram na construção de projetos, é verdade, conservadores, mas também projetos que visavam uma grande transformação social da realidade vivida, de modo que se desenvolveram tendências nacionalistas dos mais diversos matizes. Nos mesmos anos 50 já aparecerão organizações como a Frente Parlamentar Nacionalista que durará até 1964, e a Frente de Novembro (abrigando em seu interior oficiais, sargentos, sindicalistas, petebistas e comunistas unidos pelo nacionalismo). em virtude da resistência ao golpe que visava impedir a posse de Juscelino Kubitschek.

O processo tardio de industrialização, levado a efeito em boa medida por corporações multinacionais, não deixou de suscitar a emergência de conflitos de interesses com os Estados Unidos. Neste nível, fortes aspirações nacionalistas desataram-se, de tal maneira que chegaram a se imbricar/confundir com as reivindicações de caráter social.

Fundamentalmente, a conjuntura política e econômica de 1945 a 1964 levou uma parcela importante do PTB a se distanciar gradativamente de forças antes aliadas como o PSD. Em boa medida parte dos trabalhistas passou a ver nos comunistas seus principais aliados, não obstante fossem forças políticas concorrentes.

No caso gaúcho, ao lado deste distanciamento do PTB em relação aos demais partidos liberais e conservadores deve-se ter em conta que a radicalização trabalhista se deve em boa parte ao processo de projeção das massas subalternizadas do Rio Grande ao centro da arena política. Suas demandas, absorvidas pelos trabalhistas, levavam a um processo de radicalização ainda maior (MÜLLER, 1979).

Se por um lado, parte dos trabalhistas percorreu um itinerário esquerdista verificado na formação de grupos ou frentes como o Grupo Compacto, a Frente de Mobilização Popular Nacionalista, a Frente de Libertação Nacional, a Frente Parlamentar Nacionalista e a Frente de Mobilização Popular, também se pode verificar a existência de teses que postulavam uma “revolução branca” calcada no reformismo social progressivo e corporificadas por exemplo na Frente Progressista de Apoio às Reformas de Base ou Frente Dantas (GOMES, 1994). Até mesmo as oscilações de João Goulart no segundo semestre de 1963 e primeiro de 1964 atestam bem a divisão no interior do trabalhismo petebista. Lucília Neves sintetiza proficuamente o itinerário esquerdizante do PTB:

Foram as condições de transformação dos contextos conjunturas políticas que levaram o PTB a se transformar, de um partido getulista, em um partido reformista. Assim, a ascensão de João Goulart à presidência do partido em 1953, a morte de Vargas em 1954, a aproximação em relação aos comunistas à partir desse último ano, a participação em frentes nacionalistas após 1958, a renovação dos quadros da agremiação em

seguida a 1956 foram alguns dos múltiplos fatores que contribuíram para que o PTB se transformasse gradativamente em um partido hegemonicamente reformista (1989, p. 297).

Moniz Bandeira captou um momento interessante de guinada à esquerda do PTB não operado no Rio Grande do Sul e, por isso, à margem da influência brizolista. De acordo com este autor:

Em 1958, o deputado Sérgio Magalhães apontou como tarefa do PTB, a constituição do poder operário no Brasil e lançou a candidatura de Goulart à Presidência da República com o propósito de marcar posição. Por sua vez, o deputado Rômulo Almeida, candidato ao governo da Bahia, assinalou que a missão do PTB, tanto no poder como antes dele, era 'preparar os trabalhadores brasileiros para assumirem crescentes responsabilidades em todos os níveis do governo'. E pouco tempo depois se desenhou na bancada trabalhista uma tendência com pautas ideológicas bem definidas (2001, p. 62).

Cada vez mais uma importante fração do Partido Trabalhista Brasileiro, mais combativa por certo, aproximar-se-ia de propostas de cunho socializante. A estes trabalhistas que se autodenominavam "nacional-revolucionários". Em boa dose, podemos salientar que os nacional-revolucionários gravitavam sob a órbita do ex-governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, certamente o maior expoente desta tendência política. Em seu mandato de governador, Brizola agiu de forma ousada e decidida, encampando empresas estrangeiras, criando quase 700 mil vagas escolares e capitaneando uma épica resistência ao intento golpista de quem sempre vituperou a possibilidade das gentes pobres participarem das decisões mais importantes do país. Por isso mesmo, a liderança de Brizola passou a ser amplamente reconhecida por grupos heterogêneos e divergentes, nacionalistas e até comunistas (FERREIRA, 2003, v. 3).

Mas como seria possível que Brizola, um nacionalista que se opunha ao comunismo e tripudiava os comunistas, pudesse contar com a simpatia e mesmo ter sua liderança reconhecida pelos grupos e partidos comunistas? Não custa lembrar que forças nacionalistas, comunistas e não comunistas puderam se aproximar com mais facilidade

porque já gravitavam em torno do projeto nacional-etatista. Acerca deste projeto, já definido páginas atrás, Daniel Reis observa que o nacional-estatismo mobilizou amplos setores da sociedade e atingiu igualmente parcelas das esquerdas brasileiras de maneira que hoje não é possível recuperar o legado daquela experiência sem considerar a presença de duas fortes tradições, a comunista e a trabalhista que “se impregnaram todo o período, ora competindo entre si, ora compondo alianças” (2001, p. 374).

Tanto comunistas como trabalhistas e outros setores das esquerdas submergiram no programa *nacional-etatista*, conquanto tenham mantido as especificidades das respectivas culturas políticas. Do lado dos comunistas não é difícil explicar seu ingresso naquele projeto, pois sua filiação a certa definição estratégica em nível internacional permitiu caracterizar o período como o da possibilidade de vivenciar a etapa democrático-burguesa da revolução, conforme postulava o movimento comunista internacional daqueles anos.

Vale notar também que o processo revolucionário cubano impactou fortemente sobre estas duas culturas políticas facilitando o trânsito de idéias e de militantes entre elas. A experiência revolucionária de Cuba incitou tanto os comunistas quanto os trabalhistas, e a outros nacionalistas, a modificaram suas posições em relação àquela revolução pelo fato dela ter percorrido o caminho do nacionalismo para o socialismo em um intervalo de tempo demasiadamente curto. A trajetória da revolução cubana, em seus primeiros anos, pareceu assim recuperar a idéia da revolução permanente formulada por Leon Trotsky¹ e igualmente figurar como a revolução nacional que avançou para o socialismo.

¹ A teoria da revolução permanente, cuja origem remonta a 1906, mas se cristaliza no livro *Balanço e Perspectivas*, escrito por Trotsky, esgrimia a perspectiva da revolução por etapas e a do socialismo num só país. Em poucas tintas aquela propunha uma ruptura com o economicismo e com o materialismo vulgar, evocando a totalidade como horizonte da análise. Postulava que a burguesia russa não seria como a francesa pelo medo ao movimento operário, o que a levou posições conservadoras. Dois aspectos se exigiam permanentes: o governo sob hegemonia operária que avançaria no âmbito anticapitalista e o poder operário na Rússia que se expandiria pela Europa. Por fim, do ponto de vista prático, o cumprimento das tarefas democrático-nacionais deveria ocorrer sob hegemonia do operariado.

A rápida passagem do nacionalismo para o socialismo dissolveu a desconfiança dos comunistas quanto aos destinos da revolução na ilha e chancelou a possibilidade uma revolução socialista iniciar-se por uma revolução nacional. Por outro lado, abriu os corações e as mentes dos nacionalistas para a perspectiva do socialismo como o ponto de chegada da revolução nacional. Neste sentido é que nos parece possível entender como a Organização Revolucionária Marxista - Política Operária (ORM-POLOP) se abriu para o nacionalismo enquanto que Leonel Brizola evoluiu para uma postura mais claramente anticapitalista, radicalizando ainda mais os trabalhistas e facilitando o trânsito daqueles para as organizações comunistas que levariam a cabo a luta armada a partir do ano de 1968.²

Embora gestado desde os anos 1940, o nacionalismo revolucionário, fortemente enraizado no Rio Grande do Sul ganhará notoriedade nacional a partir da epopéia da legalidade de agosto de 1961, figurando o Rio Grande como o grande baluarte da resistência.

Não estaria equivocado quem procurasse identificar o nacionalismo revolucionário no trabalhismo radical, mas também, ao fazer esta escolha, acreditamos que se deixaria de abarcar o amplo leque de grupos abrigados sob a denominação nacional-revolucionária. Uma outra possibilidade seria diluir esta corrente sob o manto do nacional-estatismo, porém aí, abarcaríamos a cultura política comunista sem que identificássemos mais claramente os nacionalistas que atravessaram o golpe o golpe civil militar de 1964 e protagonizaram a primeira vaga da luta armada (1964-67) contra a ditadura militar no Brasil.

² A Organização Revolucionária Marxista - Política Operária (ORM-POLOP), ainda em seu processo de formação recebeu um afluxo de ex-militantes do PTB que se radicalizavam na conjuntura política de 1961-64. O estudo do perfil social e profissional de organizações como a Vanguarda Popular revolucionária (VPR), os Comando de Libertação Nacional (COLINA) e o Movimento Armado de Resistência (MAR) atesta a presença de ex-militares nacionalistas ligados a Brizola.

Na esteira dessas observações, alguns personagens marcaram presença exercendo papel de lideranças exponenciais do nacionalismo de esquerda ou nacionalismo revolucionário. Dentre elas destacamos Miguel Arraes, então governador do estado de Pernambuco, Francisco Julião, liderança máxima das Ligas Camponesas e por fim a maior expressão do nacionalismo revolucionário, o ex-deputado federal e ex-governador do estado do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola. Advertimos que nossas considerações a partir de agora serão feitas com base na trajetória deste expoente máximo do nacionalismo revolucionário pelo fato mesmo de que brizolismo e nacionalismo revolucionário, no decurso dos anos 1960, podem ser tomados como termos sinônimos e intercambiáveis.

Para José Trajano Sento-Sé a simples identificação do brizolismo com o ideário das décadas de 1950 e 60 comporta o erro de limitar o fenômeno em tela ao período aludido, descartando as filiações simbólicas antigas a que está vinculado o brizolismo. Para o autor alguns elementos do debate em torno do brizolismo remontam à formação republicana brasileira, mais especificamente ao processo de organização institucional republicana. Perder-se-ia a dimensão positivista com a qual o nacionalismo brizolista enquadrava a realidade nacional e a filiação a uma tradição iniciada por Júlio de Castilhos, continuada por Borges de Medeiros e exponenciada por Getúlio Vargas (SENTO-SÉ, 1999).

Antes de nos encaminharmos às observações mais detidamente analisadas sobre o nacionalismo revolucionário, vale rememorar que Leonel Brizola, engenheiro de procedência muito pobre apareceu no cenário político nacional de fins dos anos 1950 como o petebista mais ousado e mais radical na defesa das bandeiras nacionalistas, quando não também pela legalidade constitucional. Em verdade, a defesa da legalidade constitucional em seus discursos já beirando o ano de 1964 é um fator bastante questionável sem que, no entanto, alguns estudiosos do assunto possam afirmar sem hesitações que concretamente Brizola estaria se propondo a romper com a institucionalidade política.

Brizola ganhou não apenas notoriedade, mas também legitimidade perante as esquerdas em face das medidas tomadas à frente do cargo de governador do estado do Rio Grande do Sul a partir de 1958. Brizola encampou empresas estadunidenses à época em que o desenvolvimento econômico do estado se via comprometido pela falta de investimento por parte das empresas responsáveis pela energia elétrica. Várias cidades importantes viviam às escuras quando o prazo do contrato de concessão estava por vencer e as empresas exigiam muitas facilidades, além, é claro da renovação do contrato por mais trinta e cinco anos. A empresa *Bond And Share* e a *ITT* obtinham fabulosos lucros na mesma medida em que mantinham obsoletas suas estruturas em face da ausência de investimentos, quando então, Brizola não hesitou em expropriá-las a treze de maio de 1959, publicando no diário Oficial o decreto de encampação das empresas citadas a um cruzeiro, “que fora estabelecido abatendo-se as contribuições populares espontâneas, na colocação de fios e postes, doações territoriais, indenização do pessoal, multas, remessa de lucros acima do legalmente permissível e a depreciação dos materiais” (BANDEIRA, 1979, pp. 61-62).

Outra postura de Brizola que o destacou diz respeito à criminosa relação do chamado “Ponto IV” com os governos estaduais como parte de um amplo programa da Aliança para o Progresso com a América Latina. Brizola foi procurado para ceder a documentação do DOPS gaúcho em troca de dois milhões de dólares que seriam investidas na polícia do estado afim de equipá-la e aprimorá-la. Mais uma vez o líder nacionalista revolucionário não hesitou e ordenou que a documentação da polícia política, basicamente constituída de fichários, fosse incinerada. Isto para que nenhum outro governador que o sucedesse aceitasse tamanha promiscuidade político-institucional. Brizola não apenas foi o único governador que recusou a proposta de franquear os arquivos político-policiais a funcionários da CIA, mas também foi o único que denunciou aos quatro ventos a proposta

indecente dos beleguins *yankees*. Neste mesmo sentido Brizola ainda ordenou que todos os voluntários da paz fossem expurgados do solo gauchesco.

Não à toa Brizola obteve a maior votação já obtida no país com 269 mil votos para deputado estadual pelo extinto estado da Guanabara. Não à toa também figurou como a liderança mais prestigiada da Frente de Mobilização Popular que fundara no início do ano de 1963. Segundo Jorge Ferreira, a Frente de Mobilização Popular, cujo intento fora o de aprovar as reformas de base enfrentando da maneira que fosse preciso o espectro de direita no país, contou apenas no seio das Forças Armadas com a adesão vinte e dois mil subalternos das FA em um universo de quarenta mil.

Em 20 de outubro de 1961 numa conferência proferida no auditório do colégio Júlio de Castilhos na cidade de Porto Alegre, Brizola ao ser perguntado sobre o posicionamento dos nacionalistas revolucionários perante a Guerra Fria respondeu que não se fechariam os canais de diálogo, mas que cada país buscasse as suas soluções nativas que preserve as tradições de cada nação e satisfaça as legítimas aspirações do povo. Em verdade, Brizola vai guinado cada vez mais à esquerda no sentido do socialismo quando na mesma conferência afirmou: “situo-me entre aqueles que desejam abominar corajosamente, decididamente os males do capitalismo. E, ainda mais, situo-me entre os que julgam que para enfrentarmos os problemas que nos afligem, que infelicitam nossas grandes massas populacionais, não poderemos fugir a muitas soluções de cunho nitidamente socialista!” (BANDEIRA, 1979, 138)

Muito mais do que um verbalismo revolucionário, Brizola se credenciava perante todas as forças progressistas mais à esquerda em face das suas atitudes, embora seu discurso apontasse para o alcance do socialismo pela via do trabalhismo radical. Para Sento-Sé “sua rearticulação passava a girar em vários eixos, não se restringindo mais

apenas aos antigos quadros do PTB, mas estendendo-se a outros grupos, incluindo aqueles que, após o golpe, optaram pela luta armada (1999, p. 70).

Um dos aspectos mais polêmicos, senão o mais, diz respeito a exortação de Brizola no sentido de romper com a ordem institucional, ou não, aspecto bastante ambíguo inclusive pelos seus pronunciamentos. Em 16 de junho de 1961 numa conferência proferida na sede da União Nacional dos Estudantes (UNE), portanto, antes da experiência épica de agosto-setembro do mesmo ano, Brizola afirmara que o regime não satisfazia, devendo-se assim lutar para que o mesmo regime fosse aperfeiçoado “empregando os meios com os quais ele próprio está equipado para as reformas que no texto da própria Carta Magna estão previstas” (BANDEIRA, 1979, p. 132). Dezoito anos depois, Brizola confidenciara a Moniz Bandeira numa entrevista em Paris que suas críticas endereçadas a institucionalidade deveriam ser entendidas como uma crítica contundente à legislatura e não ao Congresso Nacional. As reformas deveriam ser levadas a efeito pelo Congresso ou pelo executivo mediante uma delegação de poderes advinda do poder legislativo.

O fato é que Brizola beirou sempre a fronteira da legalidade e neste sentido os exemplos comprobatórios desta postura são muitos. Certa feita, o ex-governador gaúcho pronunciou que no Rio Grande do Sul se levava a efeito uma tentativa de modificar a estrutura econômica e política pela via pacífica, mas para que se mantivesse o caráter pacífico das transformações era preciso que irrompesse uma Constituinte “com a eleição dum Congresso Popular em que participem os trabalhadores, os camponeses, os sargentos e oficiais nacionalistas, os homens públicos autênticos, e do qual sejam eliminadas as velhas raposas da política tradicional” (BANDEIRA, 1979), ou seja, pelas vias legais parecia inútil tentar avançar.

Argelina Figueiredo, sobre este assunto sustenta a opinião de que o nacionalismo revolucionário capitaneado por Brizola deixou de apostar na via parlamentar para levar

adiante o programa nacional-reformista, donde o estreitamento das possibilidades de barganha política. Segundo a autora, aquelas esquerdas acreditavam que já haviam acumulado força suficiente para o enfrentamento.

De volta à conferência de vinte de outubro de 1961 em Porto Alegre, Brizola declarou que uma vez que se tomasse a iniciativa de levar adiante um processo de reformas estruturais que os progressistas se preparassem para enfrentar a reação, que esta não respeitaria regras em se tratando da defesa de seus interesses. Para Brizola o processo espoliativo era uma doença que deveria ser combatida sem hesitação e com muito vigor, sem contemporizar no que quer que fosse.

Brizola tinha para si que a assinatura do decreto do SUPRA e da expropriação das refinarias particulares desencadearia uma onda de violência e que para tanto, as forças populares deveriam estar preparadas (SCHILLING, 1981).

Não acreditamos que os discursos de Brizola possam ser utilizados tão fortemente como prova de que o ex-governador pretendia romper com a institucionalidade. É preciso levar em conta que os discursos políticos sempre são mais carregados de uma retórica contundente, à esquerda e à direita. Seria de esperar, portanto, que numa conjuntura como a que se abriu a partir de 1961, a retórica das esquerdas fosse mais verbalmente revolucionária do que propriamente a prática daqueles anos.

Numa passagem da entrevista que Brizola concedeu a Moniz Bandeira, pode-se perceber não apenas uma confiança na vitória nos “idos de março” de 1964 pela épica resistência de 1961, mas também pela atitude das massas quando do episódio do suicídio de Vargas. Segundo Brizola:

Em 1964, quando o governo de João Goulart caiu, o PTB já contava com uma larga experiência de 20 anos, com uma tradição de luta profundamente marcada, na memória popular, pelo suicídio de Getúlio Vargas, que, ratificando com o próprio sangue das denúncias da Carta-Testamento, acendeu a fúria das massas e evitou que o golpe de estado se radicalizasse. Essa tradição também incorporou outro episódio de forte

significação, o levante popular, iniciado no Rio Grande do Sul, em defesa da legalidade e da ordem constitucional, frustrando outro golpe de Estado já deflagrado. Pela segunda vez, na história do Brasil, as massas trabalhadoras, com as quais o PTB se identificava, impediram que a vitória do movimento reacionário se consumasse e destruísse a democracia (...) (BANDEIRA, 1979, p. 186).

Observando os comentários de autores como Paulo Schilling, um dos protagonistas do frenesi nacionalista revolucionário, notamos que Brizola ziguezagueava na sua evolução política no sentido da radicalização. Para Paulo Schilling:

Somente sete anos depois, um de seus discípulos – Brizola – compreenderia a mensagem. Esse fez uma interpretação profunda da Carta e a divulgou em grande escala por todo o país. Paralela e gradualmente foi abandonando o populismo, passando a assumir uma posição nacionalista-popular-revolucionária (1979, p. 34)

Ainda na esteira das observações de Paulo Schilling, Brizola sempre hesitara em romper com o PTB, daí a chave para entender a formação de frentes, posto que Brizola não controlando a totalidade do Partido Trabalhista Brasileiro, não conseguia radicalizá-lo ao ponto que julgava necessário. Brizola fundara com o então governador do estado de Goiás, Mauro Borges, a Frente de Libertação Nacional, cuja duração fora efêmera a tal ponto de em nada ter influído nos rumos da política nacional.

Se no começo de 1963 Brizola partira para a organização da Frente de Mobilização Popular, ao final do mesmo ano o ex-governador gaúcho lançara os Grupos de Onze que deveriam ser a base de uma futura organização revolucionária cujo braço armado seria constituído pela oficialidade nacionalista, sargentos e marinheiros. Em pouco mais de três meses já havia se formado pelo Brasil cerca de quarenta mil Grupos de Onze.

Leonel Brizola comenta em sentido contrário ao que foi salientado quando afirma que os Grupos de Onze não poderiam constituir o embrião de milícias populares porque efetivamente não tinham esse conteúdo. Para este a arregimentação dos Grupos tinha como finalidade organizar a sociedade civil para enfrentar um possível golpe que se esperava que acontecesse.

Vale notar que o nacionalismo revolucionário não alcançara os trabalhadores rurais apenas pelo caminho das Ligas Camponesas. Considerando que os expoentes do nacionalismo revolucionário disputavam entre si a liderança de tão formidável movimento, Brizola na sua disputa com Arraes e Francisco Julião, concita os trabalhadores rurais do interior do Rio Grande do Sul a formarem o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER), lançado pelos deputados Ruy Ramos e Milton Serres Rodrigues com o objetivo de conscientizar e organizar não apenas os 300 mil camponeses sem terra existentes no estado, mas também os minifundiários da região. Os nacionalistas revolucionários brizolistas acreditavam que o MASTER promoveria levantes camponeses pelo interior do estado capazes de conferir um conteúdo revolucionário às lutas rurais e de reforçar ainda a política revolucionária nos meios urbanos.

Contando com o total apoio do governo do estado, de saída o MASTER revelou-se um movimento de caráter paternalista cuja experiência fora interrompida quando o PTB perdera as eleições de 1962 para o conservador Ildo Meneghetti. Este não apenas impedira o surgimento de novos acampamentos como mandara incendiar os ranchos provisórios e as barracas instaladas pelos sem terra. Segundo Paulo Schilling, o movimento representava numericamente muito pouco e como isso não bastasse, o MASTER fora organizado sob o signo do legalismo, sem estrutura revolucionária que lhe assegurasse a sobrevivência em caso de repressão (1979).

Vimos como que organicamente o nacionalismo revolucionário capitaneado por Brizola, apesar de toda sua base social de apoio, não conseguira converter este amplo apoio numa estrutura orgânica capaz de resistir à repressão pós-golpe de 1964 e ainda empreender um real enfrentamento às forças civis e militares que torturaram ao longo de vinte um anos de ditadura. Para Paulo Schilling:

A maior contribuição de Brizola ao processo político do povo brasileiro situou-se, desde o início, noutro plano: o da conscientização e politização populares. Ainda quando prefeito de Porto Alegre, em 1955, Brizola daria início a uma prática que revolucionaria a vida política, inicialmente no RGS e posteriormente a nível nacional: a utilização do rádio como elemento de contato entre líderes e massas, objetivando a rápida conscientização das massas (1979, 227).

Cumprir notar, entretanto que não apenas o nacionalismo revolucionário, ou o trabalhismo radical, não conseguiu responder às demandas políticas do período pré-1964. O Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), cuja linha política era definida pelo PCB, e que realizara greves importantes entre 1961-64 também não conseguira oferecer uma resposta à altura das exigências históricas. Isto se deve ao fato de que sua ascensão se devia em parte ao apoio estatal, no caso, contando com a simpatia de João Goulart e por uma coalizão nacionalista que contava até com militares, ou seja, setores exteriores ao movimento sindical.

A partir de 1963 os interesses de Jango e do CGT passaram a não convergir, donde o Comando a partir de então teve que contar com as suas próprias forças. Pelo fato de não operar uma política de contato com as bases sem quadros políticos intermediários, de mobilizar sempre em função de grandes questões nacionais, ou seja, pela ausência de um trabalho de base, a classe operária foi facilmente contida quando os golpistas de março-abril lançaram-se à luz do sol.

De volta à epopéia de 1961, Hamilton Chaves, importante jornalista vinculado ao trabalhismo radical anunciou aos cerca de quatrocentos jornalistas credenciados na assessoria de imprensa, mormente àqueles profissionais estrangeiros de que o movimento pela legalidade constitucional não tinha nenhuma outra intenção que não fosse a manutenção da ordem e a defesa da investidura do presidente João Goulart. Fez os jornalistas notarem que não se tratava de nenhum movimento revolucionário e que tampouco naqueles dias se pretendia modificar a estrutura sócio-econômica do Brasil.

Apesar de tudo isso, Hamilton Chaves advertia aos jornalistas para que estes mantivessem um grande compromisso ético no tocante às informações que irradiariam para o mundo a partir da fortaleza trabalhista que havia se transformado a cidade de Porto Alegre. Isto porque, segundo Hamilton Chaves “se houver uma ruptura e houver choque armado, só o processo revolucionário vai determinar quem vai sentar na cadeira em Brasília” (MARKUN; HAMILTON, 2001, p. 235). Mais uma vez podemos perceber que embora a cultura política gaúcha já houvesse se metamorfoseado, o recurso à violência ainda que sob um viés auto-defensivo, fazia parte do horizonte político.

Na epopéia de agosto-setembro de 1961 no Rio Grande do Sul, o povo gaúcho deu mostras de que realmente era politizado, pois se mobilizara em todas as suas instâncias e acima dos interesses de classe naquele momento. Um exemplo demasiadamente ilustrativo fora o das mulheres pobres moradoras de bairros afastados e com pouca infra-estrutura que marchavam pelas ruas do centro de Porto Alegre. Vestidas humildemente, algumas delas inclusive grávidas, reivindicavam o direito de se manifestar sobre os destinos da nação. Lutavam por uma legalidade e por uma lei que amparasse a todos e não apenas a uma casta de privilegiados. Davam mostras assim que o povo gaúcho quando convocado em nome de questões que mobilizam massivamente sabia ser fiel à luta sem dela fugir (BARBOSA 2002).

Evidentemente, alguns elementos precisam ser arrolados para entender os porquês da esplêndida mobilização em defesa da posse de João Goulart em 1961 e contra o golpe que desde 1954 já se vinha tentando impôr sobre a sociedade brasileira. O primeiro deles é que Brizola ainda era o governador do estado do Rio Grande do Sul, tendo por isso um amplo aparato nas mãos para utilizar em defesa da causa que defendia. Como se isso não bastasse, Brizola àquela época desfrutava de um enorme prestígio perante a sociedade sul-riograndense e, por fim, deve-se destacar a possibilidade que se teve de usar o rádio que,

apesar de todas as intempéries, pôde funcionar como o grande veículo de contato entre os bravos gaúchos e a liderança máxima daquele movimento épico que talhou nas imortais páginas da história política do Rio Grande do Sul um dos episódios mais interessante e bonito. Brizola sequer hesitou em distribuir armas para a população, donde rapidamente cerca de cem mil revólveres foram distribuídos juntamente com uma caixa de balas para cada um dos beneficiados mediante a assinatura de um recibo em que se comprometeriam a devolver uma vez superada a peleia. O então governador gaúcho assim se dirigia ao povo do Rio Grande do Sul:

O Rio Grande do Sul, pelo seu povo e autoridades em conjunto, nos comprometemos a resistir. Em todos os recantos onde se encontre um cidadão livre, eu peço que se organize para resistir com o que estiver ao seu alcance. Nós transformamos o Palácio Piratini numa cidadela da legalidade. Aqui está o Regimento Bento Gonçalves e as nossa brigadas. Levantamos barricadas e o povo se aglomera em frente ao Palácio numa comovente demonstração de solidariedade. Nós desejamos ficar aqui e resistir até a última gota de nossas energias. (2002, p. 79).

Perante este grande feito das gentes do Sul do Brasil, o historiador Jorge Ferreira propõe uma inteligibilidade ao fenômeno de agosto-setembro de 1961 a partir da disputa de bens simbólicos, pertencentes ao imaginário coletivo ou, de outra maneira, pelo inconsciente coletivo.

Para Jorge Ferreira o conflito em tela assumiu o caráter de uma luta por bens simbólicos supostamente vitais à legitimidade do poder. Segundo o autor citado o manejo de representações, por parte dos defensores da posse de João Goulart e os golpistas, apontavam para os reais e, por isso, verdadeiros anseios do país. Lutavam por se firmar como a verdadeira legitimidade do poder, pela ordem social mais racional. De outro modo, Jorge Ferreira tenta nos mostrar que se desencadeou naquele episódio uma ardorosa luta “pela apropriação dos bens simbólicos que garantiam a autoridade política, bem como a intensificação de imagens, crenças e idéias que descreviam o futuro, grandioso ou sombrio, da coletividade” (2005, p. 284). Nas pegadas do mesmo autor, observa-se que os grupos

sociais haviam erigido representações que comportavam simultaneamente fortes traços identitários e de exclusão. Para Ferreira,

Ao lado da sensação de se verem excluídos – ou de se excluïrem – de uma comunidade maior, como o próprio país, perceberam também a força simbólica que os unia, a crença de uma identidade própria e o mesmo destino que partilhavam. Surgiu entre os vários segmentos da sociedade rio-grandense, a possibilidade de trabalharem simbolicamente o paradigma utópico, cujo primeiro movimento é o de “reivindicar o seu direito próprio a pensar, imaginar e criticar o social e, designadamente, o político”. A intensa participação política de grupos sociais organizados, o entusiasmo popular a convicção dos ideais que defendiam permitiram à sociedade gaúcha imaginar-se como *auto-instituída*, ou seja, como uma reunião de indivíduos não submetidos a qualquer coação, interna ou externa, constituindo-se como “uma comunidade detentora de todo o poder sobre si própria (2005, pp. 288-89)

Mais adiante, Jorge Ferreira propõe que se ignore as inteligibilidades que enaltecem o passado e as tradições políticas do Rio Grande do Sul para mergulhar de cabeça na análise das mentalidades. Assim escreve o autor em questão:

Para ordenar um mundo que parecia querer se inverter e, portanto, torna-se estranho, anômalo e hostil, a população do Rio Grande do Sul, mobilizada, insurgiu-se contra os ministros militares. Resgatando o patrimônio mítico das antigas sociedades, difundiram-se imagens que contrapunham o ‘cosmos’, um mundo inteligível e organizado – o ‘nosso mundo’ - ao ‘caos’, um lugar exterior, desconhecido e indeterminado, uma espécie de ‘outro mundo’, confuso e destruído do sentido. O Rio Grande do Sul era representado sobretudo como o ‘verdadeiro mundo’, porque surgia como um “cosmos” que seria organizado. Segundo Eliade, “todo microcosmo, toda região habitada, tem o que poderíamos chamar um ‘Centro’, ou seja, um lugar sagrado por excelência”. Se o estado do Rio Grande do Sul foi percebido por sua população como um espaço sagrado, a Praça da Matriz, em Porto Alegre, representou o seu eixo, o ponto fixo, o Centro do Mundo. São vários os depoimentos que transformaram a praça em um núcleo, em um ponto central a partir do qual o “cosmos” se estruturava e se contrapunha ao ‘caos’ (...). A Praça da Matriz era uma trincheira. Gaúchos, com seus trajes típicos, ali acamparam com a multidão. Aguardavam ordens noite e dia. Permaneciam atentos à divulgação de notícias; ouviam os manifestos revolucionários que a Rádio da Legalidade levava ao ar”. Espaço sagrado e Centro do Mundo, estado e capital mostravam uma realidade absoluta, *verdadeira*, pois sua população afirmava valores politicamente legítimos e lutava por eles: lei, ordem, constituição, legalidade, liberdade, democracia, entre diversos outros (2005, 300-301).

A abordagem de Jorge Ferreira se revela interessante, profícua e pertinente, mas também carente de uma articulação com aspectos concretos do ser e do fazer político, seja

do Rio Grande do Sul ou de qualquer outro lugar que se queira analisar. A nosso ver, a atenção às tradições políticas gaúchas, as mesmas que Jorge Ferreira propõe esquecer ou ignorar, podem ajudar a explicar o fenômeno político que se constituiu na Campanha da Legalidade de 1961.

Em nosso entender, a epopéia de 1961 dá seguimento às tradições, muito embora esta última tenha conferido um caráter inédito pelo altíssimo grau de mobilização, jamais visto na história do Rio Grande (FELIZARDO, 1991). Nunca tanta gente se mobilizou por uma mesma causa, pois antes, quando das mobilizações massivas, invariavelmente aquelas se operavam a partir de uma divisão em dois campos internos ao estado. Nem a Guerra dos Farrapos mobilizara de tal maneira. Temos como certo que o episódio de 1961 em hipótese alguma pode ser considerado como uma exceção às tradições políticas do estado, posto que os gaúchos desde tempos idos já estavam acostumados a esta forma de fazer política. Apesar de extensa, lançaremos mão de uma passagem extraída das observações de Joaquim Felizardo, para quem:

Em 1930, ainda sob o comando oligárquico e depois da catástrofe de 1929 que atingiu duramente a economia do Sul, a província se unificou no espírito insurrecto. Republicanos e maragatos, inimigos mortais desde a última década do século XIX, tendo atrás de si as sangrentas guerras civis (1893 a 1895 e 1923), cheios de mútuas feridas e ódios acirrados, passaram por cima sido tudo não apenas pela crise econômica, mas porque o Rio Grande tinha sido afrontado. A Legalidade está circunscrita nesta tradição. Décio Freitas lembra que em 1961, ‘a crescente hegemonia do capital monopolista instalado no Sudeste solapava as bases tradicionais do desenvolvimento econômico’ (...) evoluiu-se do desejo difuso de justiça social em 1835 e 1930, por uma visão mais nítida da necessidade de mudanças a partir de 1961. Como substrato disso tudo, corria uma velha tradição rio-grandense: o canto cotidiano da hombridade. No período da formação histórica, povoado de guerras e revoluções, sedimentara-se uma mentalidade audaz, alicerçada no orgulho regional, na coragem e heroísmo dos indivíduos face a situações dramáticas. Brizola foi o último porta-voz dessa referência cultural. Soube apelar para os valores do inconsciente coletivo, para os fundamentos de um imaginário entranhado em todo o Rio Grande do Sul. Não à toa, na coreografia do levante de 1961, cavalarianos armados de lanças e facões ocuparam lugar de destaque. Eram como personagens de um romance histórico de Érico Veríssimo. Bombachas, chimarrão e outros símbolos gaúchos multiplicavam-se na praça da Matriz, em Porto

Alegre. Constituíam, por assim dizer, os adornos nostalgicamente épicos da Legalidade (1991, pp. 63-65).

Mais interessante ainda para analisarmos parece ser a apatia dos gaúchos perante do golpe civil-militar de março-abril de 1964. O golpe, bem sabemos, se consuma quase sem resistência das forças progressistas, donde as tradições gaúchas não se exprimem ainda uma vez. Mas porque as tradições não se manifestam novamente? Por que também os gaúchos não reafirmaram suas tradições guerreiras no chamamento revolucionário para derrubar a ditadura? Parafraseando o título do livro de Daniel Aarão Reis Filho (*A revolução faltou ao encontro*), indagamos: teriam as tradições faltado ao encontro ou a resistência é que teria faltado ao encontro com as tradições políticas gaúchas? Esta é uma questão que foge ao escopo deste trabalho, não sem antes suscitar uma enorme curiosidade. Por ora, vamos conhecer um pouco sobre os registros em que apoiamos para historiar a luta armada gaúcha contra a ditadura militar dos anos 1960-70.

A luta armada gaúcha e as fontes

Até agora, nossa história percorreu uma trilha ladrilhada por fontes essencialmente bibliográficas. Doravante, nossas pegadas dar-se-ão sobre um chão de fontes documentais (arquivos) e fontes orais, fato que nos obriga a lançar mão de algumas observações sobre estas fontes, para em seguida, nos remetermos ao nacionalismo revolucionário em seus aspectos detalhados e pouco trabalhados pela historiografia do tema.

Em linhas bem gerais, nossas fontes consistem em documentos da repressão, documentos das organizações revolucionárias e depoimentos de ex-militantes daquele movimento. Em se tratando de documentos da repressão, a primeira coisa que devemos ter em mente é que originários dos órgãos de informação ou advindos da Justiça Militar, estamos lidando com documentos cuja natureza é essencialmente incriminatória. Logo, a veracidade das informações será sempre bastante duvidosa. Em se tratando de fontes orais, é preciso de saída lembrar que o historiador trabalha sempre com três temporalidades (tempo passado ao qual se refere o assunto, tempo da trajetória percorrida pelo e o tempo presente em se inserem as questões e as indagações atinentes à pesquisa) e que toda entrevista se funda na troca de subjetividades (a do pesquisador e a do entrevistado).

O primeiro manancial documental situa-se no Acervo da Luta Contra a Ditadura, hoje incorporado ao Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. A pesquisa que desenvolvemos junto ao “Acervo” nos forneceu importantes contribuições ao trabalho pelo fato de que comporta uma massa documental oriunda da Superintendência de Ordem Política e Social (Órgãos vinculados às delegacias regionais de polícia do interior que atuavam com sucursais regionais do DOPS); documentos do DOPS/RS; relatos de ex-militantes da luta contra a ditadura (gravados em fitas VHS); prontuários de presos do Presídio Central de Porto Alegre, documentos referentes à processos de aposentadoria de

funcionários públicos e documentos da Supervisão Central de Informações (SCI), órgão que sucedeu ao DOPS.

Foi-nos possível encontrar inúmeros livros e trabalhos sob a forma de cartilhas, cadernos, relatórios ou recortes, bem como “Acervos Particulares”. Nestes últimos encontramos recortes de jornais, coleções completas de revistas, suplementos especiais, cartas etc.

Vale notar que parte significativa do manancial documental data da década de 1980, embora uma outra parte considerável verse sobre os anos 70. Neste, verificamos a existência de jornais operários e documentos datados de 1961, produzidos no calor dos acontecimentos da “Crise da Legalidade”.

Visando a uma apresentação mais elucidativa, aduziremos primeiramente a documentação do DOPS e subsequente o material do SOPS (este analisado cronologicamente).

Intentando submergir no passado recente do RS pelas lentes do aparelho repressivo daquele estado, ventilamos nosso espírito investigativo nas lições do mestre Marc Bloch, para quem o itinerário das pesquisas deve percorrer a documentação como um “ímã às limalhas”. Bloch cristaliza o espírito com o qual buscamos recuperar a história da luta armada gaúcha dos anos 60/70 asseverando que “em nossa inevitável subordinação em relação ao passado, ficamos, portanto, pelo menos livres no sentido de que, condenados sempre a conhecê-lo exclusivamente por meio de seus vestígios, conseguimos, todavia saber sobre ele muito mais do que ele julgara nos dar a conhecer” (BLOCH, 2001, p. 78).

A massa documental em questão consiste num material produzido e/ou apreendido pela repressão, donde em primeiro lugar, devemos atentar para a incompletude da fonte e, por conseguinte, das informações. Ademais, muitos dados podem ser falsos ou estar distorcidos. Isto se deve à forma como as informações eram obtidas (tortura ou repasse de

agentes). De modo que é preciso saber que o material em pauta vem sendo recolhido há uns 20 anos, podendo assim uma parte substancial já ter sido destruída ou então esperando para florescer dentro de algum cofre ou arquivo particular como recentemente aconteceu no sítio do ex-ministro gaúcho Tarso Dutra.

No tocante aos anos 1970 é preciso agregar outras variáveis à crítica das fontes, pois é sabido que havia certa disputa entre órgãos de repressão. Nesta linha é que devemos estar atentos às informações duvidosas ou passíveis de inverossimilhança. Nunca é demais lembrar que a captura ou a presteza da polícia política resultava em promoções de cargos junto ao governo. Daí nos depararmos com informações falsas e distorcidas. Por último, precisamos lembrar que muitos militantes foram mortos sob a custódia do Estado e neste sentido é que a informação não podia relatar o verdadeiramente ocorrido. Logo, uma saída era tornar o fato inexistente ou no mínimo falso.

Acrescente-se ainda que a própria falência do projeto guerrilheiro no Brasil propiciou a geração de informações irreais, não obstante a proximidade com guerrilhas na Argentina e no Uruguai. Deste modo, o caráter fantasioso das informações pode ser visto como a tentativa de manter vivas estruturas cada vez mais prescindíveis e para não cessar o afluxo de verbas e promoções pela “competência” quanto ao aniquilamento do inimigo interno. Este é um ângulo de visão que nos ajuda a entender porque organizações não proponentes da luta armada foram brutalmente perseguidas, sofrendo revezes irreparáveis. A sanha persecutória da repressão precisou sempre fabricar e combater novos inimigos, pois, do contrário, um aparato daquela natureza perderia a razão própria de sua existência.

A documentação atinente ao DOPS/RS encontrada no Acervo consiste num conjunto de Fichas Nominais, Processos, Lista de indivíduos enquadrados na Lei de Segurança Nacional no RS e 129 Prontuários de Presos. A estes últimos não tivemos acesso devido à

política do Acervo de torná-los acessíveis somente mediante autorização do ex-indiciado ou da família do mesmo.

No tocante às Fichas Nominais, abrigadas no Fundo Secretaria de Segurança Pública; Sub-Fundo Polícia Civil/Departamento de Ordem Política e Social/DOPS constatamos a existência de 17 caixas contendo centenas de nomes e oferecendo poucas informações. Pela ausência de dados registrados nas Fichas não nos foi possível estabelecer quadros estatísticos. Embora apareçam itens como naturalidade, profissão, data de nascimento etc, em sua maioria, aqueles não estão preenchidos. Apesar disso, coletamos alguns dados que podem enriquecer e suscitar questões ao nosso trabalho.

Um outro *corpus documental* perscrutado foi o conjunto “Processos” constantes no Projeto Brasil: Nunca Mais. A documentação em questão oferece significativas contribuições para o intento de se historiar o movimento de luta armada em terras gaúchas. Via de regra, os Processos são bastante volumosos, de sorte que apenas uma pequena parte daqueles resulta em informações de interesse mais direto à nossa pesquisa. Daí não haver a necessidade de lê-los integralmente, posto que são repetitivos e comportam muitos documentos de natureza jurídica.

Essencialmente, os Processos abrigam três tipos de documentos imprescindíveis ao nosso intento historiográfico: as Denúncias, os Depoimentos e os Relatórios. O primeiro deles, as Denúncias, abrem o caminho para o conhecimento dos fatos na medida em que solicita indiciamento a partir de atos cometidos pelos indivíduos supostamente atentatórios a Segurança Nacional. Assim, nomes, fato e datas já se afiguram no início de cada Processo. Em um mesmo Processo é possível aparecer mais do que uma Denúncia, até mesmo quatro como observamos. Isto se deve à longevidade de que gozam alguns daqueles, podendo tramitar por até uma década. Comumente, cada nova Denúncia apresenta incrementos às informações e nominatas de indiciados.

Após calhamaços de documentos jurídicos e informativos, deparamo-nos com os Depoimentos ou Termo de Declarações dos indiciados. Estes Depoimentos de indiciados são bastante úteis, mas afiguram-se perigosos tendo em vista que se referem a um movimento revolucionário no qual os envolvidos precisam manter sigilo sobre as informações que detêm. Daí a abundância de omissões e de falsas informações.

Os Relatórios, por sua vez, volumosos ou minúsculos, denotam em geral, a síntese do cruzamento das Denúncias com os Depoimentos dos indiciados e ainda dos depoimentos de testemunhas, quando estes são coletados. Constituem, portanto, uma peça chave para a pesquisa. Ademais, observamos que nos próprios Relatórios o aparato de repressão e Justiça promove um diálogo entre os depoimentos coligidos apontando determinadas omissões e distorções produzidas pelos indiciados quando de suas declarações. Igualmente às Denúncias, os Relatórios podem aparecer em número superior a dois ou três em um mesmo Processo. Alguns outros documentos complementam a tríade documental estruturante dos Processos. Trata-se de Informações produzidas pelos órgãos de Inteligência e Segurança do regime solicitadas pela Justiça Militar.

De longa data se sabe que a documentação produzida pela repressão distorce e, em alguns casos, fabrica absurdos, porém, algumas vezes também diz a verdade. Neste sentido, há que se ter certa um amplo conhecimento da bibliografia sobre o tema a fim de se proceder a um profícuo cruzamento das fontes. Além disso, deve-se aproveitar a contraditoriedade das peças documentais para formular entrevistas e desconstruir o discurso dos ex-militantes da luta armada daqueles anos.

As memórias ou os depoimentos de ex-guerrilheiros aparecem aí como um interessante meio de contrapor-se à fala da repressão. Pode-se chegar a ponto de a repressão indicar pistas sobre fatos que a memória coletiva de um grupo ou subgrupo deseja manter nas trevas, reforçando o caráter seletivo da memória. A própria

documentação interna dos Processos é passível de cruzamentos, uma vez que os Depoimentos destoam sobejamente em alguns casos. Neste sentido, procuramos atentar tanto para a fala de militantes mais experientes quanto para a de militantes mais ligados às bases das organizações. Isto porque, em geral, os primeiros tendem a sonegar mais informações sob tortura do que outros militantes. Não se trata aqui de atribuir um juízo de valor e tampouco aferir um perfil de militância mais apta a resistir à tortura. Muitos são os fatores que levam um revolucionário a revelar o que sabe e o que interessa à repressão e não poucos foram os casos em que dirigentes delataram com muito mais facilidade do que alguns militantes de base aquilo que sabiam.

Ainda no âmbito do Projeto Brasil: Nunca Mais, cumpre observar a existência dos documentos Anexos

O Projeto BNM além de permitir pesquisas através do conteúdo dos Processos e dos Anexos, também oferece informações que se quantificadas, no nosso caso, por exemplo, reiteram a idéia de que a luta armada em terras gaúchas não foi expressiva tal como Rio de Janeiro e em São Paulo.

Ainda no âmbito do Projeto Brasil: Nunca Mais cumpre-nos salientar um tipo de documentação de grande valia para este trabalho. Referimo-nos aos documentos Anexos BNM. Estes consistem em documentos políticos, correspondências, cartilhas etc., todos apreendidos pelo aparato de inteligência e Segurança do regime militar que antes constavam no interior dos processos, mas que o grupo de pesquisadores do Projeto procedeu a organização desta massa documental separadamente sob a forma de “Anexos”.

A documentação do Projeto BNM não constitui a totalidade dos processos judiciais levados a efeito pelo aparato jurídico civil-militar da ditadura, o que igualmente acontece com os arquivos já abertos. Todavia, este fato não invalida certas conclusões, sobretudo quando dispomos de condições para o cruzamento e/ou a complementação das fontes.

Neste sentido, notamos que o conteúdo do material que pesquisamos no arquivo da repressão gaúcha se coaduna em boa medida com o que observamos até agora no Projeto BNM. Sobre a luta armada no RS, a documentação do Acervo da Luta Contra a Ditadura complementa e é complementada pelo acervo do Projeto BNM.

Aduziremos os resultados da pesquisa no Projeto BNM sob três vetores: Processos, População Atingida e Torturas. Os Processos estão divididos em três blocos, os quais também abrigam subdivisões. São eles: organizações e partidos, setores sociais (estudantes, jornalistas, militares, políticos, religiosos e sindicalistas) e atividades (crítica à autoridade, IPM-S e propaganda).

Em um universo de 446 processos movidos contra Organizações e Partidos, os quatro estados escolhidos para fins de comparação abrigam 309 processos, dos quais o pampa guerreiro comporta exíguos 33, ficando atrás de MG (36), de SP (107) e RJ (133).³

No tocante aos processos classificados por Setores Sociais, os estados em questão reúnem para si 118 de um total de 177. Neste caso as disparidades não foram grandes, embora o RJ (43) tenha alcançado o dobro do número de processos abertos no RS (20). Desta feita, nosso estado pesquisado superou pelo menos MG (17), não obstante sua larga distância em relação à SP (38).⁴

Quanto aos processos referentes às Atividades, mais uma vez a terra de Brizola ficou em último lugar. Abrigando 45 dos 84 processos constantes no Projeto BNM, os estados em pauta assim se configuraram: RJ (16); SP (14); MG (8) e RS (7).⁵

³ Quadro 10: Distribuição Cronológica e Geográfica dos Processos Quanto à sua Natureza - Projeto BNM. Tomo II, volume 1.

⁴ Idem

⁵ Quadro 13: Distribuição Cronológica e Geográfica dos Processos por Atividades - Projeto BNM. Tomo II, volume 1.

Ainda que fugaz, a análise comparativa confirma nossa proposição acerca da inexpressividade da luta armada gaúcha, considerando os processos reunidos no Projeto BNM.

Voltemos agora aos processos movidos contra Setores Sociais em vista da sua importância para captarmos as características da luta armada gaúcha e, por conseguinte, compararmos quanti e qualitativamente com o movimento noutros três estados onde também se desenvolveu o movimento.

Nossa constatação sobre o setor estudantil não se revelou surpreendente. Dos 26 processos, o RS detém a posse de apenas um. A surpresa fica por conta do RJ que abarcou apenas quatro enquanto MG ficou com dois e São Paulo com dezenove.⁶ Em se tratando de processos movidos contra “Jornalistas”, desta feita o estado que surpreende pela baixa atividade é o de SP (1). Aqui, o RS ficou com dois e o RJ com 5. Em MG não houve.⁷

Quanto aos “Sindicalistas”, novamente nenhuma surpresa, pois SP (11), RJ (8) e MG (5) ao passo que sobre o pampa de Mário Quintana dois registros foram encontrados.⁸ Ainda uma vez não nos surpreendemos frente aos processos movidos contra “Políticos”, conquanto MG tenha abarcado 3 processos enquanto que RJ e SP ficaram com apenas 1. Neste quesito, o RS liderou com 5 processos possivelmente pela ofensiva da repressão sobre parlamentares do PTB naquele estado.⁹

Dois Setores Sociais nos surpreenderam pelos números apresentados. Primeiramente os “Religiosos” na medida em que o RS registrou seis processos, ou seja, o dobro de SP (3) e de MG (3). Neste, o RJ abrigou apenas um. Por fim, os “Militares”. A quantidade de processos encontrada sobre o RS revelou-se para nós como a maior surpresa, pois enquanto

⁶ Quadro 12: Distribuição Cronológica e Geográfica dos Processos por Setores - Projeto BNM. Tomo II, volume 1.

⁷ Idem.

⁸ Idem.

⁹ Idem.

MG não consta nenhum, o RJ reuniu dezenove e SP somente um, o RS alcançou a tímida marca dos cinco processos.¹⁰ Se, sabidamente, o RS constituía a base do trabalhismo de corte esquerdista, inclusive no interior do III Exército e da Brigada Militar, como explicar um número tão baixo de processos?

Uma resposta possível talvez seja o fato de o Projeto BNM não abarcar a totalidade dos processos e, portanto, não refletir precisamente o universo dos Setores Sociais atingidos pela repressão. Entretanto, temos que considerar que pela quantidade de militares nacionalistas de esquerda no período, mormente no RS, incontáveis processos devem ter sido abertos contra aqueles. Podemos aventar a possibilidade de indiciamento de um grande número de militares em poucos processos, como notamos no *Processo BNM 284* em que 39 oficiais da Brigada Militar foram indiciados de uma só vez em decorrência da participação junto a Grupos de Onze. Ilustrativo neste sentido, embora tratando-se do RJ, foi o *Processo BNM 140* que envolveu 300 militares.

Em outro sentido confirmamos as informações a respeito da articulação dos revolucionários com militares da ativa no estado do Rio Grande do Sul. O *Processo BNM 501* nos informa que dezenas de réus foram processados por envolvimento num plano de Brizola para encetar um movimento, a partir de março de 1966, contando com centenas de militares do Exército e da Brigada Militar.

Concernente à População Atingida, considerando denunciados, indiciados, testemunhas e declarantes quanto à sua naturalidade, num universo de 17420 atingidos,¹¹ apenas 579 eram gaúchos. Da soma dos quatro estados resulta um total de 3890, de modo

¹⁰ Idem.

¹¹ Quadro 25: Volume da População Atingida - Projeto BNM. Tomo II, volume 1.

que o RS alcança 15% deste total.¹² Dentre 486 denunciados no RS, 338 deles eram do interior e apenas 98 da capital.¹³

Considerando a População Atingida por residência (indiciados, testemunhas e declarantes), os quatro estados abarcam a cifra de 5618 pessoas. Deste total, o RS foi responsável por 478, ao passo que Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, chegaram respectivamente a 3050, 1543 e 547.¹⁴ Entre os denunciados, o estado gaúchesco comportou 258 na capital e 150 no interior.¹⁵

No rastro das comparações entre a capital e o interior gaúchos, observamos que enquanto Porto Alegre registrou pelo menos 11 dependências de inquérito diferentes (num total de 31 registros), o interior alcançou apenas 13 dependências diferentes em um total de 18 registros.¹⁶ As posições se invertem quando tratamos das dependências de torturas, pois Porto Alegre contabiliza 7 dependências ao passo que o interior a supera em uma.¹⁷

Nos termos da “Tortura”, notamos que o RS registrou 130 casos, cifra que deixa o estado atrás de outros como RJ (2072); SP (1594); MG (521); PR (439); CE (360); PE (282) e DF (212). Ou seja, entre os oito estados onde mais se têm registro de casos de tortura, o segundo com menor número soma quase o dobro do número de casos do RS.¹⁸ Este estado manteve o padrão nacional quanto ao tipo de tortura mais praticado, a saber “coaçoões físicas- genérica, tentada, consumada”. No ano em que se alcançou o maior número de casos de tortura nos oito estados analisados, apenas o Ceará teve a mesma

¹² Quadro 29: Caracterização Geral da População Atingida por Naturalidade (indiciados, testemunhas e declarantes) - Projeto BNM. Tomo II, volume 1.

¹³ Quadro 28: Caracterização Geral da População Atingida por Naturalidade (denunciados) - Projeto BNM. Tomo II, volume 1.

¹⁴ Quadro 31: Caracterização Geral da População Atingida por Residência (indiciados, testemunhas e declarantes) - Projeto BNM. Tomo II, volume 1.

¹⁵ Quadro 30: Caracterização Geral da População Atingida por Residência (denunciados) - Projeto BN. Tomo II, volume 1.

¹⁶ Quadro 14: Dependências de Inquérito - Projeto BNM. Tomo II, volume 1.

¹⁷ Quadro 120: Dependências onde ocorreram torturas e total de denúncias - Projeto BNM. Tomo V, volume 1.

¹⁸ Quadro 123: Distribuição Geográfica e cronológica dos tipos de tortura – Projeto BNM. Tomo V, volume 1.

quantidade que o RS, figurando ambos em último lugar com 11 casos. Estes 11 registros de práticas de tortura no RS se inserem no ano que temos notado como o mais intenso do movimento guerrilheiro no estado, a saber, 1970. Para efeito de comparação, a cifra gaúcha é maior apenas do que a dos estados do PE (6); MG (6) e CE (9).

Por fim, apresentamos nosso último tipo de registro para historiar a luta armada no estado do Rio Grande do Sul. Trata-se das fontes orais coletadas a partir de entrevistas que realizamos. De saída, cumpre-nos advertir que não concebemos as fontes orais como meros complementos à massa documental arquivística. Neste trabalho, as fontes orais têm o mesmo valor que as outras fontes perscrutadas. Muitas passagens dessa história que aqui apresentamos só puderam ser recuperadas graças aos depoimentos de ex-militantes da luta armada gaúcha. Noutras passagens, pudemos cruzar os documentos do Projeto Brasil Nunca mais ou do Acervo da Luta Contra a Ditadura (RS) com as entrevistas. Procuramos entrevistas grandes e pequenas testemunhas, conforme a expressão utilizada por Danièle Voldman (1998).

Também, por vários caminhos tentamos chegar aos nossos depoentes a fim de que pudéssemos transpor as redes de relações daqueles ex-militantes que íamos entrevistando. Isto porque a quase totalidade dos entrevistados sugeria nomes para entrevistar, passava o telefone ou até mesmo fazia o contato por nós.

Nos empenhamos ao máximo para não fazer do discurso do depoente a história propriamente dita. Neste sentido nos empenhamos, de acordo com nossa capacidade, para criticar devidamente este tipo de fonte e desconstruir os discursos produzidos ao longo das entrevistas.

As entranhas do nacionalismo revolucionário

No âmbito do nacionalismo revolucionário e do trabalhismo radical no decênio de 1960 figuraram exponencialmente os chamados Grupos de Onze companheiros ou os Comandos Nacionalistas, os quais ainda figuram nas sombras da historiografia. Cumpre notar desde já que não ousamos medir o tamanho dos nacional-revolucionários apenas pela quantidade de Grupos ou Comandos. Veja-se, como exemplo, a constatação de Jorge Ferreira sobre a massa de suboficiais das Forças Armadas que acompanhavam Brizola. Pelas suas contas, dos 40 mil sargentos, 22 mil eram brizolistas, e por certo, muitos desses não faziam parte dos Grupos ou Comandos. Por certo também, muita gente que participava daqueles organismos políticos não era sargento, mas era nacionalista da linha brizolista.

Pesquisando nos arquivos, pudemos observar como uma espécie de amostragem da quantidade exorbitante de Grupos que existiram naquele período. Apenas no Rio Grande do Sul, notamos que em alguns Distritos o número de Grupos foi elevado. As Fichas Nominais dos agricultores José Thomaz Bueno¹⁹ e Vivaldino Machado de Mello²⁰ atestam a existência de pelo menos 43 Grupos de Onze no Distrito de Jaboticaba. Por sua vez, a Ficha do agricultor Hamilton Maximiano denuncia a ocorrência de no mínimo 16 Grupos no Distrito de Quebrado.²¹ Já a Ficha de João Luiz de Baci, agricultor, declara sua participação no Grupo n° 47 do Distrito de Pinhal.²² No Distrito de São José é possível que tenham existido pelo menos 35 Grupos conforme notamos na Ficha da doméstica Jósima Flores Mafalda²³, enquanto que o Distrito de Espinilho pode ter reunido 16 Grupos de mesmo tipo segundo a Ficha do agricultor João Garcez de Moraes.²⁴ Em Potreiro Bonito detectamos 22 Grupos e em Lajeado do Bugre outros 39 segundo mostram respectivamente

¹⁹ Caixa 02 - DOPS - 1.0269.2 a 1.0603.2

²⁰ Caixa 09 - DOPS - 1.2227.9 a 1.2487.9

²¹ Caixa 09 - DOPS - 1.2227.9 a 1.2487.9

²² Caixa 02 - DOPS - 1.0269.2 a 1.0603.2

²³ Caixa 08 - DOPS - 1.1938.8 a 1.2226.8

²⁴ Caixa 09 - DOPS - 1.2227.9 a 1.2487.9

as Fichas dos agricultores Santo Pacheco²⁵ e Delfino Pandeto.²⁶ Ainda uma última ficha nominal, a do agricultor Serafim Alves Rodrigues nos mostrou a possível existência de pelo menos 30 Grupos no Distrito de Barreiro.²⁷

Paulo Schilling, nacionalista daqueles tempos, ligado ao trabalhismo radical de Brizola, afirma em um dos volumes de seu livro *Como se coloca a direita no poder*, que os Grupos de Onze deveriam ser os embriões do futuro exército revolucionário no Brasil. Segundo este autor, isto não ocorreu porque tais Grupos foram tardiamente estruturados e, portanto, não tiveram tempo para amadurecer suficientemente. Fazemos notar que pesquisando os Anexos do Projeto Brasil: Nunca Mais, verdadeiramente os Grupos de Onze, se amadurecidos, teriam estrutura e dinâmica complexas.

Para efeito de ilustração acerca do processo de constituição dos Grupos de Onze içamos um excerto de um Processo (BNM 64) que desnuda a forma como se processava formalmente a instauração dos nominados Grupos, talvez mesmo para que se tivesse uma idéia de quantos daqueles já se tinham formado. O texto remetido a Brizola relatava:

“Nós, os 11 (onze) brasileiros abaixo-assinados, constituindo nesta data um ‘Comando Nacionalista’, passo da Taquara, município de Rio Pardo-RS, escolhemos para líder e comandante o companheiro.....e nesta data, estamos também nossa decisão ao líder nacionalista Leonel Brizola de nossos objetivos: defesa das conquistas democráticas de nosso povo, realização imediata das Reformas de Base (principalmente a Reforma Agrária) e a libertação de nossa Pátria da espoliação internacional, conforme a denúncia que está na Carta-Testamento do presidente Getúlio Vargas.
Passo da Taquara,.....de.....de 1964”.

A resposta de Brizola ao informe da constituição de um novo Grupo e Onze conseguimos encontrar noutro Processo (BNM 131), instaurado na Guanabara e só a este estado remetido:

²⁵ Caixa 11 – DOPS – 1.2732.11 a 1.3051.11

²⁶ Caixa 11 – DOPS – 1.2732.11 a 1.3051.11

²⁷ Caixa 12 – DOPS – 1.3052.12 a 1.3370.12

“Senhor Jair Nunes Macuco, Praça Getúlio Vargas, cento e nove, Carmo, estado do Rio de Janeiro. Estamos remetendo instrução para organização dos Comandos Nacionalistas. Aguardamos notícias sobre resultados das atividades prezado companheiro. Organizados venceremos. Saudações, Leonel Brizola. Avenida Franklin Roosevelt, 845, sala 401; GB”.

Em meio à documentação encontramos inúmeros depoimentos em que se afirmava que a participação nos Grupos de Onze se devia ao fato de que ao participarem das reuniões e assinarem as listas daqueles Grupos, estar-se-ia garantindo um pedaço de terra quando esta começasse a ser repartida. Este fato nos suscita uma questão: em que medida esta realidade poderia vincular-se à desmobilização para a resistência a golpe, considerando que em vez de estarem lutando por um projeto, algumas pessoas apenas desejavam obter um pedaço de chão para plantar?

Em realidade, o nacionalismo progressista ao sul do Brasil começa a ser organizado bem antes do final do mês de novembro de 1963, quando é lançado o chamamento de Brizola para a constituição dos Grupos de Onze ou Comandos Nacionalistas. Pesquisando em fontes como os Anexos BNM notamos que o Jornal *A Tribuna* em 22 de agosto de 1957 noticia a formação de um Núcleo Nacionalista no bairro do Passo D’Areia, zona norte de Porto Alegre a partir de um ato público que se organizou por meio de um memorial que circulou entre os moradores do bairro.²⁸ O Núcleo Nacionalista de Porto Alegre entre outras bandeiras postulava a defesa das riquezas nacionais, a defesa da soberania, a luta contra o analfabetismo, a nacionalização dos serviços públicos, da energia elétrica etc.

Já o Jornal *Folha da Tarde* de 26 de agosto de 1957 noticia a constituição da Federação Nacionalista do Rio Grande do Sul que dentre outras finalidades tinha como dever estimular a formação de Núcleos Nacionalistas e realizar um congresso nacionalista

²⁸ Anexo BNM 3836

no estado do qual sairia o lançamento solene do movimento nacionalista no pampa gaúcho.²⁹

Pelo Anexo BNM 3833 nos vem a possibilidade de pensar que a estruturação dos núcleos e comitês nacionalistas visavam dar organicidade ao movimento nacionalista no país, mas também se constituírem em organismo de difusão de candidaturas nacionalistas como foi o caso do Comitê Nacionalista das Três Vilas (vila Júlia, Ipiranga e Benjamin), posto que um vereador trabalhista, Homero Rodrigues de Deus, salientou que o objetivo imediato do movimento deveria ser o de “qualificar os eleitores para eleger nacionalistas de quaisquer partidos, tais como Fernando Ferrari, Temperani Pereira, Major Alvarez, General Flores da Cunha, Hermes Pereira de Souza etc.”. O vereador destacou que embora heterogêneas, as forças nacionalistas tinham vários pontos comuns e por isso deveriam se unir. Na fala de um outro candidato nacionalista percebe-se que o nacionalismo em questão não se opunha indiscriminadamente ao capital estrangeiro, mas tinha ressalvas, o que mostra que ainda não estava radicalizado como às vésperas do golpe.

Poucos anos mais tarde, o discurso dos nacional-revolucionários já havia se modificado substancialmente conforme se pode extrair da notícia do jornal *Correio do Povo* do dia 18 de junho de 1963 que ocorrera em Porto Alegre uma reunião da Frente de Mobilização Popular (FMP) em que se deliberou no sentido de que a Frente “deverá arregimentar forças populares, devendo através de mensagens, dirigir-se ao senhor Presidente da República e Congresso Nacional, pleiteando a urgente necessidade das reformas de base, em especial a reforma agrária”.³⁰

Apesar de os Grupos de Onze ou Comandos Nacionalistas não terem reagido ao golpe de modo geral em abril de 1964, a documentação analisada nos mostra uma outra face daqueles agrupamentos. Se na prática os grupos ou comandos não atingiram um certo

²⁹ Anexo BNM 3835

³⁰ Anexo BNM 2947.

grau de organicidade, isto não se deveu à falta esforços nesta direção. Esforços inclusive que ficaram registrados para a história como a documentação que encontramos fundamentalmente nos Anexos do Projeto Brasil: Nunca Mais.

Um documento, retirado do interior do Processo BNM 85, que chama a atenção é o manifesto de Brizola escrito em 29 de novembro de 1963 o qual versa sobre a organização dos Grupos de Onze Companheiros ou Comandos Nacionalistas. Este talvez seja o texto fundador para a constituição dos nominados Grupos. Neste texto, já na introdução acreditava-se que se caminhava para o desfecho de um período iniciado com o fim da II Guerra Mundial. No Brasil salientava-se que

O Presidente Getúlio Vargas, em 1954, decidiu morrer, dramaticamente, para que nós brasileiros, sob o impacto de seu sacrifício, viéssemos a compreender a grande mensagem contida na carta-testamento. O imortal brasileiro decidiu morrer para que despertássemos. Sua mensagem é uma convocação dirigida a todos os brasileiros e patriotas para a luta contra a espoliação internacional de nossa pátria, por ser esta a causa e origem profundas deste quadro de injustiça, de sofrimento, de angústias e de pobreza que vêm tornando a vida humana insuportável em nosso país (p.1).

Ainda sobre o suposto desfecho afirmado por Brizola, o ex-governador gaúcho apresentava um quadro em que o povo a cada dia manifestaria mais e mais sua inconformidade com a situação ao passo que uma minoria apertaria o cerco para manter o controle da situação. Brizola argumentara que sem justiça social não haveria liberdade e tampouco dignidade e oportunidade para o povo brasileiro. O contrário disso seria a submissão, o atraso e a fome, a manutenção das oligarquias e da exploração do homem pelo homem. Sem a libertação econômica e social não haveria soberania. A hora da grande opção havia chegado, “ou estaremos com o povo ou com o antipovo; ou seremos patriotas, ou traidores com nossas atitudes ou nossa indiferença” (p. 3)

Pelos documentos, vê-se uma enorme crença de que milhões de brasileiros já haviam se conscientizado dos problemas do país e desejavam fazer alguma coisa para mudar o quadro econômico-social, daí a validade em organizar este povo em Grupos de Onze.

Se em curto espaço de tempo conseguirmos estruturar uma organização razoável, estarão criadas as condições para que nosso povo, na hora do desfecho que se aproxima, nos momentos em que pretendam garrotar as nossas conquistas democráticas, venham assumir uma posição, não apenas em defesa de suas liberdades, mas também para caminhar, por si mesmo, em busca de sua própria libertação. O que cabe fazer, portanto, neste momento a todos nós é exatamente: organização, organização e organização (p. 4-5)

Em face das dificuldades para organizar o povo conforme o próprio Brizola enxergava, em vista das dimensões territoriais do país e da sua diversidade regional, afirmava-se que era indispensável o apelo à iniciativa de cada um exatamente como ocorrera na crise da legalidade em agosto-setembro de 1961, quando o povo se organizou por toda a parte e de modo espontâneo após o apelo feito à resistência popular contra o golpe que se pretendia desfechar.

O caminho da organização era a constituição dos Grupos de Onze sobre os quais Brizola enunciava:

“A idéia da organização dos Grupos de Onze companheiros inspira-se justamente numa realidade existente em nosso País (...) no empenho de colocar o problema da organização popular ao alcance da compreensão e das potencialidades de nossa gente. Essa realidade é o conhecimento e a experiência adquiridos pelo nosso povo, em matéria de organização de equipes humanas para a prática do esporte popular, o futebol – hoje difundido e praticado sem exceção em toda parte do território nacional, mesmo nas mais longínquas aglomerações humanas. Todos sabem que um time de futebol é composto de onze integrantes, cada um com suas funções específicas e dentre eles, um é escolhido para capitão ou comandante da equipe; todos sabem que neste caso deve haver uma ação coordenada entre todos e que a equipe pouco significa se cada um de seus integrantes age por si isoladamente, sem comando, sem unidade de conjunto, sem adequada combinação entre todos (...) Agora passamos a viver uma fase que se compara aos momentos que uma equipe esportiva tem de entrar em campo para enfrentar o adversário organizado (...) daqui por diante, indispensavelmente, precisamos agir, pensar e atuar organizados, em equipes, cada um com suas tarefas e atribuições. Um homem só, daqui por diante, é apenas um homem só” (p. 6-7)

Para levar a efeito seu intento organizativo, Brizola exortava aos componentes dos Grupos a estabelecer um sistema de avisos, “de tal modo que o grupo possa se reunir ou se mobilizar em minutos, para o caso, por exemplo, de ameaça ou iminência de um golpe contra nossos direitos e liberdades” (p. 7).

Finalizando o manifesto, Brizola ainda fornece instruções para como dar início a organização de cada Grupo de Onze, dicas para onde enviar, no caso, à Rádio Mayrink da Veiga no Rio de Janeiro. Por fim, Brizola ainda conclama a todos para assistirem obrigatoriamente, como tarefa política, às transmissões em que discursava todas as sextas-feiras à noite.

As tais instruções para a organização dos Grupos de Onze não ficaram limitadas ao manifesto de Brizola. Pelo contrário, vários foram os documentos encontrados em que o epicentro do assunto é justamente como proceder para a organização e para o estabelecimento de uma dinâmica política no interior dos referidos grupos.

No universo documental sobre a constituição e o funcionamento dos Grupos de Onze, identificamos alguns textos que traziam em seu conteúdo os deveres dos dirigentes de Comandos Nacionalistas³¹, os deveres dos militantes³² e um documento sobre códigos de segurança dos respectivos Grupos.³³ Importante notar que tanto para dirigentes quanto para dirigidos alertava-se sobre a necessidade de usar códigos e manter sigilo sobre vários aspectos como, por exemplo, instruções advindas do comando supremo.

Em documento que encontramos, datado de 1964³⁴, pudemos notar o otimismo dos nacional-revolucionários com a proliferação dos Grupos de Onze. Para eles a idéia de organização do povo sob a forma de Comandos Nacionalistas havia frutificado de maneira

³¹Anexo BNM 3820

³² Anexo BNM 3822

³³ Anexo BNM 3821

³⁴ Anexo BNM 3823

positiva. Milhões de brasileiros estariam integrando os Grupos de Onze sob a palavra de ordem “organizados venceremos”. Prova cabal do sucesso era de que muitos companheiros organizados estavam solicitando tarefas para a ação imediata. Todavia, advertiam os dirigentes maiores dos Grupos de Onze ou Comandos Nacionalistas que naquele momento o primordial a fazer era esclarecer e conquistar o povo brasileiro para a luta.

Acerca da promoção ou da organização de um Comando Nacionalista, instruíra o documento:

“O primeiro passo a ser dado pelo companheiro que pretende organizar um CN ou Gr-11, seja um delegado organizador ou não, é a leitura e estudo destas instruções e do manifesto do deputado Leonel Brizola quantas vezes forem necessárias até uma segura compreensão dos fins e objetivos da organização. O segundo passo da organização é procurar os companheiros com os quais tem convivência e ligações de confiança preferencialmente entre seus vizinhos ou colegas de trabalho. De início conversar com apenas dois ou três chegados e debater a idéia, a necessidade e objetividade da organização dos Gr-11. Ler nessa ocasião as instruções e o manifesto do deputado Leonel Brizola (...) O terceiro passo é o recrutamento dos demais companheiros do grupo até o número de 11, também preferencialmente entre os vizinhos ou de contato diário, mais fácil e permanente (...) Finalmente, os companheiros reunir-se-ão para fundar e instalar o Grupo de 11. dedicar a primeira parte da reunião à leitura, estudo e meditação do que se conte, neste manual, ao exame da situação política e da crise econômica e social que estamos atravessando (...) proceder à leitura solene com todos os onze companheiros de pé, momento que significa a tomada de compromisso dos integrantes do Grupo, do texto da Ata e da Carta-Testamento do Presidente Getúlio Vargas. O compromisso que assumem os integrantes de um Gr-11, no momento de instalação (leitura da Ata e da Carta-Testamento) significará não apenas a integração de todos na luta e atuação organizada em defesa das conquistas democrática de nosso povo (luta e resistência contra qualquer tentativa de golpe venha de onde vier), pela instituição de uma democracia autêntica e nacionalista, pela imediata concretização das reformas em especial a reforma agrária e urbana, a sagrada determinação de luta pela libertação de nossa pátria da espoliação internacional” (p.1)

Além da ata, os companheiros integrantes do Grupo também deveriam assinar a Carta-Testamento de Getúlio Vargas, abaixo da assinatura do presidente que se suicidara. No documento deveria constar o seguinte: “O Presidente Vargas sacrificou sua vida por nós, o nosso sacrifício não poupará limites para que o nosso povo de que ele foi escravo, conquiste definitivamente sua libertação econômica e social” (p.2). Os comandos

Nacionalistas deveriam possuir um líder ou comandante. Um assistente, um secretário-tesoureiro formando juntos a comissão executiva do Grupo.

No âmbito das comunicações, dois integrantes dos Grupos deveriam ficar encarregados de tais tarefas. Um deles deveria ser o responsável e outro o seu colaborador ou auxiliar. Em virtude do momento político que se vivia, mais de um plano de comunicações deveria existir entre os membros do Grupo para serem executados por estes dois companheiros de tal modo que mediante aviso do dirigente ou seu assistente, no curto espaço de tempo (em minutos se possível) todo o grupo pudesse ser reunido ou convocado para determinado local e hora estabelecidos. “A eficiência do Grupo depende da rapidez com que puder atuar na eventualidade, por exemplo, de termos de resistir contra qualquer golpe ou violência às liberdades e conquistas democráticas de nosso povo” (p.2).

Além da parte de comunicações, outras estruturas deveriam se articular, tais como rádio escuta, transportes, propaganda, mobilização popular, informações, assistência cívico-social.

Na medida em que os Grupos se multiplicassem, novas estruturas de comando iam surgindo. De cada onze Grupos surgiria um Grupo de Onze de segundos nível (GR-11-2), formado só por líderes de Grupos, donde sairia um comandante de 2º nível que teria que coordenar as atividades de onze Grupos reunindo um total de 121 militantes. A idéia era formar depois 11 Grupos de 2º nível de maneira que os militantes nacionalistas fossem sempre se multiplicando. Os onze Grupos de 2º nível dariam origem a um comando de 3º nível, integrado pelos onze líderes dos grupos de 2º nível. Quando fossem constituídos 4 ou mais Grupos de 3º nível seria escolhido um coordenador regional

Embora felizes com a proliferação dos Comandos Nacionalistas, o documento em tela nos revela que o que se desejava desde o princípio era muito mais do que grandes quantidades de Grupos, pois como notamos

“O que mais importa não é a quantidade de Gr-11 organizados numa cidade ou município. Não interessa a nossa causa grupos poucos ativos praticamente inexistentes, apenas constituídos no papel. É melhor que de início sejam poucos, mas de existência real, atuantes, conscientizados e com capacidade de ação” (p. 4)

Podemos perceber uma clara preocupação pelo primado da heterogeneidade social dentro dos Grupos de Onze Companheiros. Deixava-se claro que não deveria representar um problema a convivência entre pessoas de atividades profissionais diferentes ou mesmo classes sociais. Apesar do primado da heterogeneidade, fica clara a tendência do movimento nacionalista pelo recrutamento de jovens, considerados de suma importância para o movimento nacionalista ao lado das classes trabalhadoras. Já em relação às mulheres, estas deveriam formar seus próprios Grupos de 11 companheiras. Mesmo que a fase não fosse de preparação para o embate, novamente aparece no documento a preocupação quanto à capacidade de mobilização dos Grupos em questão:

“Os líderes de Grupos de Onze, de níveis 1, 2 ou 3, devem fazer experiências repetidas sobre a capacidade de movimentação do Gr-11, marcando reuniões, concentrações, tarefas etc. para determinados locais, em horários estabelecidos, até que se consiga, em termos reais e firmes, a existência e a eficiência dos Grupos e da organização” (p. 5).

Além do manifesto de Brizola conclamando o povo a se organizar em Grupos de Onze e do documento acima, nos deparamos com outros documentos com a mesma natureza, é caso do Anexo BNM 3817 sob o título “Instruções para organizar Grupos de Onze Companheiros”. Este Documento chama atenção dos militantes para as questões de segurança do Grupo, estimulando o militante a conhecer as idéias de quem está sendo convidado, testando se o convidado saber guardar sigilo, se comunga com o ideário nacionalista progressista, de sorte que o militante não fizesse concessões sentimentais uma vez que organização era “de luta a sangue frio”. Para evitar problemas sentimentais, recomendava-se que os militantes evitassem organizar grupos com familiares ou amigos íntimos, pois o ideal seria recrutar pessoas que tivessem capacidade para exercer funções

dentro do Grupo. Além disso, orientava-se os militantes a manter contato com o maior número de grupos profissionais que pudesse, promover debates sobre os objetivos dos Grupos de Onze e incentivar a formação de outros Grupos.

Vimos até agora que os documentos produzidos pelos nacional-revolucionários, como se autodenominavam, carregam uma mistura de análise de conjuntura com instruções organizativas. Doravante queremos apresentar outros documentos que carregam em seu interior, por exemplo, discussões sobre o nome a ser dado aos grupos nacionalistas. Este é o caso do Anexo BNM 3824, intitulado “Subsídios para a formação dos Comandos de Libertação Nacional”. Neste documento o que se observa é que se pretendia usar o termo revolucionário pelo brilho que esta expressão desperta nos jovens de 17 a 23 anos. Salienta-se que apenas o uso da expressão nacionalista provocava confusão uma vez que forças conservadoras e reacionárias também se consideravam nacionalistas. Segundo os nacional-revolucionários a palavra nacionalista vinha sendo utilizada pelas forças anti-povo permitindo infiltrações indesejáveis no movimento.

Embora não se pareça muito com um documento dos nacional-revolucionários, mais adiante é possível associar o texto àquela tendência política dos anos 1960-70. Os Comandos de Libertação Nacional, como se denominavam neste documento, procuravam dividir territorialmente o país a fim de melhor coordenar a ação política nacionalista. Por fim, tal como nos documentos sobre os Grupos de Onze, apreça uma infinidade de postos ou cargos com suas respectivas atribuições.

Embora até agora o caráter dos Comandos Nacionalistas ou Grupos de Onze tenha sido, conforme a documentação analisada, mais organizativo do que combativo, as chamadas “Instruções Secretas” para aqueles grupos nos revelam um outra face dos nacionalistas revolucionários e dos trabalhistas radicais. Nas referidas Instruções, escritas pelo comandante supremo verifica-se o seguinte:

“Os Grupos de Onze Companheiros têm por finalidade precípua servir como instrumento principal e vanguarda do movimento revolucionário que libertarão país da opressão capitalista internacional (...) com a finalidade de instituir no Brasil um governo do povo, pelo povo e para o povo. Os G-11 serão como foi a ‘Guarda Vermelha’ da revolução socialista de 1917 na União Soviética, da qual seguirá o vitorioso exemplo”(p.1)³⁵

Mais adiante, nas “Instruções”, afirma-se categoricamente que os militantes não deverão se prender a justificativas para atos violentos, tidos assim pela reação ou mesmo por alguns componentes dos Grupos. Este documento é bem mais instigante à luta, inclusive militar, do que qualquer outra coisa que tenhamos analisado sobre os nacional-revolucionários. Adverte-se ainda que a todo momento os militantes deverão se preparar para a possibilidade de confronto real, e, por isto, deveriam desde já estudar técnicas de guerrilha.

Colocava-se como necessário aprender entre outras, técnicas de guerrilha porque em face da ignorância no assunto, haviam perdido momentos importantes para encetar a libertação nacional, possivelmente se referindo a 1961.

Alertava-se para que os Grupos se armassem do que fosse possível para o “momento supremo”, as armas pesadas seriam logo fornecidas pelos militares aliados. Nesse dia Supremo, os camponeses fariam sua parte no campo, mas orientados pelos comandantes dos Grupos de Onze. Este é um documento diferente de todos os outros, pois parece planejar para breve uma insurreição na cidade e no campo.

Apesar da participação de aliados como PCB, CGT etc, caberia aos Grupos de Onze o grande esforço revolucionário com a tomada de quarteirões em diversos bairros etc. Este documento anterior ao golpe de 1964 deixa claro que o nacionalismo revolucionário se preparava para o confronto violento.

³⁵ Anexo BNM 3825

Sobre o caráter do projeto revolucionário, o documento deixa claro a desejável aliança com a burguesia ao afirmar que “a burguesia nacional, por sua vez, estará disposta a nos auxiliar através de alguns dos seus mais representativos líderes, se tiverem certeza de que de que os respeitaremos na luta e na vitória” (p.2).

Além do apoio da burguesia, pensava-se também no possível e provável apoio dos comunistas, vistos como grandes aliados com os quais inclusive dever-se-ia planejar ações para o dia da libertação nacional. O documento ainda faz referências a possibilidade de derrota no movimento que embora improvável, não seria impossível.

Se nos remetêssemos apenas a este documento, poderíamos escorregar na assertiva de que os nacionalistas, como um todo, se preparavam para o confronto quando, em verdade, é um dirigente que está exortando a militância a se preparar para o pior. Todavia, analisando outros textos do mesmo manancial documental, podemos ter clareza que de fato as bases do nacionalismo pareciam caminhar para o retorno à crítica das armas, aspecto superado na cultura política gaúcha.

A disposição de luta no imediato momento do golpe pode ser ilustrada com o telegrama de um líder de Grupo de Onze, Dirceu de Almeida Lima para Jango informando que já estavam mobilizados e dispostos a entrar na luta pela defesa da ordem constitucional³⁶ ou então o telegrama de João Carneiro para Brizola informando que estava a disposição do Partido Trabalhista para a luta em defesa da ordem constitucional³⁷. Ainda mais, um Comando Legalista da cidade Taquara, no momento da tragédia de abril de 1964 escreveu:

“A Pátria está em perigo. Cada cidadão de Taquara é chamado a cumprir com o seu dever. Pelos teus filhos, pelas tuas liberdades, una-te aos legalistas contra o golpe e a traição. O Comando Legalista de Taquara, em reunião permanente no recinto da Câmara de Vereadores, convoca todos os taquarenses a se alistarem no voluntariado da legalidade. De pé

³⁶ Anexo BNM 3937

³⁷ Anexo BNM 3938

pelo Brasil! Pelo Comando Legalista de Taquara, assina Theophilo Sauer” (Anexo BNM 3801, p. 1).

O mesmo Sauer era presidente do Diretório Municipal do PTB e assim escreveu:

“Na qualidade de presidente do Diretório Municipal do glorioso Partido Trabalhista, convoco urgentemente a todos os seus membros para se reunirem na Câmara de Vereadores, hoje à tarde às 14 horas. Esta hora grave não permite indecisões. Unidos venceremos os golpistas. De pé pelo Brasil” (Anexo BNM 3801, p.1).

A história parece nos mostrar que a questão dos Comandos Nacionalistas estava muito mais avançada no papel do que na prática, embora abundem exemplos de lideranças de grupos que tentaram reagir ao golpe de 1964. Queremos doravante, ilustrar este texto com dois exemplos de estruturas nacionalistas que alcançaram um grau de maturidade interessante. Trata-se do Diretório do PTB General Ernesto Dornelles e do Grupo Espártaco.

O Diretório General Ernesto Dornelles constituía-se essencialmente de integrantes da Brigada Militar do estado do Rio Grande do Sul. Sua capacidade organizativa chama a atenção uma vez que mantinha a produção de boletins informativos, manifestava-se politicamente, escrevia para políticos e chegou mesmo a montar um esquema para a eventualidade de um golpe contra as forças populares. O golpe aconteceu, mas o Diretório não entrou em ação.

Ilustremos o texto com o Boletim Informativo nº 2, o qual apresenta um caráter informativo e formativo, posto que no início começa falando do êxito eleitoral dos candidatos do PTB nas eleições, mas logo a seguir passa a discutir a reforma agrária como sendo muito mais do que a simples entrega de um pedaço de terra ao trabalhador rural. Além da reforma agrária aborda com números o analfabetismo no Brasil. No final aparece

se informa o boletim era preparado pelo Comitê dos Jornalistas Pró-Reformas de Base da Frente de Mobilização Popular.³⁸

Outro Boletim, o de número 04 noticia a presença de um coronel da Brigada Militar no legislativo estadual, noticia a palestra de um deputado trabalhista e por fim apresenta um breve texto sobre a importância do voto, apontando alguns políticos trabalhistas como pessoas que honravam o voto da população.³⁹

No âmbito da sua ação política, foi possível resgatar telegramas do Diretório a Jango, por exemplo, em que se manifestava um profundo descontentamento com a política econômica que onerava as classes trabalhadoras. O peso da inflação, que tanto oprimia o povo brasileiro seria produto da estrutura econômica arcaica e política orientada sob medida para a manutenção dos privilégios das classes dominantes.⁴⁰

Em outro telegrama endereçado a Jango, os trabalhistas radicais assim se pronunciaram:

“Diretório Gal Ernesto Dornelles, célula do glorioso Partido Trabalhista Brasileiro, solicita veementemente a imediata libertação, bem como não expulsão do Brasil do padre Alípio de Freitas, um dos líderes autênticos das Reformas de Base, reclamada pelo povo brasileiro, que segundo sabemos, como muitos outros, esta pagando na prisão pelo crime de defender os interesses do Brasil” (Anexo BNM 3796).

Em um documento datado de 17 de setembro de 1963, o Diretório se dirige a autoridades do estado no sentido de amparar a categoria dos policiais militares do Rio Grande do Norte e do Piauí cujos salários apresentavam-se baixíssimos, inferiores ao salário mínimo regional. Em verdade trata-se de uma nota de solidariedade e um pedido para que intercedessem em favor dos policiais militares do Piauí e do Rio Grande do Norte.⁴¹

³⁸ Anexo BNM 3763

³⁹ Anexo BNM 3764

⁴⁰ Anexo BNM 3794

⁴¹ Anexo BNM 3782

Outro documento, de 31 de janeiro de 1964 mostra como o Diretório tinha prestígio junto a personalidades como Brizola, comandante dos Grupos de Onze e dos Comandos Nacionalistas. Desta feita o Diretório emite uma carta a um interessado em estruturar os Grupos de Onze no estado do Rio Grande do Sul, possivelmente em Santa Maria. O Diretório era tão estruturado que tinha autorização para receber as atas de fundação dos Grupos para depois remeter ao Rio de Janeiro.⁴²

Por fim, acerca do Diretório petebista Ernesto Dornelles nos é possível dizer ainda que seus integrantes pensavam na possibilidade de terem que enfrentar um golpe de estado e para tanto haviam preparado um plano. A partir da fotocópia de documento apreendido no Diretório pudemos notar que em caso de golpe o plano de emergência teria como finalidade defender a ordem constitucional e não tomar o poder. A população de Porto Alegre seria organizada em dois grandes núcleos de mobilização, nos bairros Partenon e Praia de Belas. Elementos da reserva seriam convocados para efeito de enquadramento. Utilização de todos os meios de comunicação possíveis para organização imediata da população. A direção do Comando Central da Reserva teria à frente o coronel Venâncio Baptista com os elementos por ele escolhidos. Este Comando Central da Reserva manteria estreito contato com os comandos superiores com vistas à utilização dos elementos mobilizados e por fim previa-se a formação de unidades e estruturação da sede que seria no Batalhão de Polícia.⁴³

Um outro grupo estruturado pelo nacionalismo revolucionário que chama a atenção é o grupo gaúcho denominado Grupo Espártaco dos Comandos Nacionalistas. E chama a atenção desde um telegrama seu destinado ao Editorial Vitória datado de 11 de janeiro de 1964 a fim de que rodassem uma cartilha de politização para operários e cidadãos comuns. Neste telegrama o Grupo Espártaco deseja distribuir o material gratuitamente, mas declina

⁴² Anexo BNM 3761

⁴³ Anexo BNM 3793

de sua proposta ao considerar que um material dado não é valorizado, e, por isso, seria cobrada uma pequena taxa.⁴⁴

Mais interessante, porém, é um documento também dirigido à Editora Vitória em que o Grupo Espártaco solicita resposta sobre a revista em quadrinhos que se havia preparado para a população alfabetizada. Na carta aparece o porquê do formato da revista ser em quadrinhos, pois até a Igreja já havia percebido que o povo tinha facilidades para ler as coisas sob a forma de quadrinhos, para tanto fez um material sobre a história de Cristo e de outros santos sob esta forma. Acreditava-se na politização do povo se a cartilha fosse feita sob a forma de história em quadrinhos. Interessante notar que o grupo gaúcho termina suas cartas com saudações socialistas.

Como anexo ao documento aparece uma historieta intitulada “tira-cera” como um produto americano vendido no Brasil. No meio da historinha aparece uma forte crítica ao governo que abre as portas para o capital estrangeiro, mostrando inclusive o diálogo do empresário estadunidense com o presidente, no qual este concede tudo o que o estrangeiro deseja. A seguir aparece um assessor do presidente noticiando que um “Zé da Silva” queria falar com ele para pedir prazo para pagar contas, donde o presidente se nega afirmando que se atendesse ao popular isto arruinaria a economia do país.⁴⁵

Noutra publicação do Grupo Espártaco datada de janeiro de 1964 e intitulada “historinha para crianças de 18 a 50 anos”. O título da historinha era “Zé Pelego e Zé Proleta”.

Zé pelego é tido como o funcionário que se dedica ao trabalho, mas como recebe mal faz bicos e horas extras. Este vê as contas subirem e seu salário decrescer, mas não faz nada. Zé Pelego chega a se revoltar com as diferenças entre a vida dele e de seu patrão, todavia, se mantém calado e resignado.

⁴⁴ Anexo BNM 3132

⁴⁵ Anexo BNM 3130

O texto mostra inúmeras organizações a que Zé Pelego poderia se vincular, entretanto, mostra mesmo assim um sujeito apático que não busca a organização para se fortalecer na luta contra aqueles que estão organizados para explorá-lo.

Aparece na historinha um personagem antinômico à Zé Pelego, o Zé Proleta, que luta, se organiza e conscientiza seus colegas trabalhadores.

Por fim observa-se que a única saída seria se vincular aos Comandos Nacionalistas, aos sindicatos, à Frente de Mobilização Popular ou a outros organismos de luta para enfrentar o processo de exploração do homem pelo homem, deixando a partir disso de ser um Zé Pelego para se tornar um Zé Proleta.⁴⁶

Uma última publicação que vale a pena salientar chama-se “ABC do Trabalhador – cartilha de conscientização popular”, publicada pelo Grupo Espártaco dos Comandos Nacionalistas em 1964. Nesta cartilha aflora o otimismo do Grupo quando afirma o seguinte:

“Aos nossos irmãos operários, estudantes, camponeses e militares: é inegável que atravessamos um momento em que se acelera a marcha do processo revolucionário. A revolução – entendida como um processo contra a despersonalização e escravização do homem – está no coração da grande maioria do nosso povo e caminha a passos largos para a conquista daquela minoria de trabalhadores ainda não integrados a este processo. A revolução, portanto, está ganhando as ruas” (Anexo BNM 3133, p. 1).

Na seqüência da cartilha, ainda na parte introdutória, os índices alarmantes de doenças e desemprego ou sub-emprego são abordados, de forma que mais uma vez se fala da ascensão do movimento e da participação popular. Desta feita, tinha-se que a adesão ao movimento pela libertação nacional vinha crescendo, porém na perpendicular e não na vertical. Para o grupo isso se devia ao fato de que uma boa parte do povo ainda alimentar a ilusão de que a burguesia, as classes dominantes poderiam realizar as reformas necessárias ao desenvolvimento do país e emancipar a classe trabalhadora brasileira. Note-se que este

⁴⁶ Anexo BNM 3131

discurso destoava do discurso dos demais nacionalistas que apostavam em uma aliança com a burguesia nacional como vimos páginas atrás. Neste sentido afirmava-se na cartilha do Grupo:

“Não é crível, e, muito mais do que isso, não é possível à própria burguesia fazer a revolução proletária. Este é um papel histórico que somente o proletariado, como classe interessada, poderá desempenhar. Sem povo não há revolução, não há mudança de estrutura. Sem participação do povo não há democracia” (Anexo BNM 3133, p. 3)

A cartilha passa então a apresentar dados dentro de tópicos como “São grandes as diferenças sociais no Brasil”; Como se alimentam esses sessenta e dois milhões de pessoas que pertencem ao povo?; E isso provoca muitos distúrbios?”etc. A seguir desmistifica expressões que afirmam que só não progride o trabalhador que faz corpo mole, que se envolve em greves e manifestações. Explica porque há tantos conflitos entre capital e trabalho, para que servem os sindicatos, porque a greve econômica só resolve parcialmente o problema da classe operária, o que faz a Confederação Geral dos Trabalhadores, discute porque os operários não participam em massa dos sindicatos.

Mais adiante, a cartilha descreve o que é ser pelego e informa que mesmo aqueles patrões que fazem concessões como ter restaurante na fábrica não são bonzinhos e sim astuciosos.

O documento mais uma vez define o caráter socialista do Grupo Espártaco quando se afirma que

“Mas em vez de lutar contra o capitalismo, não podemos lutar por um sistema capitalista mais justo, mais humano? Não, o capitalismo, em si, é desumano, e esta é uma condição sem a qual ele deixaria de existir. Sabemos que existe competição pelo domínio de mercados. Ora, para poder agüentar a concorrência e enfrentar as crises, o capitalista precisa dispor de um fundo de reserva poderoso. Vivemos uma espiral inflacionária, e, por isso, o fundo de reserva precisa ser aumentado constantemente. Para aumentar este fundo de reserva, o patrão precisa aumentar seus lucros. Para aumentar seus lucros, precisa explorar os seus empregados mais cruelmente ainda. Por isso, com capitalismo é impossível melhorar, o que precisamos é mudar” (Anexo BNM 3133, p. 22)

A cartilha prossegue mostrando que sendo capitalismo, nem mesmo o aumento da produção melhoraria a situação e ainda aponta esse mesmo capitalismo como a causa da carestia. Discorre mais à frente sobre o capital estrangeiro que chega ao Brasil e não beneficia o povo e sobre a farsa da democracia no Brasil, mas na mesma intensidade destaca que uma ditadura seria péssima para o povo citando inclusive Getúlio Vargas:

“Mas no tempo de Getúlio a vida era melhor e Getúlio era um ditador: é que no tempo de Getúlio não se tinham aguçado, como agora, contradições internas e externas do capitalismo, as contradições entre capital estrangeiro e capital nacional, entre capital e trabalho (...) Se Getúlio estivesse vivo e ainda fosse presidente, teria que enfrentar os mesmos problemas de agora, pois o mal está no regime e não no homem que governa” (Anexo BNM 3133, p. 35)

A cartilha chega ao fim com a pergunta “O que resolve então?”. Segundo o mesmo documento o que resolveria seria o esclarecimento do povo, a conscientização do mesmo, sua organização para que o povo participasse da vida política.

“Resolve preparar o povo para que mais tarde a classe operária esteja apta a seguir o próprio destino, a saber distinguir com clareza os rumos políticos e econômicos que deve imprimir à nação, fazendo prevalecer os interesses da classe trabalhadora, que é a maioria, destruindo os privilégios anti-sociais e anti-cristãos dos exploradores do povo, dos inimigos do povo, que são uma minoria parasitária. Resolve filiar a classe trabalhadora às organizações populares, aos sindicatos, à Frente de Mobilização Popular, aos Comandos Nacionalistas, ao Máster, etc. Assim, estaremos preparados para lutar pela nossa libertação econômica, assim organizados poderemos enfrentar o anti-povo – os trustes norte-americanos e seus agentes nacionais (...) Mas somente com a organização do povo isso será possível. Pois se é verdade que uma andorinha só não faz verão, também é verdade que a união faz a força. O povo quando unido e firmemente disposto a lutar pelo seu pão, pela sua terra, pela sua casa, pelos seus filhos – o povo unido, é invencível” (Anexo BNM 3133, p. 39).

O retorno à crítica das armas

Pelo que nos mostra a documentação o movimento nacionalista-revolucionário caminhava para um processo de amadurecimento organizativo. Talvez mesmo fossem capazes de enfrentar as forças que derrubaram João Goulart a 1º de abril de 1964. Entretanto, o golpe civil-militar estilhaçou as esperanças daqueles que perseguiram o sonho de uma nação soberana ao Sul do Brasil. Mas não os derrotou por completo, pois nem tudo foi desmobilização e apatia, posto que operários, estudantes, trabalhadores rurais e militares do Exército ou da Brigada Militar, integrantes dos Grupos de Onze, em diversas cidades encetaram, ainda que desordenadamente, respostas à quartelada direitista.

A perspectiva de enfrentamento figurou no horizonte de muitas lideranças dos Grupos de Onze. Em um telegrama enviado a 1º de abril de 1964 por Walmir Taborda, trabalhista da linha brizolista, a Eugênio Castagna, grande liderança dos Grupos de Onze em Palmeira das Missões, aparece a seguinte frase: “Espero esteja a testa valoroso grupo, acompanhar nosso chefe Brizola. Nos encontramos talvez campo de batalha” (BNM 85). O caráter de massas destes Grupos era tamanho que nesta região até mesmo o padre e o prefeito eram acusados de participarem daqueles.

Relativamente ao malogro da resistência ao golpe civil-militar de 1964 no Rio Grande do Sul, alguns documentos nos dão pistas de que teria havido um chamamento de lideranças de Grupos de Onze de todo o estado para uma reunião emergencial em Porto Alegre entre os dias 1º e 2 de abril de 1964 (BNM 562).

As tentativas de contenção ao golpe partiram da iniciativa de Brizola e de outros quadros do PTB, mas também do ímpeto de alguns cidadãos espalhados pelos rincões do Rio Grande. Sereno Chaise, prefeito de Porto Alegre na ocasião, solicitou a um militante de nome Euclides para que paralisasse o sistema de transportes de Cachoeirinha, região operária da Grande Porto Alegre. Na madrugada do dia 1º, Euclides, utilizando, uma

camioneta da prefeitura, impediu que os ônibus circulassem. A saída foi transportar os trabalhadores em caminhões (BNM 437). Na cidade de Gravataí um integrante do poder municipal chegou a solicitar o estoque de combustível do município como se fosse a pedido de um oficial do III Exército.

Nesta mesma região, após o golpe, alguns ativistas fundaram uma “Sociedade de Amigos do Realengo”, donde, a partir de alto-falantes instalados no prédio da sub-prefeitura de Cachoeirinha, conclamavam o povo à desobediência. Uma vez desativados os alto-falantes, voltaram a instalá-los, desta feita na relojoaria do Tenente Florindo, outro nacionalista revolucionário.

Na cidade de Cachoeira do Sul, segundo o Relatório de 15 de julho de 1964, do Grupo de Obuses 155 desta cidade, o sub-prefeito de Cerro Branco, Willy Scheffel, sabendo que em outros municípios vinha-se tentando por em movimento a resistência, no dia 1º de abril tentou mobilizar o efetivo da Brigada Militar do distrito para dar vida a uma nova epopéia com a de 1961 (BNM 64).

Em Santa Bárbara do Sul o vereador petebista Adão Pedro ordenou para que um militante chamado Evaristo arregimentasse quantas pessoas pudesse para marchar sobre a cidade no dia 2 de abril. Evaristo fora demovido do intento pelo prefeito Vitório Caetano, tendo este afirmado que a oportunidade viria e que aquele recuo não significava a desmobilização. Na ocasião, Adão Pedro ainda recebera um telegrama de Brizola em que se lia “Aguarde instruções” (BNM 288).

A resistência, bem se sabe, fracassou em nível nacional, de maneira que no Rio Grande do Sul o coroamento da desistência pela reação enérgica se deu com o pronunciamento do prefeito de Porto Alegre, Sereno Chaise, numa emissora de rádio pela rede da legalidade em que reconhecia a vitória dos golpistas e dava por encerrada a luta (BNM 562).

A cidade de Porto Alegre, baluarte do trabalhismo revolucionário, vivera um intenso frenesi político. Diversas unidades do Exército mantinham-se sob o comando de oficiais nacionalistas e milhares de pessoas saíram às ruas para protestar contra o golpe. Defronte à prefeitura da capital gaúcha, realizou-se um vigoroso comício no qual várias lideranças esquerdistas concitaram o povo à resistência. O Tenente-Coronel da reserva, Pedro Martins Alvarez, que no dia 10 de março já havia insuflado as massas discursando na “Grande Concentração Cívico-Popular” na cidade em questão, pronunciou um contumaz discurso no dia 1º de abril exortando a todos para uma reação imediata (BNM 290). Sabendo que o governador Ildo Meneghetti havia debandado para Passo fundo, Alvarez convocou a multidão para tomar o Palácio Piratini, sede do governo do estado, considerando que seu anfitrião já o havia abandonado. Mais uma vez Sereno Chaise, próximo ao Palácio Piratini, foi quem conseguiu demover Alvarez e os demais manifestantes de tal intento.

Em seu discurso, o Tenente-Coronel Pedro Alvarez exclamava:

“(…) Eles passaram para a ilegalidade, estão fora da lei, e nós gaúchos, outra vez vamos desfraldar a bandeira da legalidade para esmagar os gorilas, para formar um governo do Brasil para os brasileiros. Estamos companheiros e companheiras do Rio Grande do Sul e do Brasil, estamos numa luta, uma luta decisiva para os destinos da nação brasileira (...) revolução diz o povo, a nossa revolução é a revolução das Reformas de Base, ou pacificamente ou de armas na mão para acabar com a exploração do homem pelo homem, na terra brasileira (...) E esta prefeitura da capital do nosso estado é a nossa trincheira. Companheiros e companheiras, daqui desta trincheira nossas palavras de ordem haverão de ser ouvidas, discutidas no interior do Rio Grande e no Brasil inteiro, e nós, junto com o povo, tendo à frente o comando do glorioso III Exército, nós haveremos de seguir, civis e militares, juntos e organizados (...) Se em 1930 o Rio Grande esteve de pé pelo Brasil, hoje, 1964, o Rio Grande com Leonel Brizola, com os líderes sindicais, com o operariado e o povo e juntos com o III Exército, nós haveremos de impor nossa vontade e de fazer com que a reação capitule de joelhos diante da vontade do povo (...) Companheiros e companheiras do Rio Grande do Sul, que através da cadeia de rádio da legalidade nos ouve, não só neste estado como de resto no Brasil inteiro, nós os gaúchos declaramos alto e bom som que haveremos de lutar, se necessário for, de fuzil na mão, pela revolução brasileira. O povo, o povo gaúcho não sai daqui desta nossa trincheira que é a prefeitura de nosso prefeito Sereno Chaise, o povo gaúcho não sai daqui (...) É urgente a participação ativa de todos os homens, de todas as mulheres para nossa luta, luta essa que nós já estamos mobilizando o

povo através do voluntariado, para formar milícias populares. O povo confia no atual comandante do III Exército, no ilustre militar, general Ladário Pereira Teles, porque veio do Rio de Janeiro para aqui, para fazer que seja cumprida a vontade do povo gaúcho (...) É preciso que fique bem claro, a nossa luta é a luta contra aqueles que estão fora da lei (...) Companheiros e companheiras do Rio Grande do Sul, a hora é de luta, a hora é de decisão, e nenhum de nós pode ficar indiferente aos acontecimentos que se precipitam. Cada hora, cada minuto, deve ser por nós aproveitados no sentido de unir o povo, organizá-lo para a grande jornada de 64. Se a reação em São Paulo tentar impedir a vontade popular, os gaúchos junto com o III Exército farão uma nova revolução de 30, a revolução de 1964 (...) A vocês povo do Nordeste que estão nos ouvindo, confiai no gaúcho. O gaúcho já está com o pé no estribo, com o cavalo encilhado e de rédeas na mão para junto com o III Exército impor a vontade do povo à nação brasileira” (pp.1-5 - Anexo BNM 3826)

O glorioso comício do dia 1º de abril defronte a prefeitura de Porto Alegre teve início às 20 horas e tendo como principais oradores Leonel Brizola, o líder sindical Álvaro Ayala, o coronel Pedro Alvarez, o prefeito Sereno Chaise, o deputado Wilson Vargas, o presidente da Mocidade Trabalhista Plauro Rocha e o advogado Floriano D’Ávila. A repercussão do comício foi grande no Rio Grande do Sul. No dia 2 de abril noticiava o jornal:

“Multidão incalculável atendeu, ontem à noite, ao apelo lançado pela Rede Nacional da Legalidade, comparecendo em massa ao Largo da Prefeitura para participar do monumental comício organizado pelas forças populares. Principal orador da concentração, o deputado Leonel Brizola conclamou o povo a organizar-se em corpos provisórios civis ‘para participar da luta ao lado das gloriosas forças legalistas do III Exército e da Brigada Militar’. Lançou a palavra de ordem para que os sargentos de Uruguaiana, Bagé, Santa Maria, algumas unidades do Paraná, Santa Catarina, São Paulo, Guanabara e Minas Gerais ‘tomem conta dos quartéis e prendam os gorilas golpistas e traidores’, finalizou recomendando ao Almirante Aragão, comandante do Corpo de Fuzileiros Navais, a que tome conta de Lacerda e ao general Oromar Osório, comandante da Vila Militar, a que ‘ajuste contas com o traidor Amaury Kruehl’” (BNM 284).

No calor dos acontecimentos entre os dias 1º e 2 de abril de 1964, Porto Alegre figurava como a cidadela da resistência. Logo após assumir o III Exército o general Ladário Telles entrou em reunião quase que permanente com Leonel Brizola, os deputados

Wilson Vargas e João Caruso para discutir aspectos diversos da crise nacional. Também estavam na interminável reunião o general Crisanto Figueiredo, líderes sindicais, militares, representantes dos sargentos e Bismar Borges, diretor do Departamento de Correios e Telégrafos. (BNM 284)

Segundo o militante Ivo, antigo presidente do sindicato da Companhia de transportes de Porto Alegre, a CARRIS, ele e o major Pedro Alvarez foram os últimos a abandonar a sala do prefeito da capital gaúcha Sereno Chaise quando Jango e Brizola já haviam fugido e estava vitorioso o golpe iniciado na madrugada do dia 31 de março de 1964. Naquela ocasião o prefeito insistiu e os ameaçou para que eles se retirassem, tentando comunicar-se com Brizola por telefone para que este os convencesse a dar por encerrada a resistência ao golpe direitista. O major Alvarez teria chegado a sacar seu revólver e ameaçado para que Sereno Chaise não abrisse mão de resistir. Os dois se retiraram quando Sereno Chaise conseguiu finalmente falar com Brizola. Este, por sua vez comunicou aos dois insistentes que a resistência estava desarticulada. Por sua vez, o prefeito de Porto Alegre tomou as providências para irradiar que não haveria mais resistência conforme já observamos linhas acima (BNM 287).

Da parte dos nacionalistas da Brigada Militar, todos filiados ao já citado Diretório do PTB General Ernesto Dornelles, também houve um princípio de resistência. Estes militares, segundo um documento datado de novembro de 1964, da Justiça Militar do RS, já vinham sendo monitorados pelo serviço secreto das Forças Armadas. Entre vários suboficiais apareciam na mira da repressão ainda 8 coronéis, 5 majores, 11 capitães e mais 13 oficiais por virem desde antes do golpe incitando no maio militar a formação de Grupos de Onze, proclamando a urgência das Reformas de Base e a mudança radical do regime. Os denunciados já vinham planejando a resistência porque previam a eclosão de uma aventura golpista por parte da direita. O planejamento vinha acontecendo de forma madura.

No comando central de um desses planos para a mobilização dos militares estava o coronel da reserva Venâncio Baptista.

No dia do golpe, a 1º de abril de 1964, todos os membros do Diretório Ernesto Dornelles tomaram atitudes que contrariavam os oficiais comandantes apoiadores do golpe ou que se mantiveram inerte perante o mesmo. No mesmo dia 1º o General Ladário Telles determinou a intervenção na Brigada Militar dando o poder sobre a Brigada para o coronel Dayson. No entanto, o coronel Otávio Frota deu conhecimento aos seus comandados de que havia negado a requisição de Ladário Telles por entender ser a atitude inconstitucional.

Dezenas de oficiais optaram por apresentar-se para a resistência no Quartel General do III Exército, ou ainda se apresentarem à frente de quartéis para intimidar os oficiais e comandantes que não aderissem ao movimento pela legalidade.

O Tenente-Coronel Daisson fez irradiar pela cadeia da legalidade no dia 1º de abril que, como novo comandante da Brigada Militar, o que efetivamente não era porque os então comandantes não lhe passaram o comando, uma mensagem convocando os brigadianos da reserva para uma reunião às 18 horas nos fundos da prefeitura de Porto Alegre, onde estava instalado o QG da legalidade. O comunicado do Tenente-Coronel Daisson foi repetido durante todo o dia 1º de abril pela cadeia da legalidade que estava sob a proteção do general Ladário Telles, comandante do III Exército. Daisson intimidou o Coronel Tarrago, comandante do Regimento Bento Gonçalves e o comandante da Guarnição das Bananeiras a entregar o poder dos respectivos regimentos. Caso não fizessem o ordenado, haveria uma demonstração de força. Noutra cidade, distante de Porto Alegre, outro militar legalista, desta feita o 1º Tenente Miguel Archanjo de Farias apoderou-se de uma rádio em nome do III Exército e passou o dia inteiro fazendo a leitura de boletins pela legalidade.

A demonstração de força dos gaúchos não foi suficiente para impedir a vitória do golpe civil-militar de 1º de abril de 1964. Nem brigadianos, nem sindicalistas, nem estudantes, nem Brizola, nem ninguém foi capaz de acumular força suficiente para contra-atacar. O esboço de reação ao Sul do Brasil não passou de iniciativas esparsas e desarticuladas. Os Grupos de Onze não entraram em ação, por certo porque não haviam ainda alcançado um grau de maturidade orgânica. Brizola preferiu deixar o país e de Montevideu montar seu Estado Maior para organizar melhor o grande movimento de luta para derrubar os golpistas. Os gaúchos, sobretudo, pareciam estar revivendo os velhos tempos do seu ser e do seu fazer político, ou seja, o retorno à crítica das armas.

No imediato pós-golpe, pulularam reuniões e articulações para reverter a derrota. Numa destas, realizada próxima à cidade de Gravataí, o Deputado João Caruso afirmara que o sucesso da contra-ofensiva dependia da rapidez com que se desse o bote, preferencialmente dentro de seis meses. Nesta trilha, muitos grupos desejosos da revanche lançaram-se à conspiração revolucionária. Via de regra, os diversos grupos e organizações, comunistas ou nacionalistas, que se lançaram à luta contra a ditadura, foram atraídos para a órbita da liderança de Brizola e de seu “Estado Maior” em Montevideu. Por certo, o ex-governador gaúcho não fora o paladino da contra-ofensiva levada a efeito entre 1964 e 67 e tampouco a luta ficara circunscrita ao estado do RS. Maiormente, porém, foram os nacional-revolucionários que encetaram a luta contra a ditadura e, embora se tenha registrado a articulação e o esboço de alguns lances revolucionários fora do estado em tela, estes mesmos contaram com a predominância da concepção, da direção ou da participação dos gaúchos.

Em um documento datado de 21 de junho de 1964 (Processo BNM 284), a repressão, através do relato de um informante seu, ficou sabendo da realização de reuniões de nacionalistas revolucionários interessados em contra-golpear a ditadura que há pouco se

instalara por meio de um golpe. As tais reuniões vinham se realizando todas quintas e sextas-feiras. O sistema utilizado para as reuniões era o de reunir os revolucionários em pequenos grupos em pontos diferentes e posteriormente se dirigirem ao local da reunião de grupinhos de no máximo três pessoas.

Uma destas reuniões realizara-se numa sala alugada em nome do coronel Pedro Nehme no centro de Porto Alegre, contando com a participação de 46 pessoas. Destas reuniões estariam, participando sub-líderes como uma forma de preservar as verdadeiras lideranças do movimento. No relato do Tenente Wilson, pessoa que se tornaria muito chegada de Brizola no Uruguai, aparece um quadro da mobilização nacionalista revolucionária. Na cidade de Santo Ângelo, interior gaúcho, o movimento já estaria bastante forte uma vez que o prefeito era sargento do Exército e que além de forças militares contava-se com o apoio de núcleos de sem terra remanescentes do MASTER de Brizola (Movimento dos Agricultores Sem Terra). Se na cidade de Santiago o quadro era só bom, nas cidades de Cruz Alta e Ijuí a coisa estava indo muito bem, ao passo que na cidade ferroviária de Santa Maria o movimento era excepcional.

No âmbito da Brigada Militar, a qual jogou um papel importante na epopéia da legalidade e onde Brizola angariara grande simpatia, a possibilidade de adesão de brigadianos era muito grande. Até mesmo no corpo de bombeiros se podia contar com uma boa participação.

O informante da polícia política teria comentado sobre as ligações que existiam em São Paulo e Rio de Janeiro e que os contatos eram feitos por meio de agentes. Falou-se da infiltração no meio acadêmico, na companhia de ônibus de Porto Alegre, a CARRIS e nos diversos sindicatos. Foi abordado que pretendiam lançar um manifesto nos jornais dizendo que a causa dos sargentos é a causa do povo visando preparar a opinião pública para

angariar simpatia. A eclosão do movimento ainda não tinha dia nem hora, pois teria início apenas quando o “astro” chegasse, ou seja, o ex-governador gaúcho, Leonel Brizola.

A Operação Pintassilgo

Apesar da infiltração no meio do movimento que se articulava para contra-atacar o governo instalado por meio de um golpe, os nacionalistas revolucionários, no Brasil e no exterior, não deixavam de se preparar para o grande momento.

Segundo as informações obtidas junto ao Processo BNM 216, mais particularmente de uma sentença judicial, Brizola, desde Montevidéu, não deixava arrefecer o ânimo dos exilados e dos inúmeros militares expurgados das Forças Armadas e da Brigada. Brizola contava ainda com grande simpatia dentro da Brigada Militar. Vários militares da ativa aguardavam ansiosamente o momento da grande virada política no país que teria início no estado do Rio Grande do Sul. Aos exilados em Montevidéu que vinham passando inúmeras dificuldades e aos valorosos nacionalistas que se encontravam no Brasil Brizola apresentou um plano que contaria com expurgados das Forças Armadas que ainda viviam no Brasil e com militares da ativa.

Em Porto Alegre, no mês de novembro de 1964, Alfredo Ribeiro Daudt planejou a execução de uma operação da qual deveriam participar militares da Força Aérea Brasileira, do Exército e da Brigada Militar além de grupos civis no sentido de ocuparem a Base Aérea de Canoas, na grande Porto Alegre. Seriam tomados ainda por meio de um putsch os 18º e 19º Regimento de Infantaria do Exército e ainda o Quartel General.

O mesmo Daudt, no entanto, foi alcançado pela repressão no dia 26 de novembro de 1964. As forças do governo apreenderam documentos referentes à operação político-militar dia que estavam em poder de uma das principais lideranças do movimento. Para tal intento estavam prevista a constituição de um Comando Geral responsável pela “missão secreta” e de Comandos Militares para as demais atividades.

A ocupação da Base Aérea ensejaria a posterior utilização de aviões para dar início às Operações Pintassilgo 1, 2 e 3, as quais deveriam atacar objetivos não identificados enquanto que da ocupação do 19º Regimento de Infantaria resultaria o deslocamento de tropas até o objetivo.

O plano deveria atingir o interior do estado do Rio Grande do Sul, e, para tanto, diversas viagens foram feitas por militantes nacionalistas revolucionários.

A operação consistia num plano de âmbito nacional para derrubar o poder instalado em 1º de abril de 1964. Não havia previsão clara sobre a data do levante nacionalista revolucionário, mas supunha-se que fosse em breve.

De acordo com um relatório da repressão, datado de 15 de janeiro de 1965, teria havido um forte processo de aliciamento de militares na Base Aérea de Canoas na grande Porto Alegre e de militares de outras unidades do Exército e da Brigada Militar, pois se tinha como objetivo sublevar diversas unidades militares da capital gaúcha. Apesar de contar com militares da Brigada e de outras armas, o plano se desenvolveria a partir da tomada da Base Aérea de Canoas.

O sargento da Aeronáutica, Estoezel Ribeiro Santana solicitou ao sargento Altivo Aguiar Barbosa o plano de defesa da Base. Depois de tomada a Base deveria ficar em poder dos insurretos por no mínimo 24 horas contando com apoio externo de carros de combate pilotados por também insurretos. Outra medida seria a prisão ou mesmo o justicamento dos seguintes oficiais uma vez que constituíam empecilho ao movimento: Major Alvim, Major Rabico, Capitão Ivan e Tenente Peralta.

Ao sargento Altivo Aguiar, caso concordasse em aderir ao movimento, caberia abrigar em sua casa nada menos do que Leonel Brizola o qual seria o comandante da grande Operação Pintassilgo. Todavia, o sargento não concordara com a proposta e no dia

27 de novembro de 1964 denunciara a seus superiores a existência de articulações visando apertar do poder os militares golpistas.

O levante de Jefferson Cardim e Alberi Vieira

O ano de 1964 acaba de maneira desfavorável aos nacional-revolucionários. Em pelo menos dois momentos, foram desbaratados os planos insurgentes de figuras leais a Brizola ou simpatizantes do nacionalismo com tintas esquerdizantes. O esquema de Montevideú, desde o seu início, não conseguia ultrapassar a fase das articulações revolucionárias.

Em 1965 aparece no Rio Grande do Sul a primeira movimentação mais concreta visando derrubar a ditadura. Desta feita, os nacionalistas contaram inclusive com a participação de comunistas como o gaúcho Adamastor Bonilha, desligado do PCB e vinculado de maneira tênue ao PC do B. Acerca desta tentativa, Brizola negou a vida inteira que tivesse tido alguma participação. O fato é que os protagonistas do evento histórico estavam intimamente ligados ao ex-governador gaúcho. É possível que Brizola tenha discordado dos insurretos de março de 1965 quanto ao momento mais adequado para desfraldar o movimento. Todavia, o *modus operandi* se assemelhou bem com a estratégia que Brizola defendia.

Analisando um Relatório da repressão constante no Processo BNM 501 é possível saber que de fato as forças repressivas temiam os nacionalistas posto que reconheciam a existência de uma grande rede de possíveis apoios a um movimento contra a ditadura no interior gaúcho. Segundo o documento em tela a repressão assim analisava a força do nacionalismo revolucionário no estado do Rio Grande do Sul:

“Além das atividades subversivas nos principais centros de penetração do brizolismo no estado do RS parece ter sido a área da 1ª Divisão de Cavalaria aquela em que mais amplamente se visou o domínio subversivo de toda a região. Pode atribuir-se a causa provável do fato de nesta região Norte e Noroeste do Estado escassearem de sobremodo as guarnições federais, inexistentes em longa faixa ao Norte do paralelo de Santa Rosa

que prossegue pelos estados de Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso. Apresenta a região extensas matas, reservas indígenas e estende-se ao longo e próxima de fronteira internacional. Com boas condições para a ação de guerrilhas, falta-lhe, porém, uma das essenciais que é o apoio da população local, visto tratar-se de modo geral de uma população pacata e voltada para as atividades coloniais, principalmente nas regiões de maior densidade populacional. Por isso mesmo, muitas vezes enganada na sua boa fé. Outro fator que talvez tenha levado a uma maior atividade subversiva na área é por coincidir mais ou menos com a área de influência política do ex-deputado Beno Orlando Burman que conforme já vimos exerceu intensa atividade de contatos para um movimento contra revolucionário bem como o ex-sargento Alberi Vieira dos Santos, natural e conhecedor da região e dos elementos influentes em virtude de aí ter comandado diversos destacamentos da Brigada Militar. Estes fatores e a idéia de numa primeira ação fugir a um choque com tropas do Exército, levaram a que fosse escolhida para um movimento-senha provocar a eclosão do movimento contra-revolucionário em todo o Rio Grande do Sul e daí alastrar-se por todo o país". (p. 1, BNM 501)

O episódio em questão desenrolou-se teve início na madrugada do dia 25 para o dia 26 de março de 1965 abarcando os municípios de fatos foram ocorridos em Campo Novo, Três Passos e Tenente Portela. Nestas cidades foram feitas ações expropriatórias de armas junto a um quartel da Brigada Militar de Três Passos e de Tenente Portela.

Antes desta data o ex-sargento Alberi Vieira viajou para a região do conflito e articulou com militares, vereadores, deputados e prefeitos a participação e/ou cooperação com o movimento. Este Alberi, posteriormente se tornaria um agente da repressão. É possivelmente de sua responsabilidade a morte de militantes da luta armada que atravessaram a fronteira da Argentina com o Brasil para dar prosseguimento à luta contra a ditadura. Entre os mortos figura o comandante da Vanguarda Popular Revolucionária, o ex-sargento Onofre Pinto. Muitos são os indícios que levam a constatação de Alberi realmente passou para o lado da ditadura.

O ex-sargento Alberi Vieira e o ex-coronel Jefferson Cardim adentraram o território nacional em 20 de março de 1965, supostamente por ordem de Brizola com a missão de na cidade de Três Passos lançarem pela rádio uma manifesto-senha em que a partir deste eclodiriam movimentos em Porto Alegre, Santa Maria e Bagé, pontos fortes do movimento

no Rio Grande do Sul. Os dois passaram por várias cidades até chegarem no município de Campo Novo, onde ficaram aguardando a chegada dos demais revolucionários que viriam de Porto Alegre e São Sepé. A partir do dia 23 aceleraram-se os preparativos para a empreitada revolucionária. Levantaram acampamento em um galpão de um aliado e se movimentaram para o levante na noite de 25 de março do mesmo ano. Na noite do dia 25 a pedido do ex-coronel Jeferson Cardim, foi organizada por Manoel Silveira dos Santos e Pedro de Campos Bones uma galinhada numa escola onde, naquele evento, supostamente organizado para tratar de futebol, Cardim tentaria recrutar mais pessoas para a ação revolucionária que intentavam empreender no dia seguinte.

Na mesma noite, dois revolucionários se apresentaram a um cidadão comum chamado Nelson Antônio Bones como oficiais do Exército e homens do governo solicitando seu caminhão. Segundo os falsos oficiais o caminhão seria devolvido logo pela manhã.

Após um minucioso reconhecimento da área, os nacionalistas revolucionários partiram para a cidade de Três Passos onde atacaram um quartel da Brigada Militar e um Presídio levando todo o armamento que encontraram. Após essas ações inutilizaram a telefônica da cidade e lançaram um manifesto na rádio local em que os seguintes tópicos eram abordados:

“1- que o país estava sob regime ditatorial; 2 – que o país estava sendo entregue aos americanos através da Lei de Remessa de Lucros e da Política de Minerais; 3 – que faltava liberdade aos sindicatos; 4 – que haviam cassado os direitos políticos dos legítimos representantes do povo; 5 – reforma agrária com extinção dos latifúndios” (p. 5, BNM 501)

Na delegacia de Três Passos, contando com o apoio do escrivão de plantão, Altino de Souza, os revolucionários trocaram o velho caminhão em que estavam por um que lá se encontrava detido para legalização da documentação.

Após isso rumaram para a cidade de Tenente Portela onde também expropriaram o destacamento local da Brigada Militar, levando armamento e inutilizando a telefônica local. Daí para frente expropriaram um Posto Fiscal e rumaram para o Norte penetrando na cidade de Basílio da Gama em Santa Catarina. Os revolucionários conseguiram ainda a façanha de alcançar o Paraná onde enfrentaram as forças da repressão e mataram um sargento do Exército. Todavia, os revolucionários nacionalistas não conseguiram mobilizar as forças que acreditavam que conseguiriam. O pequeno grupo de homens fracassou e foi preso. Mais do que a simples prisão, tratava-se de mais uma derrota para os nacionalistas revolucionários ligados ao esquema de Montevideú. O saldo da derrota era maior do que simplesmente 15 combatentes presos. Amplos setores que apoiavam o brizolismo ou que simplesmente depositavam nele a esperança de que aquela situação pudesse ser revertida, lentamente passavam a desacreditar na real possibilidade de desalojar do poder os militares direitistas. Toda uma rede de contatos, de apoios de toda ordem começava a se desfazer. Mas se engana quem acha que o esquema de Montevideú pararia por aí. Estamos ainda no ano de 1965 e só no primeiro semestre de 1967 é que o protagonismo nacional-revolucionário daria seu último suspiro com o desbaratamento da Guerrilha de Caparaó. Por ora, cumpre-nos fazer justiça com parte dos comunistas que entre 1964 e 67 se ergueram na luta contra a ditadura.

Os comunistas gaúchos na primeira vaga revolucionária

Sabidamente, pela historiografia ou pelos documentos políticos de organizações comunistas, o PCB adotou como linha pacífica ou não armada para se opor à ditadura instalado a 1º de abril de 1964. PC do B e POLOP, por exemplo, defendiam a derrubada do governo pela força das armas. A POLOP chegou mesmo a articular, antes de 1968, com militares expurgados das Forças Armadas a fim de levar a cabo algum movimento armado.

Impressiona, no entanto, que ao Sul do Brasil, tenha havido por parte do PCB movimentações no sentido da organização da luta armada. A bem da verdade, é preciso lembrar que muita gente que partiu para a guerrilha após 1968 ou mesmo antes, durante um tempo permaneceu no interior do PCB. Várias organizações que se formaram a partir de 1968 eram dissidências do Partidão.

Analisando alguns documentos da Justiça Militar gaúcha conseguimos captar recortes interessantes da história da luta travada pelos comunistas do Rio Grande do Sul contra a ditadura, mais particularmente em Porto Alegre. Nesta cidade, desde antes do golpe, o Comitê Municipal do Partido se encontrava dissolvido. Não imaginamos que o que vamos relatar seja a totalidade das ações dos comunistas em Porto Alegre, quiçá no Rio Grande do Sul. Apesar disso, não perde valor o que vamos historiar nas linhas que seguem.

Em Porto Alegre destacou-se um comunista chamado Carlos Lima Aveline, vereador expurgado da cidade de Rio Grande, responsável por um suposto “setor de tarefas especiais” do Comitê Regional do PCB. Nestas tarefas incluía-se “pichamentos, reuniões subversivas, aliciamento de novos militantes para o Partido Comunista, distribuição de panfletos, atos de terrorismo e instalação de uma rede de emissoras clandestinas que teria o título de Rádio Liberdade” (BNM 287, p. 4). Jaime Freitas, como era conhecido, era

portanto o coordenador de qualquer movimento armado que viesse a florescer por parte do PCB. Jaime dizia a todos militantes que mantinha contato que seria impossível chegar ao poder pacificamente, daí a luta armada ser a única saída. Para os militantes dizia ser no Comitê Regional a única voz discordante da linha branda do partido.

Entre os anos de 1964 e 65, Jaime Freitas discutiu com o militante José Lucas Alves a possibilidade de se montar uma estação emissora. Jaime Freitas procurou José Lucas falando da intenção do Partido de construir uma emissora de ondas médias que seria utilizada para operações de guerrilhas em uma eventual zona rebelde. José Lucas então confeccionou o esboço do trabalho a ser feito e apresentou um orçamento. Dias depois, Jaime apareceu nos primeiros dias de julho de 1964 para conversar com José Lucas sobre a rede de emissoras porque as emissoras deveriam ter alcance médio para alcançar o interior do estado.

A voz discordante do Comitê Regional do PCB gaúcho fez uma viagem no segundo semestre de 1964 para conversar com Brizola. Em setembro Jaime Freitas retornou de Montevideu onde conversou longamente com Brizola sobre a formação de uma frente revolucionária de união entre as forças de esquerda, mas Brizola teria dito que não queria ligação alguma com os comunistas, mas tão somente aproveitar o trabalho construído dos mesmos.

Apenas após a primeira quinzena do mês de setembro de 1964 é que foi iniciada a montagem da rádio propriamente dita. A rádio era instalada ora na casa de um, ora na casa de outro. Em fins de novembro de 1964 a rádio não foi testada por necessitarem de uma antena de grande altura, impossível de ser instalada nas condições de ilegalidade. As guerrilhas que Jaime desejava não saíram e a rádio foi levada para um aparelho no princípio de 1965.

Jaime Freitas teria proposto a constituição de rádios menores, de curto alcance, mas que pudessem entrar na frequência de rádios grandes como as rádios Gaúcha e Farroupilha.

No mês seguinte, outubro de 1964, entre os dias 10 e 15 Jaime Freitas falou para José Lucas que desejava dar um golpe de propaganda original, que consistia em soltar dois macacos nas praças centrais de Porto Alegre com cartazes contrários à ditadura. Os macacos seriam soltos numa segunda-feira às 13 horas na Praça da Alfândega e na Praça XV. Os macacos foram comprados e a ação fora organizada. Os macacos foram soltos conforme se havia planejado com cartazes que diziam: “Eu disse, a vida vai baixar”. A ação não foi mais exitosa porque transeuntes apanharam o animal e entregaram a um guarda que ali se encontrava. Na outra praça, uma multidão de curiosos se encontrava em volta do macaco que subia nas árvores da praça com um cartaz com os mesmos dizeres do outro.

Em 1965, os comunistas voltam a manter contatos com os trabalhistas radicais. Entre janeiro e março de 1965 um militante do PCB falou a José Lucas Alves que mantinha contatos com o coronel Caloi da Brigada Militar, expurgado pelo golpe de 1964. Este coronel estaria no esquema revolucionário de Brizola. Ruaro, outro militante do PCB fora procurado para abrir contatos com o deputado do PTB Hélio Fontoura que também estava no esquema nacionalista revolucionário. Jaime Freitas, no entanto havia solicitado aos seus subordinados que não fizessem articulações com os nacionalistas uma vez que eles eram desorganizados em suas atividades e em seus esquemas de segurança.

Jaime Freitas talvez para mostrar que os comunistas também se preparavam para a luta armada assim como os nacionalistas, em janeiro de 1965 comunicou a alguns militantes que os mesmos tinham perdido um treinamento de guerrilha em que teriam participado cerca de 50 pessoas. No mês seguinte Jaime viajou a Montevideú e ficou diz

dias por lá. Em seu retorno teria dito que Brizola havia mudado sua posição em relação aos comunistas.

A fim de manter a militância ativa, Freitas convocou alguns militantes em fins de março para e fazerem pichações em solidariedade à tentativa guerrilheira gaúcha liderada por Jefferson Cardin. Nesta ocasião Jaime Freitas disse que o movimento se inspirava na teoria de Brizola de que bastava se iniciar um movimento armado para surgir apoio armado e popular em muitos setores. Era a teoria de um manifesto que circulava intitulado “A palha está secando”.

No mesmo mês de março de 1965 as coisas começavam a esquentar, os comunistas liderados por Jaime Freitas vislumbraram dinamitar a estação transmissora dos Correios e Telégrafos no bairro do Passo D’Areia, em Porto Alegre. O objetivo de dinamitar não ficou circunscrito apenas aos correios. A radional em Porto Alegre só não foi explodida porque os militantes da ação se incomodaram com o fato de Jaime Freitas não participar da ação deixando-os sozinhos na empreitada. O líder comunista deu-lhes um revólver pa atemorizar o vigia e três bananas de dinamite com pavio para 15 segundos. Após isso Jaime disse aos camaradas que iria para casa.

Dias depois, no dia 7 de abril, Jaime Freitas voltou seu interesse de novo para a rádio onde falou naquela noite para testar seu efetivo funcionamento. Somente no fim do mês Freitas voltaria a pensar na rádio. No dia 28 do mês em questão, Jaime procurou José Lucas para dizer que a Rádio Liberdade seria posta em funcionamento no dia 1º de maio de 1965. no dia 30, véspera do lançamento oficial da rádio, fez-se um pronunciamento de 10 minutos no rádio sobre a revolução na República Dominicana. A rádio foi lançada exatamente no dia 1º de maio de 1965 com o aviso de que só voltaria funcionar dias depois. Nos dias 10 e 12 de maio aconteceram novas transmissões. A idéia era construir diversas pequenas rádios que se espalhariam pela cidade.

Em maio de 1965 acontece uma reunião do Partido contando com aproximadamente 18 pessoas. Nesta reunião foi proposta a produção de um jornal de orientação para os comunistas que se chamara Vanguarda e um outro da frente esquerdista que se chamaria Ação Revolucionária. O jornal Vanguarda chegou no mínimo até o número nove em julho de 1966. Este número nove foi apreendido pela polícia numa tipografia de Porto Alegre.

Discutiu-se nesta reunião o apoio ao PTB concernentes às eleições municipais embora o PTB não houvesse procurado os comunistas para tratar do assunto. Mais do que apoiar quadros do PTB, os comunistas parecem ter se aproximado muito mais dos nacionalistas revolucionários devido ao potencial que demonstrava o esquema de Montevideú. Nestes encontros com pessoas ligadas ao esquema do Uruguai, teria ficado aos comunistas a incumbência de organizar grupos de cinco pessoas para ações táticas além de pichações e distribuição de panfletos.

Ainda em maio, mês da referida reunião, os comunistas ligados a Jaime Freitas por muito pouco não conseguiram produzir um fato político de grande relevância. De acordo com o depoimento José Lucas Alves Filho que era então fiscal do Departamento de Aviação Civil em Porto Alegre, na noite do dia 19 para o dia 20 de maio de 1965, ocorreu no Aeroporto Salgado Filho, contra o avião C-47-2082 da FAB, uma tentativa de sabotagem. Nos alojamentos dos trens de pouso, foram colocadas duas potentes cargas de dinamite gelatinosa, interligadas por um cordel detonante que visava a destruição da aeronave com prolongamentos incendiários de proporções imprevisíveis.

O objetivo da sabotagem tinha como escopo um protesto contra a política norte-americana, particularmente contra a intervenção norte-americana na República Dominicana.

Tudo começara no dia 08 de maio de 1965 quando Carlos Lima Aveline, o Jaime Freitas das tarefas especiais do PCB em conversa com José Lucas falou da possibilidade de

colocar uma bomba em um avião norte-americano que passando por Porto Alegre, pernoitasse no Aeroporto da capital gaúcha.

José Lucas Alves ficou incumbido de avisar Aveline quando chegasse o avião. O combinado seria avisar Aveline por telefone com a mensagem “A encomenda que ele esperava havia chegado”. Numa noite de serviço, José Lucas verificou num radiograma que um avião chegaria e pernoitaria entre os dias 17 e 20 do mesmo mês.

José Lucas avisou Jaime Freitas que havia chegado um avião que aparentava ser o norte americano, mas que não tinha certeza e que por isso seria melhor esperar, pois poderia ser uma aeronave da Força Aérea Brasileira. Jaime falou que colocaria as dinamites de qualquer maneira, mesmo que o avião fosse realmente da FAB. E o fato é que Jaime realmente foi até o aeroporto e colocou a bomba.

Na manhã do dia 20 de maio quando componentes da tripulação da aeronave C-47-2082, chegavam junto ao aparelho notaram a instalação de corpos estranhos nos alojamentos do trem de pouso. Imediatamente comunicaram às autoridades a constatação de tal fato, sendo de imediato providenciado a presença da polícia técnica civil e dos peritos militares.

De acordo com documento da repressão a ação revolucionária não se efetivou porque “as condições atmosféricas locais com alto grau de umidade interromperam a cadeia do fogo impedindo o acendimento da chama propulsora e o conseqüente detonar dos petardos” (p. 20 BNM 287).

Os muitos fôlegos do nacionalismo revolucionário

Mesmo fracassados nas articulações do imediato pós-golpe, fracassados com a Operação Pintassilgo e derrotados no levante do ex-coronel Jefferson Cardim, os nacionalistas revolucionários não desistiram da luta. O ânimo ainda não arrefecera.

Segundo o relatório da repressão, datado de 17 de abril de 1966 (BNM 501), no dia 26 de janeiro de 1966, às 16 horas, o coronel Átilo Escobar realizou uma reunião no apartamento do tenente Veremundo em Porto Alegre. Entre outras coisas solicitou a figuras como o tenente Veremundo e ao capitão Walter que fizessem sondagens entre oficiais e sargentos do Regimento Bento Gonçalves da Brigada Militar para saber como seria a aceitação de um possível movimento contra o governo instalado com o golpe de março-abril de 1964. Esta reunião fora mais uma das que vinham se realizando de fins de 1965 a princípios do ano de 1966.

Como participantes da organização e orientação do movimento foram nominalmente apontados o trabalhista Beno Orlando Burmann, a quem cabia fazer a ligação dos contatos pelo interior do estado do Rio Grande do Sul e de modo geral coordenava a totalidade do movimento em âmbito civil. Rafael Peres Borges ex-presidente da Caixa Econômica Federal e Ivo dos Santos Amaral ficaram responsáveis pelo recrutamento de trabalhadores da Companhia CARRIS de Porto Alegre, outros trabalhadores sindicalizados e articular com alguns sargentos do Exército em cuja incumbência estava também incluído o ex-Tenente José Wilson da Silva. Ao ex-Sargento Amadeu Felipe da Luz Ferreira caberia organizar os sargentos do Exército. Ao Coronel reformado do Exército José Lemos de Avellar cabia a tarefa de planificar e aglutinar oficiais expurgados do Exército. Outro articulador do movimento no Exército e também na Aeronáutica era o Coronel expurgado Everaldo. Por sua vez, o Coronel da reserva Átilo Cavalheiro Escobar ficara encarregado de organizar as forças contrárias à ditadura no interior da Brigada Militar enquanto que na

Aeronáutica tal incumbência caberia ao então Capitão Alfredo Daudt. Por fim, a Brizola, além da liderança máxima do movimento caberia articular contatos civis e militares espalhados pelo estado e de relevância nacional além de sublevar unidades militares de fronteira. No processo de organização da insurreição, os nacionalistas expurgados não participariam em face de estarem sempre vigiados.

A partir de março o esquema deveria ficar pronto para entrar em ação a qualquer momento determinado pela repercussão nacional de fato político que ocorresse ou para ser desencadeado no dia “Z” que seria fixado com 48 horas de antecedência, de preferência num sábado às 20 horas. O início de tudo se daria no Palácio Piratini quando a guarda do mesmo estivesse sob o comando do tenente João Veremundo Cavalheiro e cujos quadros de ação militar seriam adredemente preparados para tomar várias atitudes, entre elas, prender o governador do estado e seu secretariado. O palácio, depois de tomado seria entregue a Leonel Brizola que estaria nas imediações de Porto Alegre desde umas 48 horas antes da eclosão do movimento. Brizola seria o grande coordenador da insurreição.

Após a tomada do Palácio, seria lançado uma manifesto à nação por intermédio de emissoras de rádio e televisão locais proporcionado por jornalistas e radialistas simpatizantes do movimento. Na seqüência da leitura do manifesto entrariam em ação os grupos de 5, formados essencialmente pelas lideranças comunistas. Na medida em que a Brigada Militar e o III Exército fossem tomados pelos insurretos, seria proclamada a formação do “Exército de Libertação Nacional”.

Além do governador do estado, o general Muniz Aragão do Exército e o coronel Octávio Frota da Brigada Militar também seriam detidos e se fosse o caso, até mesmo eliminados pelo fato de serem considerados chefes temíveis dentro de suas áreas de comando.

Para a base aérea da Aeronáutica na cidade de Canoas, havia todo um planejamento específico.

Além da detenção do governador e dos militares citados, outras ações aconteceriam. Os operários da empresa de transporte de Porto Alegre ocupariam a Companhia de Polícia, os quartéis seriam invadidos por grupos de cinco pessoas em combinação com militares insurretos que estivessem de serviço. O aeroporto seria ocupado por civis de uma vila localizada nas suas imediações. A ponte do Rio Guaíba seria levantada para impedir a chegada de forças adversas por aquela região. Ferroviários e demais trabalhadores agiriam em suas empresas no sentido de fortalecer o movimento que se iniciava.

A repressão acreditava que o movimento contava com o apoio de padres e outras autoridades civis. Além disso, supunha-se que os futuros insurretos contavam com grande quantidade de armamento nas imediações de Porto Alegre.

O movimento não se restringiria ao Rio Grande do Sul, mas seu início se daria naquelas terras porque os revolucionários acreditavam que lá havia melhores condições.

Para o êxito do movimento acreditava-se que necessitariam de pelo menos 60% de apoio da população civil e dos militares. Para tanto, até o governador Adhemar de Barros vinha sendo procurado para participar do movimento em vista de sua posição discordante em relação ao governo do presidente ditador Castelo Branco.

O plano começou a ser desbaratado pela denúncia feita pelo capitão Wenceslau Ari Sena o qual não concordara em participar de um movimento que contasse com a participação de comunistas. Após ser informado sobre o envolvimento de comunistas recuou e denunciou a trama revolucionária ao seu comandante em tempo suficientemente hábil para que as forças repressivas pudessem desarticular o movimento que se gestava. Uma vez conhecido o plano e seus participantes, foi ele frustrado e presa a maioria de seus participantes.

O calvário do sargento Manoel Raymundo Soares

O esquema de repressão nos moldes da Operação Bandeirantes e dos DOI-CODIs concretamente só chegou ao Rio Grande do Sul após a malograda tentativa de seqüestro do cônsul americano a 5 de abril de 1970 em Porto Alegre. Entretanto, as terras gaúchas comportaram torturadores e assassinos desde 1964, como de resto outros estados também comportaram. O exemplo que segue é bastante ilustrativo de como no Rio Grande do Sul a repressão também torturava e matava antes dos chamados anos de chumbo da ditadura.

Alguns ex-militantes da luta armada gaúcha nos disseram que se a repressão só endureceu a partir de 1970 isto se deveu à repercussão que teve a morte de Manoel Raymundo em 1966.

O protagonista deste triste episódio é o ex-sargento Manoel Raymundo Soares, cuja morte ficou conhecida como o caso das mãos amarradas e gerou no ano de 1967 uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) na Assembléia Legislativa do estado do Rio Grande do Sul.

Manoel Raymundo Soares nasceu em Belém a 15 de março de 1936. Em 1953 mudou-se para o Rio de Janeiro onde passou a morar com uma família amiga desde os tempos em que morava no Pará até que, em 1955, ingressou no Exército brasileiro.

Durante a agitação política dos sargentos no ano de 1963 Manoel Raymundo se destacou pela firmeza de caráter que apresentou e por isto foi perseguido. Como punição, em agosto do mesmo ano foi transferido do 1º Batalhão de Saúde do Rio de Janeiro para uma unidade no estado do Mato Grosso.

Manoel Raymundo fora perseguido também quando do golpe civil-militar de 1964, pois discordara do que estava acontecendo. Os oficiais militares do Mato Grosso o reprimiram por não aderir ao golpe. Desta feita, não o pegaram, pois antes de o prenderem,

Soares fugiu em busca de outros brasileiros dispostos a enfrentar a situação que se firmava. Em 30 de julho de 1964 Manoel Raymundo é oficialmente expulso do Exército brasileiro.

Entre abril de 64, data do golpe até sua morte, Soares se empenhou duramente na luta para derrubar a ditadura.

Durante uma das vezes que esteve em Porto Alegre, local de seu calvário e de sua morte, a 5 de agosto de 1965, Soares alugou um apartamento sob o nome falso de Thomé Andrade Vieira. Ali, depois de sua morte a polícia encontrou materiais empregados para a confecção de panfletos.

Há meses Manoel Raymundo vivia na clandestinidade. Na Guanabara após sua expulsão do Exército, passava a maior parte do tempo fora de casa tendo que se encontrar com sua mulher em pontos determinados que marcava. Manoel Raymundo chega a Porto Alegre em janeiro de 1966 em busca de um trabalho prometido por um amigo seu. Rapidamente, a polícia política e o serviço secreto do Exército de Porto Alegre já estavam em seu encalço.

Soares, desde o princípio, via com restrições àquele suposto militante de nome Edu Rodrigues. Este em verdade era um agente das forças repressivas do governo. Na última carta que enviou à sua companheira, já do cárcere, a 25 de junho de 1966, Manoel Raymundo relatou que fora apresentado a sujeito chamado Edu Rodrigues pelo ex-sargento Leony Lopes que o procurara com a promessa de trabalho em Porto Alegre. O ex-sargento Leony era homem da confiança de Soares. Este então passou a confiar em Edu, homem da polícia política, infiltrado no movimento de luta contra a ditadura. Edu Rodrigues marcou um encontro com Manoel Raymundo às 13h30min do dia 11 de março de 1966, defronte ao Auditório Araújo Viana. Soares sempre estranhara o comportamento de Edu, mas mesmo assim topou o encontro. Neste mesmo dia achou bastante diferente o modo como Edu o tratara, porém, deu seqüência ao encontro marcado.

Neste encontro, Manoel Raymundo foi preso, às 16h35min em frente ao Auditório Araújo Viana em Porto Alegre por dois militares à paisana. Eram eles: sargento Carlos Otto Bock e sargento Nilton Aguiadas da 6ª Companhia da Polícia do Exército. A prisão efetuou-se por ordem do comandante da PE o capitão Darci Gomes Prange. Quando de sua prisão Manoel Raymundo carregava consigo uma bolsa contendo cerca de dois mil recortes de jornais carimbados com inscrições de caráter político como “Abaixo a Ditadura” entre outros. Após a prisão, Manoel Raymundo Soares foi posto dentro de um táxi DKW e levado à 6ª Companhia da Polícia do Exército onde foi entregue ao subcomandante, tenente Glênio Carvalho Souza. Durante duas horas permaneceu no quartel da PE sendo submetido a torturas e interrogatórios conforme relatou em uma carta sua à esposa.

Nos primeiros oito dias de sua prisão Soares foi barbaramente torturado nas dependências do DOPS de Porto Alegre. A este local chegara com a visão debilitada em face do indescritível espancamento a que foi submetido na Polícia do Exército.

Luís Renato, um estudante, companheiro de cela de Manoel Raymundo Soares relata que um dia, às oito horas da manhã, Soares ainda sofria violência cujas quais haviam sido iniciadas na noite anterior:

“Era queimado a ponta de cigarro que os policiais apagavam lentamente sobre suas carnes. Recebia pontapés e pauladas desferidas pelo delegado Itamar Fernandes de Souza. Recomeçaram as torturas do cigarro aceso. O delegado Itamar para a bater com os fios. Findo o ‘tratamento’, Soares parece um trapo. Está ainda só de cuecas. As costas a sangrar e uma das vistas fechada, atingida que fora por um golpe desfechado pelo delegado Itamar. Levam-no então para a sala do fiscal Olinto, chefe da guarda do DOPS. Está semi-inconsciente. O fiscal Olinto passa a chuta-lo com violência e exhibe ameaçadoramente um facão” (p. 10).

O ex-sargento Manoel Raymundo Soares de tanto golpes que levou no pescoço não podia engolir os alimentos porque lhe doía a garganta. Os outros presos davam-lhe leite que recebiam dos parentes. Todos ficaram impressionados com a resistência de Raymundo Soares. Ninguém acreditava que ele pudesse suportar as torturas a que era submetido.

Depois de tanto apanhar no DOPS, Manoel Raymundo Soares, às 9h30min do dia 19 de março foi levado num carro da polícia para a Vila Assunção de onde partiria para a Ilha do Presídio, situada a três quilômetros de cada margem do Rio Guaíba. Manoel Raymundo sairia da Ilha do Presídio de volta para o DOPS. No dia 13 de agosto, data de sua falsa libertação ou no dia 14 do mesmo mês, o ex-sargento Manoel Raymundo Soares foi assassinado. A forma da sua morte foi por meio de uma tortura denominada caldo, que consiste em mergulhar o preso de cabeça para baixo na água e retirá-lo rapidamente, em segundos. O torturado que imerge tem a sensação de estar se afogando, mas volta com vida às mãos de seus verdugos. Os últimos minutos de vida de Soares foram dramáticos. Os assassinos o arrastaram com as mãos atadas às costas pelas margens do Rio Jacuí. Soares tentava resistir, mas já estava bastante debilitado. As marcas de seu sofrimento ficaram em sua roupa. Dentro de uma lancha, os assassinos do DOPS deram início à tortura do caldo segurando Manoel Raymundo pelos pés. Ao que tudo indica numa das imersões os torturadores deixaram Manoel Raymundo escapar não conseguindo mais encontrá-lo nas águas do rio.

No dia 24 de agosto, por volta das cinco da tarde dois agricultores avistaram um corpo boiando com as mãos amarradas para trás nas águas do Rio Jacuí. Mais curioso ainda era o fato que as mãos estavam amarradas com pedaços da própria camisa que o cadáver vestia. Dias depois, o relatório da necropsopia confirmaria que a morte ocorrera por afogamento.

A descoberta do corpo foi divulgada no noticiário policial dos meios de comunicação da capital gaúcha. Ao episódio deram o nome de o caso das mãos amarradas.

Seis dias depois de ser encontrado o corpo de Soares, aparece na Delegacia de Segurança Pessoa, em Porto Alegre, Elizabeth Chalupp Soares, companheira do Manoel Raymundo. Elizabeth se dirigira à capital do Rio Grande para impetrar o terceiro habeas-

corpus em favor do marido, um preso político. Outros dois habeas-corpus já havia sido impetrados em Favor do valoroso ex-sargento junto ao Superior Tribunal Militar. Todavia, os dois habeas-corpus anteriores haviam sido recusados porque as autoridades civis e militares do Rio Grande do Sul negaram que houvesse um preso com esse nome. Mas a verdade é que Manoel Raymundo já estava em poder daqueles que acabariam com sua vida.

Durante dias vários telefonemas anônimos a redações de jornais diziam que o corpo encontrado era de Manoel Raymundo Soares. Dilamar Machado, repórter de um desses jornais, foi procurado por Elizabeth. Dilamar confirmou o boato sobre os telefonemas e a partir disso decidiu acompanhar a viúva ao Instituto Médico Legal.

Até mesmo a Delegacia de Segurança Pessoal desconhecia o fato de Manoel Raymundo estar preso na Ilha do Presídio e no DOPS gaúcho. Foi por meio de Elizabeth que a nominada Delegacia soubera do silêncio que o DOPS mantinha acerca do caso das mãos amarradas. O livro de registro de presos da Ilha do Presídio dava conta de que Manoel Raymundo fora recolhido à Ilha no dia 18 ou 19 de março de 1966. Viera do DOPS e fora devolvido por volta das 10h30min do dia 13 de agosto a dois funcionários do DOPS pelo fiscal da Guarda Civil. Uma vez reconhecido o corpo pela sua companheira, restava ainda enterrar o ex-sargento opositor ao regime instalado em março-abril de 1964. Segundo um relatório sobre a morte de Manoel Raymundo Soares, assim teria sido o funeral:

“O enterro do sargento Manoel Raymundo Soares foi realizado a 2 de setembro, um dia frio e sob ameaça de chuva. Uma pequena multidão acompanhou o cortejo cobrindo a pé uma distância de quatro quilômetros. No caminho para o cemitério, lojas comerciais cerravam suas portas, algumas hasteavam a bandeira nacional em funeral. Sargentos da ativa e expurgados, estudantes, trabalhadores, intelectuais, deputados e vereadores caminharam em silêncio até a Pira da Pátria, onde o esquife foi erguido. A multidão fez um minuto de silêncio e sob intensa comoção entoou o hino nacional. Faltava alguém na cerimônia, dona Elizabeth Chalupp Soares que teve uma violenta crise de nervos ainda no

necrotério de onde saíra o féretro. Há três dias não comia e quase não dormia. Dispersos entre a multidão, agentes do DOPS acompanharam o desfile. Anotavam o nome dos ex-militares presentes mas não ousaram interferir. No cemitério, entre lágrimas, um estudante gritou para um policial, quase face a face: ‘Assassinos’. Da multidão ergue-se um coro em meio tom abafado: ‘Assassinos, assassinos’” (p. 13).

A descoberta do corpo e a confirmação da morte de Soares pelas mãos de seus verdugos provocou comoção em várias partes do país. No Congresso Nacional e nas Assembléias Legislativas de vários estados, diversos parlamentares protestaram contra o ocorrido. Nas manifestações estudantis de setembro, a famosa “setembrada”, Manoel Raymundo Soares não deixou de ser lembrado. Na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul a bancada de oposição, encabeçada pelo deputado Aírton Banasque, exigiu-se a abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para que o caso das mãos amarradas não ficasse impune. Até mesmo vozes da ARENA se levantaram em defesa da CPI, até que esta foi oficialmente instalada no dia 31 de agosto de 1966.

A Comissão Parlamentar de Inquérito sempre trabalhara sob uma dupla pressão. Em uma das frentes de ataque à CPI se encontravam parlamentares da ARENA que procuravam atrapalhar o trabalho para que a oposição não levasse os méritos, mas principalmente para que o governo não fosse responsabilizado pela morte. Numa outra frente, a coisa era mais dura, pois a CPI tinha que enfrentar o poder dos órgãos de segurança pública do estado. Para efeito de ilustração vale notar que um ofício fora enviado ao III Exército solicitando a apresentação do tenente Nunes e do sargento Pedroso, denunciados pelo próprio Soares como os primeiros a torturá-lo ainda no quartel da Polícia do Exército. Porém, a solicitação ficou sem resposta. A Secretaria de Segurança, infestada de militares nos postos de comando, dava cobertura aos policiais acusados.

O alto comando da Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul o tempo inteiro buscou desacreditar os trabalhos da CPI para que ao final o DOPS gaúcho saísse

incólume da investigação. Prova da artimanha do serviço de segurança do Rio Grande é que a Secretaria de Segurança Pública resolveu também abrir um processo de investigação.

Apesar de tudo isto, de modo geral, os depoimentos colhidos pela CPI comprovaram que o Sargento Manoel Raymundo Soares fora assassinado pelo DOPS gaúcho. Uma a uma, as testemunhas fizeram uma espantosa reprodução das bárbaras torturas sofridas por Soares e também o estado deplorável em que encontraram o ex-sargento na prisão.

O DOPS, para matar Raymundo, montou uma farsa em torno da sua libertação. Soares sempre esteve preso e jamais foi posto em liberdade:

“A farsa ficava evidente pelo modo singular de libertar o preso: ele veio sob a vigilância de dois policiais no jipe, como é costume com os delinquentes em geral para que não tentem fugir. O livro de ocorrências do DOPS de número 4 tem na página 92 um registro da libertação de Soares. A margem direita consta um recibo: recebi os objetos em 13 de agosto de 1966, assinado Manoel Raymundo Soares” (pp. 24-25).

Soares teria sido supostamente libertado pelo delegado Enir Barcelos da Silva no dia 13, às 13h30min. Sua assinatura, no entanto, foi obtida por meios fraudulentos.

A conclusão da CPI foi a de que o coronel Washington Bermudez, assessor legislativo do Ministro do Exército e ex-secretário de segurança do Rio Grande do Sul, o major Luís Carlos Mena Barreto, então chefe de polícia do III Exército, os delegados Itamar Fernandes de Souza e José Morsch e o superintendente dos serviços policiais o tenente coronel Lauro Melchíades Rieth, todos apontados como responsáveis pela morte do ex-sargento Manoel Raymundo Soares. O delegado Itamar Fernandes de Souza, um dos chefes dos torturadores profissionais do DOPS gaúcho.

O promotor do caso, Cláudio Tovo, responsabilizou nominalmente o major Luís Carlos Mena Barreto e o delegado José Morsch como suspeitos do assassinato de Manoel Raymundo Soares.

O relatório do Promotor caracteriza a culpa do Major Mena Barreto por ser o chefe todo poderoso do DOPS e da Dopinha. A Dopinha seria um pelotão especial empregado

pelo Major em tela em tarefas que ele tinha interesse pessoal. Compunha-se de indivíduos que prendiam, torturavam e matavam sem ter que dar satisfação a qualquer autoridade, a não ser o próprio Mena Barreto.

A experiência de Caparaó: o último lance do nacionalismo revolucionário

O ano de 1966 foi bastante significativo no tocante à movimentação dos nacionalistas revolucionários. Entre janeiro e março do ano em questão um grande movimento vinha se gestando para que a partir do Rio Grande do Sul milhares de civis e militares descontentes com a ditadura se insurgissem. Entretanto, o ambicioso plano foi descoberto a tempo e diversos quadros importantes foram presos.

No mesmo ano de 1966, só que no segundo semestre, os nacional-revolucionários voltaram à carga, desta vez iniciando os movimentos longe das terras gaúchas. Trata-se do que se consagrou na literatura sobre o assunto como a Guerrilha de Caparaó. Em verdade, um movimento que não passou da fase de treinamento dos guerrilheiros que por lá já se encontravam. Caparaó teve um significado importante para a luta contra a ditadura porque pela primeira vez se operava uma mudança na estratégia político-militar dos nacionalistas revolucionários. Até então, Brizola, tido como o comandante da luta entre 1964 e 67, pensava a luta contra a ditadura em termos de uma estratégia de levantes armados, tomadas de quartéis, muito semelhante a um paradigma tenentista de ação política e militar. Caparaó se aproximava daquilo que se acreditava ter acontecido em Cuba, o foco guerrilheiro. Um punhado de homens se aloja na selva e a partir de suas ações exemplares vão conquistando o apoio das massas que, por sua vez, vão se integrando à luta para constituir um exército rebelde que marcharia rumo a tomada do poder.

A influência cubana neste sentido é bastante clara. Todavia, ainda hoje subsiste uma discussão sobre até que ponto Brizola realmente passara a acreditar na viabilidade do foco guerrilheiro ou se tal opção se dera muito mais pelo estreitamento das relações do esquema

de Montevideu com Cuba. Não será demasiado lembrar que dezenas de militantes nacionalistas fizeram treinamento guerrilheiro na ilha socialista até 1967 e Cuba, além de fornecer treinamento militar, também remeteu dinheiro às lideranças nacionalistas de esquerda que se encontravam no Uruguai.

O fato é que no dia 26 de novembro de 1966, numa região localizada na divisa entre os estados de Minas Gerais e Espírito Santo foi instalado solenemente o grupo guerrilheiro de Caparaó. Apenas dois meses depois, autoridades locais já estavam alertadas sobre o que vinha ocorrendo na serra do Caparaó. Em janeiro de 1967, já apareciam indícios da existência pessoas suspeitos na Região do Pico da Bandeira. Declarações dos habitantes das regiões de Príncipe, Caparaó, Espera Feliz e Presidente Soares às autoridades comprovavam que algo que vinha acontecendo. Rotineiramente se percebia o trânsito freqüente de homens estranhos àquelas paragens, ora utilizando conduções normais de deslocamento, ora passando em conduções próprias, evitando de todo modo o contato mais próximo com a população.

Populares que freqüentavam o Parque do Caparaó relataram à polícia ter avistado um grupo de cinco homens fardados, equipados e armados. Relataram ainda que encontraram pelo caminho caixas de acondicionamento de alimentos, latas vazias de conserva, coturnos abandonados, maços vazios de cigarros, pilhas de lanterna, possíveis locais de acampamentos de várias pessoas etc.

A polícia por sua vez já sabia da presença de pessoas estranhas na orla do campo, na área de Caparaó, com atitudes suspeitas dando a entender que não fossem excursionistas.

Lá no alto, em pleno campo do Pico da Bandeira, em diversas oportunidades foram ouvidas vozes, denunciando a presença de grupos de homens, despertando maior estranheza na gente daquele lugar. Em consequência, passou a ser feita uma cuidadosa investigação pelos militares do 11º Batalhão de Infantaria da Polícia Militar de Minas

Gerais, concomitantemente com os guardas do Parque Nacional do Caparaó sediados no lugar chamado Caparaó Velho. Aliás, um desses guardas, no dia 23 de março de 1967 solicitou que dois homens se identificassem. Os homens abordados portavam armas e despertaram grande suspeita no guarda local. Um deles apenas exibiu documentos, uma carteira de identidade expedida pelas autoridades de Pelotas no estado do Rio Grande do Sul.

Embora a concretização do movimento revolucionário não se processasse em terras gaúchas, a organização e o comando daquele ainda emanava do chamado Esquema de Montevideú, onde alguns gaúchos faziam parte do seu “Estado Maior” e o principal expoente era nada menos que Leonel Brizola. Havia inclusive a perspectiva de com o desenvolvimento exitoso de Caparaó, eclodir um levante ou algo parecido em terras gaúchas. Brizola nunca abandonou a luta no Sul, por capricho ou porque tinha ainda uma influência política, ou acreditava que tinha ainda, sobre os gaúchos.

A organização do grupo guerrilheiro da Serra do Caparaó tinha no Rio de Janeiro uma base importante no Rio de Janeiro liderada pelo professor Bayard Boiteux. Mas indiscutivelmente, o Uruguai era o grande epicentro do movimento. Neste país fronteiriço com o pampa gaúcho estava instalado um núcleo duro de comando da luta contra a ditadura entre 1966 e 67. Este núcleo se compunha por Brizola, Neiva Moreira, Dagoberto Rodrigues, Paulo Schilling, Paulo Melo e outros. Via de regra, no Uruguai a coisa funcionava assim: Neiva Moreira convidava e agilizava a partida dos futuros guerrilheiros para treinarem em Cuba enquanto que Max da Costa Santos, de Paris, legalizava documentos e agilizava o traslado daqueles, visto que precisavam passar por vários países até chegar a Cuba. De Cuba, novamente havia a circulação por outros países até que os militantes chegassem ao Uruguai, de onde por fim rumavam para a Serra do Caparaó.

Sobre esta movimentação a repressão também já havia tomado conhecimento como nos mostra um relatório da Justiça Militar:

“Analisando, por exemplo, as confissões de Gregório Mendonça e Avelino Capitani, verificamos que ambos, antes de compor o grupo de guerrilheiros do Caparaó, haviam sido selecionados para a aprendizagem tática e estratégica da guerra não convencional (guerrilhas), em Cuba, onde permaneceram o tempo suficiente, havendo, para isso, viajado Paris-Praga, com passaportes falsos, às expensas de Leonel Brizola (são textuais as afirmativas, o que nos dispensa maiores insistências). Digno de nota é que a legalização da documentação, em Paris, estava sob os cuidados dois ex-deputado Max da Costa Santos, asilado na França. Aliás, essas declarações mencionam a presença de cerca de nove brasileiros, em Havana, todos recebendo treinamento militar” (BNM 24, p.3)

De acordo com uma denúncia e um relatório da Justiça Militar contidos no Processo BNM 24, Brizola era de longe o grande responsável pela empreitada revolucionária em tela. Segundo estes documentos um documento militar teria sido escrito por determinação de Leonel Brizola. Tratava-se de um trabalho de guerra revolucionária adequado à realidade brasileira em que se aproveitava as experiências de outros escritos revolucionários marxistas. Todo o material estaria adaptado e particularizado em cinco itens principais para a realidade brasileira. Moisés Kuperman teria escrito três itens do trabalho revolucionário armado para o Brasil a pedido de Brizola de sorte que os outros dois itens foram escritos por Dagoberto Rodrigues (tática revolucionária e meios e armamento).

Os guerrilheiros de Caparaó, após sua prisão informaram à repressão que o treinamento militar não se realizava apenas em Cuba, mas também no Uruguai. Segundo os militantes nacionalistas, em Montevideu na Chácara do Pando, de propriedade de Brizola, algumas pessoas faziam treinamento de tiro e marchas com mochilas e apetrechos de campanha. Também se ensinava por lá o manejo com diversos tipos de armas, o manejo com explosivos e o fabrico de bombas. Já na Serra do Caparaó, os guerrilheiros

prosseguiam com seu treinamento. Faziam marchas para pontos diferentes e distantes, sempre bem armados e equipados. Dispunham de esconderijos de armas, munições e de alimentos espalhados em uma grande área de abrangência. Seguiam rigorosa disciplina obedecendo as funções de comando desde o princípio para que o movimento guerrilheiro nascesse sob forte organização militar e não cometesse erros quando fossem desfechadas as operações de guerrilha.

De acordo com a confissão dos guerrilheiros aprisionados havia no movimento um comando, um sub-comando e comandantes de grupos como sabotagem, informação e contra informação, saúde etc. Até mesmo um armazém os revolucionários haviam montado na cidade de Guaçuí, no Espírito Santo, para abastecer com gêneros alimentícios e de higiene os combatentes de Caparaó.

Segundo o Relatório da Justiça Militar, Amadeu Felipe da Luz Ferreira era o líder do grupo armado preso na região de Caparaó e um dos responsáveis pelo movimento armado abortado no Rio Grande do Sul, de lá trazendo armamento e material. Jelcy Rodrigues Correa segundo consta teria participado do movimento fracassado no RS assim como Araken Vaz Galvão, ex-sargento expurgado que também teria participado do movimento em terras gaúchas. Em verdade, podemos afirmar que a Guerrilha de Caparaó foi a continuação das tentativas que haviam fracassado no Rio Grande do Sul.

Apesar da mudança de estratégia e da mudança de local para promover a eclosão de um movimento revolucionário no Brasil, o esquema de Montevideu fracassou. O desbaratamento da tentativa guerrilheira começou no dia 24 de março de 1967 quando a Polícia mineira, na cidade de Espera Feliz, prendeu dois militantes numa barbearia. Seis dias depois outro revolucionária seria preso. No dia 31 de março quando retornava de seu trabalho na região do Pico da Bandeira, onde possui propriedade com criação de porcos, Gerson Barbert encontrou-se com José Machado e os dois viram uma picada aberta

recentemente na mata, os dois viram um grupo de homens deitados em redes. José Machado não hesitou e avisou a polícia. No dia 1º de abril, ao amanhecer, uma patrulha da polícia mineira comandada pelo tenente José Manoel do Nascimento cercou o local em que se achava o grupo. A força policial penetrou por diversas direções no local e prendeu o grupo de sete homens armados. Houve tentativa de reação quando alguns do grupo armado procuraram atingir suas armas e outros procuraram fugir, penetrando na mata. Porém, todos foram dominados pela polícia.

A derrota de Caparaó exauria as forças do nacionalismo revolucionário. Brizola, a partir desta experiência optou por não mais investir na luta armada contra a ditadura, assinalava-se então o fim da primeira vaga revolucionária que teve início ainda em 1967 quando os nacionalistas revolucionários articularam e chegaram a planejar mais cuidadosamente a Operação Pintassilgo. Apesar da desistência de Brizola, muitos nacionalistas de esquerda prosseguiram a luta contra os militares direitistas instalados no poder. Entretanto, estes nacionalistas teriam que ingressar nas organizações comunistas, pois na segunda vaga revolucionária, iniciada em 1968, o protagonismo já não seria mais nacionalista revolucionário e sim comunista.

3ª PARTE

A SEGUNDA VAGA DA LUTA ARMADA NO RIO GRANDE DO SUL

A relativamente pequena expressão da luta armada gaúcha

Uma das questões centrais do trabalho que se apresenta consiste em saber porque o movimento armado no Rio Grande do Sul não se apresentou consoante às tradições guerreiro-belicosas do povo gaúcho. Por isso, quando nos indagamos dos porquês da relativa inexpressão da luta armada no Rio Grande, recuamos para uma pergunta apriorística: a luta armada naquele estado fora realmente tão inexpressiva? A resposta exigiu a definição de parâmetros e o estabelecimento de comparações, donde cotejamos alguns dados quantitativos do Rio Grande do Sul com outros de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. A seguir, pesquisamos sobre os agentes sociais envolvidos naquele movimento em terras gaúchas nos termos da procedência geográfica, atividade, faixa etária etc.

A documentação do Projeto Brasil: Nunca Mais não constitui a totalidade dos processos judiciais levados a efeito pelo aparato jurídico civil-militar da ditadura, o que igualmente acontece com os arquivos já abertos. Todavia, este fato não invalida certas conclusões, sobretudo quando dispomos de condições para o cruzamento e/ou a complementação das fontes. Neste sentido, notamos que o conteúdo do material que pesquisamos no arquivo da repressão gaúcha se coaduna em boa medida com o que observamos até agora no Projeto BNM. Sobre a luta armada no RS, a documentação do Acervo da Luta Contra a Ditadura complementa e é complementada pelo acervo do Projeto BNM.

Aduziremos os resultados da pesquisa no Projeto BNM sob três vetores: Processos, População Atingida e Torturas. Os Processos estão divididos em três blocos, os quais

também abrigam subdivisões. São eles: organizações e partidos, setores sociais (estudantes, jornalistas, militares, políticos, religiosos e sindicalistas) e atividades (crítica à autoridade, IPM-S e propaganda).

Em um universo de 446 processos movidos contra Organizações e Partidos, os quatro estados escolhidos para fins de comparação abrigam 309 processos, dos quais o pampa guerreiro comporta exíguos 33, ficando atrás de MG (36), de SP (107) e RJ (133).¹

No tocante aos processos classificados por Setores Sociais, os estados em questão reúnem para si 118 de um total de 177. Neste caso as disparidades não foram grandes, embora o RJ (43) tenha alcançado o dobro do número de processos abertos no RS (20). Desta feita, nosso estado pesquisado superou pelo menos MG (17), não obstante sua larga distância em relação à SP (38).²

Quanto aos processos referentes às Atividades, mais uma vez a terra de Brizola ficou em último lugar. Abrigando 45 dos 84 processos constantes no Projeto BNM, os estados em pauta assim se configuraram: RJ (16); SP (14); MG (8) e RS (7).³

Ainda que fugaz, a análise comparativa confirma nossa proposição acerca da inexpressividade da luta armada gaúcha, considerando os processos reunidos no Projeto BNM.

Voltemos agora aos processos movidos contra Setores Sociais em vista da sua importância para captarmos as características da luta armada gaúcha e, por conseguinte, compararmos quanti e qualitativamente com o movimento noutros três estados onde também se desenvolveu o movimento.

¹ Quadro 10: Distribuição Cronológica e Geográfica dos Processos Quanto à sua Natureza - Projeto BNM. Tomo II, volume 1.

² Idem

³ Quadro 13: Distribuição Cronológica e Geográfica dos Processos por Atividades - Projeto BNM. Tomo II, volume 1.

Nossa constatação sobre o setor estudantil não se revelou surpreendente. Dos 26 processos, o RS detém a posse de apenas um. A surpresa fica por conta do RJ que abarcou apenas quatro enquanto MG ficou com dois e São Paulo com dezenove.⁴ Em se tratando de processos movidos contra “Jornalistas”, desta feita o estado que surpreende pela baixa atividade é o de SP (1). Aqui, o RS ficou com dois e o RJ com 5. Em MG não houve.⁵

Quanto aos “Sindicalistas”, novamente nenhuma surpresa, pois SP (11), RJ (8) e MG (5) ao passo que sobre o pampa de Mário Quintana dois registros foram encontrados.⁶ Ainda uma vez não nos surpreendemos frente aos processos movidos contra “Políticos”, conquanto MG tenha abarcado 3 processos enquanto que RJ e SP ficaram com apenas 1. Neste quesito, o RS liderou com 5 processos possivelmente pela ofensiva da repressão sobre parlamentares do PTB naquele estado.⁷

Dois Setores Sociais nos surpreenderam pelos números apresentados. Primeiramente os “Religiosos” na medida em que o RS registrou seis processos, ou seja, o dobro de SP (3) e de MG (3). Neste, o RJ abrigou apenas um. Por fim, os “Militares”. A quantidade de processos encontrada sobre o RS revelou-se para nós como a maior surpresa, pois enquanto MG não consta nenhum, o RJ reuniu dezenove e SP somente um, o RS alcançou a tímida marca dos cinco processos.⁸ Se, sabidamente, o RS constituía a base do trabalhismo de corte esquerdista, inclusive no interior do III Exército e da Brigada Militar, como explicar um número tão baixo de processos?

Uma resposta possível talvez seja o fato de o Projeto BNM não abarcar a totalidade dos processos e, portanto, não refletir precisamente o universo dos Setores Sociais atingidos pela repressão. Entretanto, temos que considerar que pela quantidade de militares

⁴ Quadro 12: Distribuição Cronológica e Geográfica dos Processos por Setores - Projeto BNM. Tomo II, volume 1.

⁵ Idem.

⁶ Idem.

⁷ Idem.

⁸ Idem.

nacionalistas de esquerda no período, mormente no RS, incontáveis processos devem ter sido abertos contra aqueles. Podemos aventar a possibilidade de indiciamento de um grande número de militares em poucos processos, como notamos no *Processo BNM 284* em que 39 oficiais da Brigada Militar foram indiciados de uma só vez em decorrência da participação junto a Grupos de Onze. Ilustrativo neste sentido, embora tratando-se do RJ, foi o *Processo BNM 140* que envolveu 300 militares.

Em outro sentido confirmamos as informações a respeito da articulação dos revolucionários com militares da ativa no estado do Rio Grande do Sul. O *Processo BNM 501* nos informa que dezenas de réus foram processados por envolvimento num plano de Brizola para encetar um movimento, a partir de março de 1966, contando com centenas de militares do Exército e da Brigada Militar.

Concernente à População Atingida, considerando denunciados, indiciados, testemunhas e declarantes quanto à sua naturalidade, num universo de 17420 atingidos,⁹ apenas 579 eram gaúchos. Da soma dos quatro estados resulta um total de 3890, de modo que o RS alcança 15% deste total.¹⁰ Dentre 486 denunciados no RS, 338 deles eram do interior e apenas 98 da capital.¹¹

Considerando a População Atingida por residência (indiciados, testemunhas e declarantes), os quatro estados abarcam a cifra de 5618 pessoas. Deste total, o RS foi responsável por 478, ao passo que Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, chegaram

⁹ Quadro 25: Volume da População Atingida - Projeto BNM. Tomo II, volume 1.

¹⁰ Quadro 29: Caracterização Geral da População Atingida por Naturalidade (indiciados, testemunhas e declarantes) - Projeto BNM. Tomo II, volume 1.

¹¹ Quadro 28: Caracterização Geral da População Atingida por Naturalidade (denunciados) - Projeto BNM. Tomo II, volume 1.

respectivamente a 3050, 1543 e 547.¹² Entre os denunciados, o estado gauchesco comportou 258 na capital e 150 no interior.¹³

No rastro das comparações entre a capital e o interior gaúchos, observamos que enquanto Porto Alegre registrou pelo menos 11 dependências de inquérito diferentes (num total de 31 registros), o interior alcançou apenas 13 dependências diferentes em um total de 18 registros.¹⁴ As posições se invertem quando tratamos das dependências de torturas, pois Porto Alegre contabiliza 7 dependências ao passo que o interior a supera em uma.¹⁵

Nos termos da “Tortura”, notamos que o RS registrou 130 casos, cifra que deixa o estado atrás de outros como RJ (2072); SP (1594); MG (521); PR (439); CE (360); PE (282) e DF (212). Ou seja, entre os oito estados onde mais se têm registro de casos de tortura, o segundo com menor número soma quase o dobro do número de casos do RS.¹⁶ Este estado manteve o padrão nacional quanto ao tipo de tortura mais praticado, a saber “coações físicas- genérica, tentada, consumada”. No ano em que se alcançou o maior número de casos de tortura nos oito estados analisados, apenas o Ceará teve a mesma quantidade que o RS, figurando ambos em último lugar com 11 casos. Estes 11 registros de práticas de tortura no RS se inserem no ano que temos notado como o mais intenso do movimento guerrilheiro no estado, a saber, 1970. Para efeito de comparação, a cifra gaúcha é maior apenas do que a dos estados do PE (6); MG (6) e CE (9).

¹² Quadro 31: Caracterização Geral da População Atingida por Residência (indiciados, testemunhas e declarantes) - Projeto BNM. Tomo II, volume 1.

¹³ Quadro 30: Caracterização Geral da População Atingida por Residência (denunciados) - Projeto BN. Tomo II, volume 1.

¹⁴ Quadro 14: Dependências de Inquérito - Projeto BNM. Tomo II, volume 1.

¹⁵ Quadro 120: Dependências onde ocorreram torturas e total de denúncias - Projeto BNM. Tomo V, volume 1.

¹⁶ Quadro 123: Distribuição Geográfica e cronológica dos tipos de tortura – Projeto BNM. Tomo V, volume 1.

O explosivo ano de 1968 no Rio Grande do Sul

Sob o aspecto político-ideológico, o ano de 1968 representou um ponto de culminância de um processo cujas raízes deitam-se pelo menos desde meados dos anos 1950. O mundo explodiu e o Rio Grande do Sul não ficou de fora, mormente Porto Alegre, por cujas ruas marcharam, sobretudo os estudantes secundaristas e universitários. Não será demais lembrar que o ano de 1968 iniciou-se com a Ofensiva vietnamita do *Tet*, passou pelas mobilizações contra a Guerra do Vietnã e o movimento dos Panteras Negras nos EUA, desabrochou o maio francês, movimentos guerrilheiros na América Latina e centenas de mobilizações estudantis e operárias no mundo inteiro.

O final da década de 1960, especialmente o ano de 1968 ainda produziria uma formidável explosão de manifestações libertárias e contestações à ordem e às instituições vigentes como a tentativa de democratização do socialismo tcheco, duramente reprimida pela invasão dos tanques soviéticos durante a “Primavera de Praga”.

Acreditamos que para entender as opções revolucionárias armadas contra a ditadura militar no Brasil dos anos 1960 e 70, sobretudo o processo de irrupção das inúmeras organizações que postulavam a luta armada, devemos inexoravelmente penetrar no contexto mundial e discorrer sobre a particularidade do momento histórico. Em meados da década de 1950 e início dos anos 60 movimentos revolucionários irromperam em muitas partes do mundo. Revoluções de libertação nacional como a da Argélia em 1962 e a resistência do Vietnã ao imperialismo norte americano no início dos anos 60 impulsionaram inúmeros movimentos nacionalistas e de esquerda. Neste período a crítica ao modelo soviético, restrita aos círculos trotskistas na década de 1930 e posteriormente aos comunistas chineses, ganha mais força, sobretudo a partir do XX Congresso, em 1956.

Neste quadro, parcelas significativas de todo o movimento comunista internacional encetavam críticas mordazes ao “burocratismo” soviético e sua acomodação à ordem

internacional da Guerra Fria. A revolução cultural na China, a partir de 1966, também causou impacto na esquerda mundial, sobretudo naqueles setores que criticavam o modelo soviético e buscavam assentar a construção do socialismo sobre outras bases. A estratégia da Guerra Popular Prolongada e o êxito militar dos movimentos revolucionários do período serviram a setores radicais da esquerda brasileira para justificar a violência revolucionária como estratégia mais adequada à etapa histórica do capitalismo brasileiro.

Poderíamos e talvez até deveríamos abordar os anos 60 sob um enfoque artístico cultural, porém, como tratamos de vanguardas políticas proponentes da luta armada, acreditamos que as observações que foram feitas nos autorizam a seguir tratando do ano de 1968 no Rio Grande do Sul. Inúmeros foram os acontecimentos no decurso de 68 em Porto Alegre, de forma que utilizaremos a seguir uma parte da cronologia que Gabriela Marques apresenta no livro *1968: contestação e utopia*.

Apesar do incontestável protagonismo dos estudantes no cenário político, os primeiros movimentos em Porto Alegre são dados pelos operários. Enquanto que no dia primeiro de março ocorre uma reunião de vários sindicatos protestando contra o corte de verbas e redução de médicos do INPS, sete dias depois irrompe um movimento de metalúrgicos por melhores salários.

Somente no final do mês é que os estudantes começariam a mostrar sua força quando realizaram no dia vinte e oito uma assembléia geral dos estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) convocada pelo Diretório Central dos estudantes (DCE) em que foi decretada uma greve pelo aumento das verbas e das vagas para alunos. Um dia depois, os secundaristas também se poriam em movimento reunindo bases estudantis sob a convocação de reunião da União Gaúcha dos Estudantes Secundaristas (UGES). Encerrando o mês de março sai a primeira manifestação de rua, esta em protesto contra a morte do estudante Edson Luis no Rio de Janeiro.

Não sem ousadia e destemor, os estudantes voltam para as ruas no dia primeiro de abril para protestar contra o aniversário do golpe civil-militar de 1964. Sem saber ao certo o porquê da ação, no dia quatro de abril uma bomba explode na Catedral Metropolitana. O autor, Sérgio Simon, foi preso dois dias depois. Simultaneamente ao ato da bomba, pelas ruas do centro da cidade os estudantes voltavam a mostrar sua força. Na ocasião, três manifestantes foram presos. As prisões voltam a acontecer, desta feita nas comemorações e protestos do primeiro de maio. O estudante Júlio César Marques e o bancário Valneri Antunes foram os detidos da vez. Sem mostrarem-se temerosos com as prisões que passavam a acontecer, no dia três de maio ocorrem manifestações na Praça da Matriz, defronte ao palácio do governador. Exatamente uma semana depois, estudantes secundaristas tentam reabrir os Grêmios Estudantis dos colégios Júlio de Castilhos e Aplicação da UFRGS.

A treze de junho é vez dos universitários decretarem greve na Faculdade de Filosofia da UFRGS. No calor das espetaculares manifestações que aconteciam no Rio de Janeiro e em São Paulo os estudantes secundaristas de Porto Alegre, no dia vinte e um de junho, realizam o I Encontro Estadual de Grêmios Estudantis, realizado pela UGES. Desta feita as prisões chegam as dezenas. Em função da situação política da universidade e das prisões de secundaristas, no dia vinte e cinco de junho novas manifestações tomam as ruas de Porto Alegre, simultaneamente na Praça da Alfândega e na Reitoria ocasionando prisão de quatro manifestantes.

Todavia, o grande conflito estava guardado para o dia vinte e sete de junho. Antes mesmo de começar a passeata a Brigada Militar investe vigorosamente contra estudantes e populares que paravam para apoiar ou simplesmente saber o que ocorria. Neste choque sobrou até para os jornalistas que além de agredidos e presos ainda tiveram seus

equipamentos de trabalho destruídos pela brutalidade policial. Estudantes e populares também são presos e levados para o quartel da Brigada Militar.

Em verdade, como o ritmo das manifestações vinha se intensificando, também a polícia passou a adotar novos procedimentos. Da simples observação e repressão branda, passou-se para o espancamento e para a detenção de quantos fossem necessários.

Incansáveis e bem mais dispostos que os universitários, os secundaristas retornam às ruas no dia seguinte e como seria de se esperar, novamente muita gente foi presa e ferida. Os mesmos secundaristas pareciam querer testar os limites da repressão, pois a quatro de julho invadem as ruas e como resposta recebem a violência e as prisões.

Dando mostras de que ser politizado não significa apenas ser de esquerda, a extrema direita em Porto Alegre partiu para a ação, donde realizou pichações na Catedral Metropolitana no dia dezoito de julho. Apesar das incontáveis prisões e do desgaste em face das diversas manifestações que encabeçaram ou participaram, os secundaristas realizam no dia vinte de dois de julho, o seu XXI Congresso Estadual dos Estudantes Secundaristas.

Dando uma nova demonstração de sua presença, a quatro de outubro a direita reacionária aproveita que a peça Roda Viva fora censurada e resolve espancar os atores. Esta ação fora encetada pelo Comando de Caça aos Comunistas e planejada pelo coronel do Exército gaúcho Ilos Moreira. Nesta ação direitista, os atores além de espancados são seqüestrados e deixados numa localidade distante de Porto Alegre. Em verdade, a direita se organizou muito bem no movimento estudantil, pela capital e pelo interior. Além de pichar a Catedral Metropolitana e atacar atores do espetáculo teatral Roda Viva, pichou o Teatro Leopoldina e as paredes das casas de militantes. A ação das direitas se dava sempre em articulação com os comandos militares e os órgãos de repressão do governo. Além de algumas ações levadas a cabo, os direitistas freqüentemente ameaçavam militantes de

esquerda, membros do Teatro de Arena etc. Dentre os grupos de direita que atuavam no Rio Grande do Sul destacou o “Grupo Decisão”.

O mês de outubro encerra o ciclo das manifestações ao longo de 68 com uma atividade política no dia dezessete. Neste dia são realizados por universitários e secundaristas vários comícios relâmpagos e passeatas em protesto contra o governo. Após esta data não haveria mais força para levar a feito novas passeatas e mobilizações. As atividades então se limitavam a redação de manifestos de repúdio quanto a prisões, à política econômica ou educacional do governo. Derrotados nas ruas, as esquerdas estudantis ainda seriam derrotadas nas eleições municipais de quinze de novembro. Na capital gaúcha quem leva melhor é a ARENA, ao passo que, em cidades como São Leopoldo e Canoas quem vence é o MDB.

Em verdade, as grandes lideranças do movimento estudantil de 1968 já não estavam mais preocupadas com as eleições. Com o refluxo das mobilizações, os estudantes mais participativos passariam a constituir vanguardas políticas cujo amadurecimento seria a imersão na luta armada. O caso mais revelador é a constituição da organização revolucionária “Brancaleone”, a qual se estruturou quase que exclusivamente de bases secundaristas.

Para além de uma mera e veloz enumeração cronológica de fatos, aduziremos alguns momentos do turbulento itinerário político de 1968 em Porto Alegre.

A explosão estudantil em Porto Alegre

Como de resto acontecera em outros estados brasileiros, o grande movimento de massas de 1968 se inicia num período anterior, como se 1968 fosse o fruto amadurecido das fantásticas mobilizações que varreram muitas partes do mundo. Assim é que Porto Alegre acompanha as mobilizações estudantis de 1967 que passaram à historiografia como a “Setembrada”. A setembrada fora a culminância de um processo de organização estudantil em oposição à ditadura. Com este movimento muitos estudantes temerosos da repressão optaram por recuar daquele avanço das lutas sociais, por isso, na setembrada muita gente abandonou o ainda tímido movimento estudantil. Grosso modo, no pampa gaúcho, a “Setembrada” consistiu num leque de ações estudantis como pichações e panfletagens, tendo-se como ponto de culminância a realização de uma vigorosa passeata pelas ruas do centro de Porto Alegre. Desta feita destacaram-se como lideranças militantes da Ação Popular, do PCB e alguns secundaristas, sobretudo do colégio Júlio de Castilhos.

Amplificando a insatisfação estudantil, em 1967 o governo resolveu proibir o funcionamento dos Diretórios Centrais de Estudantes (DCEs), de sorte que nos primeiros dias de março, o DCE sofre intervenção da Reitoria e o Presidente Vieira é afastado. Aliados aos secundaristas que já começavam a mostrar um notável capacidade de luta, os universitários decidem pela ocupação do prédio do DCE da Universidade Federal do Rio Grande do Sul em defesa daquela entidade. Dias depois, porém, a nove de março, os estudantes foram desalojados do DCE, pela madrugada, pelas tropas da polícia gaúcha, a Brigada Militar.

Pouco tempo depois, em face do aumento do preço das refeições do Restaurante Universitário da UFRGS, os estudantes com um gesto de resistência ocupam o restaurante. Como na outra oportunidade, a polícia voltou à carga com a força de seus cassetetes. A violenta desocupação do RU foi comandada pelo então Coronel Pedro Américo Leal, à

época Superintendente dos Serviços Policiais. Como saldo do cerco e desocupação do Restaurante Universitário, restou um estudante morto, não pela ação policial, mas por um carro que o atropelou quando fugia da ação da polícia.

O ciclo de manifestação no decurso de 1967 não se encerra por aí, pois apesar da intensa repressão ao movimento, os estudantes dão sucessivas demonstrações do seu fôlego, de modo que no ano em tela os secundaristas definiram como estratégia a decretação de greves nas escolas para em seguida, após um certo acúmulo de forças, encetaram novas mobilizações pelas ruas do centro de Porto Alegre.

Percebendo a força crescente que a estudantada vinha adquirindo, o Exército entrou na jogada e passou a intimidar sistematicamente os representantes dos movimentos universitário e secundarista. A Brigada não ficava para trás uma vez que ameaçava insistentemente os líderes estudantis da época.

A passeata planejada fora proibida com ameaças de forte repressão se houvesse desobediência estudantil, de forma que até pelo rádio, a cada dez minutos, a polícia divulgava uma advertência aos pais para que estes impedissem seus filhos de saírem às ruas. A tática policial, ao invés de dissuadir estudantes e populares, pelo contrário, açulou a curiosidade e, por conseguinte, a vontade de se fazerem presentes à manifestação. Assim, a gravação do Exército funcionou muito mais como um chamariz.

Prova disso é que duas horas antes de começar a passeata, três da tarde, as ruas estavam cheias de gente. As ruas foram bloqueadas, mas isto não impediu que os estudantes caminhassem pelas calçadas até a Catedral Metropolitana. Lá chegando, o ato político foi realizado, mas não sem a intervenção da polícia. Quando esta partiu para cima dos manifestantes, os mesmos começaram a cantar o hino nacional, donde as forças repressivas ficaram em posição de sentido. Uma vez terminado o hino, os estudantes tiveram que se abrigar no interior da Catedral para escapar da fúria repressiva da polícia.

Embora outros estabelecimentos de ensino tenham se destacado no movimento de estudantil entre 1967 e 68, inegavelmente o colégio Júlio de Castilhos figurou como ninho de militantes e de quadros políticos, muitos deles inclusive para empunhar armas contra a ditadura. O colégio em questão comporta uma larga tradição política. Do seu seio saíram importantes lideranças para o exercício da política sob as suas mais variadas formas. O movimento de formação de elites políticas no colégio Júlio de Castilhos, o “Julinho”, data de um período anterior ao golpe de 1964 e ultrapassa a efervescência estudantil de 1967-68. Para fazer justiça, vale lembrar que outros colégios alcançaram algum destaque naquelas mobilizações. São eles os colégios Parobé, Infante Dom Henrique, Aplicação da URGs e Anchieta.

No Julinho, antes mesmo da explosão estudantil de 1968, já se vivia um clima de grande efervescência política em que se articulavam questões nacionais com outras específicas do colégio. No leque das articulações políticas já era possível encontrar a presença de organização como o PCB, a Ação Popular e os trotskistas. Na segunda metade de 1966 o PCB dá um salto à frente das outras organizações em vista de ter conquistado a direção do Grêmio Estudantil. Não tardou para que as lideranças do Grêmio fossem testadas, considerando que no primeiro semestre de 1967 a direção do colégio estabeleceu algumas terríveis disciplinares que desde o início enfrentavam a oposição dos alunos. Em abril explode a insatisfação dos alunos no Julinho.

A perseguição da direção da escola não arrefeceu, pois se incomodava tanto com as questões nacionais que eram debatidas na escola quanto às estratégias de trabalho levadas a efeito pelos estudantes. Assim é que causou grande desagrado na direção algumas atividades culturais promovidas pelo Grêmio, como um debate com a participação de Vinícius de Moraes no Clube de Cultura e uma peça teatral de Brecht. Como se não bastasse, o Grêmio, através do seu jornal “O Julinho”, passou a combater simultaneamente

a reforma do ensino proposta pelo governo e o autoritarismo da direção do colégio. Acusados de promoverem atividades subversivas, o Grêmio passou a ser sistematicamente perseguido.

A direção da entidade tanto trabalhou até que finalmente foi expulsa do colégio, tendo sido a passeata da Catedral Metropolitana o motivo derradeiro. Para relembrar com mais detalhes a passeata da Catedral, Cláudio Gutiérrez lançou mão de uma edição especial do jornal “O Julinho” que dizia o seguinte:

“A gota d’água para nossa expulsão foi a Passeata da Catedral e, para relatá-la, lanço mão da edição nº 14 do ‘O Julinho’ de maio de 1967 com o título ‘E existe um povo que bandeira empresta para cobrir tanta infâmia e covardia’. A matéria, além de protestar contra a repressão desencadeada no País pelo regime militar após 1º de abril de 64, as intervenções nas entidades, denunciava o espancamento dos estudantes dentro da Catedral Metropolitana: ‘com o fechamento do Grêmio do Julinho, os secretários improvisaram em plena Praça Piratini, na frente do Colégio, uma sede campestre (como a chamaram os julianos). Dali partiu a convocação para a passeata, e ali dialogamos e explicamos o porquê da nossa luta contra o MEC-USAID e pela gratuidade de ensino. Partindo da frente do Julinho, onde também concentraram-se os colegas do Parobé, Infante Dom Henrique, Aplicação e outros, tivemos que, primeiro, driblar a polícia, que vigiava todo o quarteirão. Em pequenos grupos, os estudantes concentraram-se na Praça da Matriz e, quando já somávamos 800 secundaristas, aproximadamente, houve uma série de discursos pela gratuidade, pela autonomia gremial e contra o acordo MEC-USAID, logo após, todos dirigimo-nos para a frente da Assembléia Legislativa, onde foi entregue ao Deputado Pedro Simon um documento da UMESPA e o abaixo-assinado pleiteando a manutenção da gratuidade de ensino. Com cartazes e faixas ‘Pela gratuidade’, ‘Fora Yankees’, ‘MEC-USAID’ Não’, os estudantes voltaram a se concentrar na Praça da Matriz para aguardar o

resultado da votação, quando, pela primeira vez, fez-se ouvir a violência: a polícia ameaçava, se não se retirassem do local, dispersar os manifestantes. Revoltados, todos protestavam e organizando-nos, quase que espontaneamente, partimos em passeata para levarmos ao povo todas as nossas reivindicações. Descendo pela Rua da Ladeira e Rua Sete de Setembro fomos até a frente do Consulado Americano e, ali, protestamos contra a infiltração americana em nosso ensino, o acordo MEC-USAID e contra a guerra do Vietnã. Houve um breve comício em frente à Prefeitura, e partimos pela Rua Uruguai até a Rua da Praia, onde esperamos nossos colegas universitários. A polícia organizava um dispositivo de repressão, quando surgiu, em plena Esquina de Porto Alegre, a bandeira da UNE’.” (GUTIÉRREZ, 1999, pp. 34-35)

Por ocorrência da passeata, os estudantes realizaram uma manifestação defronte ao consulado estadunidense onde queimaram uma bandeira daquele país. Ainda mobilizados, os manifestantes tentaram voltar para a Assembléia Legislativa, porém pelo caminho, na Rua Riachuelo, depararam-se com a polícia dando-se início aos primeiros choques. Muitos estudantes correm para o interior da Catedral Metropolitana acreditando-se seguros, mas a realidade foi outra. Perto do início da missa das seis, sob o comando do Major Átila, um conhecido sádico dos tempos sombrios da ditadura no Rio Grande do Sul, a Brigada Militar invadiu a igreja e espancou impiedosamente todos os manifestantes que conseguia encontrar. Para tanto, derrubou bancos, invadiu confessionários e espancou estudantes até no altar-mor da Catedral.

Em 1968, apesar de toda a repressão encetada pelo governo, as bases secundaristas cresceram muito, sobretudo no “Julinho”. Via de regra recrutava-se estudantes que acompanhavam as atividades culturais do Grêmio e aqueles que participavam das mobilizações. Com isto, as organizações também cresciam, todas elas, sem exceção. Para

efeito de ilustração vale notar que só do “Julinho” a Conferência Municipal do PCB contou com a participação de trinta integrantes.

Com as agitações estudantis de 68, os secundaristas voltam à tona com toda sua impetuosidade. Neste sentido merece destaque o papel político desempenhado pela União Gaúcha dos Estudantes Secundaristas, a UGES. A atuação era tanta que seu presidente Luiz André Fávero não tardou a ser preso. Fávero era um estudante de Caxias do Sul que após militar na organização Brancalone foi parar na Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares), onde comandou uma substancial base na cidade de Nova Aurora, no estado do Paraná. Sua prisão acontecera porque os secundaristas haviam adotado um ritmo de trabalho frenético, espalhando panfletos esquerdistas por toda a cidade, especialmente em escolas e universidades. Em virtude da prisão de Fávero, a UGES se alia aos Diretórios Acadêmicos das universidades para realizar no dia quatro de abril ato político no centro de Porto Alegre. Segundo Gutiérrez, a manifestação contou com amplo apoio popular, o povo aplaudia e jogava papel picado dos edifícios.

Em realidade, a UGES passou a desfrutar de um intenso ativismo em boa medida porque haviam ingressado na entidade os estudantes do “Julinho”, esquerdizados e radicalizados. Com isto a UGES, no decurso de 1968 somando a combatividade dos seus novos integrantes à conjuntura nacional e mundial, transformou-se uma entidade combativa e de intensas atividades.

Muitos estudantes do “Julinho”, Parobé, Aplicação, Inácio Montanha, colégios particulares como o Rosário e o Anchieta passaram a participar da entidade. Além do trabalho na capital, o pessoal da UGES viajava pelo interior do estado alcançando cidade como Pelotas, Caxias, Uruguaiana, Canela, Palmeira das Missões. Só na cidade de Palmeira das Missões, relata Gutiérrez, em face de uma greve na Escola Técnica de Agricultura, as lideranças da UGES ficaram cerca de uma semana acampados com os

estudantes no meio do mato. Já nessa época, alguns secundaristas mais radicalizados aproveitavam a oportunidade para criticar o regime militar e fazer propaganda da luta armada.

Vimos como os secundaristas se fortaleceram e empreenderam uma vigorosa luta pelas ruas de Porto Alegre nos anos de 1967 e 68. Como não poderia deixar de ser, os universitários também jogaram um peso fundamental nas lutas sociais de 67 e 68.

No decurso de 1968 no Rio Grande do Sul muitas faculdades da UFRGS sob a liderança do DCE decretaram greve. Além desta entidade também podemos mencionar os Diretórios Acadêmicos de Arquitetura, Filosofia, Direito, Biblioteconomia e Geologia. As entidades em questão, em diversas oportunidades, pleiteou junto à Assembléia, ao Governo do estado e à Secretaria de Segurança a permissão para realizar passeatas, no entanto todas elas foram negadas por Ibá Ilha Moreira, Secretário de Segurança do estado. Assim, com ou sem permissão, os estudantes se puseram em movimento.

Em maio 1968 durante uma assembléia na Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul os estudantes resolveram ocupá-la. Cansados de discursos os universitários passaram a ação e arrombaram uma porta que dava acesso às demais dependências, ocupando todos os espaços. Na ocasião foram instaladas comissões para dar aulas a fim de que os cursos não fossem interrompidos. A ocupação durou pouco mais do que um dia, de sorte que os estudantes resolveram desocupar o prédio porque na tarde do sai seguinte ocorreria uma grande passeata da qual todos desejavam participar. Não havendo universitários para manter a ocupação da Faculdade de Filosofia, decidiu-se então que os ocupantes entregariam as chaves da Faculdade à sua direção como símbolo da sua desocupação (VARGAS, 1985).

Como já se fez notar na historiografia sobre o tema, o “Maio” brasileiro começa em março como de resto também se pode verificar em outras partes do mundo. Em Porto

Alegre, o maio também obedeceu a cronologia nacional, realizando mais entre março e abril, de sorte que em maio as ruas da capital gaúcha não são inundadas pela rebelião estudantil. Ou seja, em maio Porto Alegre careceu de grandes manifestações. O maio de Porto Alegre foi marcado por alguns lances isolados, sendo talvez as manifestações de Primeiro de Maio as mais importantes. Para esta data os sindicatos tentaram obter sem êxito uma licença do governo do estado para realizar a comemoração da data. Mesmo sem licença, o ato acontece no Parque Alin Pedro, no IAPI, zona Norte de Porto Alegre. Na oportunidade, a polícia não deixou de comparecer e para não fugir às suas práticas usuais prendeu o deputado estadual Lauro Hageman e Valneri Antunes, este Presidente do Sindicato dos Bancários.

A Repressão no Sul, em realidade, atuou no combate às manifestações, mas também no sentido da guerra psicológica. Assim é que nos idos de 1968 a polícia e o Secretário de Segurança veiculavam permanentemente pelas rádios comunicados catastrofistas que apresentavam uma situação de guerra civil na cidade

Longe das passeatas no mês de maio, os estudantes dão novas mostras do seu fôlego pelas ruas de Porto Alegre a partir de junho, mês em que o movimento vai retomando seu ritmo de mobilizações. Neste período inúmeras faculdades comportam em seu interior movimentos grevistas, nas escolas o clima de mobilizações volta a esquentar. Os secundaristas com autorização da Secretaria de Segurança Pública, marcam para os dias vinte e um a vinte e três do mesmo mês a realização do 1º Encontro Estadual de Grêmios Estudantis no Auditório Araújo Viana, local onde o sargento Manoel Raymundo Soares foi preso e dali arrastado para a morte. Este Encontro funcionaria como uma atividade preparatória para o XXI Congresso da UGES, marcado para fins de julho, em que seria eleita a nova diretoria da entidade.

Após a realização do Encontro de Secundaristas, a UGES, fortalecida nas suas posições, convoca conjuntamente com o DCE-Livre uma grande passeata para o dia vinte e cinco de junho. Para efeito de informação o DCE-Livre se diferencia do DCE tradicional pelo fato de o primeiro se compor mediante a realização de eleições diretas e o segundo por ter sua diretoria indicada pela reitoria a serviço do governo. A manifestação do dia vinte e cinco de junho começaria com uma concentração defronte à Reitoria. Algumas ruas e praças do centro de Porto Alegre já se encontravam infestadas de beleguins da ditadura de prontidão para receber os estudantes.

No entorno do Mercado Público, começaram a aparecer pequenos grupos de estudantes que esperavam o momento de início do ato que seria feito por Jaime, um estudante de Arquitetura. Sob o barulho de rojões lançados pelos manifestantes, Jaime deu início ao seu discurso convocando o povo para a manifestação, ocasião em que foi imediatamente cercado por policiais civis. A ação policial é contida pelas chamas de um coquetel molotov lançado pelos manifestantes, porém, decididos, os policiais sacam suas armas. Incumbida de dispersar a mobilização a polícia lançou-se à carga com a cavalaria, provocando correrias e lutas pelas ruas do centro. Os jornalistas que faziam a cobertura da manifestação tiveram seus instrumentos de trabalho quebrados ou apreendidos. O Sindicato dos Jornalistas chegou a protestar contra a ação policial, exigindo a devolução das máquinas fotográficas e filmadoras apreendidas, entretanto, a polícia foi evasiva ao afirmar que tinha conhecimento de que ativistas infiltrados fotografavam a ação da Brigada a fim de estudar a forma de atuação das forças de segurança (GUTIÉRREZ, 1999).

Segundo o “Relatório de Informações” da Secretaria de Segurança Pública no dia vinte e cinco junho de 1968 universitários e secundaristas dirigiram-se para o centro de Porto Alegre onde realizaram comícios relâmpagos em diversos pontos do centro e arredores, tendo travado vigoroso confronto com policiais presentes na manifestação.

Neste ínterim, cerca de trezentas pessoas receberam o apoio da população por onde passavam aos gritos de “Abaixo a Ditadura”, “Contra o arrocho salarial”, “Operários no poder” e outros. De acordo com o Relatório:

“Iniciou-se então cenas de pugilato entre estudantes e os milicianos, sendo que muitos agitadores estavam armados de porretes e pedras. Várias prisões ente esses um do Rio, da ex-UNE. Fotógrafos tiveram máquinas apreendidas e grupo de esquerda foi se reunir no RU onde se fez presente Diderot, Sonia Schneider e outros: Diderot Magueri Velloso, Diane e Raquel Aranovich, Hélio Ulrich”.¹⁷

Apesar de toda repressão, não seria desta vez que a estudantada desanimaria. No dia da Passeata dos Cem Mil, havia uma manifestação programada que por motivos fortuitos acabou não saindo. O pessoal da UGES prontamente recusou-se declinar do ato político, de modo que marcou para o dia vinte e sete de junho uma grande mobilização estudantil, cuja concentração deveria ocorrer defronte ao cinema Capitólio, no centro da cidade. Enquanto alguns secundaristas se deslocavam para o centro, outros tantos se deslocavam para a universidade, onde havia um acampamento de universitários que faziam vigília em frente à Faculdade de Filosofia. No final da tarde, sob a luz de uma fogueira, cerca de quinhentos secundaristas protagonizaram um ato polício em pleno território universitário. A própria ocupação da Faculdade de Filosofia havia acontecido por força do chamamento da UGES para a consecução de tal ato. Emilio e Fávero, dirigentes secundaristas, fizeram uso da palavra e conseguiram transformar o acampamento numa cidadela de debates e de agitação política. Na oportunidade alguns estudantes foram convocados para se dirigirem ao centro onde tantos outros já vinham realizando comícios relâmpagos.

Mesmo com tantas recusas da Secretaria de Segurança e com o choque violento do dia vinte e cinco, a estudantada pleiteou autorização para realizar uma passeata no centro, no que foi prontamente negada. A repressão autorizou a realização das manifestações no

¹⁷ “Acontecimentos Estudantis” – Assessoria para Assuntos Especiais (APAG) - 28/06/68. 15ª Região Policial/Delegacia Regional de Lagoa Vermelha/SOPS; Caixa SOPS/LV – 1.4.1847.21.8 a 1.4.2098.23.8; doc. SOPS/LV – 1.4.1861.21.8.

Parque Farroupilha, a famosa Redenção, todavia, desta feita foram os estudantes que recusaram.

No dia vinte e oito então, universitários e secundaristas dirigidos DCE-Livre saem em passeata com destino às ruas do centro da capital gaúcha. Desta feita, em vez de se concentrarem no centro, os estudantes saíram em passeata por um bairro adjacente ao centro (pegaram a Osvaldo Aranha, seguiram pela rua Sarmiento Leite, Independência, Andradas e Borges de Medeiros). Os militantes do Partido Operário Comunista, que dirigiam a maioria dos Centros Acadêmicos tinham o controle da manifestação, não obstante o fato de que a maioria dos participantes fosse secundarista. As lideranças da manifestação puxavam palavras de ordem como “É pacífica”, “Não fique aí parado, você é convidado”. De acordo com Cláudio Gutiérrez, à palavra de ordem “O povo organizado derruba a ditadura”, seu grupo secundarista contrapunha “O povo armado derruba a ditadura”.

Da Avenida Borges de Medeiros os manifestantes alcançaram por fim o Largo da Prefeitura onde a polícia rapidamente entrou em formação de combate e atacou. Os estudantes mais desavisados refugiaram-se nas escadas da Prefeitura, onde não há proteção alguma, daí terem sido os primeiros a ser espancados a golpes de cassetetes. Entre os adolescentes muito sangravam. Um dado interessante desta manifestação foi o apoio da população. Correndo pelas ruas do centro, os estudantes caçados pela polícia eram aplaudidos e recebiam palavras de encorajamento. Do alto dos prédios ou mesmo das ruas, os brigadianos eram alvejados por todo tipo de objetos, de modo que ainda eram vigorosamente vaiados pela população. Mesmo usando um bracelete que certificava o pertencimento a uma empresa jornalística, os trabalhadores daquelas empresas foram vitimados pela fúria repressiva da Brigada Militar. Mais uma vez os equipamentos de trabalho foram destruídos ou apreendidos.

Na Câmara dos Vereadores, um suplente de vereador comunista eleito pelo MDB, Lúcio Viera, denunciava a criminosa repressão da Brigada Militar e da Polícia Civil a estudantes e jornalistas. Apesar de todo o momento repressivo que já havia se avolumado e pelos violentos choques do dia vinte e cinco, ainda assim esta manifestação figurou como a maior de todas que se haviam realizado na cidade de Porto Alegre. Porém, não seria a última ainda.

Os secundaristas avaliavam que o espancamento e a vigorosa repressão que haviam sofrido se devia à postura do pessoal do POC. Diante disso os “secundas” entenderam que deveriam assumir a direção do movimento imprimindo seu ritmo de lutas. Passara então a realizar passeatas, maiores ou menores, utilizando uma estratégia de luta que comportava a atuação de grupo de defesa e utensílios explosivos ou capazes de dissuadir tropas da polícia. As manifestações de fins de junho e princípio de julho ganharam uma nova feição. Sobre este acontecimento, revela Gutiérrez que:

(...) O centro virou um palco de batalhas campais, onde entravam nas refregas populares, pessoas maltrapilhas, respeitáveis cidadãos de classe média, office-boys e meninos de rua, com uma fúria iconoclasta que nos surpreendeu. Houve, em final de junho, um clima insurrecional em todo o Brasil, um daqueles momentos em que os povos ‘votam com os pés’. Em Porto Alegre não foi diferente. Nos primeiros dias de julho, os Centros Acadêmicos universitários anunciavam que não convocariam novas manifestações. Consumava-se, em nossa ótica a traição das lideranças universitárias. A UGES continuou chamando atos onde apareciam apenas as nossas faixas e bandeiras e ainda anunciavam pela imprensa que ‘disporia de um esquema de segurança em caso de repressão policial’. Tínhamos apoio da Tendência, grupo do Julian, da Tânia, do Willy e do Maestri. Saímos em passeata no dia 4 de julho, tendo como saldo mais de 20 presos” (GUTIÉRREZ, 1999, pp.75-76).

Apesar de começarem a se defender, as manifestações escassearam, não obstante o fato de a UGES continuar convocando novas passeatas. Entretanto, o número de pessoas era cada vez mais exíguo, posto que a violência agora de ambas as partes afastou definitivamente as forças estudantis das ruas.

Terminadas as manifestações, em fins de julho os secundaristas realizariam ainda seu XXI Congresso da UGES, realizado na cidade Santa Rosa, interior gaúcho. Apesar de todos os revezes do movimento estudantil, o Congresso contou a participação de cerca de mil e quinhentas pessoas. Neste, a direita mostrou sua enorme força no movimento estudantil, contando inclusive com o apoio logístico da ditadura e do governo estadual de Perachi Barcellos. A esquerda estudantil perdeu o Congresso por poucos votos, mas saiu dele com o apoio ou a direção de muitas Uniões Municipais, Grêmios e simpatizantes interessados em prosseguir com um movimento organizado de oposição à ditadura. Com vistas a canalizar essas forças dispersas, os secundaristas esquerdistas que formariam a organização Brancalione criam o Movimento 21 de Abril. A UGES, por sua vez, não sairia mais das mãos da direita até o fim da ditadura militar.

As forças revolucionárias ao Sul do Brasil

A luta armada no estado do Rio Grande do Sul começa efetivamente no ano de 1969, mais particularmente no mês de junho, quando a organização revolucionária Marx, Mao, Marighella, Guevara (M3G) realiza uma ação de expropriação a uma agência bancária.

Neste sentido, as ações armadas no Sul só começam quase um ano e meio depois delas terem começado em cidades como São Paulo e Rio de Janeiro. Nestas cidades, no decurso de 1968, as organizações que futuramente se chamariam Ação Libertadora Nacional (ALN) e Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) já vinham realizando ações de numerários, atos de sabotagem e até mesmo um justicamento como foi o caso do capitão do Exército estadunidense Rodney Chandler.

Outra dessemelhança entre o Rio Grande e o eixo Rio-São Paulo é que enquanto no Sudeste as ações foram realizadas por várias organizações, inclusive individualmente, no Rio Grande do Sul o que se observa é um movimento de ações dividido em dois tempos. O primeiro deles abarca as ações do M3G ao longo de 1969 e uma única em março de 1970 e o segundo comporta o protagonismo da VPR como organização que levou a efeito a quase totalidade das ações armadas no decurso de 1970.

É bem verdade que outras organizações como o Grupo Armado do PTB, o Partido Operário Comunista (POC) e a VAR-Palmares participaram de algumas ações, porém, mas todas elas indiscutivelmente dirigidas pelo M3G. É verdade também que o Movimento Comunista Revolucionário (MCR) participou de ações, todavia muito mais como um apêndice da VPR.

Tal como se desenvolveu no Sudeste, a luta armada se concentrou nas capitais, não obstante o fato de as organizações gaúchas terem estendido seus tentáculos a algumas cidades do interior do estado.

A Ação Popular

O surgimento da organização revolucionária Ação Popular no Rio Grande do Sul deita suas raízes no processo de formação da mesma em nível nacional, ou seja, 1963. Neste período sua inserção se dá essencialmente no meio estudantil, não obstante suas relações com a Juventude Estudantil Católica, Juventude Universitária Católica etc. Antes mesmo do golpe civil-militar de 1964, já havia se constituído um núcleo de secundaristas da Ação Popular no colégio de classe média alta Anchieta.

Já em 1964, a AP consegue se fixar fortemente no meio universitário e passa a figurar juntamente com o PCB como uma das principais forças políticas. É importante frisar que a AP que se vê neste momento ainda não tinha as características mais esquerdistas que assumiria principalmente após 1968.

Apesar de disputar a direção do movimento com o PCB, a organização em terras gaúchas não assumira posturas sectárias, pois a direita sempre fora organizada. Em realidade, quando se pensa na politização do povo gaúcho, a primeira manifestação que se tem é de que se trata de um povo de esquerda como se o fato ser politizado significasse ser necessariamente de esquerda. No estado em estudo a direita sempre foi e ainda é nos dias de hoje muito forte e organizada.

No estado gaúcho em 1964, vimos que a Ação Popular alicerçava-se essencialmente na JUC e na JEC, mas é preciso destacar que alguns pequenos contatos começavam a nascer entre a Juventude Operária Católica e a organização. Apesar destes contatos abrirem novas perspectivas para a AP, o impacto do golpe é forte sobre sua militância, levando a dispersão de uma parte significativa da sua base política.

A partir de 1965 as relações com a JOC seriam mais fortemente estreitadas posto que se havia tirado uma posição favorável à intensificação do trabalho com o movimento operário. Outra definição neste período se deu no sentido de estender a influência política-

ideológica da organização para o interior do estado, donde se conseguiu atingir cidade como Rio Grande, Pelotas, Passo Fundo, Santa Maria.

No Rio Grande do Sul em 1965 uma parte da militância saiu da AP em função das posições mais esquerdistas pelas quais a organização havia se definido. Passava-se a defender o enfrentamento, mas até que este ocorresse dever-se-ia desenvolver um trabalho político junto às massas.

Buscando ampliar os horizontes da luta contra a ditadura, a AP entre 1964 e 67 se abre ao diálogo com os nacional-revolucionários, mas nada mais do que isso em face daqueles revolucionários não enfatizarem sua ação política e suas articulações revolucionárias com relação movimento estudantil.

De olho no itinerário político-ideológico da AP, vale destacar que a exemplo do que acontecera em nível nacional, a AP começa a girar mais à esquerda a partir da reunião da Direção Nacional em Niterói (RJ) que formulou uma resolução nacional em encetava uma crítica mordaz ao reformismo do PCB e apontava para o socialismo. É a partir deste momento que aparece mais claramente por parte da militância a perspectiva do enfrentamento violento à ditadura militar.

Com posições mais definidamente de esquerda a AP se apresenta para o movimento da chamada “Setembrada” aparentemente renovada. Em 1964 quando perde militantes, perde em verdade muita gente mais inclinada a posturas cristãs do que posições políticas e comportamento mais orgânico. Com a “Setembrada”, a organização voltaria a perder militantes, possivelmente em face das posições radicalizadas da AP. Em realidade, é possível que o processo de dispersão da “Setembrada” tenha comportado uma leva de militantes que já deveriam ter saído em 1965 quando a organização assumira posturas mais radicais.

Segundo José Loguércio, entre 1966 e 67 ocorre no interior da AP gaúcha um debate ideológico em que se defende a necessidade de estudar o marxismo, fato que desagradava uma parte da militância, ocasionando, por conseguinte, um novo processo de dissensões.

Consoante às metamorfoses da AP em nível nacional, no Rio Grande do Sul aconteceu em meados de 1968 um processo de aproximação com o maoísmo, não obstante o fato de que já em 1966 militantes da organização tenham viajado para a China para conhecer um modelo supostamente alternativo ao socialismo soviético.

Apesar de sempre seguir o movimento nacional, segundo Raul Carrion, ex-militante da AP no Rio Grande do Sul, o processo de aproximação e ingresso de militantes da AP no PC do B em terras gaúchas é anterior ao mesmo processo em nível nacional. É neste ano de 1968 que começam a ocorrer os primeiros flertes da AP com o Pc do B.

No processo de grandes mobilizações sociais de 1968, a organização em tela não apenas se faz presente, mas também dirige as passeatas. Tal como ocorrera pelo Brasil afora, no Rio Grande, a AP disputou e exerceu a direção de diversas entidades estudantis, de sorte que nas passeatas de 1968 a organização se apresenta com muita força, dirigindo boa parte delas.

Segundo Loguércio quem coordenava as manifestações era o Centro Acadêmico da Filosofia, discordando da idéia de que os secundaristas chegaram a dirigir várias passeatas a despeito da força dos universitários. Em realidade há de fato um protagonismo dos secundaristas, mas este se deu no âmbito da postura mais radical, ou seja, quando o assunto era radicalizar atitudes, os secundaristas saíam na frente.

Do ponto de vista programático, segundo José Loguércio a AP no Sul permanece reafirmando sua posição de defesa do enfrentamento. Em 1967 a organização destacava alguns de seus quadros para se deslocarem para o campo a fim de realizar trabalho político

junto aos trabalhadores rurais, em consonância com a visão de guerra popular que a AP defendia.

Com o refluxo das mobilizações de 68 a AP gaúcha continuava atuando predominantemente no meio estudantil, embora tivesse pequenos trabalhos com o movimento operário e em menor escala ainda no campo. Suas posições cada vez mais radicais, no entanto, afastariam mais uma parte de sua militância. Desta feita a proposta de integração na produção levou ao afastamento de militantes e simpatizantes. Em grandes linhas a integração na produção consistia em deslocar militantes da organização para o trabalho nas fábricas, de modo que não apenas fosse sentida a realidade do trabalhador fabril, mas que também se abrissem possibilidades de contatos mais próximos com os operários.

Pouco tempo depois da saída de militantes por conta da divergência concernente à integração na produção, mais gente volta a sair da AP, desta vez por conta do Ato Institucional 5. A esta altura, segundo Loguércio já havia militantes da organização com treinamento militar visando a luta revolucionária pela via do enfrentamento armado. Apesar de admitir a existência dos treinamentos, Loguércio é evasivo quando perguntado sobre os locais de realização de tais treinamentos.

No período pós-AI-5, aparece na AP uma discussão duradoura que encaminhava a organização no sentido de sua imersão no Partido Comunista do Brasil (PC do B). O processo de aproximação vai se intensificando até que a AP ingressa no PC do B quando da guerrilha do Araguaia. Antes disso, porém, em meados de 1969 alguns militantes no Rio Grande do Sul já começam a ingressar nas fileiras do PC do B. Este partido, por sua vez, orientava os militantes da AP que permanecessem por mais um tempo na sua organização para que ao saírem efetivamente pudessem levar para o interior do partido o maior número possível de pessoas.

Viva e ainda contando com uma boa militância, a AP realiza trabalhos políticos em Porto Alegre e em cidades circunvizinhas como aconteceu na cidade calçadista de Novo Hamburgo. Nesta a organização chegou a ter um rico momento no movimento operário. No ápice de seu trabalho político conseguiram mobilizar a categoria dos sapateiros para a realização de uma grandiosa assembléia. Um dia antes, porém, a repressão havia prendido dez potenciais lideranças. Para a realização da assembléia chegaram a panfletar cerca de quarenta fábricas, tudo clandestinamente.

O que se vê da trajetória da AP gaúcha, tracejada aqui em poucas tintas, é que a organização embora se definisse pelo enfrentamento armado, não chegou a realizar qualquer tipo de ação armada no estado do Rio Grande do Sul. Limitou-se a tentar organizar a classe trabalhadora e o meio estudantil. Seu desfecho no Sul foi a imersão de uma parte significativa da militância no PC do B e a fundação da ação Popular Marxista Leninista (APML) por parte daqueles que discordavam da incorporação ao PC do B. Neste ano de 1971 a organização sofre com muitas prisões.

A silenciosa luta do Partido Comunista do Brasil

Consoante aos acontecimentos nacionais, no estado do Rio Grande do Sul em 1962 também acontece um importante racha no PCB, donde se forma uma nova organização com a sigla PC do B. não entraremos aqui no mérito da discussão sobre quem é o verdadeiro herdeiro do partido, pois nos interessa mais concretamente aduzir os ziguezues do PC do B no movimento de luta armada em terras gaúchas. Cumpre-nos desde já informar que em 1962, racha uma minoria, não obstante este racha ter cooptado inúmeras pessoas de fora do partido em face do seu discurso favorável a uma saída política revolucionária para o Brasil.

Assim como outras tantas organizações existentes à época, o PC do B também sofreu um processo de dispersão quando forças reacionárias e conservadoras derrubaram Jango em abril de 1964. Neste momento do golpe, o PC do B já se fazia presente na universidade e embora fosse ainda muito pequeno já era respeitado. Isto porque o partido era visto como uma agremiação decidida, mais à esquerda, bem mais radicalizada do que o PCB, pois aparecia como defensor da luta armada.

No período pós-golpe até mais ou menos o ano de 1967, há uma tentativa de reorganização política, obtendo-se um certo sucesso nesse intento inclusive porque conseguiram alcançar o interior do estado, ainda que precariamente. Neste percurso, porém, ocorre um racha na organização por volta de 1965, capitaneado pelo revolucionário Paulo Mello, que primeiramente assumiu o nome de Forças de Ação Revolucionária Popular (FARP) e que mais tarde se denominaria Movimento Revolucionário 26 de Março (MR-26).

Coerente com sua posição favorável à luta armada entre 1966 e 67 o PC do B gaúcho destaca nove militantes seus para viajarem para a China a convite do Comitê Central. O objetivo era a realização de cursos de formação política e treinamento militar. A repressão

não tardou a descobrir e de certa forma a população, pois até nos jornais se veiculou a informação. Estes militantes mais tarde lutariam na Guerrilha do Araguaia.

Em 1967, por determinação da direção do partido João Francisco Pinedo Kasper foi diretor de um curso de Madureza vinculado a Federação dos Estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, FEURGS que mais tarde viria a se chamar DCE. Posteriormente o curso se desligou do DCE e Kasper permaneceu na sua direção, ocasião em que o corpo docente foi formado por elementos pertencentes a organização. A finalidade do curso de madureza era aproximar militantes de operários e pessoas humildes que desejavam estudar. Junto com o currículo escolar era realizada a doutrinação daqueles alunos que habilmente explorados tornavam-se elementos de esquerda. Este trabalho iniciado pelo PC do B passou para as mãos da ALA-Vermelha quando do racha ocorrido em 1968. A partir disto, o referido curso mais tarde tomou o nome de Associação Gaúcha de Ensino.

No movimento de ganhos e perda de militantes, o PC do B em 1967 ganhou uma leva de militantes da Ação Popular (AP), mas perdeu por outro lado uma leva que formaria a ALA-Vermelha. Nesse período de aumento e diminuição do número de militantes, o partido também sofreu várias prisões em 1968.

Acerca da luta armada, o PC do B permanecia defendendo posições revolucionárias e enviando militantes para treinarem na China. Com o fechamento do regime a partir do AI-5, a tese da luta armada ficava ainda mais clara, sem que a organização realizasse treinamentos militares no estado, mas tão somente se limitasse a receber e repassar armamentos e munições. Embora estivessem preparando o futuro teatro de Operações no Araguaia, nos conta Bruno Costa que isso não era falado para a militância, nem mesmo para dirigentes como ele. Relata-nos Costa que não se falava explicitamente do Araguaia, apenas como possibilidade.

Embora o ex-dirigente do PC do B gaúcho nos tenha negado firmemente, relatórios da repressão apontam que o PC do B além de obter armas e munições para si, chegou a realizar entre 1970 e 71 alguns poucos treinamentos militares.

A mesma documentação da repressão nos dá conta de que o PC do B desenvolvia um intenso trabalho de propaganda e formação política através da produção e distribuição dos jornais “O Proletário” e “A Classe Operária” além de realizar pichamentos, sobretudo quando das efemérides nacionais.

Quando o partido recebe uma nova leva de militantes oriundos da AP, orienta-se os divergentes para que permaneçam por mais um tempo na sua organização a fim de que ao saírem efetivamente possam levar para o interior do partido o maior número possível de pessoas.

Por volta de 1971, a organização estava bem preservada, de modo que se tinha conseguido realizar um trabalho na capital e no interior. Neste momento quase a totalidade da militância era legal, tendo-se apenas dois revolucionários profissionais em tempo integral e clandestinos em Porto Alegre. Estes se encarregavam de todas as relações na capital e no interior, a organização corria um sério risco com isso, pois se fossem presos a coisa ficaria feia, uma vez que faziam tudo e sabiam de tudo. As prisões acabaram ocorrendo. Nelson foi preso em São Paulo em fins de 1971 depois de ter fugido do Sul, mas a polícia não sabia de sua militância, desconhecia que ele havia feito muita coisa no Sul. Percebendo o desconhecimento da repressão, Nelson nada falou sobre o partido no Rio Grande.

Em maio-junho de 1971 muita gente é pesa. Um militante da ALA-Vermelha preso em São Paulo abriu o nome de um quadro do PC do B e este quadro abriu uma grande leva de militantes. Apesar do intenso fluxo de “quedas” do PC do B alguns poucos militantes

não foram alcançados pela repressão. Estes ficaram encarregados de reiniciar todo o trabalho de organização do Partido com seus principais quadros na prisão.

Em meados de julho de 1971 a repressão anunciava o estouro de três aparelhos do PC do B onde foram apreendidos dois mimeógrafos, cinco máquinas de escrever e farto material de propaganda.

O comandante regional encontrava-se foragido e era conhecido apenas pelo codinome “Nelson”, pois seus companheiros negavam-se veementemente a abrir seu verdadeiro nome.

A ALA-Vermelha no RS

No estado do Rio Grande do Sul a ALA-Vermelha encontrou um terreno fértil para sua estruturação, pois desde antes da sua formação afluíam sérios conflitos de natureza política dentro do PC do B gaúcho, mais particularmente da Direção Regional com o Setor Universitário. Nas eleições de 1966 a direção nacional do partido determinou que sua militância votasse em determinados candidatos que os universitários reprovavam. Diante disso, muitos votaram contra sua vontade enquanto que outros anularam seus votos.

No Sul, denunciava-se aquela posição da direção nacional como um “desvio de direita”. Apimentando ainda mais o conflito interno no estado surge um documento da direção intitulado “Ameaça Nacionalista ao Brasil” suscitando críticas severas da parte dos universitários do partido. Sustentava-se que o PC do B havia abandonado a crença de que somente a luta armada poderia mudar os rumos do país. Deste modo os laços político-ideológicos da direção com o Setor Universitário foram rapidamente se deteriorando quando em fins de 1967 e princípios de 1968 desceram de São Paulo os militantes Mateus e Luiz para informar que havia ocorrido um processo de cisão no PC do B. Com isto havia se constituído uma nova organização chamada ALA-Vermelha, a qual recebeu de imediato a adesão do Setor Universitário do partido no Rio Grande do Sul. Segundo os militantes

que chegavam de São Paulo, a diferença entre as duas organizações era a de que a ALA estaria realmente disposta a fazer a revolução por meio da luta armada ao passo que o PC do B se dizia disposto, mas nada fazia.

Visando o desenvolvimento de trabalhos políticos sem se descuidar da sua opção pela luta armada a ALA gaúcha estruturou o Setor Cultural para criar trabalhos que aproximassem a população pobre das idéias da organização ao passo que buscando atuar em fábricas e empresas para politizar e recrutar operários, foi criado o Setor Operário. Neste trabalho, alguns operários selecionados eram remetidos ao curso de madureza que a ALA coordenava.

Abarcando cursos de alfabetização e supletivos operava um outro setor da organização, a saber, o Setor de Vilas. Para melhor desenvolver suas atividades a organização contava com uma Imprensa Regional e outros impressos advindos do Comando Nacional. Um último Setor, o do Interior, até novembro de 1970 figurava como um mistério para a repressão apesar desta ter até aquela data estourado três aparelhos da ALA-Vermelha. Revelando disposição para o trabalho político, a organização, de saída se envolveu em atividades de panfletagem como a realizada nas imediações da fábrica de tintas Renner. Enquanto esta era realizada, outras tantas também ocorriam simultaneamente pelas ruas da capital gaúcha.

Uma característica da organização no Sul era a de não querer se envolver com ações armadas, tal como o POC também se comportou. Visava-se antes de tudo um trabalho político de base para que em um momento político maduro fosse travada a luta armada contra a ditadura. Esta postura se reforçou quando em 1969 foi determinada pela Comissão Militar da ALA-Vermelha a dissolução de qualquer grupo que tivesse como finalidade a realização de ações armadas. Sustentava-se que se por acaso surgisse a necessidade de alguma ação deste tipo, a mesma seria feita com militantes de outros estados para que não

fossem queimados os quadros da localidade onde se realizasse a ação. Neste sentido, como se poderá ver, a ALA buscou criar projetos de aproximação com as massas para que com isso pudesse levar sua mensagem política.

A organização no Rio Grande do Sul nasceu em 1968 já tendo nas mãos um interessante trabalho político cultural. Referimo-nos ao curso de madureza que a direção do PC do B em 1967 encarregou João Francisco Pinedo Kasper de pleitear a direção do curso junto a extinta Federação Estudantil dos Estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a FEURGS porque a esta pertencia o curso. Se num primeiro momento o curso fora vinculado ao DCE, num segundo o curso se desligou daquela entidade e passou a chamar-se de Associação Gaúcha de Ensino.

Outro trabalho que a ALA-Vermelha tentou implantar foi o curso de alfabetização coordenado por Luiz Fernando Schiavon, o qual atuava no Setor Cultural da organização. O trabalho foi iniciado em fins de 1968 e além da politização e recrutamento, visava implantar a “Cultura do Novo”. Este método de ensino consistia numa mescla de currículo escolar com aulas de politização. Neste curso, também eram professores alguns militantes da ALA. Apesar do esforço o projeto fracassou no decurso do ano de 1969, gerando a partir disso muitas críticas por parte de outros militantes.

A mando da direção regional da organização, Ana Maria Silveira ficou encarregada de criar um curso de arte culinária, higiene e puericultura em alguma Vila bem pobre em Porto Alegre ou arredores da cidade. No caso acabou-se escolhendo uma vila na cidade Viamão, localizada na grande Porto Alegre. A finalidade também seria a de aproximar-se das classes empobrecidas.

Dando mostras de que seu negócio era desenvolver um trabalho político a despeito das ações armadas a ALA-Vermelha abriu um frutífero trabalho político no interior do estado. Visando conquistar a simpatia política de alguns religiosos, João Kasper se

deslocou para a cidade de Ijuí onde teve contato com dois padres que desenvolviam um trabalho comunitário. Segundo depoimento de Kasper à polícia política os padres haviam ou ainda eram vinculados à Juventude Estudantil Católica (JEC). Com o consentimento do bispo Henrique Gelain, os padres criaram o movimento “A voz dos bairros” cuja finalidade era esclarecer o povo sobre os seus direitos e deveres com base na Declaração Universal dos Direitos do Homem e nas Encíclicas Papais.

Na ocasião Kasper participou de uma reunião com os padres em que se discutiu o tema marxismo versus cristianismo. Neste primeiro contato, Kasper ficou por lá um dia e meio aproximadamente. Meses depois, alguns trabalhadores rurais levados pelos dois padres apareceram em Porto Alegre para conversar com o pessoal da ALA. Apesar de promissor, João Kasper e sua organização perderam o contato com os padres revolucionários. Ao que tudo indica, os padres haviam se mudado para o município de Vacaria onde deram origem a outro movimento comunitário.

Interessados em reencontrar os padres, Kasper foi ainda em 1968, para Vacaria e onde encontrou novamente os padres de esquerda. Em fins de 68, um dos padres, João Teles mostrou-se disposto a ingressar na ALA, mas o mesmo acabou tendo que viajar para o centro do país, frustrando as expectativas da organização.

Além do trabalho que a organização tentou desenvolver com os padres, primeiro em Ijuí e depois em Vacaria, outra cidade figurou no horizonte político da ALA, desta feita na cidade de Santa Maria. A perspectiva de trabalho da organização na cidade era de estruturar um trabalho junto aos ferroviários, uma vez que Santa Maria caracteriza-se ainda hoje pela sua malha ferroviária. Durante um tempo foi João Kasper quem deu assistência aos militantes que se encontravam em Santa Maria, trabalho que depois foi assegurado pela presença de Melchíades Cervo.

Na cidade em destaque era rodado o panfleto “Liberdade” para ser distribuído na cidade ferroviária e na capital gaúcha. Tarso Genro, quadro dirigente do PT Gaúcho foi um militante da ALA-Vermelha na cidade abordada. Sua trajetória remonta a Mocidade Trabalhista gaúcha, percorrendo um itinerário político que o levou em 1968 a ser candidato a vereador pelo MDB. Apesar de eleito, o nominado abandonou a vereança em solidariedade aos vereadores cassados pelo regime militar.

Como outros trabalhos da organização, o de Santa Maria também naufragou, só que desta vez nas águas da repressão gaúcha. Em setembro de 1970 a base da ALA na cidade interiorana foi desmantelada e apenas dois meses dois meses depois outros militantes acabaram caindo presos. Apesar disso, ainda em novembro de 70 a repressão desconhecia a identidade verdadeira de vários militantes, conhecendo-os apenas pelos codinomes. Apesar disso a repressão acabou levando a melhor posto que 1971 praticamente toda a organização é presa.

A misteriosa organização revolucionária de Cruz Alta

Em princípios de 1968, o veterano militante comunista José de Pietro, ex-PCB e liderança dos sem-terra da região na primeira metade da década de 60 promoveu um churrasco na sua chácara e convidou figuras como Ganeval Pereira de Oliveira, Silvio Fantinell e Aristeu. Os indivíduos citados foram convidados porque pertenceram ou participaram de alguma forma das atividades do PCB. A certa altura do churrasco, Pietro falou aos seus amigos sobre a possibilidade e a necessidade de fundar uma organização revolucionária que se propusesse a enfrentar a ditadura militar pela força das armas. Isto porque não se acreditava em mudanças pela via pacífica, no que todos concordaram. Nascia, portanto a organização, sem nome e sem vinculações com nenhuma outra do gênero, recrutando seus militantes entre amigos e simpatizantes do Partidão.

Desde o princípio, tinha-se claro que a organização não teria a pretensão de promover a luta armada, em vista de seus poucos recursos e seu reduzido número de militantes. No decorrer de 1968 em diversos lugares foram realizadas reuniões em que se discutia assuntos da organização, contribuição financeira e a necessidade de arregimentação de novos militantes.

Como os militantes de Cruz Alta não se lançavam às ações de cunho logístico, o armamento, as viagens e outras atividades eram pagas com dinheiro arrecadado das contribuições financeiras. Em verdade, os custos não eram tão altos porque ninguém vivia na clandestinidade, em aparelhos etc. Com seus recursos, a organização não demorou para adquirir armas e munições com vista ao seu uso na devida oportunidade. A guarda do material comprado coube aos militantes Aristeu Ferreira Leal e Heitor Aparecido Amaral Ribas.

Os primeiros contatos com quadros revolucionários de outras organizações se deu por meio do movimento estudantil. Em fevereiro de 1968, o simpatizante Guaracy Rocha

da Costa, Presidente da União dos Estudantes Secundaristas de Cruz Alta, foi sondado por Luiz André Fávero, dirigente da União Gaúcha dos Estudantes Secundaristas (UGES) no sentido de realizar um encontro regional de estudantes advindos de vários pontos do estado. Este encontro deveria ser patrocinado pela organização interiorana. Antes, porém, da reunião de fevereiro, algumas lideranças estudantis já haviam realizado uma reunião na chácara de José de Pietro em janeiro do mesmo ano.

O objetivo da reunião realizada na chácara do militante Anélio Gomes era a organização de um bloco capaz de garantir o domínio sobre a UGES que acabou caindo nas mãos de estudantes direitistas. Além de tentar hegemonizar politicamente a entidade secundarista, o encontro estudantil apontava para a necessidade de planejamento de uma estratégia capaz de levar as forças de esquerda do estado à direção de Grêmios Estudantis e diretórios dos estabelecimentos de ensino. Findo o encontro, Guaracy, embora não fosse membro da organização ficou incumbido de recrutar estudantes para aquela.

A partir da realização do evento, a organização passou a ser procurada por militantes da Ação Popular que levavam documentos programáticos visando o enquadramento daqueles militantes de Cruz Alta. O principal contato da AP com a organização era a militante Vera Zulma Arosteguy Estrazulas.

No início do mês de abril de 1969 apareceram em Cruz Alta dois militantes da cidade de Passo Fundo, que reunidos com membros da organização de Cruz Alta convidaram-nos a participar das manifestações decorrentes do dia primeiro de maio. Assim a organização foi comunicada que receberia um material para distribuição em data a ser acertada. Nesta ocasião, Guaracy foi até Passo Fundo buscar os panfletos, os quais foram distribuídos em Cruz Alta na noite do dia trinta de abril por Pietro, Ganeval, Dobrachinski, Luiz Carlos e Gabriel.

Em junho aparece pela primeira vez o pessoal da VPR em Cruz Alta. Elvaristo Teixeira do Amaral, a pretexto de tratar de questões ligadas à Federação dos Bancários fez contato com José Pietro. Neste primeiro encontro, Elvaristo ainda se prontificou a adquirir uma pistola calibre 45, no que não logrou êxito porque os membros da organização, uma vez reunidos, se negaram a fazer a transação.

Próximo do final do ano de 1969 Elvaristo, a pedido de Félix Silveira da Rosa Neto, o “Frank”, marcou um encontro com os militantes da organização sem nome. “Frank” desejava verificar se efetivamente a organização poderia ser útil a VPR. A reunião acabou acontecendo na chácara de Pietro, e contando com a participação de Félix, Elvaristo, Pietro e Ganeval. “Frank” com muita desenvoltura explanou os objetivos da sua organização e aventou a possibilidade de os combatentes de Cruz Alta se aliarem a VPR. Na ocasião, Félix pediu aos militantes da organização um levantamento de dados técnicos do município, efetivos militares, quartéis, pontos estratégicos, motivação no meio operário e no meio estudantil. Prontamente, Pietro e Ganeval, além de informar sobre a capacidade de realizar os levantamentos, disseram que também seriam capazes de conseguir armamento se fosse o caso. No final do encontro, ficou marcado que haveria primeiramente uma reunião da organização para tratar da proposta da VPR e depois marcariam um novo encontro através de um anúncio no jornal Correio do Povo.

Em verdade, a reunião da organização não ocorreu porque os integrantes não compareceram, talvez por não terem sido comunicados. Em janeiro de 1970 se reuniram Pietro, seu filho Luiz Carlos, Ganeval e Dobrachinski para tratar da delicada questão que se colocava. Outros militantes foram sondados no decurso do mês de janeiro até que em fins de fevereiro apareceram em Cruz Alta “Frank” e Maria do Carmo Brito (Lia), esta do Comando Nacional da VPR para articular, no meio do mato, com Pietro, Ganeval, Luiz Carlos e Anélio. Nesta reunião foi apresentado aos dirigentes da VPR um relatório da

cidade constando dados sobre a população, localização de quartéis, vias de acesso (entradas e saídas da cidade), efetivos militares e alguns dados sobre a economia do município, além de dados sobre o alto índice de desempregados na cidade. Após o recebimento do relatório, “Lia” fez uma exposição sobre as várias correntes de esquerda no país, dando ênfase como não poderia deixar de ser, a sua organização. Após ouvirem a explanação, os militantes da organização do interior gaúcho informavam que se havia decidido favoravelmente a uma aproximação entre os dois grupos revolucionários. A partir daquele momento, os revolucionários de Cruz Alta passariam a se constituir como uma organização aliada da VPR, sem que isso custasse o fim de sua independência.

Buscando entusiasmar os esquerdistas interioranos, “Lia” e “Frank” disseram que não tardaria para que fosse desencadeada a guerrilha rural. Diante disso, reafirmavam a necessidade da aliança porque a organização de Cruz Alta poderia contribuir muito realizando operações diversionistas com o objetivo de reter as tropas nas cidades. Ao final da reunião, foram ainda oferecidas duas vagas ao pessoal de Cruz Alta para participar de um curso de guerrilha em um local ainda não determinado.

É preciso destacar que o processo de desagregação da organização revolucionária de Cruz Alta não se deu exclusivamente pelas prisões que logo aconteceriam, pois a decisão de tornar-se aliada da VPR suscitou um intenso conflito entre as lideranças José de Pietro e Ganeval. Além de um processo de disputa de liderança no interior do grupo, Pietro e Ganeval passaram a discordar dos métodos de luta que defenderia a organização. Após as reuniões com a VPR, Pietro desejava imprimir um caráter mais imediatista aos rumos do grupo enquanto que Ganeval e Guaracy defendiam um processo de penetração nas massas para uma luta de longo prazo.

O estopim para a luta interna parece ter sido a proposta de ação revolucionária na cidade a qual consistia na tomada de armas da Guarda de Subsistência. Para Pietro seria o

grande momento de utilização do armamento que armazenavam, pois enfim aquelas armas teriam sua razão de ser. Para esta ação, “Frank” levaria quadros de sua Unidade de Combate, de modo que a organização local secundaria o intento revolucionário desempenhando as funções referentes à segurança da ação. Entretanto, o pessoal de Porto Alegre suspendeu a ação porque o Comando Nacional da VPR tinha para Félix e seus comandados uma tarefa mais ousada, seqüestrar o cônsul estadunidense na capital gaúcha. Dias depois da tentativa malograda de seqüestro, Ganeval procura Pietro para mostrar uma edição do jornal Zero Hora em que aparecia a foto de “Frank” como um dos envolvidos na ação fracassada.

Respondendo as perguntas da polícia, Pietro informou à repressão que após a queda do pessoal da VPR em Porto Alegre, a organização de Cruz Alta não realizou mais nenhuma reunião. Apesar disso, no dia vinte de maio de 1970 as forças policiais alcançam sem dificuldades o dirigente José de Pietro, Ganeval Pereira de Oliveira, Luiz Carlos Orengo de Pietro e Anélio de Moura Gomes.

Partido Operário Comunista

O POC, como já se sabe pela historiografia concernente ao tema, nasce de uma fusão entre a Organização Revolucionária Marxista Política Operária (ORM-POLOP) e a Dissidência Leninista do Rio Grande do Sul. Dissidência esta oriunda do PCB gaúcho. Em Porto Alegre, a POLOP detinha em suas fileiras pouquíssima gente, destacando-se nesta organização o militante Pilla Vares. Enquanto isso, na Dissidência entre outros militantes destacavam-se Flávio Koutzii, Marco Aurélio Garcia e Raul Pont. Em verdade, Marco Aurélio e Flávio Koutzii vão se tornar as principais figuras do POC.

Uma das brigas mais acirradas do grupo universitário do PCB com a direção do partido devia-se ao fato de aquela direção orientar sua militância a se abrigar no interior dos partidos legais, no caso, o MDB. Em 1966 o partido chegava mesmo a pensar na possibilidade de eleger parlamentares comunistas abrigando-se na sigla legal. Segundo Raul Pont, o Partidão acreditava que o fechamento do regime seria passageiro, que em pouco tempo se voltaria à legalidade. Esta análise incomodava veementemente as bases estudantis do partido, tanto universitárias quanto secundaristas. Ademais, estas bases não viam com bons olhos a visão pacifista e institucionalista do PCB.

Calcula-se que pelo menos cento e vinte a cento e trinta militantes discordavam do partido à esquerda, embora neste momento ainda não se falasse na possibilidade de enfrentar o regime militar pela força das armas. Segundo Raul, admirava-se Che Guevara e Fidel, defendia-se a revolução cubana, mas não se tocava no assunto luta armada. Em vez disso, procurava-se na universidade, através do Movimento Universidade Crítica (MUC), braço estudantil do futuro POC, levantar discussões de cunho mais teórico e doutrinário ao invés de se fazer apologia da luta armada.

À militância estudantil do PCB chegavam alguns informes sobre acontecimentos políticos tais como a Operação Pintassilgo, o levante do Coronel Jefferson Cardim Osório,

mas não se passava disso, não se discutia politicamente a realização de ações armadas como uma alternativa ao trabalho político que tradicionalmente os partidos de molde leninista realizavam. Apesar da crítica ao imobilismo e ao pacifismo do PCB, as questões atinentes a luta armada ainda não empolgavam a estudantada.

No curso do rompimento com o PCB, em 1966 em pleno processo preparatório para a realização do VI Congresso, os universitários conseguiram aprovar vários documentos que se chocavam com a linha do Comitê Central. As teses vitoriosas não tinham grande elaboração, mas faziam sucesso porque se opunham à paralisia e ao oportunismo do PCB.

Um dos motivos que contribuiu decisivamente para que as bases estudantis do PCB rompessem foi o processo de contatos com ativistas da POLOP entre 1966 e 67. Segundo o relato de Raul Pont as relações da base universitária do PCB com a POLOP deitam raízes no frustrado congresso estudantil de 1966 na cidade de Belo Horizonte. Em 1967 amadurece a relação de tal maneira que vários ativistas da POLOP como Ernesto Martins, Peri e um outro baiano começam a aparecer com frequência no Rio Grande do Sul. Da parte dos gaúchos também aconteceram encontros e reuniões em Minas Gerais, sendo que numa das ocasiões os esquerdistas dos pampas levaram livros encomendados pela POLOP e obtidos no Uruguai.

Entre abril e maio de 1967 realiza-se a Conferência Municipal do PCB, oportunidade em que vence vigorosamente a esquerda do partido que pouco tempo depois iria constituir a Dissidência Leninista. Na ocasião, Jacob Gorender, fundador do futuro Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) estava em Porto Alegre quando da vitória da esquerda. Mário Alves, outro importante dirigente do PCBR também esteve na cidadela gaúcha discutindo questões políticas e ideológicas às vésperas de se constituir a Dissidência do PCB no Rio Grande do Sul.

Pelo peso da Direção Municipal capitaneada pelos universitários, a maioria dos militantes em Porto Alegre aderiu às teses revolucionárias. No VI Congresso, delegados de Porto Alegre foram barrados, de modo que a situação dos opositoristas da capital gaúcha oscilou da expulsão à saída voluntária do partido. Neste sentido procuraram se aproximar de membros não universitários da Direção Municipal para atraí-los para o iminente racha. Nascia, portanto, a Dissidência Leninista do Rio Grande do Sul.

Para o novo agrupamento que cindira do Partidão, mas também para bases militantes expressivas do partido, a vitória da direita em 1964 era atribuída à falta de capacidade de o PCB ter se movimentado no sentido de organizar a resistência popular armada. Outras críticas implacáveis eram também endereçadas a dirigentes vacilantes naquela ocasião que apostavam na participação de uma parcela da burguesia nacional no processo revolucionário brasileiro.

Em verdade, quando a base estudantil do PCB participa do Congresso Estadual, a perspectiva de rompimento com o partido já estava clara e consolidada devido à análise de que seria impossível conseguir a maioria no VI Congresso do Partidão.

Embora divergissem da linha do partido, criticassem o institucionalismo do MDB, os futuros formadores do POC não delineavam claramente o caminho revolucionário a seguir, de tal maneira que a questão da violência e da luta armada apenas pairava sobre as cabeças divergentes do Partidão. A questão para eles ainda era mais doutrinária e propagandista.

A única coisa que estava bastante clara para a Dissidência era a de que a ditadura não seria passageira e que a organização deveria se preparar politicamente para enfrentar aquela situação, de sorte que em abril de 1968 nasce finalmente o POC a partir da fusão da POLOP com a Dissidência Leninista. Primeiramente o nome adotado foi Frente de Esquerda, ainda em 1967, quando o processo de fusão já se encontrava maduro, porém ainda não consolidado. O nome de Frente de Esquerda foi adotado porque se tinha como

objetivo maior aglutinar a militância de esquerda no estado para levar o efeito a luta contra a ditadura em vez de constituir um partido. No ano de sua fundação, o POC não pensava em luta armada.

O Partido Operário Comunista gaúcho, ou a seção gaúcha do POC, pelo fato de ser formado majoritariamente por militantes da Dissidência Leninista, foi desde o princípio aquele que maior implantação social alcançou em todo o país. Além das bases universitárias, ingressaria na organização um bom número de secundaristas que se mostrariam muito atuantes nas manifestações estudantis de 1968.

Em pouco tempo o partido cresceu, chegando-se a constituir bases militantes em cidades do interior como Santa Maria e Passo Fundo. Além do trabalho pelo interior do estado, o POC também abriu uma livraria no centro da cidade com o objetivo de divulgar livros, ainda que não fossem de esquerda, pois havia desde sempre uma preocupação com o debate, com a leitura. A livraria acabou se tornando um ponto de encontro de militantes de esquerda.

Quando começou a se organizar o POC, uma nova disciplina militante foi instaurada, levando a que uma parte pequena de sua militância abandonasse a organização já em 1968. Todavia, a perda de militantes foi compensada com o fluxo de mobilizações sociais no decurso de 1968, uma vez que o recrutamento naquelas condições era muito fácil. Além das mobilizações deve-se considerar o fato de que em Porto Alegre naquele período a repressão ainda não havia intensificado suas ações. Apesar disso, o POC não conseguia implantar-se em fábricas ou em outras agremiações que reunissem o povo. Em verdade, alguns contatos a organização conseguiu criar, como foi o caso da Federação dos bancários. Algo que ajudou o POC em alguma medida foi o fato de que muitos universitários simpatizantes ou militantes já estavam se formando, donde passariam a atuar dentro das respectivas categorias profissionais.

Buscando adequar-se as novas condições que se iam configurando no cenário político nacional, o POC adotou como critério de militância a passagem pela Organização Pré-Partidária, a OPP, para que fossem ministrados cursos de formação política e se avaliasse as reais condições dos indivíduos para a militância. Isto porque a organização em destaque começou a amadurecer a questão da luta armada, de tal modo que se chegou a constituir um grupo especial para pensar sobre a questão das ações armadas. Segundo Pont, estas questões ligadas às ações armadas suscitaram um processo de divisão no seio da organização. Em 1970, formava-se a Organização de Combate Marxista Leninista-Política Operária, a OCML-PO, que contaria com a participação de membros da velha guarda da POLOP, tais como Ernesto Martins, Eder Sader e outros.

Antes do racha, porém, parte da militância do POC passou a defender a realização de algumas ações armadas, donde chegaram mesmo a participar de uma em conjunto com o M3G. O objetivo era se aproximar de outras organizações para aprender as “lides militaristas”. Teriam que estruturar aparelhos, adquirir imprensa, etc. e por isto a necessidade de fazer ações.

É importante destacar que a organização não se tornou armada em sua totalidade, constituiu simplesmente uma célula para realizar ações que não fossem de cunho político, uma vez que o POC defendia um trabalho político não armado junto às massas. A perspectiva era de realizar um trabalho de longo prazo, não armado. Apesar de alcançar o nível das ações armadas, o POC permaneceu infenso a este tipo de ação, uma vez que valorizava o trabalho político junto à classe trabalhadora. Esta postura fez com que a organização em evidência mantivesse boas relações com organizações como a ALA-Vermelha, que como vimos não realizou ações e sim algumas tentativas de trabalho político-cultural com as massas no Rio Grande do Sul.

Embora a Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares fosse uma organização fortemente inclinada às ações armadas, o POC também estreitou laços com esta organização pelo fato de a VAR gaúcha manifestar uma posição muito favorável ao trabalho político calcado na organização dos trabalhadores pelos locais de trabalho e na formação de comitês de empresas ou comitês de fábricas.

Apesar de não se inclinar para ações violentas, a repressão temia o POC pela sua expressividade no estado gaúcho, as prisões de militantes ocorreram tardiamente e mesmo assim sem prejudicar a estrutura da organização em destaque. Por volta de 1971 a repressão descobre a existência de um grupo de jornalistas da Editora Abril que se vinculava ao POC e consegue em pouco tempo prendê-lo. Até meados de 1973 o Partido Operário Comunista ainda teria cerca de uma dezena de simpatizantes, mas já cansados e cuidando de seus projetos profissionais.

Os trabalhistas armados

No curso das mobilizações de massa do ano de 1968, alguns nacional-revolucionários observaram a emergência de organizações em São Paulo e no Rio de Janeiro e decidiram fundar em Porto Alegre uma organização chamada Grupo Armado do PTB. Entendiam os trabalhistas radicais que as forças progressistas estavam muito pouco atuantes no estado gaúcho por isso pretendiam catalizar estas forças dispersas.

Como não poderia deixar de ser o grupo desde sempre manteve fortes ligações com Montevideú, embora Brizola já houvesse desistido de seus intentos armados. Antes mesmo da fundação do grupo, sua futura liderança, Índio Vargas, teve um encontro com Carlos Marighella no Uruguai. Na oportunidade, o dirigente máximo sondou a liderança dos trabalhistas guerrilheiros visando obter uma avaliação sobre as possibilidades de organizar politicamente com as bases trabalhistas no Rio Grande do Sul. Mais especificamente, Marighella queria saber sobre os Grupos de Onze espalhados pelo estado.

Índio sabia do potencial nacionalista e desconversou Marighella. Aquelas pessoas antes reunidas sob o guarda-chuva do nacionalismo revolucionário, ainda que muito rapidamente, tinham aprendido a organizar reuniões e a tomar decisões rápidas. Ademais, o Grupo Armado do PTB acreditava na possibilidade de contar as pessoas antes reunidas sob a órbita dos Grupos de Onze, com militares do Exército e da Brigada Militar considerando o fato de que resgatavam o espírito de luta brizolista. Tempos depois, os trabalhistas armados foram perceber que a repressão havia desmobilizado toda aquela gente e lançado no exílio uma infinidade de militares potencialmente revolucionários.

Entre os vários oficiais militares que pretendiam contar para o grande levante nacionalista figurava o Coronel da Brigada Militar Benjamin Prado e o Coronel do Exército Lemos Avellar, nacionalistas importantes dos esquemas insurrecionalistas da primeira vaga revolucionária. Desde sempre, os trabalhistas revolucionários reivindicavam para si a herança nacionalista de esquerda, considerando-se herdeiros dos feitos de 1961 e das articulações e tentativas fracassas entre 1964 e 67. Índio Vargas nos conta que em face do encerramento das atividades dos exilados no Uruguai, o Grupo Armado do PTB entrou em ação começando por retirar do baú as armas que possuíam para a eventualidade de algum acontecimento. Neste sentido, cumpre salientar a semelhança com a estratégia que Brizola sustentava.

Tal como o ex-governador gaúcho, os nacional-revolucionários acreditavam que entrariam em ação quando algum fato político de repercussão nacional irrompesse. Entretanto, como o fato político não acontecia, o grupo limitava-se a fazer reuniões, convocando para reunir e reunindo para convocar. No mais, seus militantes universitários participavam como coadjuvantes da movimentação estudantil em 1968.

De acordo com as informações de Índio Vargas, o Grupo Armado do PTB contava com cerca de vinte pessoas de atuação regular fora os contatos apoiadores de forma que

pelo interior também era possível contar com mais alguns apoiadores. Foi com este número de militantes que a organização realizou alguns treinamentos na cidade de Porto Alegre, na divisa com a cidade de Viamão. Essencialmente se treinava tiro e manejo de armas.

Em 1969 irrompeu um clima de agitação no seio da organização trabalhista radical, pois Índio Vargas havia sido apresentado a nada menos que Edmur Péricles Camargo, um decidido militante que cindira com o PCB e com a ALN de Marighella. Edmur havia aportado em terras gaúchas para dar início a um processo de deflagração de ações revolucionárias, mormente de cunho logístico, posto que a organização revolucionária que estava fundando precisaria de fundos para sua manutenção. O veterano militante comunista sondou as possibilidades logísticas que os trabalhistas poderiam oferecer e ainda convidou o grupo para participar de uma ação de numerários.

Dois dias depois deste encontro, Vargas reuniu-se com seus companheiros e detalhou a conversa que teve com a expressão máxima do futuro M3G. Os trabalhistas ficaram animados com a proposta da luta armada, mas receberam com bastante receio a proposta de realização de ações de expropriação. Ficou decidido por ampla maioria que a organização forneceria apoio logístico a Edmur e seu grupo. Relata Índio Vargas que o Grupo armado do PTB entendera que se havia alguém disposto a fazer alguma coisa para derrubar o mínimo que poderiam e deveriam fazer era ajudar.

A certa altura dos acontecimentos os trabalhistas radicais pareciam estar ou temerosos ou reavaliando a opção política pela luta armada. Num dos encontros entre Índio Vargas com Edmur Péricles Camargo, o primeiro disse a Edmur que ele deveria voltar para São Paulo a fim de se reincorporar a Ação Libertadora Nacional. A razão da solicitação seria a de que havia alguma coisa expressiva em Porto Alegre e arredores, mas isso não bastava, pois era preciso que a luta no Sul tivesse suas vinculações nacionais. A luta no Rio

Grande precisava estar ligada às organizações de porte do Rio e de São Paulo, caso contrário, o movimento fracassaria sobejamente em Porto Alegre.

Índio parece ter apontado para a necessidade de maior organicidade, o que representa um grave avanço político dos nacional-revolucionários, posto que aquela sub-cultura política fracassou entre outros motivos pela imaturidade organizacional. Destarte, acreditavam os trabalhistas que realizar ações armadas isoladas apenas serviriam para aguçar a sanha repressiva da polícia política.

De fato, o Grupo Armado do PTB em sua curta trajetória só participaria de uma ação, a qual foi planejada sob um clima de grande tensão num quarto do Hotel Ritz em Porto Alegre. Dela participaram dois quadros do POC, Índio e Edmur. Na ocasião Edmur advertia que faltavam apenas dois carros com quatro homens armados para dar cobertura à ação. Fecharam-se os preparativos finais e decidiu-se que Bertolino do Grupo Armado do PTB, sob o comando de Edmur, entrariam no banco. Índio e outro militante ficariam num carro para a cobertura, o mesmo fazendo o dirigente POC em um outro carro.

Conforme veremos no item referente ao M3G, Edmur Péricles Camargo, em um certo momento da luta armada gaúcha, se desloca para encontrar com Marighella em São Paulo, mas não consegue porque o líder da ALN tomba mortalmente naquela cidade. Quando de seu retorno, Vargas procura Edmur para comunicar-lhe que o Grupo Armado do PTB enquanto organização não tinha mais estrutura para continuar participando de ações fossem elas de cunho logístico ou político. Índio defendeu que o dinheiro levantado na ação do banco fosse utilizado para comprar uma pequena impressora capaz de imprimir manifestos ou documentos em que se denunciasses as atrocidades cometidas pela ditadura. Apesar disso, uma parte do grupo dos nacional-revolucionários defendia a compra de um carro velho, o que de fato foi feito.

Embora já estivessem desmobilizados, os trabalhistas do grupo armado não deixaram de ser perseguidos pela repressão. As primeiras prisões aconteceriam em abril de 1970 quando do grande fluxo de quedas, mormente de militantes da VPR sulista. As poucas armas de que dispunha o grupo foram lançadas nas águas do rio Guaíba por Hélio Trindade.

O Grupo Brancalone

O grupo revolucionário Brancalone constituiu-se essencialmente de estudantes secundaristas e do ponto de vista da ação política radical não armada conseguiu lograr algum êxito. No entanto, os Brancalones queriam mais e não conseguiram.

Num primeiro momento cumpre-nos destacar que a força da organização deita suas raízes no colégio Júlio de Castilhos, mais especificamente na militância secundarista do PCB que lá existia. Em 1966 a base do partido conquista a direção do Grêmio Estudantil naquele colégio, de forma que em pouco tempo, entre 1966 e 67 a base alcança a cifra de cinquenta estudantes ligados ao partido. Ainda neste período o Grêmio do “Julinho” participa com grande ímpeto das manifestações contra o acordo MEC-USAID e da Conferência Municipal do Partido.

Embora permanecessem no partido, os secundaristas passaram a ter uma ação de certa forma independente, abrigando no seio do grupo militantes de outras correntes políticas como Vera Maria Idiart que vinha do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), organização em franco processo de dissolução. Radicalizados e postulante da luta armada, ainda no ano de 1967, o futuro grupo Brancalone enceta uma ação de expropriação na casa do coronel Ilos Moreira, visando obter uma metralhadora fora de uso há um bom tempo. Um contato dos secundaristas chamado Dida, um armeiro que havia sido brigadiano, conseguiu colocar um cano especial e fazer as estrias para colocar a arma em funcionamento. Na oportunidade militantes da Dissidência Leninista do Rio Grande do

Sul tentaram dissuadir os aprendizes de guerrilheiro utilizando como argumento um convite para que os mesmos viajassem para São Paulo a fim de encontrar com o pessoal da POLOP de lá. Além disso, o pessoal da Dissidência acenava para os “secundas” com a perspectiva de realização de trabalhos especiais num setor militar que criariam. Os secundaristas aceitaram viajar, mas não abriram mão de capturar a metralhadora.

As relações dos brancaleones com a Dissidência do PCB gaúcho foram significativamente tortuosas, posto que não poucas vezes os secundaristas entraram em confronto com o racha universitário do PCB. Enquanto a Dissidência Leninista se propunha discutir questões mais de cunho teórico, o grupo de secundaristas se preocupava apenas em como encaminhar o movimento de luta armada contra a ditadura militar. Para estes últimos a Dissidência não estava realmente interessada no enfrentamento armado.

Nem mesmo a Conferência Secundarista de novembro de 1967 foi capaz de convencer os abnegados revolucionários que formariam a organização Brancaleone. Nesta os estudantes deveriam se posicionar sobre as teses da Dissidência que já se encaminhava para o processo de fusão com a POLOP. Apesar de intelectualmente mais fracos do que os militantes que defendiam a fusão, o grupo em tela não arredou pé de sua preferência pela organização do foco guerrilheiro. Terminada a Conferência, o grupo foquista consolidava o racha com a Dissidência.

Embora rachados, a Dissidência Leninista não desistiu dos brancaleones. Numa oportunidade, Flávio Koutzii os procurou para discutir questões sobre a luta armada, mais especificamente sobre a responsabilidade das lideranças em tal movimento, uma vez que muitos jovens morriam como se podia ver em alguns países da América Latina. Buscando tirar de ação o grupo Brancaleone a Dissidência pedia que saíssem da cidade por um tempo para não queimar o trabalho político que realizavam. Se os “Branças” entregassem as armas, ganhariam passagens e casas para passar uma temporada fora de Porto Alegre. O

grupo decidido pelo foco não entregou as armas, mas aceitou viajar para São Paulo, pois desejavam fazer contato com os grupos que já vinham realizando ações armadas naquela cidade.

Em fins de 1967 o grupo de estudantes gaúchos viaja para São Paulo e estabelece contatos não com a POLOP, mas com sua dissidência que formaria logo a seguir a VPR com o grupo de ex-militares liderado por Onofre Pinto. Ainda em São Paulo entram em contato com a Dissidência de São Paulo (DI-SP) que estava em vias de formar a ALN com o Agrupamento Comunista de São Paulo. Com a DI-SP o diálogo propiciou contatos não apenas com estudantes, mas também com velhos comunistas, de sorte que se abriram novos contatos com outras organizações postulantes da luta armada. Apesar das boas relações com o racha estudantil paulista do PCB, as melhores relações se estabeleceram com os militantes que rompiam com a POLOP. De São Paulo viajaram para o Rio onde se encontraram com a Dissidência do Rio de Janeiro. Neste encontro os secundaristas se surpreenderam com a coincidência de pontos de vista acerca da luta armada.

Dando mostras das boas relações com o pessoal do racha da POLOP, no início de fevereiro de 1968 aparece em Porto Alegre o militante Wilson Egídio Fava, o “Laércio” da “O” Pontinho que em dezembro de 68 se tornaria VPR. O objetivo da visita era a busca de uma maior envolvimento com os secundaristas e com o grupo de Carlos Franklin Paixão Araújo. Na ocasião Fava se ofereceu para consertar a metralhadora levando-a para São Paulo, proposta que foi recusada porque a mesma já havia sido arrumada. Ainda neste encontro Fava solicitou que entrassem em contato com outro grupo que vinha se organizando em Porto Alegre, o grupo de Félix Silveira da Rosa Neto, estudante de Arquitetura e funcionário do Banco do Brasil.

Insistente, Fava retorna à Porto Alegre no início de junho e presenteia o grupo Brancaleone com um pacote de dinamites, detonadores e mechas. Isto tudo para seduzir os

estudantes a se integrarem na sua organização. Prontamente os “Branças” recusaram, pois não pretendiam ser uma extensão da VPR no Sul. O presente de “Laércio” foi usado em uma das tantas manifestações que tomaram Porto Alegre. Numa delas os militantes brancalhões arremessaram de cima de um viaduto uma dinamite para a carroceria de um caminhão da Brigada Militar a fim de dissuadir a repressão. Para o bem ou para o mal, a dinamite não explodiu.

Quando os militantes brancalhões voltaram da viagem do Rio e São Paulo, Gutiérrez e Luís Eurico Lisboa foram convidados pelo presidente da UGES, Luiz André Fávero, a se integrarem à entidade, convite que não foi recusado, pois se tratava de uma entidade forte. Luiz Fávero ouviu de Eurico um sim ao seu convite, mas também ouviu uma breve exposição sobre o que seu grupo pensava da realidade nacional, sobre o imperialismo, sobre a Organização Latino Americana de Solidariedade (OLAS) etc. Assim os “Branças” resolveram atuar na UGES sem que o objetivo central, a luta armada, fosse abandonado. Destarte, através do trabalho pelo interior do estado a organização passou a conquistar bons contatos não apenas com estudantes, mas também com remanescentes de Grupos de Onze que se encontravam desligados da política, embora dispostos a contribuir com alguma coisa.

O Grupo Brancalhão entendeu que a UGES se constituía em uma grande oportunidade para desenvolver um trabalho político com vistas ao crescimento da organização e ao trabalho preparatório à luta revolucionária. Este trabalho muito rapidamente chegou a cidades como Palmeira das Missões, Passo Fundo, Cachoeira do Sul, Lagoa Vermelha, região do Alto Uruguai, Pelotas, Livramento, Santa Maria etc. Nas bases secundaristas discutiam a alternativa da luta armada contra a ditadura e noticiavam a existência de movimentos revolucionários espalhados por toda as partes do mundo.

O trabalho dos “Branças” no interior da UGES sofre uma grande derrota, como der resto também foram derrotadas todas as forças de esquerda no estado gaúcho. Em fins de julho se realiza o XXI Congresso da UGES na cidade de Santa Rosa contando com quase 1500 delegados. O saldo foi negativo, uma vez que a direita ganha o Congresso por uma pequena diferença de votos.

Aos secundaristas guerrilheiros resta o esforço para tentar manter os contatos mesmo sem contar com facilidade que tinham quando dirigiam a UGES. O esforço de organização das entidades e contatos os brancaleones é batizado de Movimento 21 de Abril, o qual teria Luís Eurico Tejera Lisboa como coordenador. Em realidade o M-21 não teve a intenção de se constituir numa organização de luta armada. O trabalho no Movimento seria de propaganda da luta armada e de arregimentação.

Embora fossem proponentes da luta armada, o grupo Brancaleone pouca coisa conseguiu fazer neste sentido. Além da ação de expropriação de uma metralhadora na casa do coronel Ilos Moreira e da utilização de táticas anti-repressão utilizadas nas manifestações ao longo de 1968, nosso grupo em evidência ainda fez a segurança de um espetáculo teatral levado a cabo pelo Teatro de Arena de Porto Alegre. Em face das ameaças direitistas de ataque ao Teatro pela apresentação da peça de Brecht “Os Fuzis da Sra. Carrar” os brancaleones não exitaram em portar até uma metralhadora para garantir a segurança do espetáculo.

O ano de 1969 assinala para os destemidos brancaleones o fim da organização. Em uma reunião ocorrida no primeiro semestre do ano em questão chegava-se à conclusão de que aquele grupo não prosperaria como uma organização revolucionária realmente capaz de enfrentar a ditadura. Destarte, alguns militantes ingressaram na VAR-Palmarenses e outros na VPR. Alguns militantes como Cláudio Gutiérrez retomaram os contatos com Frei Beto a fim de organizar a ALN no estado, mas o trabalho não frutificou.

Em realidade a ALN no Rio Grande do Sul se limitou a organizar o trabalho de passagem de militantes perseguidos pela repressão para o Uruguai ou para a Argentina. Este trabalho foi durante um tempo executado pelo dominicano Frei Betto que viveu no Seminário Cristo Rei na cidade de São Leopoldo. A tarefa de Betto havia sido uma solicitação direta do próprio Marighella.

Movimento Revolucionário 26 de Março

O MR-26 foi outra organização exclusivamente gaúcha embora tenha chegado a constituir um núcleo de militantes no estado do Paraná liderado por Artur Paulo de Souza e Paulo Roberto Telles Franck. Suas raízes se firmam num racha do PC do B por volta de 1964 ou 65. Portanto, o nascedouro da organização é anterior a irrupção da segunda vaga revolucionária ao Sul do Brasil.

À sua frente, apesar de contar também com a liderança do comunista Adamastor Bonilha, desde sempre se destacou uma figura bastante singular que ficou conhecida por Paulo Mello. Seu nome verdadeiro era Almir Olympio, mas pouquíssimos militantes sabiam sua verdadeira identidade. Até mesmo a repressão teve dificuldades por um bom tempo para capturá-lo em face deste sigilo. Paulo Mello chegou e ser membro do Diretório Municipal do PC do B, mas acabou rompendo para formar um grupo que realmente se empenhasse no sentido do desencadeamento da luta revolucionária armada.

Num primeiro momento, a organização ficou conhecida apenas como “Grupo Paulo Mello”, a despeito da vontade deste dirigente. Neste momento do racha a organização contava com um número de aproximadamente oito militantes Logo em seguida, os revolucionários adotam o nome de Frente Armada Revolucionária Popular (FARP), de forma que em fins de 1965 ou princípios de 66 renomeiam a organização como MR-26 em homenagem ao levante do Coronel Jeffersom Cardim Osório deflagrado no dia 26 de março de 1965.

Segundo dados da justiça militar o MR-26 atuou no Rio Grande do Sul entre 1966 e 1969 com um fraco desempenho para uma organização postulante da luta revolucionária armada. Apesar de ser formado e dirigido por comunistas o MR-26 manteve uma íntima relação com esquema nacional-revolucionário que se encontrava em Montevidéu. Seguidas vezes Paulo Mello viajou para o Uruguai a fim de organizar a luta dentro do esquema de Brizola. Até mesmo os jornais produzidos pelos nacional-revolucionários no Uruguai eram distribuídos pela organização cindida do PC do B. Alguns do MR-26 como Gregório Mendonça foram convidados para realizar treinamento guerrilheiro em Cuba também partir do “Esquema de Montevidéu”.

Os destemidos revolucionários do MR-26 não tardaram a ser detectados pelos serviços da polícia política gaúcha em 1966 quando o grupo ainda se chamava FARP. Na madrugada do dia primeiro de setembro de 1966 foi preso na pensão Farroupilha em Porto Alegre o militante Luiz Carlos Carboni sob suspeita de furto. Curiosamente, Carboni fora visto no telhado da pensão antes de ser preso, o que despertou a dúvida na polícia de que ele pudesse estar drogado. Assim, foi visto em cima do telhado por algumas pessoas que não hesitaram em chamar a polícia a qual, ao prender Carboni, encontrou em seu poder uma carta que fazia menção à morte do ex-sargento Manoel Raimundo Soares.

Foram apreendidos no quarto de Carboni vários exemplares da publicação clandestina “Panfleto” que era produzida no Uruguai. No seu estojo de barba foi encontrado um material que ensinava a fabricar explosivos e um bilhete endereçado aos revolucionários no Rio de Janeiro. A organização segundo Carboni teria nascido logo após o golpe de primeiro de abril de 1964 na cidade interiorana de Pelotas. As atividades consistiam em pichações, aliciamento, introdução de armas pela fronteira, divulgação da publicação “O Panfleto” proveniente do Uruguai. Segundo Carboni sua organização tinha ligações com grupos no Rio de Janeiro.

A FARP teria sua primeira grande aparição pública quando do levante do Coronel Jefferson Cardim, posto que participariam do levante dinamitando pontes em Porto Alegre para atrapalhar a movimentação das tropas na capital. Entretanto a participação não ocorreu porque o movimento estava programado para o dia trinta de março, porém, Cardim alertou a todos que havia infiltração e que por isso a movimentação aconteceria em data anterior àquela marcada. Destarte, o levante aconteceu no dia 26 de março e pegou o grupo de Paulo de surpresa, impedindo-os de atuar conforme o planejado.

Mergulhando nas entranhas da organização foi-nos possível apreender que Paulo Mello atuava como o grande quadro político da organização ao passo que Gregório Mendonça ficava responsável pela parte militar e Vanoli cuidava das finanças do grupo revolucionário. Em realidade o grupo sempre fora muito pequeno uma vez que nunca conseguira ultrapassar a cifra de cinquenta pessoas entre militantes e apoiadores.

O núcleo duro do MR-26 sempre fora a cidade de Porto Alegre sem que isso impedisse no entanto que fossem estabelecidos alguns bons contatos em cidades do interior gaúcho como Pelotas, Taquari, Butiá, Triunfo. Nestes municípios os contatos eram basicamente com pessoas remanescentes das aventuras do nacionalismo revolucionário. Segundo Gregório Mendonça havia muita simpatia por parte daquele pessoal, mas eles ainda esperavam que Brizola apontassem a diretiva para que seus apoiadores ingressassem mais decididamente o movimento. Dentre os contatos que mantinham com o interior, muito valiosa era a relação com alguns militantes de Pelotas, mais particularmente com Paulo Roberto Telles Franck importante quadro de ações armadas que acabaria treinando guerrilha em Cuba.

Do ponto de vista da extração social, a organização comportou em seu seio um bom número de operários, alguns estudantes e vários nacionalistas como o ex-deputado do PTB José Vecchio. Entre 1966 e 69 a organização se limitou a realizar algumas ações de

expropriação de dinamites juntos a algumas pedreiras e a rodar material de propaganda. Conforme nos relatou Gregório Mendonça, quando sabiam da existência de armas na casa de alguém, não hesitavam em ir buscá-la. Dentro da perspectiva de levar a efeito a luta armada o MR-26 destacou Gregório Mendonça para viajar primeiro a Montevideu de onde partiria para o treinamento guerrilheiro em Cuba. Na ilha socialista, o militante em destaque ficou quatorze meses junto com outros dois militantes da sua organização, Paulo Roberto Telles e seu irmão. Neste período, a partir de um certo momento, vários contatos de Brizola foram passados para o MNR, de sorte que muitos sargentos que desciam do Rio e de São Paulo acabavam ficando sob a órbita do MR-26. Até Manoel Raymundo Soares estava sendo atraído para a organização em destaque. Foi do 26 de Março o agente infiltrado que levou Raymundo Soares à prisão e à morte.

De 1966 para 67, Gregório precisa voltar para Montevideu porque o Exército havia o identificado trabalhando como garçom no centro de Porto Alegre. Do Uruguai Gregório rumou para o Rio de Janeiro ao encontro de Bayard Boiteux, donde seu destino acabou sendo a integração ao corpo de guerrilheiros que se encontravam na Serra de Caparaó. Preso em Manhuaçu é levado para o presídio político de Linhares em Juiz de Fora (MG).

Depois de solto, no final de 1969, vai para o Rio de Janeiro onde fica cerca de um mês e depois retorna para Porto Alegre e para sua militância guerrilheira no MR-26. Na cidadela gaúcha toma conhecimento que sua organização estava atuando em frente com a VPR, de forma que imediatamente nossa personagem passou a executar levantamentos para ações de numerários e a discutir a ação de seqüestro do cônsul. Para esta ação o MR-26 deveria fornecer uma casa para esconder o cônsul, mas acabou não dando certo, tendo a organização se limitado participar do grupo de frente da ação fornecendo Gregório Mendonça para tal intento. Decidido, no calor da ação Gregório empunhando uma

metralhadora fez menção de que atiraria nos pneus da camioneta do cônsul que conseguia empreender fuga. Todavia Félix Silveira da Rosa Neto o dissuadiu do ato.

Após a ação do seqüestro muita gente começa a ser presa em Porto Alegre. Caem alguns quadros da VPR, da VAR-Palmares, Edmur Péricles Camargo é capturado mas Paulo Mello e Gregório escorregam por entre os dedos da repressão. O primeiro porque ninguém sabia sua verdadeira identidade e o segundo porque conseguiu se esconder da polícia por meses a fio.

Apesar de escaparem nesta oportunidade, militantes do MR-26 já vinha sendo perseguidos e alguns deles presos, mormente no interior do estado. Isto porque a partir da prisão de Francisco Lages dos Santos chega-se à organização quando esta havia fracassado em seu intento de expropriar um Banco do Estado do Rio Grande do Sul na cidade de Pelotas e já havia feito um levantamento para expropriar uma agência do Banco do Brasil na cidade de Tupanciretan.

O MR-26 se esfacela em 1970, propiciando a dispersão de seus quadros, inclusive aqueles com treinamento militar, que passaram a atuar em outras organizações como a VPR, sobretudo na cidade de São Paulo. Este papel de fornecedor, em verdade, não foi uma exclusividade da organização em tela. As organizações no Rio Grande do Sul, por terem começado mais tardiamente a luta armada acabaram fornecendo muitos quadros políticos e de ação para as organizações que se pulverizavam no eixo Rio-São Paulo.

Vanguarda Armada Revolucionária – Palmares

A nosso ver, é impossível conhecer a organização VAR-Palmares no Rio Grande do Sul sem considerar o itinerário político do grupo do dirigente Carlos Franklin Paixão Araújo. Este grupo, desde antes do golpe civil-militar de 1964 já realizava trabalho político vislumbrando um processo de ruptura com o jogo institucional. Esta posição parece ter sido a influência de seu pai Afrânio Araújo, o qual resolveu entre 1948 e 50 aplicar a linha revolucionária do PCB organizando camponeses numa região do interior do estado. Também por influência de seu pai, Carlos Araújo se tornou um advogado trabalhista profundamente voltado para os interesses dos trabalhadores.

Antes do golpe Araújo procura se aproximar do líder das Ligas Camponesas Francisco Julião, de tal maneira que este último passou a viajar com bastante frequência para o Rio Grande do Sul. O grupo de militantes que Araújo começa a se reunir e busca se aproximar de Brizola conseguindo do mesmo um grande apoio para o desenvolvimento do trabalho no campo. Em verdade, o movimento das Ligas contou com o apoio de Brizola durante certo tempo, mais especificamente até o ex-governador gaúcho criar o MASTER como forma de manter sua influência sobre os trabalhadores rurais do estado. Segundo Carlos Araújo, em fins de 1961 o movimento contava com cerca de quinhentas pessoas e já nesta época o objetivo já era a luta armada.

Ainda no período anterior a quartelada direitista, por volta de fins de 1961 ou princípio de 62, o grupo de Araújo destacou cerca de trinta militantes para trabalhar junto ao prefeito da cidade de Nonoai, o senhor Jair Calixto, onde se desejava e de fato deu início à reforma agrária, contrariando os interesses dos latifundiários locais. Assim prosperava o trabalho do grupo até que veio o golpe e irrompeu um amplo processo de dispersão da militância.

No período imediatamente posterior a abril de 1964 os remanescentes começaram a organizar operários em algumas fábricas já visando o desencadeamento da luta guerrilheira. Todavia, organizar trabalhadores nas fábricas feria qualquer norma de segurança uma vez que a repressão acompanhava em cima toda movimentação política. A partir desta constatação, o grupo de Araújo começou a reunir os operários em igrejas perto das fábricas onde os trabalhadores pudessem se dirigir depois do seu horário de trabalho.

Quando começaram a discutir a questão do enfrentamento armado novamente o pessoal do grupo lembrava da tradição de luta que havia ficado por conta da grande movimentação das ligas camponesas pelo estado, período em que Francisco Julião teve uma presença forte no Rio Grande do Sul. Destarte, segundo Antônio Cunha Losada, o trabalho com o movimento operário cresceu principalmente quando o governo investiu contra direitos e conquistas da classe trabalhadora, donde a realização de diversas greves entre 1964 e 67.

O grupo de Araújo sempre manteve tênues relações com os nacional-revolucionários, primeiramente porque advinha de uma tradição comunista e também porque discordava em vários aspectos da estratégia emanada do “Esquema de Montevideú”. Neste momento aflorava a percepção de que seria necessário preparar ações violentas, mas ficava a dúvida se seriam apenas ações explosivas ou se seriam acompanhadas por uma estratégia de médio ou longo prazo. Esta questão é importante, pois embora o grupo de Araújo tivesse clareza sobre a necessidade da luta armada, não se sabia como ela seria deflagrada e como seria efetivamente travada.

Com ou sem a defesa da luta armada o grupo conseguiu reunir entre 1965 e 66 muitos operários que por sua vez passaram a agir contra a opressão do capital. Entre as várias formas de luta que encetaram, os trabalhadores vez por outra destruíam as máquinas e chegaram mesmo a fazer, na fábrica de fogões Wallig, uma greve clandestina para evitar

a ação repressiva da polícia. Segundo Carlos Araújo, muitas das pessoas que participavam destas atividades acabaram se envolvendo de alguma forma com a luta armada.

Como se pode ver, o grupo se compunha fortemente de operários fabris, mas também de sindicalistas, seminaristas e um pessoal do campo, espalhado por cidades como Tapes, Caxias, Rio Grande, Santa Maria, grande Porto Alegre etc.

Quando das mobilizações de 1968, o grupo contava com cerca de cem pessoas apenas do trabalho com o movimento operário e se articulava com organizações revolucionárias de outros estados como foi o caso dos Comandos de Libertação Nacional de Minas Gerais. Além de Minas, viajavam para São Paulo, Bahia Goiás e Rio de Janeiro. Os contatos com Minas Gerais em realidade antecedem o ano de 68, posto que segundo nos relatou Antônio Losada, em 1967 começaram a aparecer militantes de Minas para dar treinamento guerrilheiro ao grupo de operário em que atuava. Maria do Carmo Brito deu assistência política e João Lucas Alves ministrou um treinamento básico de guerrilhas. João Lucas Alves, em janeiro de 1969, foi trucidado pela repressão na cidade de Belo Horizonte. As torturas que sofreu são inenarráveis.

Amadurecidas as relações enfim nasce a VAR-Palmares Rio Grande do Sul no mesmo período em que nasce nacionalmente. Todavia, no Sul a organização inicia seus trabalhos com um número bastante expressivo de militantes. Isto porque ingressa na VAR o expressivo e socialmente heterogêneo grupo de Carlos Araújo. É interessante notar que quando ocorre o congresso da VAR em setembro de 69 na cidade de Teresópolis, o número de gaúchos presentes é muito grande.

No Rio Grande a atuação da VAR-Palmares pode ser dividida em dois períodos distintos: o primeiro deles vai desde o racha de setembro de 1969 até janeiro de 1970 e o segundo vai desta data até as prisões de maio-junho de 1970 quando a organização foi desbaratada na sua quase totalidade. No primeiro período houve apenas trabalhos visando a

reestruturação da organização enquanto que no segundo aparecem os primeiros resultados que se traduzem na boa estruturação de um aparato de imprensa, treinamentos de guerrilha pelo estado e a participação na ação de expropriação do Banco do Brasil em dezoito de março de 70.

Quando do racha da VAR-Palmares no “Congresso de Teresópolis” em que a VPR é refundada, os quadros de ações armadas migraram todos para a Vanguarda Popular Revolucionária, de modo que do ponto de vista operacional a realização de ações armadas seria impossível por algum tempo. Em dezembro de 1969 Gustavo Buarque Schiller, o “Bicho” desce do Rio de Janeiro e assume o comando regional no Rio Grande do Sul. Antes dele a organização havia sido dirigida por Atanásio, Rui Falcão e Cláudio Galeno Linhares, militante este que seqüestrou um avião Caravelle no Uruguai e exigiu que a aeronave fosse levada para Cuba.

Gustavo Schiller migrou para o Rio Grande do Sul a pedido da organização, uma vez que seu nome em breve estaria queimado. Isto porque Gustavo foi quem deu as informações para a VAR-Palmares expropriar o cofre de Ana Capriglione, tia do “Bicho”, em julho de 1969 no extinto estado da Guanabara. No cofre havia nada menos do que dois milhões e meio de dólares.

Entre dezembro de 1969 e janeiro de 1970, já no Comando Regional da VAR-Palmares gaúcha, Gustavo Schiller viajou para o Uruguai para fazer contatos com exilados políticos que passaram a qualidade de aliados da organização. Na mesma ocasião foi tentado um contato com a organização revolucionária uruguaia Tupamaros, mas isto não foi possível porque aquela organização atravessava um momento político delicado em vista das sucessivas prisões de seus quadros, inclusive a companheira do dirigente Raul Sendic.

Visando uma melhor estruturação da VAR-Palmares pelo estado, chegou-se a conclusão de que seria melhor criar os Comandos Territoriais que se espalhariam não

apenas pelo Rio Grande do Sul, mas pelos estados de Santa Catarina e Paraná uma vez que o Comando Regional de Porto Alegre era responsável por estes três estados. No Rio Grande foram criados os Comandos Territoriais de Caxias do Sul, Tapes e Porto Alegre, ao passo que no Paraná estruturou-se o Comando Territorial de Nova Aurora que passou a funcionar a partir de janeiro de 1970.

Os dois territoriais gaúchos desenvolveram atividades de conscientização e de arregimentação de pessoas, tudo isto veiculando os materiais impressos que a organização rodava. Em Caxias do Sul havia em meados de 1970 um Setor de Treinamento, um Setor de Imprensa e um Setor Operário.

Por sua vez, desde que passou a funcionar em janeiro de 1970 sob a direção do gaúcho Luiz André Fávero, o Comando Territorial de Nova Aurora (PR) arregimentou prováveis futuros militantes. Numa primeira reunião foram distribuídas as tarefas para os indivíduos presentes. Fávero ficaria com a parte de imprensa ao passo que outras pessoas ficariam responsáveis por setores como o de inteligência e de instrução militar. Com vistas a levantar o armamento existente na região e ouvir as queixas dos trabalhadores rurais da região, Luiz Fávero pediu à sua mãe que confeccionasse um uniforme militar do Exército para ser usado por um militante que se passaria por oficial militar.

O objetivo deste Comando Territorial seria a preparação política e militar dos militantes para a longo prazo servirem de apoio à coluna móvel estratégica, grande objetivo perseguido por diversas organizações que enfrentaram a ditadura militar pela armas. Nas proximidades de Nova Aurora, Fávero coordenou um acampamento em que se ministrou treinamento de tiro e confecção de coquetéis molotov.

De acordo com informações do aparato de segurança e inteligência do governo, em Nova Aurora se chegou a um contingente de aproximadamente trinta indivíduos, sendo seis militantes, doze da organização rural e treze simpatizantes ou aliados.

Uma vez detectado o Comando Territorial, as forças repressivas desencadearam em fins de entre os dias quatro e cinco de maio de 1970 a “Operação Guaçu” .

Em terras gaúchas, a VAR tentava implantar seu projeto de trabalho político junto às massas. Neste sentido designou Ignez Serpa de Oliveira que havia rachado com o POC a fazer um levantamento no meio estudantil, principalmente em escolas de operários. Ignez conseguiu os dados na Secretaria de Educação em face de ter dito que se tratava de um estudo para o Centro Acadêmico a qual supostamente pertencia. Esta militante entrou para a luta armada de maneira bem interessante.

Certa feita, em setembro de 1969 Ignez Serpa participava de uma manifestação estudantil que acabara duramente reprimida. Na ocasião, para fugir da polícia, Ignez sobe com uma amiga em um prédio em construção. Chegando lá e acreditando-se protegida começa a ser alvejada por muitos tiros disparados pela polícia. Após este acontecimento, nossa entrevistada decidiu que responderia as balas com outras balas.

Outra frente de trabalho não armado da organização foi no campo da propaganda e politização através de um bem estruturado setor de imprensa regional que publicava os folhetos “Rebelde” e “União Operária” além de panfletos de várias naturezas. O material foi durante um tempo recolhido por Gustavo Buarque Schiller e distribuído nas cidades onde a organização tinha células. O destino do “União Operária” era as fábricas, o meio rural e as ruas das cidades gaúchas. Já o “Rebelde” figurava como um impresso de circulação interna. Segundo o depoimento de Gustavo Buarque Schiller à repressão, o jornal “União Operária” chegou a alcançar a tiragem de três mil exemplares e o “Rebelde” o número de sessenta.

Por sua vez, o Setor Operário da organização em tela desenvolveu intensa atividade de politização buscando penetrar em diversas fábricas da capital gaúcha. Sua proposta era a

de organizar os trabalhadores em seus locais de trabalho através dos comitês de empresa ou comitês de fábricas.

Durante algum tempo a VAR-Palmares no Sul não desenvolveu ações de numerários porque recebia recursos financeiros do Comando Nacional, mas também porque não tinha quadros de ações armadas. Isto permitiu que seus militantes fossem preservados durante um certo tempo. Até mesmo os veículos que a organização utilizava eram legais.

Embora a vocação da VAR gaúcha não fosse a realização de ações logísticas a organização teve os primeiros contatos com os militantes do M3G na chácara do Tenente Dario, onde planejaram sua primeira ação armada. Em conjunto com o grupo de Edmur a VAR expropriaria uma agência bancária na cidade de Estância Velha. Nessa ação contra o Banco do Brasil também participaria além do M3G e da VAR, a minúscula Frente de Libertação Nacional (FLN).

Dando mostras de que também poderia atuar em ações armadas, a VAR criou o Setor de Operações que em pouco tempo já estaria enviando quadros seus para o exterior a fim de adquirirem armamento. Em fins de fevereiro de 1970 vários militantes organizados pelo Setor de Operações fizeram treinamento com armas nos arredores de Porto Alegre para em seguida realizar outro em localidades da Lagoa dos Patos.

Mostrando-se ativo, o Setor responsável pelas ações armadas fez um levantamento de uma casa de armas na cidade de Viamão no primeiro semestre de 1970, porém, devido à proximidade com a delegacia de polícia a ação não foi realizada. Uma outra idéia que o Setor alimentava era a de seqüestrar autoridades no estado do Rio Grande do Sul para trocar por presos políticos, todavia isto não foi adiante.

Outra ação planejada que não foi levada a cabo em Porto Alegre consistia no resgate de presos políticos que fossem deslocados para prestar depoimento junto à Auditoria Militar. Para tanto, os audaciosos quadros do M3G foram convidados. No entanto, a ação

não aconteceu porque chegando lá os revolucionários avistaram no local um elevado número de policiais fardados armados de metralhadoras, além de outros policiais paisanos. Diante disso temia-se que algum quadro de ação pudesse ser ferido, preso ou abatido pela polícia na ação.

Após a única ação armada que efetivamente participou, a VAR-Palmares gaúcha começou a ser desbaratada entre março e abril de 1970. Neste período a VAR é desmantelada e um pequeno grupo sobrevive na clandestinidade. Este grupo anos depois, mais especificamente em 1973 realizaria uma ação de numerários no Banco Francês na avenida Assis Brasil na zona Norte de Porto Alegre. O sentido da ação parece ser o levantamento de fundos para a sobrevivência dos militantes, pois em termos de movimento pró-luta armada já não existia mais nada no Rio Grande há pelos menos dois anos. Para a ação havia-se tirado a posição de que alguns quadros deveriam ser buscados no exterior, o que de fato não ocorreu.

Edmur, o M3G e a deflagração das ações armadas no RS

O grupo Marx, Mao, Marighella e Guevara foi responsável pelo desencadeamento das ações armadas no estado do Rio Grande do Sul, pois antes dele ninguém havia ainda inaugurado o ciclo de ações armadas no estado. A organização desde sempre teve à sua frente a incontestável liderança do paulista Edmur Péricles Camargo, possivelmente a figura mais emblemática da luta armada gaúcha a partir de 1969.

Antigo militante do PCB, Edmur atuou no Rio Grande do Sul desde fins dos anos 1950 e princípios dos anos 60 exercendo certa ascendência sobre a militância. Jornalista, sua função era cuidar do jornal “Novos Rumos” do partido. Antes de se deslocar para o Sul, Edmur se envolveu com os conflitos agrários na cidade de Porto Epitácio, região da Alta Sorocabana no estado de São Paulo uma vez que havia sido incumbido de orientar politicamente os posseiros da região. Na cidade Edmur percebeu a dimensão do conflito entre os posseiros e os latifundiários levando ao conhecimento do Comitê Estadual o grau de gravidade do problema. O Comitê então deu ordens para que Edmur Péricles Camargo levasse o problema às vias de fato contra os latifundiários e seus capangas caso isto fosse necessário.

De volta à região do conflito, Edmur optou por uma solução violenta para solucionar o conflito, de sorte que o latifundiário José Gonçalves da Conceição, vulgo “Zé Dico”, foi morto pelo personagem comunista em tela. Queimado pelo ato que cometeu, Edmur ficou clandestino até que Marighella pudesse voltar de Cuba, quando da sua participação na reunião da OLAS. De São Paulo, nosso personagem regressa a Porto Alegre.

Edmur Péricles Camargo aportou em Porto Alegre em meados de abril de 1969 depois de divergir da estratégia postulada por Carlos Marighella pra enfrentar a ditadura. Tendo uma concepção própria de guerrilha, rapidamente passou a recrutar pessoas para se incorporarem à organização que estava criando. Assim, Edmur disse ao um velho

conhecido seu, Jorge Fischer Nunes que estava montando uma organização revolucionária e que precisava imediatamente realizar ações de numerários, o que sem demora e hesitação passaram a fazer. Vale destacar que alguns militantes que se integraram ao M3G foram indicados pelo trabalhista revolucionário Índio Vargas. Em sua maioria, os militantes indicados se aproximavam mais do ideário nacionalista de esquerda do que com o comunismo.

Além do apoio de Vargas, Edmur contou desde o início com os guerrilheiros Jorge Fischer Nunes, João Batista Rita, Paulo Roberto Telles Franck, este com curso de guerrilha em Cuba e o Tenente Dario Viana dos Reis, oficial reformado do Exército. A chácara deste ex-oficial era uma importante base de articulações, planejamentos de ações e guarda de armamentos da organização em destaque. As reuniões, no entanto, realizavam-se também em hotéis.

Como desejava Edmur, seu grupo começou imediatamente a realizar ações, de modo que a primeira ocorreu no dia treze de junho de 1969 por volta das 16h50min quando os revolucionários expropriaram uma agência bancária da Caixa Econômica Federal em um bairro próximo ao centro da cidade. Nesta ação participaram Edmur Péricles Camargo e Jorge Fischer Nunes. Para a operação os revolucionários, não dispoendo de um carro fizeram uso de um táxi. Na agência, Jorge Fischer Nunes perguntou a um funcionário se não havia chegado uma ordem de pagamento para uma determinada pessoa, quando então Edmur de revólver em punho anunciou a ação. Na ocasião um brigadiano que se encontrava na agência foi prontamente imobilizado sem qualquer chance de reagir. Edmur, além de liderar o intento foi também responsável pelo levantamento da área para a ação.

No dia vinte e três de julho o M3G volta à carga, por volta das 17 horas. Desta feita foi expropriada a agência Petrópolis do Banco Industrial e Comercial do Sul S.A. também conhecido como Sulbanco. Desta feita, a ação contou com a participação de um militante

do POC, organização que decidira iniciar-se nas lides das ações revolucionárias. Na oportunidade compunham o grupo Edmur, Bertulino Garcia da Silva e João Batista Rita, “Laerte” do POC, Índio Vargas e Airton Mulher Rodrigues. Segundo o gerente do banco, Edmur assumiu o comando da ação com certo vigor porque entendia que aquela estava sendo levada a efeito com excessiva morosidade. Índio Vargas e Airton Mulher esperavam num carro do lado de fora do banco para o caso do taxista contratado empreender fuga temeroso do que poderia perceber. “Laerte” esperava noutro carro para que depois da ação fosse feito o transbordo dos militantes a fim de despistar qualquer um que decidisse segui-los, principalmente a polícia.

Quando se aprestavam para agir no interior do banco, Edmur percebeu a presença de um garotinho e não desejando que o menino se ferisse, deu-lhe algumas balas e pediu para que fosse para um canto do estabelecimento, pois se disse da polícia e que estava ali para prender uns bandidos dentro do banco.

Até a segunda ação de numerários a polícia gaúcha vinha tratando a questão como ação de delinquentes. Quando o terceiro banco foi expropriado a repressão percebeu tratar-se de ações revolucionárias e não simplesmente assaltos levados a efeito por bandidos. Em verdade, tal descoberta não foi um mérito da repressão uma vez que foi a partir de um panfleto político deixado na agência que suscitou nos policiais a idéia de que se tratava de ações de natureza política. A partir disso é que o DOPS entra para melhor conduzir as investigações.

Em outubro de 1969 Edmur Péricles Camargo viaja para São Paulo a fim de encontrar com Marighella para saber da sua situação junto a Ação Libertadora Nacional. Edmur se encontra com Joaquim Câmara Ferreira o qual informa que o mesmo contava com todo apoio da ALN para sua empreitada no Sul. Neste ínterim, Marighella é morto pela repressão e Edmur retorna para o Rio Grande do Sul.

De volta às ações, no dia dois de dezembro de 1969 por volta das 10h15min, Edmur, Jorge Fischer e João Batista Rita e seus correligionários atacaram a agência do União de Bancos Brasileiros na cidade de Cachoeirinha, localizada na grande Porto Alegre. O levantamento da área foi feito pelos três protagonistas da ação no veículo de João Batista Rita, o mesmo que foi utilizada para realizar a ação de numerários. Nesta ação o carro que os revolucionários empreenderiam fuga pifou, o que não atemorizou Edmur que pegou o dinheiro e as armas, colocou-os num saco e tomou um ônibus de Cachoeirinha para Porto Alegre.

Buscando levantar cada vez mais fundos para fazer a revolução Edmur, João Batista Rita e Paulo Roberto Telles Franck entram em ação no dia vinte e oito de janeiro de 1970, desta vez alcançando o Banco do Estado do Rio Grande do Sul. Para esta ação, militantes do M3G foram incumbidos por Edmur de fazer o levantamento da área. Dois quadros da organização deslocaram-se de ônibus até o banco e ficaram numa banca de frutas observando o movimento da agência. Nesta ação revolucionária, o M3G deixou afixado no vidro da agência uma carta aberta ao ministro da Fazenda Delfim Neto criticando a política econômica do governo. O levantamento foi feito por Edmur, João Batista Rita, Paulo Roberto Telles Franck, Ângelo Cardoso da Silva e Ataíde da Silva Teixeira.

Ao que tudo indica, a VAR-Palmares teve uma pequena participação nesta empreitada, uma vez que recebeu uma parte da quantia expropriada pelos revolucionários. O veículo utilizado foi mais uma vez um táxi, desta vez de propriedade de Ângelo Cardoso da Silva um apoiador do grupo que segundo a repressão se suicidou no Presídio Central. O mesmo Ângelo recebeu de Edmur uma quantia suficiente para comprar um outro carro e para legalizar os papéis, pois aquele motorista vinha servindo a liderança do M3G já há algum tempo.

Passados menos de dois meses, mais especificamente no dia dezoito de março de 1970 por volta das 12h30min, militantes do M3G, da VAR-Palmares e da FLN realizaram uma ação de expropriação na cidade de Viamão, localizada nos arredores de Porto Alegre. A agência desta vez foi o Banco do Brasil. Esta ação revolucionária foi planejada na chácara do tenente Dario Viana dos Reis, remanescente do nacionalismo revolucionário. Após a prisão de Dario, a polícia política encontrou na referida chácara planos para expropriar outras diversas agências bancárias em Porto Alegre e na cidade serrana de Caxias do Sul.

Esta ação de numerários figura talvez como a mais interessante das ações de banco que os revolucionários fizeram no Rio Grande do Sul. Os participantes desta foram Edmur Péricles Camargo, João Batista Rita, Paulo Roberto Telles Franck, Dario Viana dos Reis, Ignez Maria Serpa de Oliveira, Gustavo Buarque Schiller, Fernando Martinez Torres, Maeth Domingos Boff e Ângelo Cardoso da Silva.

Para realizar a ação uma camioneta F-100 foi expropriada pelos militantes e quatro carros também foram utilizados, tudo para que não furasse o plano. Uma vez planejada a ação, os revolucionários postaram-se para ação por volta das 12h30min. Gustavo Buarque Schiller, dirigente regional da VAR-Palmares postou-se à frente de um brigadiano que dava serviço defronte ao banco. Disfarçado de sargento da Brigada Militar, “Bicho”, como era chamado por seus companheiros, entregou um bilhete ao militar para que o mesmo não reagisse, pois não se desejava a morte de ninguém na ação. “Bicho” rapidamente capturou a arma do militar. Em sua companhia estava a militante também da VAR Ignez Serpa de Oliveira a qual usava uma peruca loira como disfarce.

Os outros componentes da ação se encontravam com uma camioneta F-100 tendo à sua direção o militante Francisco Martins Torres e na carroceria nada menos que Paulo

Roberto Telles Franck com uma metralhadora. A ação se desencadeou com a entrada de Edmur Péricles Camargo e de João Batista Rita na mencionada agência.

Dentro da agência, João Batista Rita em companhia de “Laerte” obtiveram informações e mapearam o espaço para depois deflagrar a ação. João Batista e Edmur atacaram o brigadiano dentro da agência e mandaram os funcionários se dirigirem para o banheiro.

Para azar dos guerrilheiros, o gerente não se encontrava. Edmur solicitou que Ignez Serpa fosse buscá-lo em casa, mas esta combatente negou-se a fazer o exigido.

Da camioneta F-100 dois guerrilheiros aguardavam para entrar em ação no caso de algo não sair como planejado. Feita a ação, os revolucionários empreenderam fuga para mais adiante mudarem para os veículos conduzidos pelo Tenente Dario e pelo taxista Ângelo Cardoso da Silva. Ao saírem da agência, os guerrilheiros deixaram um manifesto colado no vidro do banco com a foto de Marighela. O manifesto homenageava o líder máximo da ALN e o ex-sargento Manoel Raymundo Soares. Além do manifesto os revolucionários ainda deixaram na agência três boinas com os nomes das organizações envolvidas na ação (M3G, VAR-Palmares e FLN)

O audacioso grupo M3G ainda tentou realizar outras ações armadas, sobretudo em conjunto com a VAR-Palmares, porém, alguns fatores impediram aquela organização de ampliar a lista de ações revolucionárias no Rio Grande.

Segundo Paulo Roberto Telles Franck em seu depoimento à Justiça Militar, o grupo de Edmur faria uma ação na empresa Texaco na cidade de Canoas. O militante citado ficou incumbido de expropriar um carro e levar para ação. Assim, Franck e Jorge Fischer apanharam um táxi na zona Norte de Porto Alegre e deram certa quantia em dinheiro para o motorista avisando-o de que ficariam com o carro por cerca de uma hora. Além disso,

comunicaram-no de que deixariam o carro no bairro da Azenha para que o motorista pudesse recuperar seu instrumento de trabalho.

Por diversas razões, o comandante Edmur suspendeu a operação. Um aliado do grupo na última hora recusou-se a participar porque era muito conhecido na região. Ademais, os revolucionários também concluíram que o carro era muito velho e corria pouco. Assim, o táxi foi deixado em um outro lugar que não haviam combinado. Em função disto, um militante da organização escreveu para o jornal Zero Hora para comunicar o local onde o carro havia sido deixado. Na carta diziam os revolucionários:

“Porto Alegre, à Redação do Jornal Zero Hora
N/Capital

Prezados senhores, com referência à expropriação de um táxi de propriedade do sr. João Nunes, veiculada em edição da presente data, cumpre-nos informar que a mesma não foi levada a efeito por gatunos, conforme V. Srs. noticiaram e sim por guerrilheiros componentes do Comando M3G responsável também pelas expropriações bancárias no RS. O sr. João Nunes foi gratificado com a importância de NCr\$ 50,00 e avisado de que não deveria comunicar o ocorrido à polícia senão duas horas após a ocorrência, caso quisesse encontrar seu carro intacto e com mais dinheiro no porta-luvas, em um ponto qualquer da Azenha; como o sr. João Nunes não cumpriu o prometido, desobrigamo-nos também de restituir a viatura no ponto e hora marcados – isto porque duas horas após a expropriação, FOMOS NOTIFICADOS de que o sr. João Nunes já havia levado ao conhecimento da DP e DPJ. Como nossa luta é contra a ditadura militar que explora nosso povo e não contra o sr. João Nunes, e como a viatura foi utilizada com sucesso e já não mais nos serve, informamos a V. Srs. Que a mesma poderá ser encontrada em Canoas, à rua Tamoio, em perfeitas condições. Atenciosamente, comando M3G.”¹⁸

O M3G e a VAR-Palmares planejaram uma ação, que também não ocorreu, na cidade de Canoas em que um colégio seria dinamitado. Tal ação devia-se ao fato de que a população vinha há muito tempo reclamando das péssimas condições em que seus filhos estudavam. Os professores engrossavam o coro das queixas, cujas providências não eram tomadas. Após tal operação os revolucionários ofereceriam através de uma rádio o dinheiro

¹⁸ Fundo Secretaria de Segurança Pública; Sub-fundo polícia Civil/Deptº de Polícia do Interior; 15ª Região Policial/Delegacia Regional de Lagoa Vermelha/SOPS; Caixa SOPS/LV – 1.2.834.9.4 a 1.2.1009.11.4; doc. SOPS/LV – 1.2.890.10.4

para a compra dos materiais e para a reforma que a escola necessitava. A ação seria feita pela madrugada para que nenhuma criança ou professor corresse o risco de se machucar. No entanto, os revolucionários por razões que desconhecemos desistiram do intento.

Outra ação que não foi realizada seria na cidade serrana de Caxias do Sul. Desta participariam M3G e M3G e a VAR-Palmares. O planejamento da ação fora feito na chácara do Tenente Dario tendo sido estabelecida expropriação para o dia nove de abril de 1970. Nessa operação seria utilizada uma equipe de dez pessoas, dentre elas dois disfarçados de soldados da Brigada Militar e um outro disfarçado de Tenente. Para ação seria utilizado um caminhão previamente contratado para o transporte de um terno estofado e um fichário de ação para servir de proteção em caso de tiroteio.

O caminhão de mudanças seguiria pela cidade de Feliz até que no meio do trajeto seria pago o carreto e a seguir o caminhão seria expropriado de seu dono. Já na cidade, o veículo seria encostado de ré defronte à agência onde o motorista mostraria aos policiais de guarda notas dos móveis que chegavam para a gerência do banco. Edmur estaria na cabine do caminhão contando com os militantes disfarçados que abordariam os policiais que davam guarda no local. No interior da agência, oito guerrilheiros fariam a outra parte da ação.

Após a fuga, seria simulada uma retirada para Porto Alegre, pois em verdade, os revolucionários regressariam para Caxias do Sul para ficarem na casa previamente alugada em um bairro rico da cidade, pois acreditavam que a polícia não procuraria assaltantes de bancos em um bairro burguês. A fim de evitarem a perseguição policial a estrada seria dinamitada para obstruir o caminho dos agentes da repressão.

A ação de Caxias do Sul não saiu, segundo o depoimento do próprio Edmur à Justiça Militar no dia vinte e dois de abril de 1970, porque a VPR solicitou a suspensão de qualquer ação por aqueles dias em vista de terem planejado uma ação de grande vulto na

capital gaúcha. Em função disso, se fossem realizadas outras ações, a repressão estaria mobilizada na caça aos guerrilheiros. Outra razão para a não realização da ação de Caxias do Sul seria o fato de que o dirigente da VAR-Palmares Gustavo Schiller havia sido preso e que, por conseguinte, a repressão vinha se movimentando com bastante intensidade para capturar mais combatentes. Segundo o depoimento de João Batista Rita do DOPS gaúcho, em vinte e três de abril de 1970, Edmur teria dito que a ação de Caxias seria a última no Rio Grande do Sul e que depois rumaria para Santa Catarina ou Minas Gerais.

Por fim uma última ação de numerários planejada pelo M3G e pela VAR-Palmares também fracassou. As duas organizações planejavam expropriar uma agência do Banco do Brasil na cidade de Estância, contudo a ação não foi levada a efeito porque na data marcada seria feriado em vista da chegada do Ministro Mário Andreazza no estado do Rio Grande do Sul.

Vistos como revolucionários decididos à luta o pessoal do M3G foi procurado pela VPR a fim de que passassem a realizar ações em conjunto, contando ainda com a participação da VAR-Palmares. Havia um grande interesse por parte das organizações no sentido de unificarem forças para levar a feito a luta armada no estado. Neste encontro de Telles Franck com Félix e Fernando Pimentel os quadros da VPR informaram que em breve fariam uma ação em um fim de semana para a libertação de militantes presos.

Em abril de 1970 Edmur Péricles Camargo fora preso em Porto Alegre e só saiu da cadeia em troca do embaixador suíço seqüestrado pela VPR em dezembro de 1970. Sua libertação aconteceu junto com a de mais sessenta e nove revolucionários para o Chile. Deste país Edmur só saiu em 1973 por ocasião do golpe direitista de Pinochet. Acreditando nas chances armadas Edmur atravessou a fronteira da Argentina e retornou ao Brasil a onze de julho de 1974 e até os dias de hoje compõe a lista dos desaparecidos políticos. Ignez

Serpa de Oliveira nos relatou que certa vez o sádico Major Átila Ihe falou na prisão que Edmur tinha virado comida de peixe.

Vanguarda Popular Revolucionária

A organização clandestina de esquerda VPR irrompe no Rio Grande do Sul somente a partir do racha da VAR-Palmares em setembro de 1969 quando a Vanguarda Popular Revolucionária é refundada. Antes disso, não se tem registro da existência da organização no estado sulista. Em fins de outubro de 1969 o militante “Frank” (Félix Silveira da Rosa Neto) se deslocou do Rio Grande para São Paulo a fim de encontrar-se com dirigentes da refundada VPR. Nesta reunião, embora tivesse declarado falta de condições para dirigir a organização no Sul, “Frank” foi aclamado como a figura chave da futura VPR no Sul do Brasil.

De acordo com o depoimento de Luiz Carlos Dametto prestado ao DOPS, a insatisfação de alguns militantes com a VAR-Palmares no Sul vinha crescendo. Isto porque esta organização vinha se limitando a passar documentos e a cobrir pontos que chegavam a se realizar de quinze em quinze dias. Quando a apatia já tomava conta dos militantes pela falta de dinamização no seio da VAR, aparece em Porto Alegre um documento intitulado “Racha dos Sete”. Neste documento assinalava-se a divisão ocorrida na VAR-Palmares e que a VPR havia sido refundada. Félix não hesitou e convocou rapidamente uma reunião para discutir a questão, de sorte que em outubro de 1969 militantes que abandonaram a VAR-Palmares criaram a VPR no Rio Grande do Sul.

Em consonância com as diretrizes estratégicas da VPR nacional, rapidamente montaram uma Unidade de Combate (UC), ou seja, um grupo pequeno, mas de grande capacidade operacional tática e estratégica. A Unidade de Combate, orientada por um Setor de Operações se dividia em duas células, respectivamente Chael Schreier e João Lucas Alves. Estes grupos tinham autonomia tática e eram auto-sustentáveis. Cada Unidade de

Combate tinha um nome, tendo sido chamada a de Porto Alegre Unidade de Combate Manoel Raymundo Soares. Além do Setor de Operações a VPR gaúcha tinha ainda a perspectiva de estruturar um Setor de Sabotagem, que de fato existiu, um Setor do Interior, um Setor Operário, uma Base Médica e uma Base de Apoio.

Na organização o setor que mais funcionou foi o de Operações uma vez que a VPR praticamente protagonizou as ações armadas levadas a efeito no decurso de 1970. Para tanto, contou com militantes mais experientes nas lides militares, inclusive com treinamento guerrilheiro em Cuba e outros militantes que foram aprendendo no calor das ações. Em fins de 1969, nas proximidades de Gramado, Fernando Pimentel, ainda menor de idade, já coordenava um treinamento de tiro com metralhadoras INA e pistola calibre 45. Em pouco tempo a organização ganhou diversos adeptos, inclusive advindos de outras organizações como Gregório Mendonça do MR-26 e um grupo do POC liderado por João Carlos Bona Garcia. O comando da organização no Rio Grande do Sul coube a Félix. Apesar de ainda pequena, a organização entre janeiro e abril de 1970 realizou duas ações, uma de numerários e uma tentativa de seqüestro do cônsul dos Estados Unidos Carly Cutter.

No dia dois de março de 1970 Irgeu João Menegon, Fernando Pimentel, João Carlos Bona Garcia e outros dois militantes cognominados “Amâncio” e “Ernesto” participaram de uma ação de numerários por volta das 10 horas da manhã na Vila Rio Branco, em Canoas, cidade circunvizinha a Porto Alegre. Os revolucionários citados atacaram o Fusca em que se encontravam funcionários do Banco Brasul de São Paulo encarregados de arrecadar o dinheiro do Grupo Ultragás-Ultralar.

À militante Vera Idiart, veterana das articulações desde a primeira vaga revolucionária coube a tarefa de fazer o levantamento das condições para a realização da ação dez dias antes desta se realizar. Feito o levantamento, os militantes expropriaram um

automóvel Gordini e o deixaram estacionado no local onde empreenderiam a ação dias antes. Segundo relatório da repressão outros dois revolucionários participaram da ação com vistas a garantir a segurança daqueles que atacaram os funcionários que carregavam dinheiro. A ação não foi complicada, pois os guerrilheiros com muita facilidade postaram o Gordini à frente do fusca e fizeram este carro parar. Imobilizaram os funcionários, se apossaram do veículo e obrigaram aqueles a desembarcar deixando-os a pé e sem o dinheiro para fugir no próprio carro dos funcionários.

Menos de um mês depois da ação de Canoas a VPR lançou-se numa ação cujo desfecho foi a prisões de centenas de militantes de várias organizações clandestinas atuantes no estado gaúcho. Trata-se do malograda tentativa de seqüestro do cônsul dos Estados Unidos Curtis Carly Cutter no dia cinco de abril de 1970. Após realizarem alguns levantamentos para realizar a ação um emissário foi enviado ao Rio de Janeiro, para levar ao comando da VPR um informe completo, inclusive com a rotina diária do cônsul – que agora já era tratado pelos militantes por “Mr. CCC”. A direção da organização não concordou em assumir a tarefa de realizar o seqüestro, dizendo que esse deveria ser um trabalho para o pessoal do Rio Grande do Sul.

A questão foi levada à discussão no estado sul-riograndense, entendendo Félix que seria uma operação difícil em face da falta de quadros preparados para uma ação dessa envergadura. Além do mais, ponderou Félix durante as discussões, o seqüestro do cônsul desencadearia uma onda de repressão para a qual as organizações revolucionárias, inclusive a sua, não estavam preparadas. Contudo, havia consenso entre os militantes da VPR do Rio Grande de que o seqüestro deveria ser realizado, mesmo que não houvesse uma preparação mais acabada de seus quadros. Some-se a isso a circulação, no meio da esquerda, de um documento manuscrito e assinado por treze presos políticos em eram

descritas as torturas a que estavam sendo submetidos. Impressionado com esse documento, Félix procura o pessoal do MR-26 para uma ação conjugada.

Dez dias antes da operação Fernando Pimentel Irgeu Menegon e Gregório Mendonça expropriaram um carro wolkswagen para realizar a ação. O dia previsto para o seqüestro era o dia quatro de abril quando levaram o carro para um aparelho onde inclusive seria abrigado o cônsul americano. Passaram o dia todo seguindo os passos do americano e por volta das 21 horas passaram a rondar a casa do diplomata em dois carros. Os revolucionários enfim conseguiram encontrar o veterano da Guerra da Coréia e passaram a segui-lo pelas ruas de Porto Alegre. Já nos primeiros minutos do dia cinco de abril numa rua do centro da cidade um dos carros cortou a frente da camioneta do americano e Félix, Gregório Mendonça e Fernando Pimentel desceram do carro com pistolas e uma metralhadora a fim de capturar o cônsul. “Frank” colocou-se ao lado da janela traseira da camioneta juntamente com Gregório Mendonça que portava uma metralhadora, ao passo que Pimentel, portando uma pistola 45 postou-se defronte ao veículo do cônsul. O americano não se atemorizou e de súbito arrancou com sua camioneta Plymouth para cima do carro que o interceptara conseguindo empreender fuga. Vendo o cônsul escapar, Félix disparou com sua pistola 45 acertando o ombro do fugitivo. Frustrada a ação, os revolucionários adentraram no carro e fugiram do local da ação mal sucedida. Tempo depois, longe de onde haviam falhado em seu intento, os revolucionários se dispersaram cada um para uma direção.

No outro dia, seis de abril, explodiu nos jornais a manchete do insólito acontecimento. Uma notícia começava advertindo que Porto alegre havia se tornado a mais recente capital atingida pelo terrorismo que assolava a América Latina. Imediatamente após a ação fracassada desceram do Rio e de São Paulo especialistas das Forças Armadas em operações antiguerrilha urbana, incluindo torturadores. Porto Alegre e arredores estava

sob o mais absoluto controle das forças repressivas, o revolucionário que fosse preso experimentaria os métodos de tortura desenvolvidos e praticados na Operação Bandeirantes de São Paulo.

As prisões não tardaram a acontecer. Uma jovem detida depois de muita pressão revelou aos beleguins do DOPS que “Frank” havia comentado perto dela alguma coisa relacionada à execução de um seqüestro. A partir disso a polícia foi até o banco onde Félix trabalhava e o prendeu, de sorte que na ocasião o dirigente da VPR sul-riograndense carregava consigo uma relação de nomes de presos que seriam libertados. Quando começaram as quedas de abril pós-seqüestro, Avelmar Moreira de Barros, o velho chacareiro do Tenente Dario, foi preso e torturado no DOPS para dizer onde estavam o Tenente e Edmur. Não quis falar e por isso foi seviciado. No outro dia apareceu morto na cela do DOPS.

Vários militantes de outras organizações foram presos com o fluxo de quedas de abril até mesmo figuras como Edmur Péricles Camargo do M3G. Após o fluxo de prisões da VPR em abril de 70, a organização no Sul perde o contato com São Paulo. Porém, por intermédio do POC gaúcho os contatos são retomados.

Apesar das prisões que abateram a organização, de maneira surpreendente a VPR não encerra seu ciclo de ações armadas no Rio Grande do Sul, pois no dia dez de junho do mesmo ano os combatentes da organização voltavam a realizar uma ação de expropriação. Por volta das 10 horas da manhã do dia mencionado cinco guerrilheiros empunhando revólveres, pistolas e metralhadora levaram a cabo uma ação de expropriação na agência Menino Deus da Caixa Econômica Federal. Em poucos minutos fizeram com que o cofre fosse aberto e o limpavam, levando consigo ainda todo o dinheiro da tesouraria. Um cabo do Exército que ingressou na agência foi imediatamente detido e forçado a entrar em um compartimento onde foi trancado. Quando empreendiam fuga num automóvel

Wolkswagen, um soldado da Brigada Militar os viu e passou a persegui-los. Todavia, o mesmo foi dissuadido pelos disparos efetuados pelos revolucionários.

Na noite de vinte e seis de julho de 70, por volta das 23 horas seis combatentes da VPR e do Movimento comunista Revolucionário (MCR) preparavam-se para entrar em ação. Divididos em dois grupos, viajaram para a cidade serrana de Gramado para obter fundos de uma agência do Banco do Brasil. Lá chegando, os dois grupos mantendo contato por transreceptores, dirigiram-se para as residências do gerente e do sub-gerente para que os mesmos fossem levados até o banco. Os dois funcionários seriam abordados sob a desculpa de que se estaria fazendo a entrega de uma encomenda de uma agência bancária de outra cidade. Neste momento dois outros militantes com meias no rosto forçariam a abertura da porta e amarrariam as pessoas da casa. Após os dois funcionários serem levados ao banco e o dinheiro do cofre ser retirado, os dois grupos voltariam imediatamente para Porto Alegre levando consigo os respectivos funcionários para enfim, após algumas horas, libertá-los. Entretanto, devido a subterfúgios e a uma crise nervosa que acometia a mulher de um dos funcionários, os revolucionários desistiram da ação.

Dias depois, as duas organizações que haviam fracassado em Gramado voltavam à carga em Porto Alegre para realizar uma dupla ação. No dia treze de agosto às 19 horas cinco militantes armados de metralhadora, revólveres e pistolas investiram contra a Companhia de Fumos Santa Cruz. A ação ocorreu quando o expediente mal havia se encerrado, tendo por isso a presença de vários funcionários e do gerente que esperavam para uma reunião que trataria de futebol. De um automóvel corcel desceram três militantes enquanto outros dois aguardavam no carro para fazer a segurança. Uma vez lá dentro da empresa, passaram a exigir do gerente as chaves do cofre, mas o mesmo disse que aquelas haviam ficado com o outro gerente. Em vista disso, a investida se direcionou então contra os funcionários cujos valores e objetos foram levados na ação. Na saída, foram lançados

panfletos intitulados “À população de Porto Alegre” assinado pela VPR e pelo MCR, comando Sargento Manoel Raymundo Soares. Posteriormente, todos os valores obtidos dos funcionários foram devolvidos através de um telefonema dado ao jornal Zero Hora informando o local onde seriam colocados os valores. A devolução se fez acompanhar por cartas aos funcionários.

Simultaneamente à ação contra a Companhia Santa Cruz, outro comando composto pela VPR e MCR realizava uma ação expropriatória. Desta feita contra a Fábrica de Cigarros Flórida em cuja ação também participaram cinco guerrilheiros. Na ocasião, empregados da fábrica retornavam do serviço de venda de cigarros e prestavam contas quando foram surpreendidos pelos revolucionários. Sob a mira de armas, foram todos imobilizados tendo a caixa que passar toda a fêria do dia. Durante a ação foram proferidos vivas a Marighela e deixados panfletos idênticos àqueles deixados na ação da Santa Cruz.

Uma vez que as organizações haviam obtido fundos, passou-se então a articular uma ação que rendesse armamentos e munições e isto ocorreu no dia vinte e nove de agosto de 1970 na Oficina Precisão, também conhecida como Caça e Pesca. Por volta das 14h30min quando o proprietário e sua esposa atendiam ao balcão, chegaram três militantes com armas em punho anunciando a ação. Na seqüência, o casal e um funcionário foram amarrados para que a ação fosse mais facilmente executada. Nesta ação as organizações adquiriram nove revólveres calibre 32, três espingardas, uma carabina e dez mil e cem cartuchos calibres 38 e 32. Fora da loja, quatro militantes garantiam a segurança daqueles que executavam a ação.

Com algum dinheiro e com armamento em mãos, MCR e VPR investiram então na aquisição de veículos para realizar uma nova ação revolucionária. Na madrugada do dia quatro de setembro, chegava o fusca “Cancheiro” ao posto de estacionamento Antão de Farias Ltda. “Cancheiro” foi o apelido dado pelos militantes da VR ao seu fusca que

participava de todas as ações. No fusca três combatentes pediam que o funcionário abastecesse o carro de combustível. No mesmo instante, outros três combatentes chegavam a pé ao posto sob o pretexto de quererem usar o banheiro. O funcionário foi então cercado pelos seis militantes que cobriam a face com lenços e empunhavam pistolas e revólveres. Os mesmos exigiram as chaves dos veículos que ali estavam estacionados, mas o funcionário lhes disse que as chaves não estavam em seu poder. Diante disto, foram levados apenas dois Volkswagens cujas chaves se achavam na ignição.

Quatro dias após a aquisição de dois carros, VPR e MCR, juntas outra vez, realizam uma ação de numerários junto à empresa Moinhos Rio-grandense (SAMRIG). Às 17h40min do dia oito de setembro, quatro guerrilheiros portando metralhadora, pistolas e revólveres, adentraram no escritório da SAMRIG para ficar com o dinheiro da empresa. O tesoureiro foi forçado a abrir o cofre, de onde tudo foi retirado. Três militantes faziam a segurança dos revolucionários os quais na saída da ação espalharam panfletos intitulados “À população de Porto Alegre” assinados pelas organizações que se reuniam sob o comando Chael, em homenagem ao militante da VPR morto pelos verdugos da repressão.

Após esta ação de cunho logístico a VPR e o MCR fizeram ações de pichamento próximas a Metalúrgica WALLIG onde trabalhavam muitos operários e a um posto do INPS na zona norte da capital gaúcha. Nas paredes pichadas apareciam os dizeres “Metalúrgicos, uni-vos e organizai-vos contra os patrões e pelegos” e também “Hoje voto nulo, amanhã revolução socialista”. Estas ações foram feitas sob a segurança de militantes que portavam uma metralhadora INA e revólveres. Também de caráter político, a organização em tela realizou pichações em face do pleito eleitoral que se realizaria. Às vésperas das eleições, militantes sob proteção armada picharam muros com os dizeres “Anule o voto”, “Eleição é uma farsa” e “Viva Lamarca”.

Em busca de mais dinheiro para sustentar as organizações, a Distribuidora e Representações Ltda (Distribuidora de bombons Lacta) foi atacada pelos esquerdistas no dia vinte e sete de novembro. Desta feita, por volta das 20h30min cinco revolucionários da VPR e do MCR, armados de revólveres e usando meias e lenços no rosto, investiram contra a firma quando o gerente se preparava para encerrar suas atividades comerciais. Nesta ação, além de todo o dinheiro do cofre, também foram levados alguns relógios e outros objetos.

Visando realizar ações que não fossem unicamente de cunho logístico, militantes do Setor de Sabotagem da VPR picharam e atearam fogo na Sede Náutica do Círculo Militar de Porto Alegre.

Nove dias após ação de caráter mais político, VPR e MCR levam a efeito outra ação de numerários sob o “Comando Fujimore”, militante da VPR morto em combate pelas ruas de São Paulo. Perto das 15 horas do dia dez de dezembro, a agência do Banco Itaú América e as dependências administrativas e farmácia do Hospital Nossa Senhora da Conceição foram atacadas por quatorze quadros de ação armada. Subitamente, os funcionários dos dois estabelecimentos foram surpreendidos com gritos de que se tratava de uma ação expropriatória.

No Banco Itaú América quatro combatentes se dirigiram a dois funcionários do banco que foram obrigados a abrir o cofre do qual nada sobrou. Já no Hospital Nossa Senhora da Conceição, cinco militantes participaram da ação. Dois combatentes se dirigiram ao gabinete do diretor anunciando a ação. Os funcionários no local foram obrigados a fornecer as chaves dos caixas. Todas as pessoas que chegavam ao local de carro eram obrigadas a entregar as chaves para evitar qualquer perseguição.

Segundo o planejamento três carros seriam utilizados para ação, dois já expropriados e um táxi que também seria, mas somente no calor da ação. Um carro ficou posicionado na

rampa de saída do hospital e o fusca “cancheiro” na frente do mesmo. Um dos militantes se posicionou num ponto de ônibus com uma metralhadora enquanto que outro, também com uma metralhadora, se posicionou na extremidade do hospital. Perto do ponto de táxi outro quadro se posicionou para atacar o motorista quando os revolucionários estivessem saindo do local. A operação durou cerca de seis minutos, mas quando da retirada, momento em que o táxi foi obtido à força para a fuga, o militante “Breno” feriu a perna direita e rasgou a roupa após tentar entrar num carro em movimento. Mesmo ferido “Breno” ainda conseguiu entrar no carro que parou. Ainda no movimento de fuga, os revolucionários perceberam que estavam sendo seguidos por um automóvel corcel branco. A fim de rechaçar os elementos do corcel, Diógenes Sobrosa disparou duas rajadas de metralhadoras obtendo êxito em seu intento dissuasório. Antes de entrar nos veículos para empreender fuga, os guerrilheiros soltaram panfletos rodados pelo MCR. Segundo o depoimento de Antônio Carlos Araújo Chagas, prestado ao DOPS, o corcel branco era da repressão, pois quando este esteve preso pôde constatar tal fato. De acordo com um relatório da polícia, as forças repressivas conseguiram recuperar a quase totalidade do dinheiro levantado na ação.

A organização, no final de 1970 carecia muito de quadros, pois havia perdido muitos e não se tinha conseguido até então suprir as ausências deixadas. Neste sentido, dias após a dupla e exitosa ação de numerários, Isko Germer, ex-brigadiano e remanescente do nacionalismo revolucionário, é designado para viajar ao Uruguai a fim de entrar em contato com militantes asilados. Na organização se aventava a possibilidade de que muitos opositores ao regime retornassem ao país para lutar a partir de um pronunciamento de Brizola nesta direção. Ademais, esperava-se que com a diretiva de Brizola, vários nacionalistas e trabalhistas espalhados pelo interior do estado voltassem a lutar contra a ditadura. Isko Germer chegou a encontrar Brizola, porém, este lhe disse que as condições

no Brasil haviam mudado e que já se posicionava contra a violência. Brizola negou o apelo de Isko e ainda lhe disse que estava ficando velho para essas coisas.

Além das diversas ações armadas logísticas a VPR gaúcha desenvolveu como vimos algumas ações de cunho mais político e também uma de inteligência. Esta última consistiu na aquisição de documentos militares que revelavam o *modus operandi* da repressão no Rio Grande.

Em fins de 1970 Carlos Alberto Tejera de Ré, ex-militante do grupo Brancaloneo, entregou para Flávio Gil Reis uma máquina fotográfica para que este obtivesse fotos de documentos referentes às atividades da repressão para combater os revolucionários de esquerda. Flávio se aproveitou da sua situação de soldado auxiliar da 3ª Seção do Quartel General da 6ª Divisão de Infantaria para fotografar cartas de manobras que estavam afixadas no celotex da Seção onde trabalhava. Flávio Gil fez ainda mais, apanhou uma pasta do chefe de Seção na qual se encontravam documentos intitulados “Planos de Manobras” e entregou a De Ré que fotografou os referidos documentos. Tendo ficado no quartel, o soldado amigo da VPR aproveitou que os militares haviam saído para a prática de exercícios militares na Região de Osório, litoral gaúcho. Flávio Gil então com uma chave que mandara duplicar abriu a Seção onde se encontravam os documentos. Dois dias depois Carlos De Ré solicitou a seu amigo que retirasse da mesa de seu superior mais documentos, o que de fato fez. Desta feita o soldado não fotografou, mas entregou os materiais originais. Dispondo de pouco tempo, Luiz Carlos Retamoso fotografou os documentos e De Ré e devolveu a pasta com os documentos.

Os filmes foram parar nas mãos do comandante da VPR no estado, o qual enviaria para o Comando Nacional da organização. Entretanto, a polícia política conseguiu recuperar os filmes quando capturou Carlos de Ré e o comandante regional Reinhold Amadeu Klemert.

Apesar de a VPR não ter se constituído na maior organização armada do Rio Grande do Sul é de sua autoria alguns dos lances mais vultosos da luta armada gaúcha. Além das ações de numerários e da tentativa de seqüestro do cônsul americano, a VPR ainda estruturou no município de Três Passos um importante trabalho que chegou a dar frutos, mas que foi desbaratado antes que a luta guerrilheira por lá se iniciasse.

Na ocasião em que esteve em São Paulo em fins de outubro de 1969, Félix comentou sobre a possibilidade de montar um trabalho na região do alto Uruguai aproveitando inclusive pessoas ligadas ao POC que estavam insatisfeitas com esta organização. Uma destas pessoas, Roberto de Fortini, comentara certa feita sobre a possibilidade de montar uma cooperativa de pesca na região precisando-se para tanto que se comprasse uma certa extensão de terra. “Frank” então disse a Fortini que poderia encaminhar o trabalho porque o dinheiro, cinquenta mil dólares, seria entregue pelo Comando Nacional.

Tempos depois, o dirigente da VPR gaúcha viajou pela região com Maria do Carmo Brito, dirigente nacional da organização para fazer levantamentos pela região. Maria do Carmo fotografou a região de Sete Quedas e percorreu de barco o rio Uruguai. Os dois passaram por algumas cidades, inclusive Três Passos. Na cidade de Taquari, tentaram conversar com um contato para que o mesmo confeccionasse os coturnos para os militantes que fariam treinamento e quem sabe entrassem em combate.

Tempos depois, Roberto sugeriu a montagem de mais duas empresas de pesca, uma em Santa Catarina e outra em Foz do Iguaçu. Fundamentalmente, o primeiro passo a ser dado após a montagem da fachada legal seria a aquisição de armamento e munição.

Em Três Passos, iniciava-se a montagem da “Companhia Pesqueira do Alto Uruguai”, que serviria de fachada para as atividades que a VPR pretendia desenvolver na região, a qual fora escolhida porque militarmente se prestava muito ao movimento guerrilheiro devido a proximidade da fronteira. Assim, em caso de insucesso nos combates

ou cerco da repressão ter-se-ia uma rota de fuga, ao passo que a proximidade com a fronteira autorizava sonhar com o espraiamento da luta revolucionária para terras internacionais. João Carlos Bona Garcia, dissidente do POC, relatou-nos que, com a fachada da companhia pesqueira, carregavam armas num caminhão frigorífico de transporte de peixe, porque este tipo de veículo normalmente não era parado em barreiras policiais por ser isento de imposto e por não poder ficar retido muito em face do risco de deterioração dos produtos.

O trabalho da VPR na cidade de Três Passos prosperava quando em abril de 1970, a repressão gaúcha chegou à cidade, localizou a base de trabalho e desbaratou o esquema da organização. Segundo os próprios documentos da polícia política

“Foram encontradas em túneis escavados nas barrancas do Rio Uruguai, a 500 metros da Barra do Rio Barra do Turvo, no município de Três Passos, diversas armas de fogo, mochilas, munição e sacos plásticos e barcos (...) Em 21 de abril de 1970, uma equipe mista, composta por elementos do CIE, SSP/RS e II exército dirigiu-se para a cidade de Três Passos/RS com a finalidade de localizar uma provável área tática regional da VPR (...) Do interrogatório foi constatado que Sociedade Pesqueira Alto Uruguai LTDA tinha por finalidade encobrir atividades subversivas de elementos da VPR. Do interrogatório de Reneu Geraldo Martz, foi constatado o seguinte: foi encarregado de dar apoio médico à organização. Foi procurado por Félix Silveira da Rosa Neto, o ‘Frank’, do setor de inteligência da VPR, bem como por ‘Lia’ do Comando Nacional da VPR, juntamente com Roberto de Fortini, os quais lhe deram a missão de fazer um levantamento dos médicos da região para formarem uma base médica da Organização (...) Na região ficou em ação um PELOTAR dos fuzileiros navais e foi solicitado ao Comandante do PELOTAR, que havia chegado à área para um exercício de guerra na selva, um vasculhamento da área da reserva florestal à montanha do Rio Uruguai. Também o comandante da Gendarmeria Argentina determinou um vasculhamento na região em frente à reserva florestal, onde havia informes da presença de guerrilheiros”.¹⁹

Apesar dos sucessivos revezes, a VPR gaúcha ainda conseguiu constituir uma pequena célula da organização no município de Santa Maria. A estruturação desta célula foi fruto da atitude pessoal de um ex-militante do movimento operário que se ligou a

¹⁹ “Apreensão de Armas” – DCI/SSP/RS - 06/05/70 - Informação n° 698/70. 20ª Região Policial/Delegacia Regional de Cachoeira do Sul/SOPS; Caixa SOPS/CS – 2.1.4297.52.15 a 3.4534.54.15; doc. SOPS/CS – 3.4402.53.15; p.1-4.

organização. Em Santa Maria a idéia era se aproximar não apenas do movimento operário, mas também do movimento estudantil considerando-se que a cidade tem uma forte tradição universitária. A base de Santa Maria teve vida curta, durando basicamente entre julho e dezembro de 1970. Esta base teve pouco êxito porque dois membros daquela foram recrutados para a capital gaúcha e os demais, com a prisão do ex-líder operário, se perderam porque somente aquele tinha o contato.

Ainda pelo interior, vimos linhas atrás que a VPR teve contatos com uma organização em Cruz Alta a fim de que aqueles indivíduos se tornassem pelo menos uma base aliada da organização. Félix esteve algumas vezes na cidade, sendo uma delas inclusive com a presença de Maria do Carmo Brito do Comando Nacional para avaliar as reais possibilidades de se fazer ações armadas em Cruz Alta.

No Rio Grande do Sul a VPR foi a única organização que conseguiu continuar realizando ações mesmo depois de sofrer com várias prisões, pois levou a efeito suas operações logísticas, fracassou no seqüestro e teve vários militantes aprisionados, inclusive o comandante Félix. Em seu lugar assume Amadeu Reinholdo Klemert e um grupo que não havia sido preso que passa então a realizar novas ações de numerários e outras de cunho mais político e propagandístico. Em 1971, porém, a organização é varrida por novas prisões de forma que acaba desmantelada por completo no estado sul-riograndense.

Os comunistas do diminuto MCR

O Movimento Comunista Revolucionário consistiu numa organização armada fundada em julho de 1970 na cidade de Porto Alegre. Sua principal liderança foi Antônio Pinheiro Sales, o “Ferreira”. Este dirigente tinha em seu currículo o pertencimento à Política Operária e ao Partido Operário Comunista, organização da qual levou consigo outros vários militantes para constituir o MCR. Antes, porém de “Ferreira” militar na POLOP e no POC, foi vereador na Bahia e vice-presidente da União Estadual de Estudantes daquele estado em 1969. Outro quadro de destaque no MCR foi Paulo Maia que havia pertencido ao PTB tendo sido inclusive conselheiro da Mocidade Trabalhista.

O Movimento Comunista Revolucionário desde o princípio contou com a ajuda da VPR, não obstante o fato de “Ferreira” discordar daquela organização em várias questões de fundo. Pinheiro, além de fundar o MCR adotou para a organização o mesmo programa do POC e, de certa forma, a mesma orientação. Reconhecendo que os melhores quadros já estavam em outras organizações, Antônio Pinheiro Sales admitia a fragilidade política e militar de seus correligionários.

O desenvolvimento do MCR foi duramente prejudicado devido às inúmeras prisões que sofreu ao longo do ano de 1970. A maioria dos quadros do Movimento Comunista Revolucionário foi presa quando cobria “pontos”, ou seja, encontros clandestinos marcados entre os revolucionários. Por conta das prisões foram apreendidos dinheiro proveniente de ações expropriatórias, armas, documentos falsos bem como documentos políticos para discussão interna. Em dezembro de 1970, segundo as declarações de Antônio Pinheiro ao DOPS restavam somente três militantes da organização em liberdade.

Além das ações armadas em que o MCR participou em conjunto com a VPR, a organização chegou a executar ações de panfletagem e pichamento. No decurso de 1970 a repressão conseguiu estourar três aparelhos do MCR, confirmando a fragilidade da

organização. Acreditamos que parte da sua fragilidade se devia ao fato de ter realizado todas as suas ações armadas em frente com a VPR. Com isto, uma vez presos determinados militantes de uma organização, facilmente a repressão chegaria aos militantes de outra.

Quando “Ferreira” foi preso, a polícia encontrou em seu poder uma lista com o nome de autoridades do estado do Rio Grande do Sul passíveis de serem justicadas, ou seja, executadas. Em meio aos papéis que carregava constava também um croqui da parte térrea do edifício do Palácio da Segurança para que oportunamente fosse realizada uma ação de libertação de presos no DOPS cujas dependências lá se encontravam.

O MCR apesar de pequeno teve intensa atividade revolucionária, quase todas elas de caráter expropriatório com vistas à manutenção do aparato logístico da organização. Do que se pôde averiguar, consta apenas uma ação de cunho político do MCR, a saber, uma ação de pichamento também em conjunto com a VPR na zona norte de Porto Alegre.

Outra singularidade é que a organização nunca realizou uma ação armada que não fosse em conjunto com a Vanguarda Popular Revolucionária. Embora já tenhamos registrado as ações do MCR quando historiamos a VPR gaúcha, vale a pena lembrá-las.

A primeira ação armada resultou em fracasso, pois estamos nos referindo a tentativa de expropriação do Banco do Brasil da cidade de Gramado no dia vinte e seis de julho de 1970.

Inconformados, MCR e VPR atacam duas empresas ao mesmo tempo no dia treze de agosto (Companhia de Fumos Santa Cruz e Fábrica de Cigarros Flórida). Além de dinheiro o MCR foi atrás das armas e munições, donde atacou no dia vinte e nove de agosto a Oficina Precisão, também conhecida como Caça e Pesca.

Pelas ruas de Porto Alegre o MCR, sempre secundando a VPR realizou uma ação revolucionária de obtenção de carros para executar novas ações. Esta foi no dia quatro de setembro junto ao posto de estacionamento Antão de Farias Ltda.

A ação seguinte do Movimento Comunista Revolucionário foi uma de numerários junto à empresa Moinhos Rio-grandense (SAMRIG). Após a SAMRIG, o pequeno, mas ativo MCR realiza nova ação de numerários, desta feita na Distribuidora e Representações Ltda (Distribuidora de bombons Lacta) no dia vinte e sete de novembro.

Por fim, a última ação armada da organização em destaque de que temos conhecimento foi a dupla ação de expropriação no dia dez de dezembro de 1970. Os estabelecimentos desta vez foram a agência do Banco Itaú América e as dependências administrativas e farmácia do Hospital Nossa Senhora da Conceição.

Tal como o grupo Brancalone, o Marx, Mao, Marighella e Guevara, a organização de Cruz Alta e o Movimento Revolucionário 26 de Março, o Movimento Comunista Revolucionário foi uma organização exclusivamente gaúcha.

O olhar e a vitória da repressão

Em verdade, as páginas seguintes conterão o olhar do DOPS gaúcho entre 1968 e 1971, mais especificamente o que sobrou da documentação daquele órgão, pois quando foi extinto em 1982 quase todos os seus documentos foram incinerados. Por esta razão é que nossa apresentação apresentará um caráter irremediavelmente lacunar. De todo modo, cumpre notar que neste trabalho, conforme já foi salientado, trabalhamos com uma farta documentação produzida pela Justiça Militar constante no Projeto Brasil: Nunca Mais. Por isto, no curso das páginas já percorridas é possível encontrar uma significativa amostra do que a repressão acabou sabendo acerca da luta armada gaúcha.

No que concerne a primeira vaga conseguimos alcançar um bom número de informações, de sorte que nos é possível afirmar que o foco da polícia política centrou-se sobre os asilados no Uruguai, no Partido Comunista Brasileiro, o Partido Comunista do Brasil e com bem menos intensidade sobre a Ação Popular.

Em grandes linhas o que notamos é que no imediato pós-golpe a repressão no Rio Grande do Sul empreendeu um esforço colossal para prender em massa tantos os militantes do PTB como os integrantes dos Grupos de Onze. Com isto além de capturar diversos quadros importantes, incutiram um clima de terror naqueles que haviam permanecido em liberdade. Trabalhistas se avolumaram na cadeia com centenas de militares do Exército e da Brigada Militar e, como não poderia deixar de ser, muitas lideranças operárias também foram presas.

Além de identificar a natureza política e ideológica dos indivíduos aprisionados ou vigiados, é preciso destacar também que a instauração da ditadura militar ensejou modificações substanciais nas estruturas de segurança e de inteligência do DOPS gaúcho. Neste sentido vale citar uma observação de Caroline Bauer quando esta afirma que

“A partir de 1964 estabeleceu-se uma série de modificações no DOPS/RS. A ação repressiva caracterizou-se por uma centralização da tomada de decisões e da própria organização das instituições; a chefia do órgão passou a estar sob a responsabilidade de um militar; criou-se uma estrutura paralela de extermínio – o ‘Dopinha’. Além disso, as delegacias regionais e delegacias do interior ficaram subordinadas a este órgão numa tentativa de controle da sociedade” (BAUER, 2004, pp. 156-57).

Outro momento de transformação no *modus operandi* do DOPS do Rio Grande do Sul pode ser assinalada no período em que os revolucionários da VPR e do MR-26 tentam e não conseguem seqüestrar o cônsul dos Estados Unidos a cinco de abril de 1970. Assim, nos parece que a tentativa de seqüestro foi decisiva para a derrota das organizações clandestinas de esquerda no Rio Grande do Sul. Do Rio de Janeiro e de São Paulo começaram a aparecer torturadores profissionais especialistas em arrancar informações de presos políticos. A tortura no pampa gaúcho se tornou mais sistemática e científica tal como já vinham fazendo nos DOI-CODIs do eixo Rio-São Paulo. Em pouco, mas bem pouco tempo a luta guerrilheira gaúcha se extinguiria, restando apenas militantes isolados sem capacidade operacional para mais nada.

Antes do seqüestro malgrado, quando os militantes eram aprisionados e conduzidos para o terceiro andar do Palácio da Polícia onde ficava o DOPS, a prática policial consistia em utilizar o pau-de-arara, os choques elétricos e os espancamentos. Via de regra, quando chegavam os revolucionários presos, estes ficavam cerca de quatorze dias incomunicáveis como forma de tortura psicológica.

Isto posto, vale destacar que sobre o ano de 1968 a documentação do aparato repressivo gaúcho nos apresentou exíguas informações face ao que a polícia possivelmente reuniu.²⁰ Ao que tudo indica a polícia política trabalhou com informações pouco prováveis de serem verdadeiras em face do conteúdo que apresentavam. Ilustrativos neste sentido são

²⁰ Nossa afirmativa se reforça quando observamos a cronologia elaborada por Gabriela Rodrigues sobre os acontecimentos políticos e culturais no RGS ao longo de 1968. Cf. HOLZMAN, Lorena e PADROS, Enrique Serra. *1968: contestação e utopia*. Porto Alegre: ed. da UFRGS, 2003.

as informações que alertavam sobre supostas ordens dadas por Jango a seus correligionários para que se preparassem para entrar em ação dentro de pouco tempo na região dos Rios Ijuí e Ibicuí e de outras que circundam a guarnição de Santa Maria.²¹ Na esteira do absurdo, em março de 1968, dois meses após o alerta da 5ª Zona Aérea, acima mencionado, a repressão informava saber da existência de uma poderosa base com vários aviões no Uruguai que seriam utilizados por brasileiros na luta contra a ditadura.

Se por um lado vicejavam as informações passíveis de inverossimilhança, por outro, o aparato repressivo gaúcho, através do “Sumário de Informações” de 1968, já alertava sobre o aumento do número de pichações e panfletos contra a ditadura. Neste sentido, a AP continuava fortemente monitorada. A “Frente Ampla”²² chamava bastante a atenção da polícia, além é claro, da vigilância sobre a movimentação dos asilados no Uruguai, que vinha ocorrendo de forma discreta segundo a polícia política. No tocante às medidas preventivas para a manutenção da ordem pública orientava-se para que:

“Passeatas, reuniões e manifestações coletivas em via pública não serão permitidas sendo preferível evitá-las e dispersá-las a reprimi-las, o que será o último recurso. Não será permitido sobre nenhum pretexto a ocupação de universidades pelos estudantes, nem a criação de territórios livres em quaisquer dependências, os órgãos legais de representação terão limitadas suas atividades às escolas; os reitores devem ser prestigiados no exercício de suas funções”.

Sobre o movimento estudantil, a polícia veiculou que líderes do movimento orientavam para que os policiais alunos fossem identificados, julgados e expulsos mediante o uso de violência se necessário. Para a polícia, buscava-se com isso projetar lideranças, provocar um clima de insegurança e reações violentas para criar fatos políticos.²³ Ciente

²¹ Documento da 5ª Zaé - 17/01/68. 15ª Região Policial/Delegacia Regional de Lagoa Vermelha/SOPS; Caixa SOPS/LV – 1.1.1.1 a 1.360.3.1; doc. SOPS/LV – 1.48.1.1.

²² Articulação política capitaneada por Lacerda, Jango e JK.

²³ “Movimento Estudantil” (confidencial) – AFIR - 15/08/69. 20ª Região Policial/Delegacia Regional de Cachoeira do Sul/SOPS; Caixa SOPS/CS – 1.3.2874.35.10 a 1.3.3114.37.10; doc. SOPS/CS – 1.4.3030.37.10.

do que vinha se desenvolvendo, a Secretaria de Segurança Pública orientou o aparato policial para a aplicação do AI-5 no estado.

“Da detenção ou prisão: qualquer prisão a ser efetuada pela autoridade estadual com base no AI-5 deve previamente ser submetida ao Cmte da Sub-Área (Exército) que apreciará as razões do III Exército; nenhum jornalista deverá ser detido sem prévio entendimento com os Cmtes de Área (Exército). O objetivo da censura é simplesmente o de proibir a divulgação de matéria subversiva e incitamento à desordem que visam desmoralizar o governo e as Forças Armadas, buscando-se preferivelmente a colaboração dos diretores e responsáveis”.²⁴

Em 68 a repressão vivia na iminência da deflagração da luta armada no estado:

“A análise dos fatos apontados e o engajamento instantâneo e coordenado de elementos subversivos e políticos nos movimentos estudantis, mostra claramente que a subversão se encontra em estado latente. À espreita de qualquer oportunidade para aflorar, procurando com isso, tumultuar a vida do país”.²⁵

Em 1969 a repressão gaúcha continua atenta ao panorama político do Prata, afinal o estado que precisavam vigiar comporta uma vasta região de fronteira com a Argentina e com o Uruguai. Daí o alerta do CIE, em dezembro de 1969 sobre a realização de uma reunião em Uruguaiana/RS, entre brasileiros, uruguaios, paraguaios e argentinos, para a montagem de uma coordenação de ações político-militares no Cone Sul, dando-se cobertura nas fronteiras para atender ao plano de fuga e para a formação de uma logística comum.²⁶ Internamente atentava-se para a possibilidade de Marighella estar no estado por conta de atividades políticas: “Dada a insistência de fontes diversas de informes, somos levados a crer que realmente Carlos Marighella está atualmente no RS”.²⁷

Em vista da deflagração das ações armadas na região Sudeste do país, mormente Rio e São Paulo, e pela iminência daquelas em Porto Alegre, a repressão gaúcha passou a

²⁴ “Aplicação do AI-5 no RGS” - A/R - 05/02/69. 15ª Região Policial/Delegacia Regional de Lagoa Vermelha/SOPS; Caixa SOPS/LV - 4.5746.52.18 a 4.5909.53.18; doc. SOPS/LV - 4.5767.52.18.

²⁵ “Sumário de Informações - 1968”. 15ª Região Policial/Delegacia Regional de Lagoa Vermelha/SOPS; Caixa SOPS/LV - 1.1.520.6.3 a 1.1.833.8.3; p. 8.

²⁶ “Informação” - CIE - 12/12/69. 7ª Região Policial/Delegacia Regional de Rio Grande/SOPS; Caixa SOPS/RG - 1.2.382.4.2 a 1.2.519.5.2; doc. SOPS/RG - 1.2.467.4.2.

²⁷ “Ordem de busca” DCI - 25/09/69. 20ª Região Policial/Delegacia Regional de Cachoeira do Sul/SOPS; Caixa SOPS/CS - 1.2.1265.17.5 a 1.2.1571.20.5; doc. SOPS/CS - 1.2.1344.17.5.

solicitar às Regiões Policiais que coletassem dados dos municípios sob sua jurisdição no sentido de reunir listas com a relação das escolas superiores e secundárias, nomes de professores, alunos e funcionários “dotados de ideologia contrária ao atual regime vigente no país, com os respectivos endereços”.²⁸

No período compreendido entre 1970 e 71 a repressão insistia na necessidade de se aperfeiçoar, não obstante os êxitos logrados em 1969.²⁹ Em fevereiro de 1970 a Divisão Central de Informações (DCI) alertava os órgãos de segurança do estado sobre o provável deslocamento de guerrilheiros para executar assaltos, seqüestros e ações de grande impacto até maio na região. A ação fracassada de seqüestro do Cônsul e outras ações de caráter logístico em Porto Alegre confirmam e justificam a preocupação, mostrando que a polícia estava na pista certa.

O “Diário de Informações” de 70 dá notícia das ações de alguns grupos atuantes neste período e também dos êxitos da repressão no estado: quatro ações expropriatórias a agências bancárias e outras tentativas fracassadas, atividades com vistas ao seqüestro de autoridades para libertar presos políticos, desbaratamento do POR-T no mês de abril na capital etc.³⁰ A mesma DCI informava em abril de 1970 a apreensão de um documento na prisão, contendo um levantamento de casas que vendiam armas em diversos municípios do estado. Os revolucionários já teriam talão de autorização para compra e até pessoas que, fardadas, adquiririam as armas. Restava-lhes ainda providenciar identidades falsas.³¹

²⁸ 20ª Região Policial/Delegacia Regional de Cachoeira do Sul/SOPS; Caixa SOPS/CS – 1.7.3638.45.13 a 2.3981.47.13; doc. SOPS/CS – 1.8.38.13.46.13.

²⁹ O citado general fora encarregado de apurar os responsáveis diretos e indiretos pelo seqüestro do embaixador Charles Burke Elbrick “Ofício nº 60” – IPM - documento da divisão de Blindados do I Exército. 20ª Região Policial/Delegacia Regional de Cachoeira do Sul/SOPS; Caixa SOPS/CS – 1.1.1.1 a 1.265.3.1; doc. SOPS/CS – 1.53.1.1; p. 1.

³⁰ “Diário de Informações - 1970”. 20ª Região Policial/Delegacia Regional de Cachoeira do Sul/SOPS; Caixa SOPS/CS – 1.1.1.1 a 1.265.3.1; doc. SOPS/CS – 1.57.1.1.

³¹ 20ª Região Policial/Delegacia Regional de Cachoeira do Sul/SOPS; Caixa SOPS/CS – 1.1.1.1 a 1.265.3.1; doc. SOPS/CS – 1.81.1.1.

Em fevereiro do ano em questão o aparato de inteligência e segurança do estado comunicava que no mês seguinte, março de 70, encetaria uma ofensiva contra as organizações de esquerda armada através da “Operação Minuano”. Em grandes linhas, esta operação consistia no controle de rodovias e na vigilância sobre a população flutuante (identificação e triagem). A “Operação Minuano” também comportava uma política de varredura em áreas suspeitas da capital e do interior como medida preventiva e dissuasória (ação de presença), policiamento em áreas passíveis de assaltos e maior entrosamento para garantir a segurança de autoridades. Afirmava-se que:

“A Operação Minuano deve ser de caráter permanente. Sua ativação dependerá exclusivamente da situação da área, por ordem da SSP ou determinação do Comando do III Exército (...) a Operação Minuano é uma ação integrada de todos os órgãos da SSP e dos elementos militares, conforme outorgação do chefe do EM/III Exército, e em entendimento com o secretário de segurança pública (...) Até dois de março do corrente ano, deverá ser desencadeada em cada área a 1ª ação de ‘varredura’, considerando os eventos citados no Item I”.³²

Em abril de 1970, a repressão gaúcha impôs uma vigorosa derrota ao movimento guerrilheiro no RS, e mais especificamente à VPR. Uma estruturada base guerrilheira sob a fachada de empresa pesqueira na cidade de Três Passos foi detectada e desbaratada.

Em fins de julho numa “Informação” da DCI comemorava-se a desarticulação da VAR-Palmares, contabilizando cinquenta e quatro prisões entre aliados e militantes. No processo de detenções, descobriu-se a existência de treinamento com explosivos e armas na Lagoa dos Patos em fevereiro e a existência de Comandos Territoriais em diversas partes do estado. Na ocasião a polícia descobriu um sistema de comunicações com o Uruguai para escoar documentos do país. O Comando Regional da VAR teria ordenado

³² “Operação Minuano: montagem e desencadeamento” - DCI/SSP/RS – 23/02/70 - Informação n° 250. 20ª Região Policial/Delegacia Regional de Cachoeira do Sul/SOPS; Caixa SOPS/CS – 3.4535.55.16 a 4.4693.57.16; doc. SOPC/CS – 4.4676.57.16; p. 3.

que Vera Idiart levasse dinheiro a Montevideu para montar uma editora, comprar livros e armas. Em Rivera contatou o trabalhista e apoiador Beno Orlando Burman.

A repressão tinha razão em se preocupar com o esquema de fronteiras, pois em seu minucioso trabalho descobriu que Jorge Eduardo Saavedra Durão havia se deslocado para o Uruguai a fim de ganhar a adesão dos exilados brasileiros e de uruguaios. Dentro do esquema de fronteira ainda, o DOPS confirmou a suspeita de que Isko Germer, um ex-oficial da Brigada Militar, vinha articulando com contrabandistas de armas na Argentina um esquema de armamentos para a organização.³³

Se por um lado não encontramos documentos que confirmam o apoio dos aparatos de inteligência e segurança do cone sul à polícia gaúcha, por outro encontramos documentos do DOPS/RS datados de 1970 contendo listas com nomes de Montoneros, Tupamaros e foragidos chilenos que poderiam estar refugiados no Rio Grande do Sul. O jornal Zero Hora chegou a veicular diversas fotos de revolucionários uruguaios no ano de 1970.

O ano de 1971 foi o da derrota da esquerda armada no Rio Grande. Dentre as informações de natureza bastante heterogênea figura o “Relatório Anual de Informações”, concernente ao ano de 1971, mas produzido em janeiro de 1972. De modo geral, a repressão sistematizou as informações sobre as ações guerrilheiras ao longo de 71 revelando as organizações, os métodos usados e a repressão a que foram submetidas pelos órgãos de repressão, sintonizadas com os órgãos federais.

O POC fora o grupo mais visado pela polícia política devido à crença que esta organização tinha grande envergadura no estado. em realidade, em 71 o POC ainda estava estruturado com Comando Regional de três setores e um número elevado de quadros, sendo setenta e quatro identificados. Outras ações do aparato de segurança visaram a detenção de remanescentes de outras organizações como Ala-Vermelha (17 identificados);

³³ Informação n° 1119/70 - DCI/SSP/RS de 20/07/70

VPR (19); VAR-P (2) e MCR (8). Quando do processo de interrogatórios, os militantes teriam revelado a dificuldade de arregimentação devido ao desenvolvimento econômico e ao patriotismo em alta.

O relato da repressão gaúcha aponta para a situação das organizações antes de serem desbaratadas. Assim, o POC mantinha-se estruturado com Comando Regional, dividido em Setor de Imprensa; Operário e Estudantil, com um núcleo estudantil em Santa Maria e apoio logístico de pessoas vinculadas à Editora Abril da capital e produziam o panfleto “Resistência Operária”. Ao longo de 71 não realizaram ações armadas, limitando-se às atividades de discussão e panfletagens, mas ainda assim, dois quadros do Comando Nacional foram presos no estado. O PC do B vinha agindo no RS sem que a repressão conseguisse alcançá-lo até que em 1971, três aparelhos foram desbaratados e vários militantes identificados e detidos. Neste episódio apreenderam-se armas, livros e edições dos jornais “O Proletário” e “A Classe Operária”.

A VPR, parcialmente desmantelada entre abril e dezembro de 70, em janeiro de 71 extinguiu-se em terras gaúchas quando caiu seu Setor de Inteligência em conjunto com o Setor de Operações. A ALA-Vermelha, também parcialmente abatida em 1970, foi aniquilada entre maio e junho de 1971 após a identificação de dezessete quadros da organização. O MCR entre fins de 1970 e início de 71 perdeu vários militantes em decorrência do estouro de cinco aparelhos da VPR e da prisão de militantes que fracassaram numa ação expropriatória a um banco na cidade de Gramado. A VAR-Palmares, em vista das vigorosas derrotas sofridas para a repressão ao longo de 1970, praticamente não atuou no decurso de 1971.

As diligências em 1971 detiveram apenas dois foragidos, ao passo que em 1970 foram cinqüenta, donde acreditava-se haverem liquidado o movimento no RS.³⁴ No decorrer de 1971 houve um vertiginoso decréscimo concernente à participação de indivíduos sem vinculação orgânica com a luta armada, se comparado com o ano de 1970. Enquanto em 1970 foram presas quarenta e nove pessoas, em 1971 este número caíra para quatorze. Isto se deveu, acreditava a repressão, à eficácia dos seus serviços.

Estimava-se, portanto, que “em virtude do aniquilamento que sofreram os grupos subversivos que atuavam no Estado, no decorrer dos anos de 1970 e 71, dificilmente possuem estas condições materiais e humanas – salvo com auxílio vindo de outros estados, ou mesmo do exterior – para efetuarem novas ações de vulto”³⁵, não obstante a execução de ações isoladas de remanescentes das organizações desbaratadas e a vinda quadros do Rio de Janeiro e de São Paulo para agir posteriormente. Duas eram as preocupações a partir de tais estimativas: o crescimento das atividades da APML ainda não desbaratada e entrosada no meio estudantil de Porto Alegre e o ingresso de revolucionários pelas fronteiras do estado. O aparato policial gaúcho concluía que:

“Os militantes da subversão continuam incorrendo no que poderíamos chamar de ‘erro substancial’, ou seja, continuam a acreditar que o povo os apoiará na sua luta quando o momento for decisivo para a tomada do poder, o que, sem dúvida, é um engano fatal, pois o povo já demonstrou e continua a demonstrar indiferença a esses organismos³⁶ (...) Assinala-se a quase total nulidade das ações desenvolvidas pelas organizações subversivas durante o ano de 1971 no RS, e que não passaram de pichamentos, panfletagens e doutrinação. Não se registrou nesse ano nenhum acontecimento de vulto, tais como assaltos, atentados etc...”³⁷

³⁴ “Relatório anual de informações – atividades subversivas – 1971” – DCI - 25/01/72 - Assina Cel Athos Baptista Teixeira (Secretário de Segurança Pública). CAIXA AVULSOS – 2; doc. SOPS/LV – 1.2.1012.12.5.

³⁵ 20ª Região Policial/Delegacia Regional de Cachoeira do Sul/SOPS; Caixa SOPS/CS – 1.2.1265.17.5 a 1.2.1571.20.5; doc. SOPS/CS – 1.2.1412.18.5; p. 8.

³⁶ 20ª Região Policial/Delegacia Regional de Cachoeira do Sul/SOPS; Caixa SOPS/CS – 1.2.1265.17.5 a 1.2.1571.20.5; doc. SOPS/CS – 1.2.1412.18.5; p. 9.

³⁷ 20ª Região Policial/Delegacia Regional de Cachoeira do Sul/SOPS; Caixa SOPS/CS – 1.2.1265.17.5 a 1.2.1571.20.5; doc. SOPS/CS – 1.2.1412.18.5; p. 10.

Efetivamente, a polícia política gaúcha prendeu em 1971 entre noventa e três e cento e três revolucionários e apoiadores. A divergência se deve ao fato de que os números das tabelas não se coadunam com as listas de presos. Para efeito de informação apresentamos um quadro das prisões ordenado por organização mês a mês.

ORG	JAN	FEV	MAR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	S/DATA
POC	-	-	-	1 (0)	-	2	25	3	-	-	-	3
VPR	6	8	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
PC do B	6 (5)	-	-	-	3	6	-	-	-	-	-	-
ALA-V	1	-	-	3	1	2	-	1	1	-	-	-
MCR	2	2	1	-	-	-	-	-	-	-	2	-
VAR-P	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-
S/ VINC	1	-	1	-	1	-	-	7	-	1	1	-

Muito embora o aparato policial gaúcho já tivesse praticamente aniquilado a guerrilha no estado, as preocupações nem por isso arrefeceram. Em 1972 é visível a preocupação ante a possibilidade de seqüestro de oficiais das Forças armadas, de modo que a própria repressão efetuou levantamentos no sentido de mapear quantos e quais seriam os oficiais seqüestráveis no estado.³⁸ Havia uma clara preocupação com os desdobramentos da luta armada que ainda sobrevivia no Sudeste, pois se trabalhava permanentemente com a possibilidade de que os militantes se deslocassem para Sul ou ainda adentrassem em território brasileiro pelas fronteiras gaúchas. Exemplar é o caso do Movimento de Libertação Popular (MOLIPO), cujos quadros haviam treinado em Cuba, e eram vistos como os mais bem preparados guerrilheiros passados pela Ilha. A historiadora Denise Rollemberg comentou este aspecto em seu livro. A citação que segue consubstancia suas considerações:

“Este departamento recebeu e difunde como subsídio o que segue abaixo: fruto de experiência das inúmeras prisões de elementos com curso de guerrilha em Cuba, o DOI/CODI II Exército alinhou certas características notadas que os diferenciam dos demais terroristas. Assim, procedeu em

³⁸ 20ª Região Policial/Delegacia Regional de Cachoeira do Sul/SOPS; Caixa SOPS/CS – 1.2.1572.21.6 a 1.2.1953.24.6.

razão da dificuldade de início de se identificar tais elementos. Essas características são: 1. portam documentos muito bem feitos; 2. a sua fisionomia nunca expressa a da fotografia que os órgãos de segurança possuem; 3. normalmente são oriundos de outros estados do país. Características comuns: 1. no momento da prisão reagem violentamente, coisa que não é normal nos demais terroristas que não freqüentaram tal curso; 2. vestem-se sobriamente, como também sua aparência pessoal (bem barbeados, cabelos cortados) não deixa margem para diferencia-los de uma pessoa comum; 3. portam, normalmente duas armas; 4. sabem décor todos os dados de sua CI falsa; 5. caso admitam pertencer a uma organização, possuem uma história muito bem montada no sentido de que, militam há pouco em outro estado e para cá foram deslocados recentemente; 6. se nas fotos dos cartazes dos procurados o elemento usa óculos, passam a usar lentes de contato, caso contrário passam a usar óculos”.³⁹

O saldo da experiência revolucionária no Rio Grande do Sul foi a vitória incontestável da repressão sobre os nacionalistas revolucionários e seus esquemas entre 1964 e 67. A vitória da repressão também aconteceu sobre as organizações clandestinas de esquerda que se formaram a partir de 1968 e deflagraram as ações armadas a partir de junho de 1969. Entre 1964 e 71 a polícia perseguiu, prendeu, torturou e matou vários militantes, como de resto acontecera em outras partes do país. Muitos militantes foram mortos em solo gaúcho, fossem eles sul-riograndenses ou não, mas também muitos gaúchos foram mortos distantes da sua terra mãe, sendo variados os cenários onde ocorreram os assassinatos. Valorosos revolucionários gaúchos foram mortos em São Paulo, Rio de Janeiro, Araguaia e outros. Valorosos combatentes do Rio Grande do Sul continuam desaparecidos sem que suas famílias descansem do esforço de enterrá-los dignamente. Por outras azoes, mas também em homenagem aqueles que tombaram esta dramática história transcorrida nos anos sombrios da ditadura não pode jamais ser esquecida, afinal “lembrar é resistir”.

³⁹ “Identificação de elementos com curso em Cuba” - DOPS/RS – 20/11/72. 20ª Região Policial/Delegacia Regional de Cachoeira do Sul/SOPS; Caixa SOPS/CS – 1.2.1572.21.6 a 1.2.1953.24.6; doc. SOPS/CS – 1.2.1770.23.6.

CONCLUSÃO

Findo este trabalho, cumpre-nos discorrer conclusivamente sobre as questões suscitadas ao longo das páginas percorridas pelo nosso leitor. Primeiramente, lembremos que dois foram os objetivos condutores desta aventura intelectual. O primeiro deles, historiar um movimento que até então não se havia registro na historiografia sobre o tema. O segundo, explicar historicamente porque a luta armada gaúcha não foi travada consoante às suas tradições políticas. Primeiramente, precisamos responder a uma questão apriorística, afinal, de que tradições estamos falando?

Vimos na primeira parte do trabalho que a cultura política gaúcha gestou-se e desenvolveu-se sob o signo da violência, isto porque desde o seu nascedouro, o estado do rio Grande do Sul foi acometido por sucessivas guerras de fronteiras contra argentinos e uruguaios. Além destas guerras internacionais, no plano interno também foram incontáveis os conflitos armados, de sorte que o conjunto das populações acabou integralmente envolvido naquelas peleias. Assim, o povo gaúcho aprendeu que naquelas paragens política e violência deveriam ser termos sinônimos, intercambiáveis e indissociáveis.

Incorporando-se ao aspecto militar fortemente marcado no ser e no fazer gaúchos, cumpre-nos resgatar do texto o fato de que as formas de produção e reprodução da vida material dos sul-riograndenses contribuíram fortemente para aguçar o espírito violento das relações políticas que por lá se desenvolveram. Referimo-nos assim à atividade pecuária, da qual muitos gaudérios tombaram mortalmente, posto que a atividade ganadeira exigia do gaúcho o contato com animais selvagens extremamente violentos, donde o gesto do vaqueiro não podia ser outro senão a própria violência para domar as feras.

Outro traço que marcou fortemente a cultura política gaúcha foi a tendência à polarização política e às vezes ideológica devido em parte à própria tradição belicosa, posto que numa guerra ou se está de um lado ou de outro, mas nunca neutro. Assim, desde

os primeiros decênios do século XIX o Rio Grande se dividiu entre prós e contras a independência, no período da Guerra dos Farrapos entre farroupilhas e imperiais, no período pós-guerra entre liberais e conservadores, na Primeira República entre maragatos e chimangos, PTB e anti-PTB, e nos dias de hoje em Frente Popular e forças adversas.

De volta ao espírito fortemente inclinado para a violência, lembramos o leitor que os gaúchos atravessaram o século XIX envolvidos em guerras como as Platinas, a Farroupilha, a do Paraguai além de outras internas. Ainda em fins deste século os sul-riograndenses travaram uma guerra civil terrivelmente sangrenta em suas entranhas geográficas, ceifando cerca de dez mil vidas. Contudo, o tempo passou e no decurso da Primeira República a cultura política gaúcha se metamorfoseou decisivamente.

Da crítica das armas passam à arma da crítica. De outro modo, da política das armas mudam para a política da palavra. Apesar disso, no ano de 1923 os gaúchos voltaram a travar uma nova guerra civil, mas irrefutavelmente, o modo de perceber e de fazer política já havia mudado. Apenas para rememorar, o marco da mudança no ser e fazer políticos ao Sul do Brasil fora a ascensão da chamada Geração de 1907 no cenário político-parlamentar do Rio Grande do Sul. Entre outras figuras de expressão, destacamos ninguém menos do que Getúlio Vargas.

A partir destas considerações então podemos confirmar a tese de que os gaúchos foram e são politizados, antes no sentido da belicosidade e depois no uso de formas não armadas para exercer a política. Fora, portanto, com esta configuração que os sul-riograndenses chegaram ao decênio de 1960, quando então vivenciaram a epopéia da legalidade e o golpe civil-militar de 1º de abril de 1964.

O período compreendido entre 1961 e 64 é bastante emblemático aos intentos deste trabalho, considerando-se que os gaúchos se levantaram firmemente contra o golpe em

1961 e assistiram atônitos à ofensiva direitista de 1964. Mas quais são as possíveis relações deste hiato político com as tradições políticas do Rio Grande?

Acerca da inação perante o golpe de 1964, poderíamos dizer que a cultura política gaúcha já havia se metamorfoseado substancialmente desde o último decênio da Primeira República justificando-se assim a não reação ao golpe. Entretanto, o Rio Grande do Sul se constituiu no baluarte da resistência armada ao golpe em agosto e setembro de 1961, donde nos vemos obrigados a elencar outros fatores explicativos ao período 1961-64.

Pensar sobre a vitória de 1961 e o malogro de 64 no RS nos impele a considerar o conjunto das simetrias do estado em pauta com o restante do país. Via de regra, a responsabilidade pela derrota recai sobre os ombros de todas as forças que postulavam reformas estruturais naquele período. Todas as forças progressistas fracassaram, inclusive Jango que hesitou ante a possibilidade de ordenar aos militares legalistas que resistissem.

Uma explicação que vem se consolidando na historiografia e que fez sucesso nos seminários acerca do golpe e da ditadura pauta-se no deslocamento de sentido operado à direita e à esquerda entre 1961 e 1964. Em grandes traços argumenta-se que a bandeira da legalidade constitucional, em mãos das forças progressistas em 1954, 55 e 61, é tomada, ainda que retoricamente, pelas direitas golpistas em 64. Em ocasiões anteriores, a defesa da legalidade pelas esquerdas rendeu-lhe amplo apoio social, porém, ao mudar sua estratégia, da defensiva legalista para a ofensiva das reformas, caminhavam para o isolamento ao passo que se agigantavam as forças direitistas pró-golpe.

A nosso ver, esta explicação é bastante salutar, porém ainda insatisfatória na medida em que as forças nacionalistas, mormente as mais radicalizadas, não estavam tão interessadas na legalidade, uma vez que se gestaram muito mais sob o signo da democracia social do que da democracia política.

Há que se considerar ainda para explicar o malogro de 1964 no Rio Grande do Sul e quiçá no Brasil o espesso grau de inorganicidade das forças progressistas de então. A política palaciana do Comando Geral dos Trabalhadores não realizava um trabalho de base, não formava quadros intermediários e ainda se apoiava sobejamente no aparato estatal janguista. Esta vinculação com o aparelho de estado marcou também fortemente a vida do PTB e até mesmo do PCB, que à época defendia uma linha pacífica e apostava cegamente no dispositivo militar de Jango. Deste aparatismo congênito não escapou nem mesmo o vigoroso movimento das Ligas Camponesas.

Em terras gaúchas, estes fatores se fizeram presentes, mas outros ainda precisam ser arrolados. Primeiramente a atuação, ou melhor, a inação dos Grupos de Onze no estado. Segundo Paulo Schilling, os referidos Grupos só não constituíram um partido revolucionário preparado para a luta porque não houve tempo suficiente para tanto, argumento que refutamos veementemente, pois aspectos da própria cultura política gaúcha conteriam o desenvolvimento apontado por Schilling.

Vimos neste trabalho a força do autoritarismo no Rio Grande, mas também a força que alcançou a cultura da fidelidade a um chefe, posto que a liderança individual, de tipo caudilhesca, vicejou no estado. Ademais, Brizola sempre se mostrou infenso à idéia de um partido que submetesse seu dirigente maior. Considerando ainda o enorme prestígio obtido por Brizola em 1961, é de se imaginar que este não se inclinaria a partilhar o poder com uma cúpula ou ainda com dezenas ou centenas de quadros intermediários para constituir um partido revolucionário. Por isto, uma vez que Brizola declinara da possibilidade de resistir, também se desmobilizaram os Grupos de Onze.

A inação em 1964 e a recusa à luta armada não desfazem o mito da politização da sociedade gaúcha, mas tão somente torpedeiam a suposta disposição dos gaúchos para a luta armada. Tal como os cariocas que se revelaram mais bilontras do que bestializados

quando da Proclamação da República, parte da sociedade gaúcha buscou formas de luta não armadas para se opor a ditadura. Neste sentido, vale notar a assertiva de Trindade e Noll no sentido de que o bipartidarismo do pós 1966 encontrou um leito favorável no RS em vista da tradição polarizadora em torno de partidos ou frentes como ocorrera entre 1945 e 64 (PTB/anti-PTB). Ademais, vimos anteriormente como a força do extinto PTB se fez presente na formação do MDB no estado (52% de quadros).

Desta maneira temos que o alto grau de politização dos gaúchos, antes de constituir um esteio para o movimento de luta armada, constituiu-se em um dique de contenção para os intentos revolucionários. Ademais, é preciso lembrar ainda um vez que ser politizado não significa ser de esquerda, de modo que a direita gaúcha sempre foi mais orgânica e robusta do que as direitas em outros estados.

Vimos anteriormente que vários foram os fatores para a não repetição dos feitos heróicos de 1961, mas cabe destacar que além de não contar com o aparato estatal, rádios e a bandeira da legalidade, o povo gaúcho não embarcou na luta armada a partir de 1964 porque a nosso ver só vislumbrava um enfrentamento armado desde que acompanhado da devida dimensão social e política nos moldes de 1961.

A despeito de todos os revezes, os nacionalistas se lançam ao enfrentamento contra a ditadura militar. Prejudicados em face das incontáveis prisões de militares do Exército e da Brigada Militar, de civis de Grupos de Onze e do PTB, os nacional-revolucionários sob a inquestionável liderança de Brizola constituem o chamado “Esquema de Montevideú”. Cercado por seu “Estado Maior” no Uruguai Brizola passou a articular a contra-ofensiva revolucionária consoante às tradições militares gaúchas. Isto porque o ex-governador gaúcho num primeiro momento lançou mão das tradições tenentistas de rebelião dos militares com tomada de quartéis e subseqüentes levantes. Aos civis caberia um papel importante, todavia, seria primeiramente pela força dos quartéis que a luta começaria. É

interessante notar que mesmo após as sucessivas prisões de ex-oficiais militares quando do desbaratamento dos planos, Brizola permaneceu contando com novos militares para dar seqüência ao movimento.

Recapitulando em rápidas linhas o que já se viu, por volta de novembro de 1964 fracassara a “Operação Pintassilgo”, plano expressivo que caiu nas mãos do Exército. Em março de 1965, embora Brizola sempre tenha negado seu envolvimento, o coronel Jeffersom Cardim promovera um levante no interior gaúcho e chegara até o Paraná, onde fora derrotado por não conquistar adesões. Em 1966 os nacionalistas voltaram à carga dando corpo a um poderoso plano insurrecional, entretanto, mais uma vez o Exército conseguira interceptar as articulações e prendera os insurretos. Por fim entre novembro de 1966 e março de 1967, os nacional-revolucionários tentaram ainda uma vez iniciar sua luta armada contra a ditadura, desta feita sob uma estratégia diferente daquela tentada noutras ocasiões. Trata-se da Guerrilha de Caparaó, movimento em que se pode perceber a adesão à teoria foquista supostamente aplicada à revolução cubana.

Em realidade, a aproximação dos nacional-revolucionários com Cuba e a adoção da estratégia foquista parece deitar raízes no fato de aquela revolução ter-se iniciado com um caráter mais nacionalista e sob uma estratégia foquista. Assim, a passagem para o foquismo pode ser compreendida em função destes denominadores comuns, embora representasse, do ponto de vista do nacionalismo revolucionário brasileiro, uma ruptura, considerando-se que sempre defenderam uma estratégia baseada na insurreição dos quartéis.

O fracasso da experiência de Caparaó poder ser interpretado como o canto do cisne dos esforços armados do nacionalismo revolucionário. Nas duas modalidades de luta armada, insurreição dos quartéis e foco guerrilheiro, é irrefutável a hegemonia dos gaúchos uma vez que entre 1964 e 1967 não ocorreram intentos armados no eixo Rio-São Paulo,

não obstante a “Guerrilha de Copacabana” abortada ainda na fase conspiratória. Neste sentido foi preciso que os Partidos Comunistas e a POLOP rachassem para que daí em diante emergissem grupos postulantes da luta armada.

A segunda vaga revolucionária da luta armada em terras gaúchas comporta particularidades e assimetrias com a luta travada no eixo geográfico Rio-São Paulo. Tal como nestes estados, o esforço guerrilheiro se concentrou nas capitais, não obstante a presença das organizações revolucionárias em algumas cidades do interior. Outra simetria é o fato de que esta segunda vaga da luta armada foi hegemonizada pela tradição comunista, apesar da presença de vários nacional-revolucionários em organizações comunistas. No caso gaúcho isto foi mais forte devido a própria força do nacionalismo revolucionário naquelas terras. Mais do que isso, porém, no Rio Grande ocorreu a formação de grupos integralmente nacionalistas ou trabalhistas radicais como foi o caso da diminuta FLN e mais exemplarmente ainda o Grupo Armado do PTB.

Bem se sabe pela historiografia que alguns grupos armados não ultrapassaram as fronteiras geográficas dos seus estados de origem. Este fenômeno é amplamente verificável no estado do Rio Grande do Sul através da emergência de organizações como o Grupo Brancaleone, o Movimento Revolucionário 26 de Março, O Movimento Comunista Revolucionário, o Grupo Armado do PTB e uma organização sem nome da cidade interiorana de Cruz Alta. Algumas organizações como o Partido Operário Comunista e a Frente de Libertação Nacional nasceram em solo gaúcho, mas atingiram alguma projeção nacional, mormente o primeiro grupo.

Um outro dado, desta vez assimétrico entre o Sul e o restante do Brasil é o início das ações armadas tanto de cunho logístico quando de caráter mais político e propagandístico. Em linhas gerais a luta armada gaúcha da segunda vaga revolucionária, do ponto de vista da realização das ações armadas, tivera início apenas em junho de 1969 quando o grupo

Marx, Mao, Marighella e Guevara realizara a primeira ação armada no Rio Grande do Sul. No decurso deste ano o M3G fora a organização de ponta, ao passo que organizações como VAR-Palmares, Grupo Armado do PTB e POC participaram de algumas ações muito mais para aprender com o grupo de Edmur do que para realmente protagonizar a luta.

O fluxo das operações do M3G se estendera até março de 1970 quando realizaram a última ação. Antes disso, porém, a Vanguarda Popular Revolucionária dera início às suas ações, primeiro de numerários e depois a tentativa de seqüestro de um cônsul dos Estados Unidos na cidade de Porto Alegre.

Outra assimetria se pode verificar no fato de que enquanto as organizações clandestinas de esquerda armada concentraram seus quadros no eixo Rio-São Paulo, não obstante o fato de liberarem seus quadros para outras localidades quando ficavam “queimados”, as organizações revolucionárias no Rio Grande Sul se prestaram muito ao fornecimento de quadros políticos e militares para as organizações congêneres no eixo Rio-São Paulo, pois tendo começado mais tarde e acometidos apenas tardiamente por um aparato de repressão mais sofisticado, os grupos gaúchos se preservaram mais.

Em realidade a segunda vaga da luta armada gaúcha pode ser dividida em duas fases, uma anterior e outra posterior ao seqüestro malogrado a cinco de abril de 1970. Isto porque logo após esta ação dera-se início a um fluxo de prisões que retirara fortemente a capacidade operacional das organizações envolvidas nas ações armadas. Deste modo, saíra de circulação o audacioso e operante M3G, restando-se apenas a VPR, secundada pelo MCR, com capacidade para realizar ações armadas, o que de fato fizeram até o final do ano de 1970. Outro fator que caracteriza a segunda fase da luta armada no Rio Grande é o processo de reestruturação do aparato de inteligência e segurança naquele estado. Vimos neste trabalho que desde 1964 a repressão no Sul não ficara devendo nada para sua congêneres no Sudeste, pois vigiara, prendera, matara e dera sumiço em vários opositores

ao regime. Todavia, o esquema nos moldes da Operação Bandeirantes que daria origem aos DOI-CODIs ainda não havia se instalado em terras gaúchas, de sorte que após o malogro da ação contra o cônsul americano as novas práticas do eixo Rio-São Paulo finalmente aportaram em águas gaúchas.

Apesar de comportar em seu interior um elevado grau de organicidade se comparado com os nacionalistas revolucionários, a esquerda armada do pós-1968 cometera vigorosos erros de segurança. Se conheciam, trocavam de organização, atuavam em frente, militantes de uma organização sabiam onde quadros importantes estavam escondidos etc. Para efeito de ilustração vale a pena içar o itinerário militante de Paulo Roberto Telles Franck, o qual em pouco tempo obtivera conhecimento acerca dos nomes de alguns quadros do M3G, da VPR, da VAR-Palmares e da FLN. Além dos nomes conheceu os lugares onde os militantes se escondiam. Quando caíra preso levara consigo muita gente de distintas organizações. Este também fora o caso de João Batista Rita o qual tivera contatos com a VAR, VPR e FLN. Outros tantos combatentes da luta armada gaúcha viveram a mesma experiência.

Em realidade, fazemos coro a expressão de um entrevistado que a nosso ver caracterizou com precisão a esquerda revolucionária da segunda vaga da luta armada gaúcha. Para Mario Maestri, as organizações clandestinas de esquerda no Rio Grande do Sul constituíam uma grande família, de tal modo que até o seu grupo, de formação trotskista, portanto, infenso àquele modelo de luta que se vinha travando, se envolveu com o processo revolucionário naquele estado. Concretamente, a Fração Bolchevique Trotskista, defensora de um modelo insurrecional de luta, acabou se envolvendo com a tentativa de seqüestro malograda a cinco de abril de 1970.

Conclusivamente, a segunda vaga revolucionária dos anos 1960 e 70, deflagrada a partir de 1968, fora dirigida por uma cultura política comunista revolucionária e

protagonizada pelo eixo geográfico Rio-São Paulo. Quando começaram as ações armadas no Rio de Janeiro e em São Paulo já se tratava de um outro projeto, não obstante a presença nacionalista-revolucionária em programas de organizações como a Ação Libertadora Nacional e a Vanguarda Popular Revolucionária e a participação de militantes nacional-revolucionários como os sargentos das Forças Armadas e das polícias estaduais.

No Rio Grande do Sul a presença nacional-revolucionária se mostra mais vigorosa, tendo-se inclusive formado organizações exclusivamente nacionalistas. Interessa-nos mais do que isso sustentar a tese de que quando ocorre a segunda vaga revolucionária no Rio Grande ela já é muito mais uma extensão em solo gaúcho das propostas do eixo Rio-São Paulo, portanto, já não há mais o protagonismo gaúcho como na primeira vaga. Isto porque apresenta uma grande fraqueza não verificável noutros estados, posto que a luta armada gaúcha desencadeada a partir de 1969 nasce sob os escombros da derrota da primeira vaga revolucionária, intento capitaneada e levado a efeito quase exclusivamente pelos gaúchos. De outro modo, afirmamos que o fracasso retumbante da primeira vaga da luta armada gaúcha reforçou a não adesão à segunda vaga revolucionária.

A luta armada no Sul no decurso dos anos 1960-70 foi vigorosamente derrotada pelas forças repressivas do governo, como de resto também aconteceu em todo o Brasil. As vanguardas de esquerda não lograram êxito em seu intento de articular a luta armada com as demandas da população, uma vez que não conseguiram se projetar como instrumento de realização dos anseios das massas. O custo da derrota foi a morte de centenas de homens e mulheres, vitimados pelas torturas ou pelos embates travados pelas ruas deste Brasil continental.

FONTES

Arquivo Histórico do Estado do Rio Grande Do Sul

Quando pesquisamos esta documentação, a mesma se encontrava organizada sob a custódia do “Acervo da Luta Contra a Ditadura”. Posteriormente estas fontes foram incorporadas ao acervo do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

* Documentação do Departamento de Ordem Polícia e Social do RS - DOPS

* Documentação da Superintendência de Ordem Política e Social do RS - SOPS (Órgãos vinculados às delegacias regionais de polícia do interior que atuavam com sucursais regionais do DOPS).

* Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul de 1967 que investigou a morte do ex-sargento Manoel Raymundo Soares e o tratamento dispensado a presos políticos em Porto Alegre.

* Tortura e Morte do Sargento Manoel Raymundo Soares. Discurso pronunciado na sessão de 28 de maio de 1984 pelo deputado Jacques D’Ornellas.

* Prontuários de presos do Presídio Central de Porto Alegre.

* Cartilhas, cadernos, relatórios ou recortes de jornais.

* Acervos Particulares (recortes de jornais, coleções completas de revistas, suplementos especiais, cartas etc.)

* Fitas de VHS contendo os seguintes depoimentos:

Carlos Franklin Paixão de Araújo

Flávio Koutzii

Ignez Maria Serpa de Oliveira

Jairo de Andrade

João Aveline

José Loguércio

Roberto de Fortini

Arquivo Edgar Leuenroth

Neste arquivo pesquisamos junto ao Projeto Brasil: Nunca Mais, essencialmente os Processos movidos contra militantes e organizações clandestinas de esquerda no estado do Rio Grande do Sul. Além dos Processos também perscrutamos os chamados documentos Anexos BNM.

PROCESSOS BNM

Processo BNM 111	Processo BNM 123	Processo BNM 125	Processo BNM 131
Processo BNM 146	Processo BNM 167	Processo BNM 178	Processo BNM 216
Processo BNM 218	Processo BNM 219	Processo BNM 23	Processo BNM 24
Processo BNM 284	Processo BNM 287	Processo BNM 288	Processo BNM 290
Processo BNM 291	Processo BNM 301	Processo BNM 318	Processo BNM 360
Processo BNM 402	Processo BNM 403	Processo BNM 406	Processo BNM 423
Processo BNM 437	Processo BNM 479	Processo BNM 501	Processo BNM 513
Processo BNM 534	Processo BNM 562	Processo BNM 62	Processo BNM 64
Processo BNM 647	Processo BNM 653	Processo BNM 655	Processo BNM 658
Processo BNM 66	Processo BNM 85	Processo BNM 94	

ANEXOS BNM

Anexo BNM 406	Anexo BNM 908	Anexo BNM 2947	Anexo BNM 2959
Anexo BNM 3130	Anexo BNM 3131	Anexo BNM 3132	Anexo BNM 3133
Anexo BNM 3138	Anexo BNM 3140	Anexo BNM 3761	Anexo BNM 3763
Anexo BNM 3764	Anexo BNM 3772	Anexo BNM 3778	Anexo BNM 3779
Anexo BNM 3782	Anexo BNM 3789	Anexo BNM 3790	Anexo BNM 3791
Anexo BNM 3782	Anexo BNM 3793	Anexo BNM 3794	Anexo BNM 3795
Anexo BNM 3796	Anexo BNM 3801	Anexo BNM 3807	Anexo BNM 3817
Anexo BNM 3818	Anexo BNM 3819	Anexo BNM 3820	Anexo BNM 3821
Anexo BNM 3822	Anexo BNM 3823	Anexo BNM 3824	Anexo BNM 3825
Anexo BNM 3826	Anexo BNM 3833	Anexo BNM 3835	Anexo BNM 3836
Anexo BNM 3837	Anexo BNM 3839	Anexo BNM 3840	Anexo BNM 3841
Anexo BNM 4377	Anexo BNM 4402	Anexo BNM 5894	Anexo BNM 5929
Anexo BNM 5931	Anexo BNM 5937	Anexo BNM 5938	Anexo BNM 5939
Anexo BNM 5945	Anexo BNM 5946	Anexo BNM 5966	Anexo BNM 6172
Anexo BNM 6347	Anexo BNM 6361	Anexo BNM 6548	Anexo BNM 7194
Anexo BNM 7195	Anexo BNM 7197	Anexo BNM 7200	Anexo BNM 7222
Anexo BNM 7228	Anexo BNM 7233	Anexo BNM 7861	Anexo BNM 7862
Anexo BNM 7871	Anexo BNM 7872	Anexo BNM 7874	Anexo BNM 8740
Anexo BNM 9282			

Fontes orais

Depoimentos cedidos a Fábio André Gonçalves das Chagas

- * Gregório Mendonça
- * Bruno Costa
- * Antônio Losada
- * Carlos Franklin Paixão Araújo
- * Avelino Bioen Capitani
- * Beno Orlando Burman
- * Vera Maria Idiart
- * João Carlos Bona Garcia
- * Mario Maestri
- * Índio Vargas
- * Jairo de Andrade
- * Ignez Serpa de Oliveira
- * Raul Carrion
- * José Loguércio
- * Raul Pont
- * Cláudio Antônio Weyne Gutiérrez

Depoimentos prestados ao Acervo da Luta Contra a Ditadura e mantidos em fitas VHS

- * Carlos Franklin Paixão de Araújo
- * Flávio Koutzii
- * Ignez Maria Serpa de Oliveira
- * Jairo de Andrade
- * João Aveline
- * José Loguércio
- * Roberto de Fortini

BIBLIOGRAFIA

- ALBECHE, Daysi Lange. *Imagens do Gaúcho, história e mitificação*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.
- ARAÚJO, Maria do Amparo (coord.) *Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964*. Recife: Cia Editora de Pernambuco, 1995.
- ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil, Nunca Mais*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Perfil dos Atingidos*. Petrópolis: Vozes, 1988.
- AZEVEDO, Ricardo. *A estrela dos pampas*. SP: Teoria e Debate, nº34 (mar/abr/mai 1997)
- BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento*. O contexto de François Rabelais. 5ª ed. SP: Annablume, 2002.
- BANDEIRA, Moniz Luiz Alberto. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil, 1961-1964*. 7 ed. Revista e ampliada. Rio de Janeiro: Revan; Brasília, DF: EdUnB, 2001.
- BANDEIRA, Moniz. *Brizola e o Trabalhismo*. 2ª ed, RJ: Civilização Brasileira, 1979.
- BARBOSA, Vivaldo. *Rebelião da Legalidade: documentos, pronunciamentos, noticiário, comentários*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.
- BETTO, Frei. *Batismo de Sangue*. RJ: Civilização Brasileira, 1980.
- BODEA, Miguel. *A greve de 1917 e as origens do trabalhismo gaúcho*. Porto Alegre: L&PM Editora, 1979.
- BODEA, Miguel. *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1992.
- BOITEUX, Bayard Demaria. *A guerrilha de Caparaó e outros ensaios*. RJ: Inverta, 1998.
- BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. 4ª ed. SP: Cia das Letras, 1992.
- BRAZ, Evaldo Muñoz. *Manifesto Gaúcho*. Porto Alegre: Martins Livreiro editor, 2000.
- CAPITANI, Avelino Bioen. *A Rebelião dos Marinheiros*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1997.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*. 2ª ed. RJ: Paz e Terra, 1977.
- CARVALHO, Apolônio de. *Vale a Pena Sonhar*. RJ: Rocco, 1997.
- CASO, Antônio. *A esquerda armada no Brasil (1967-1971)*. Lisboa: Moraes editores, 1976.
- CEZIMBRA, JACQUES, João. *Costumes do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: ERUS, 1979.
- CHAGAS, Fábio André Gonçalves das. *A Vanguarda Popular Revolucionária: dilemas e perspectivas da luta armada no Brasil (1968-1971)*. Franca: UNESP, 2000. [Dissertação de Mestrado].
- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL, 1988.

- CLAUSEWITZ, Carl Von. *Da Guerra*. RJ: Martins Fontes, 1979.
- D'ARAÚJO, Maria Celina (Org.). *As instituições da Era Vargas*. RJ: Ed. UERJ; Ed. FGV, 1999.
- D'ARAÚJO, Maria Celina, SOARES, Gláucio Ary Dillon e CASTRO, Celso. *Visões do golpe: a memória militar de 1964*. RJ: Ediouro, 2004.
- D'ARAÚJO, Maria Celina. *Os Anos de Chumbo: Memória Militar Sobre a Repressão*. SP: Relume Dumará, 1994.
- D'ARAÚJO, Maria Celina. *Sindicatos, carisma e poder: o PTB de 1945-65*. RJ: fundação Getúlio Vargas, 1996.
- DACANAL, Hildebrando & GONZAGA, Sergius. *RS: economia e política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.
- DACANAL, José Hildebrando (org.) *A Revolução Farroupilha: história e interpretação*. 2. ed. Porto Alegre: Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.
- DEBRAY, Régis. *Revolução na Revolução*. Centro Editorial Latino Americano, s/d.
- DREIFUSS, René. 1964: *A Conquista do Estado: Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- DUMAS, Alexandre. *Memórias de Garibaldi*. Porto Alegre: L&PM Editores, 2002.
- DUTRA, Eliana R. de Freitas. "História e Culturas Políticas – Definições, usos, genealogias" In *Varia História*. Belo Horizonte, UFMG, n. 28, 2001.
- ENGELS, Friedrich. *Anti-Düring*. 3ª ed. RJ: Paz e Terra, 1990.
- FÉLIX, Loiva Otero. *Coronelismo, Borgismo e cooptação política*. 2ª ed. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1996.
- FELIZARDO, Joaquim. *A legalidade: o último levante gaúcho*. 3ª ed. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1991.
- FERREIRA, Jorge (Org.) *O populismo e sua história*. RJ: Ed. Civilização Brasileira, 2001.
- FERREIRA, Jorge e NEVES, Lucília de Almeida. *O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática*. RJ: Civilização Brasileira, 2003. V. 2.
- FERREIRA, Jorge e NEVES, Lucília de Almeida. *O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática*. RJ: Civilização Brasileira, 2003. V. 3.
- FERREIRA, Jorge e NEVES, Lucília de Almeida. *O Brasil Republicano. O tempo da ditadura: o regime militar e os movimentos sociais em fins do século XX*. RJ: Civilização Brasileira, 2003, v. 4.
- FERREIRA, Jorge. *O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular 1945/1964*/ Jorge Ferreira. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e Abusos da História Oral*. RJ: FGV, 1996.
- FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. São Paulo: Paz e terra, 1993.
- FLORES, Moacyr e FLORES, Hilda Agnes Hübner. *Rio Grande do Sul: aspectos da revolução de 1893*. 2ª ed, Porto Alegre: Martins Livreiro, 1999.

- FORTES, Alexandre. *Nós do Quarto Distrito: a classe trabalhadora portoalegrense e a Era Vargas*. Caxias do Sul, RS: EDUCS; Rio de Janeiro: Garamond 2004.
- FRANCO, Sérgio da Costa. *Júlio de Castilhos e sua época*. Porto alegre: Ed. Globo, 1967.
- FREITAS, Décio et al. *Rio Grande do Sul: cultura e ideologia*. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996.
- FREITAS, Décio, DACANAL, José H. e GONZAGA, Sergius (orgs). *RS: cultura e Ideologia*. 2ª ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996.
- GARCIA, João Carlos Bona. *Verás que um filho teu não foge à luta*. 2ª ed. Porto Alegre, Ed. Posenato Arte e Cultura, 1989.
- GARCIA, Marco Aurélio. “Reforma e revolução/reforma ou revolução” In: *Revista Brasileira de História*. SP: v. 10 nº 20 Marco Zero, março agosto/91.
- GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. SP: Cia das Letras, 2002.
- GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*. SP: Cia das Letras, 2002.
- GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. 2 ed. SP: Cia das Letras, 1989.
- GOMES, Angela de Castro (org.) *Vargas e a crise dos anos 50*. RJ: Relume Dumará, 1994.
- GOMES, Angela de Castro e D’ARAÚJO, Maria Celina, *Getulismo e Trabalhismo*. SP: Ática, 1989.
- GOMES, Angela de Castro. *A invenção do Trabalhismo*. 2ª ed, RJ: Relume Dumará, 1994.
- GONZAGA, Sergius; FISCHER, Luís Augusto; BISSÓN, Carlos Augusto. *Nós, os gaúchos/2*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1994.
- GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. 5ª ed. SP: Ed. Ática, 1998.
- GRIJÓ, Luiz Alberto. *Ensino jurídico e política partidária no Brasil: o caso da Faculdade de Direito de Porto Alegre (1900-1937)*. Tese de Doutorado. Niterói: TJ: UFF, 2005.
- GUTFREIND, Ieda. *A historiografia rio-grandense*. 2ª .ed. RS: Ed. da UFRGS, 1998. 39-40
- GUTIÉRREZ, Cláudio Antônio Weyne. *A guerrilha brancaleone*. Porto Alegre: Ed. Proletra, 1999.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução: Laurent Léon Schafter. São Paulo: Vértice, 1990.
- HOLZMANN, Lorena e PADRÓS, Enrique Serra (Orgs.) *1968: contestação e utopia*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003.
- LASK, Tomke. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. RJ: Contra-Capa, 2000.
- LÊNIN, V.I. *Que Fazer?* SP: Hucitec, 1978.
- LINARES, Maria Yeda. *História geral do Brasil*. 9ª ed. RJ: Ed. Campus, 1990.
- LONER, Ana Beatriz. *Construção de classe: operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930)*. Pelotas: Ed. Universitária: Unitrabalho, 2001.
- LOVE, Joseph L. *O regionalismo gaúcho*. SP: Perspectiva, 1975.

- LOVE, Joseph. “O Rio Grande do Sul como fator de instabilidade na República Velha” In: FAUSTO, Boris [et.al]. *O Brasil Republicano 1: estrutura de poder e economia (1889-1930)*. 6ª ed.. RJ: Bertrand Brasil, 1997.
- MACHADO, César Pires. *Combate do Passo da Juliana*. Santa Maria: Pallotti, 1999.
- MARÇAL, João Batista. *Comunistas Gaúchos: A vida de 31 Militantes da Classe Operária*. Porto Alegre: Tchê! 1986.
- MARKUN, Paulo; HAMILTON, Duda. *1961: que as armas não falem*. SP: Ed. SENAC São Paulo, 2001.
- MARTINS FILHO, João Roberto. *A rebelião estudantil*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1996.
- MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento Estudantil e Ditadura Militar*. Campinas: Papyrus, 1987.
- MARTINS, Eloy. *Um depoimento político: 55 anos de PCB*. Porto Alegre: Ed. do Autor, 1989.
- MEDEIROS, Laudelino T. *A pacificação da Revolução de 93*. Porto Alegre: Gráfica Editora, 1995.
- MORAES, João Quartim de (Org.) *História do marxismo no Brasil: os influxos teóricos*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1995. V. II
- MORAES, João Quartim de (Org.) *História do marxismo no Brasil: teorias. Interpretações*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1998. V.III
- MORAES, João Quartim de “Luta armada: memória e biografia”. In: *Idéias: Revista do IFCH*, ano I nº 2 julho/dezembro 1994.
- MORAES, João Quartim de e DEL ROIO, Marcos (Orgs.) *História do marxismo no Brasil: visões do Brasil*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2000. V. IV
- MORAES, João Quartim de e REIS FILHO, Daniel Aarão (Orgs.). *História do marxismo no Brasil: o impacto das revoluções*. 2ª ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003. V. I
- MORAES, João Quartim de. “A mobilização democrática e o desencadeamento da luta armada no Brasil em 1968: notas historiográficas e observações críticas”. *Tempo Social: Revista de Sociologia USP*, São Paulo, 1(2): 135-158, 2º sem. de 1989.
- MOTA, Carlos Guilherme. *Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500-2000): a grande transação*. 2º ed. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000.
- NEVES, Lucília de Almeida Neves. *PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964)*. SP: Marco Zero, 1989.
- NEVES, Lucília de Almeida. *C.G.T. no Brasil: 1961 – 1964*. Belo Horizonte: VEJA, 1981.
- NOLL, Maria Izabel e TRINDADE, Héglio. *Estatísticas eleitorais do Rio Grande da América do Sul – 1823/2002*. Porto Alegre: Editora da UFRGS/Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 2004.
- PESAVENTO, Sandra J. *A Revolução Farroupilha*. 2ª ed. SP: Ed. Brasiliense, 1986.
- PESAVENTO, Sandra J. e DACANAL, José H. *A Revolução Farroupilha: história e interpretação*. 2ª ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.

- PESAVENTO, Sandra J. *República Velha Gaúcha: charqueadas, frigoríficos, criadores*. Porto Alegre: Movimento/ IEL, 1980.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História do Rio Grande do Sul*. 9ª ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2002.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História do Rio Grande do Sul*. 9ª ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2002.
- PICCOLO, Helga Landgraf. *Vida política no século XIX: da descolonização ao movimento republicano*. 3ª ed, Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1998.
- PINTO, Celi Regina. *Positivismo: um projeto político alternativo (RS: 1889-1930)*. Porto Alegre: L&PM, 1986.
- PRADO JR., Caio. *A Revolução Brasileira*. SP: Brasiliense, 1966.
- QUEVEDO, Júlio e TAMANQUEVIS, José C. *Rio Grande do Sul: História*. 7ª ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2002.
- REBELLO, Gilson. *A Guerrilha do Caparaó*. SP: Alfa Ômega, 1980
- REIS FILHO, Daniel Aarão (org.) *Versões e Ficções: O Seqüestro da História*. SP: Fundação Perseu Abramo, 1997.
- REIS FILHO, Daniel Aarão e RIDENTI, Marcelo (Orgs.) *História do marxismo no Brasil: partidos e organizações dos anos 20 aos 60*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2002. V. V
- REIS FILHO, Daniel Aarão e SÁ, Jair Ferreira de (Orgs.) *Imagens da revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971*. 2ª ed. SP: Expressão Popular, 2006.
- REIS FILHO, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo e MOTTA, Rodrigo Pato Sá (Orgs.) *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru, SP: EDUSC, 2004.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. *A Revolução Faltou ao Encontro: Os Comunistas no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. RJ: Jorge Zahar Editor, 2000.
- RÉMOND, René. *Por uma História Política*. RJ: Ed. da UFRJ, FGV, 1996.
- REVERBEL, Carlos. *O Gaúcho*. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2002.
- REVERBEL, Carlos. *O gaúcho*. Porto Alegre: L&PM, 2002.
- RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro*. RJ: Record, 2002.
- RIDENTI, Marcelo. *O Fantasma da Revolução brasileira*. SP: Ed. da Unesp, 1993.
- RODRIGUES, José Honório. *O Continente do Rio Grande*. SP: Brasiliense, 1986.
- ROLLEMBERG, Denise. *A Idéia de Revolução: da Luta Armada ao Fim do Exílio (1961-1979)*. In: ____ (Org.) *Que história é essa? Novos temas e novos problemas em história*. RJ: Relume Dumará, 1994.
- ROLLEMBERG, Denise. *O apoio de Cuba à luta armada no Brasil: o treinamento guerrilheiro*. RJ: Mauad, 2001.

- SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. 3ª ed. Porto Alegre: ERUS; Martins Livreiro, 1987.
- SAINT-PIERRE, Héctor Luis. *A política armada: fundamentos teóricos da guerra revolucionária*. SP: Ed. UNESP, 2000.
- SCHILLING, Paulo R.. *Como se coloca a direita no poder: os acontecimentos*. V. 2 São Paulo: Global Editora, 1981.
- SCHILLING, Paulo R.. *Como se coloca a direita no poder: os protagonistas – V. 1*. São Paulo: Global Editora, 1979.
- SCHORSKE, Carl. “A história e o estudo da cultura” In: *Pensando com a História*. SP: Cia das Letras, 2000, p. 243
- SCHWARTZMAN, Simon. *Bases do autoritarismo brasileiro*. 3a. ed. RJ: Editora Campus, 1988.
- SEMINÁRIO QUARENTA ANOS DO GOLPE DE 1964. (2004: Niterói e Rio de Janeiro) 1964-2004: *40 anos do golpe: ditadura militar e resistência no Brasil*. RJ: 7 Letras, 2004.
- SENTO-SÉ, João Trajano. *Brizolismo: estetização da política e carisma*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.
- SEVERAL, Rejane da Silveira. *A Guerra Guaranítica*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1995.
- TAVARES, Flávio. *Memórias do esquecimento*. 3º ed. SP: Globo, 1999.
- THOMPSON, E. P. *Costumes em Comum*. SP: Cia das Letras, 1998.
- THOMPSON, Paul. *A Voz do Passado: história oral*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.
- TOLEDO, Caio Navarro de (Org.). *1964: visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.
- TRINDADE, Hélió e NOLL, Maria Izabel. *Rio Grande da América do Sul: partidos e eleições (1823-1990)*. Porto alegre: Ed. Da UFRGS/Sulina, 1991.
- TRINDADE, Hélió Trindade. *Poder legislativo e autoritarismo no Rio Grande do Sul (1891-1937)*. Porto Alegre: Sulina, 1980.
- VARGAS, Índio. *Guerra é guerra, dizia o torturador*. Porto Alegre: Editora Tchê, 1985.
- VIANA, Oliveira. *Populações Meridionais do Brasil: o campeador rio-grandense*. RJ: Paz e Terra. 1974.
- VIZENTINI, Paulo F. *A crise dos anos 20*. 2ª ed. Porto Alegre: ed. da UFRGS, 1998.
- WASSERMAN, Cláudia e GUAZZELLI (Orgs.). *Ditaduras militares na América Latina*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004.